



Paula Cristina Carvalho Cruz

LUTAR CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

Dissertação de Mestrado na área científica Sociologia - Políticas Locais e Descentralização orientada pelo Senhor Professor Doutor Pedro Hespanha e apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Novembro de 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**LUTAR CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO
SOCIAL**

*O contributo das ONG's na construção
de uma
«Cultura do Social»*



**Aos meus pais e irmã.
Um beijo especial à Zeza.**

ÍNDICE

Notas introdutórias	5
<hr/>	
I- O caminho a percorrer	7
<hr/>	
1.1 - A importância da <i>cultura do social</i> enquanto objecto de estudo	9
1.2 - A metodologia qualitativa a seguir no estudo da <i>cultura do social</i>	12
1.3 - Os instrumentos necessários à construção do conhecimento	14
1.4 - Entrevistas a quem? O que perguntar?	16
1.5 – Hipóteses	19
2 - O Social:	21
<hr/>	
2.1 - O Portugal Social	21
▪ A nova questão social	21
▪ A situação social em Portugal	26
▪ Cidadania e Solidariedade	29
2.2 - O social em acção	44
2-3 – Um retrato da pobreza em Portugal	51
3 - A Cultura	59
<hr/>	
3.1 - A noção de cultura	61
3.2 - Os sectores impulsionadores de uma <i>cultura do social</i>	64
▪ A Política	65
▪ As Organizações Não Governamentais	72
4 – Reflexões finais	89
<hr/>	
▪ Interrogações para futura reflexão	94
Bibliografia	95
<hr/>	
Anexos	98
<hr/>	

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente estudo enquadra-se no âmbito do Mestrado *Políticas Locais e Descentralização: As novas áreas do social*. Perante o manancial do que pode ser este social várias eram as áreas que podiam ser abordadas e vários os caminhos a percorrer. No entanto, e perante o trabalho diário por mim realizado, a opção recaiu no desenvolvimento de uma investigação tendo por base algumas reflexões já levantadas num Projecto realizado por mim na organização em que trabalho (Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal) e que pretendia responder à questão: podemos falar ou não da existência de uma *cultura do social* em Portugal?!

Apesar de muitas das questões terem começado com esse Projecto, esta investigação pretende aprofundar alguns pontos e saltará outros que teriam melhor enquadramento no contexto do Projecto¹ em questão.

Vivemos num período em que cada vez mais os problemas da pobreza e da exclusão social fazem parte dos discursos da política, das Organizações, do público em geral, no entanto, apesar da atenção que despertam, a sua visibilidade revela também a dificuldade na sua resolução. Multiplicam-se as políticas, as medidas, as intervenções, os projectos, as discussões e as opiniões, no entanto, o seu efeito na erradicação destes fenómenos ainda está longe de ter os resultados esperados. As razões que explicam esta situação são muitas e conhecidas. Por um lado, as políticas sociais e de bem-estar que vêm sendo definidas ainda não permitem uma cobertura multifactorial e multidimensional dos fenómenos; as intervenções ainda têm um carácter muito sectorial e em alguns casos validade limitada; ainda se verifica uma ausência de respostas às necessidades dos públicos em situação de maior desfavorecimento social, daqueles para quem as respostas ainda não foram encontradas e as existentes não constituem solução. Por outro lado, há que duplicar esforços no sentido das pessoas perceberem que a erradicação da pobreza não é trabalho só de alguns, mas que está ao alcance de todos e que todos têm um papel a desempenhar. Mas então o que está a falhar? Se está a falhar alguma coisa?! Possivelmente todos os elementos da equação já

¹ Entre 2001 e 2004 a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal realizou o Projecto In Extremis no âmbito da Iniciativa Comunitária Equal. Uma das actividades do Projecto era de cariz transnacional e teve como objectivo primordial realizar uma investigação sobre a *Cultura do social* em Portugal e em Itália. No fim do Projecto uma síntese desta reflexão foi inserida numa publicação organizada pelo parceiro italiano intitulada: Vincenzo Castelli, et. alt., *La cultura del sociale tra esclusione e inclusione*, Itália, AGEFORM/REAPN, 2004.

existem é preciso é saber reordená-los, interpretá-los e procurar solucionar o *problema*. Que papel vem ocupando o social, em particular naquilo que a luta contra a pobreza e a exclusão social diz respeito, na sociedade, na política, na economia, na cultura, no lazer...? Que papel ocupa o social na vida das pessoas?

O objectivo central desta investigação é o de perceber e reflectir **se e de que forma o social está presente nos vários sectores da nossa sociedade, em especial naqueles que são mobilizados para o combate à pobreza e à exclusão social** (as políticas, a economia, a cultura, as organizações que trabalham com estes públicos, os meios de comunicação social e até o público em geral). Embora fosse fundamental fazer uma abordagem aprofundada destes vários sectores, tal não vai ser possível pela dimensão da investigação. Neste sentido, serão levantadas algumas questões para reflexão futura e será realizada uma análise mais pormenorizada do trabalho das Organizações Não Governamentais e do seu papel enquanto impulsionadoras do combate à pobreza e exclusão social. Pretende-se ainda perceber **de que modo esta presença e preocupação com as questões mais sociais tem permitido o desenvolvimento de verdadeiras competências sociais, criando uma cultura da solidariedade, da cidadania activa e da transformação social**, aquilo que poderíamos designar como uma *cultura do social*.

Embora ambicioso, reconheço que no actual momento em que nos encontramos de encerramento de um ciclo no percurso da luta contra a pobreza e no início de outro, é importante parar para reflectir no impacto que as nossas acções, nomeadamente as desenvolvidas pelas entidades que estão mais próximas dos fenómenos, tem produzido. Não é de todo uma reflexão com intuito de avaliação, mas sim de renovação de esforços face a uma das problemáticas mais prementes da nossa sociedade – a pobreza e a exclusão social – e também um dos maiores desafios de toda a sociedade, ou seja, a luta pela sua erradicação.

Resta-me agradecer o apoio e orientação do Prof. Pedro Hespanha na concretização desta tese e por acreditar que este estudo podia ser feito e ficar disponível para reflexão e discussão noutros momentos e espaços.

I - O CAMINHO A PERCORRER

Tentar definir a melhor metodologia a seguir para a realização de uma investigação, ou mais propriamente, para a apreensão e compreensão da realidade social sempre foi das tarefas mais complicadas. No entanto, e apesar de não existir um único caminho metodológico cabe sempre ao investigador optar por um, embora possa sempre recorrer a outros que lhe permitam cumprir o objectivo definido nas melhores condições.

No caso desta investigação sobre a existência ou não de *cultura* ao nível do *social* em Portugal, o tema suscita a escolha por uma metodologia de carácter mais qualitativo. Apesar de estar consciente de todos os riscos que estão inerentes a uma metodologia deste tipo, desde logo o risco da parcialidade, esta parece ser a melhor estratégia a adoptar para compreender *o sentido que o social tem*, no momento, na realidade portuguesa.

Um dos primeiros passos a dar será o de *conhecer o social* de que falamos e os seus actores: por um lado, *que evolução sofreu o social?* Será possível afirmar que *o social mudou?! A nossa perspectiva sobre ele também mudou?* Por outro lado, e uma vez que o social que será analisado na presente investigação prende-se com o campo do combate à pobreza e à exclusão social, será feita uma abordagem a estes fenómenos. O objectivo não é o de fazer uma análise exaustiva destes, mas sim perceber as mudanças mais prementes ocorridas ao longo deste tempo e que, por isso, têm contribuído para mudanças nas formas de intervir no social.

Posteriormente, serão também analisadas as entidades que trabalham com estes grupos e que, face às exigências dos fenómenos, mudaram e adaptaram muito das suas intervenções, o que é revelador, esperamos, de uma evolução nas formas de abordar este social. Neste ponto será feita uma abordagem às *metodologias e formas de intervenção* que foram surgindo em resposta às diferentes necessidades destes novos fenómenos. Ou mesmo não sendo novos, que apresentam actualmente características de grande vulnerabilidade que escapam às formas de intervenção mais tradicionais, ou melhor dizendo, que vão sobrevivendo (muitas vezes à margem) dos modelos institucionalmente reconhecidos. Ambas estas análises permitirão dar uma imagem *do que é o social hoje e como se intervém nele*, fazendo deste modo uma primeira

abordagem ao objecto central de estudo, ou seja, as organizações não governamentais que intervêm no combate à pobreza e à exclusão social.

Um segundo momento da investigação irá centrar-se no tema da *cultura*. Vai-se tentar conhecer um pouco a história do conceito de modo a perceber os vários usos que este tem na actualidade. Ouvimos falar de vários tipos de cultura: cultura política, cultura juvenil, cultura da empresa, cultura da pobreza, etc e será neste percurso que será importante debater também a existência de uma *cultura do social* e o que queremos designar quando usamos este termo. Não se pretende aqui “impor” ou “defender” em termos científicos o aparecimento e a existência de um novo conceito (isso ficaria para uma investigação mais alargada), mas sim, perceber e descrever os princípios que lhe estão inerentes e que lhe conferem uma identidade. Neste sentido, seria fundamental estudar os *meios e os sectores que são impulsionadores, e criadores, de uma cultura* desta natureza, ou seja, a política, a educação, os meios de comunicação social, o trabalho das organizações. No entanto, as exigências inerentes a uma investigação deste tipo não são contempladas neste estudo. Neste sentido, foi necessário fazer algumas opções sem deixar, contudo, de delinear algumas pistas para uma futura investigação.

Assim, o presente estudo terá como enfoque o trabalho das Organizações Não Governamentais onde de um modo mais inovador, nuns casos e noutros nem tanto, existe um papel fundamental no combate à Pobreza, possuindo, igualmente, uma representação acerca destes fenómenos. Para tal foram realizadas entrevistas a Dirigentes e a outros órgãos directivos de um conjunto de ONG's que a nível nacional, regional ou local, foram acompanhando mudanças ocorridas no campo do social, nas metodologias e instrumentos desenhados para nele intervir e que, deste modo, foram contribuindo para o *desenvolvimento de uma consciência social* e de uma *cultura* enraizada em termos de compreensão e intervenção nestes fenómenos. Ou seja, as Organizações Não Governamentais são também responsáveis pela construção de um conjunto de valores no campo do social, por influenciar a comunidade relativamente à pobreza e aos grupos que nela se encontram enredados.

Se tivéssemos oportunidade de analisar aqui todo o conjunto destes “actores” impulsionadores de uma *cultura do social*, seria fundamental perceber de que modo estes influenciam directa e indirectamente a *opinião pública*, que também tem uma palavra a dizer sobre o assunto e, acima de tudo, tem um papel a desempenhar. *O que*

pena o cidadão das questões do social? Da luta contra a Pobreza? De que maneira está envolvido? Em todo este processo seria importante também perceber o que pensam as pessoas em situação de pobreza e exclusão social de todo o trabalho de intervenção social que é desenvolvido?! De todas as políticas que a eles se destinam?! No entanto, é importante reconhecer, uma vez mais, que não será possível abordar todas estas realidades/públicos, embora seja fundamental deixar também aqui uma reflexão para uma futura investigação.

Por fim penso que estarão reunidas as condições para lançar algumas das pistas que nos permitirão perceber se existe ou não uma cultura ao nível do social em Portugal e acima de tudo como é que ela se caracteriza e se manifesta.

Se tivermos em conta que a presença de uma cultura é detectada pelo conjunto de valores, de competências e identidades que são partilhadas por um conjunto de pessoas; a cultura do social, não será mais do que a presença de valores, de competências e de capacidades que estão presentes numa sociedade e que ditam a forma como encaramos as pessoas que vivem em situações mais desfavorecidas e que influenciam o tipo de intervenção que se desenvolve com elas. Cultura esta necessária para uma eficaz estratégia de combate à Pobreza e à Exclusão Social.

O objecto de estudo aqui descrito, assim como as diversas dimensões que serão exploradas para a sua total compreensão revestem-se de um carácter complexo. Desde logo, e esta é talvez a razão mais significativa, porque quando se fala em *cultura*, ou em *cultura do social*, está-se a falar de um conceito teórico que pode ser “visto” como desprovido de qualquer essência. Para evitar este “esvaziamento” de sentido, ou seja, a sua redução a um mero conceito, há que encontrar a melhor metodologia que “traga” realidade ao conceito ou “demonstrar” a sua realidade e o seu enquadramento na sociedade.

1.1 – A importância da cultura do social enquanto objecto de estudo

Antes de expor e explorar a metodologia e as técnicas que foram seleccionadas para a presente investigação é importante perceber as razões que levaram a seleccionar estas e não outras. A melhor forma de o fazer é procurando explicar a importância de se investigar/reflectir neste objecto de estudo e porque é que podemos considerá-lo enquanto tal.

Quando estamos perante fenómenos sociais, como por exemplo, a toxicodependência, o desemprego, etc, independentemente da dimensão ou das questões que pretendemos ver esclarecidas sobre esses fenómenos é relativamente visível o caminho que temos de construir para o seu estudo. O mesmo não acontece quando nos referimos à *cultura do social* onde a procura pelo seu significado é uma tarefa aparentemente mais complicada, assim como a percepção do seu reflexo na prática social.

A *cultura*, na sua definição mais comum, é visível através da expressão de um conjunto de práticas e valores que são partilhados por uma determinada comunidade. Quando entramos no campo *social* o que esperamos reconhecer e perceber ao nível da comunidade e da sociedade são os princípios, os valores e as experiências que contribuem para o *bem-comum* (para a construção de uma sociedade onde o *bem-comum* seja central). Esta presença, que pode ser revelada pela existência de uma *Cultura do social*, pode ser mais ou menos forte, mais ou menos significativa e contribuir para nos aproximarmos do *bem-comum* dependendo da forma como é construída, transmitida e apropriada.

A pobreza e a exclusão social constituem um atentado à dignidade da vida humana, sendo expressão da negação de todos os direitos fundamentais. Se arriscarmos fazer um retrato do mundo nestas últimas décadas sobressaem dois lados de uma mesma moeda: se por um lado, assistimos a uma evolução marcante da tecnologia e a um progresso da economia, por outro lado, e apesar dos esforços e dos meios, continuamos a não conseguir erradicar a Pobreza. Se por um lado, temos tudo ao nosso alcance para viver com qualidade, por outro lado, cada vez mais nos deparamos com situações de desigualdade e de fragilidade de vivência e convivência humanas.

Os efeitos e as causas destas situações são muitas e variadas. Do ponto de vista do relacionamento humano encontramos-nos num período em que as palavras *sociedade*, *comunidade*, *solidariedade*, *cidadania*, *família* encontram-se mais vazias. No relacionamento entre o *Eu* e o *Outro* este último aparece sempre em segundo lugar ou, em muitos casos, não é, simplesmente, considerado.

A par com as situações cada vez mais crescentes de isolamento social, o ser humano sente-se cada vez mais ameaçado pelo *Outro* e pelos riscos que a ele são associados, fala-se em particular, dos riscos inerentes à pobreza, à toxicodependência, à

prostituição, à imigração, à SIDA, ao desemprego, etc. Cada vez mais o indivíduo se fecha sobre si mesmo, toma consciência da complexidade dos fenómenos sociais e do risco que entende estar associado a estes.

Tendo em conta estas diferentes perspectivas, na luta contra a Pobreza podemos afirmar, e veremos ao longo da investigação a força e a veracidade desta afirmação, expressões variadas da ausência e presença do que podíamos apelidar de *cultura do social*.

Quando optei por estudar este fenómeno foi porque identifiquei um conjunto de razões que o apontam como objecto de estudo:

- Desde logo, é interessante a posição que o social tem vindo a assumir ao longo dos tempos e, mais em particular, a luta contra a pobreza. É possível identificar na história do combate à pobreza um conjunto de momentos que reflectem diferentes preocupações, avanços e recuos, que nos fazem questionar a centralidade deste fenómeno na actualidade;
- Em paralelo é de realçar a evolução dos fenómenos sociais e as mudanças ao nível das estratégias de intervenção. A complexidade crescente do social tem traduzido uma complexidade nas formas de actuação, mas parece que subsiste uma parte desta realidade para a qual as respostas existentes não são ainda uma solução;
- A importância da solidariedade e a sua evolução ao longo dos tempos. Riccardo Petrella² refere que a *cidadania* e a *solidariedade* constituem os princípios fundadores da sociedade moderna. Mas estes princípios parecem ter sofrido mudanças significativas principalmente quando nos deparamos com as crescentes dificuldades no combate à pobreza e o difícil esforço na sua resolução.

Mas então em que fase nos encontramos? O que construímos até este momento, o que temos e para onde estamos a caminhar? Parecem as 3 questões filosóficas sobre a existência do ser humano. Mas quando abordamos o problema da pobreza estamos necessariamente a falar do ser humano e do que já é considerado como um atentado a todos os direitos humanos. A questão central é que na verdade construímos muito e

² Riccardo Petrella, *O Bem Comum. Elogio da Solidariedade*, Porto, Campo das Letras, 2002, p.21.

ainda há muito a fazer. O que nos alerta para a existência de uma *cultura ao nível do social*, ou seja, de um sistema de valores e princípios que, tal como a *cultura* no sentido lato do termo, tem vindo a *construir-se*, *desconstruir-se* e a *reconstruir-se*³ marcando, tal como referi anteriormente, a intervenção na luta contra a pobreza e a exclusão social.

1.2 – A metodologia qualitativa a seguir no estudo da *cultura do social*

A *cultura do social* enquanto objecto de estudo requer, em virtude do que foi anteriormente descrito uma metodologia que permita perceber e interpretar a complexidade do fenómeno, reconhecer e objectivar a sua existência. Neste sentido, a escolha incidiu numa metodologia de carácter mais qualitativo. Embora o mais correcto seja assegurar um certo equilíbrio entre uma vertente mais quantitativa e uma vertente mais qualitativa, no presente estudo sobre o social e sobre o facto deste, pelo modo como é percebido e valorizado, estar a contribuir para o aparecimento de condutas e valores em matéria de luta contra a pobreza, a opção por metodologias mais qualitativas parece a mais correcta. Tal escolha permitirá *desconstruir* o processo de *construção* de uma provável *cultura do social*.

“O recurso às análises qualitativas abre a via ao emaranhado dos sentidos que tornam compreensíveis as sociedades, e que não são menos empíricos do que os primeiros. A factualidade não se exprime apenas em dimensões numéricas nem o qualitativo é inquantificável. (...) O único critério definidor dos métodos a utilizar será o da escolha do objecto de estudo, e esta escolha é ditada pelo corpo teórico utilizado e pela angulação ou pela óptica que se deseja utilizar”⁴. Assim, perceber a (in)existência de uma *cultura do social* quando nos referimos aos processos que envolvem a luta contra a pobreza consiste, por um lado, em perceber a forma como o social se manifesta, a posição que ele ocupa, e, por outro lado, como é que ele é percebido, que impacto produz nos actores, que significado ele assume e em que é que se traduz em termos mais práticos.

³ Esta é a uma referência a Dennys Cucho que debate a *renovação do conceito de cultura*, ou seja, segundo o autor nenhuma cultura existe em ‘estado puro’, idêntica a si própria desde sempre, sem ter jamais conhecido a mínima influência exterior. (...) Toda a cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução. O que varia é a importância de cada fase, segundo as situações.”

Dennys Cucho, *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século – Edições, 2003, p.107.

⁴ António Esteves; José Azevedo, *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia – FLUP, 1998, p.23.

O investigador assume neste caso um papel determinante, pois é ele que define o percurso que deve seguir para alcançar o seu objectivo.

Michelle Lessard-Hébert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin referem que a investigação pode situar-se num de dois contextos: o *contexto da prova* e o *contexto da descoberta*. Enquanto que no primeiro caso o objectivo principal prende-se com a “verificação de uma dada teoria independentemente da maneira como esta foi elaborada ou formulada”; no segundo caso, no *contexto da descoberta* o “investigador foca a formulação de teorias ou de modelos com base num conjunto de hipóteses que podem surgir quer no decurso quer no final da investigação”.⁵ Segundo os autores as metodologias qualitativas situam-se no contexto da descoberta, embora a *ideia de prova* possa vir a surgir no momento da *formulação das primeiras hipóteses*.

Tendo em conta o presente objecto de estudo e o quadro de análise onde o investigador pretende imergir, a opção parece recair mais no *contexto da descoberta* do que no da *prova*. Ou seja, a opção por uma metodologia mais qualitativa, como foi anteriormente referido, parece ser o melhor caminho a seguir.

Até ao momento a reflexão tem incidido numa questão fundamental: existe ou não uma *cultura do social* em Portugal? Com uma tal formulação toda a investigação terá de ser conduzida no sentido de procurar encontrar *provas* que respondam a esta questão, ou seja, que comprovem a sua in/existência. No entanto, a investigação pretende ir mais além, ou seja, se existe uma *cultura* ela assume determinadas características e reflecte-se num conjunto de factores. Por outro lado, se não podemos falar na existência de uma *cultura do social* é porque a forma como tem sido conduzida a abordagem ao social e, em particular, a luta contra a pobreza não foram criadas as condições para a sua presença. De uma forma ou de outra existe todo um “terreno” que precisa de ser “desbravado” e, tal só é possível, se forem adoptados instrumentos que permitam ir *descobrimo* tudo o que é preciso para conhecer a realidade. A determinada altura existirá um momento em que, face às hipóteses levantadas, será necessário provar se estas se confirmam ou não. Por isso é que o *contexto da prova* e o *contexto da descoberta* devem coexistir na presente investigação de modo a cumprir o seu objectivo.

⁵ Michelle Lessard-Hébert; Gabriel Goyette e Gérald Boutin, *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 2005, p.95.

1.3 – Os instrumentos necessários à construção do conhecimento:

Uma vez conhecido o caminho que se pretende percorrer é necessário seleccionar os melhores instrumentos que permitam recolher as informações necessárias à análise e, desta forma, dar significado a toda a investigação.

Tendo em conta que se assumiu uma metodologia de carácter qualitativo, as técnicas a seleccionar devem enquadrar-se neste campo. Assim, a análise documental e a entrevista assumem-se como as técnicas mais adequadas a esta investigação.

A análise documental está presente ao longo de toda a investigação. Na fase inicial quando se procedeu à selecção de um conjunto de documentos bibliográficos que permitiram construir o “corpo” teórico da investigação. Durante e após a conclusão da investigação com o objectivo de completar, confrontar e suscitar a reflexão face à informação entretanto recolhida no momento das entrevistas. Neste sentido, os documentos foram seleccionados tendo em conta os vários temas aqui abordados e os contributos que poderiam dar para a análise dos mesmos. Para que tal acontecesse foi sempre “lançado” um olhar crítico face à informação que ia sendo recolhida.

As entrevistas, por sua vez, surgem numa fase do estudo em que, face às várias interrogações do investigador, é necessário “questionar” a realidade, explorá-la, retirar dela a informação necessária para refutar, confirmar as hipóteses formuladas. Neste sentido, a opção recaiu sobre a entrevista semi-estruturada, pois embora existisse um conjunto de informações que era necessário obter - sendo para isso necessário definir perguntas concretas e objectivas - pretendia-se também deixar o entrevistado à vontade de forma a reflectir com ele algumas das interrogações que a própria investigação tinha levantado até ao momento.

Alan Bryman⁶ identifica um conjunto de potencialidades da entrevista enquanto método de recolha de dados ao nível da investigação qualitativa. Desde logo, a ênfase nas opiniões do entrevistado e do seu ponto de vista face ao que está a ser estudado e que está na base da realização da entrevista. Neste sentido, este tipo de entrevista é muito mais flexível e embora exista um guião, este não precisa de ser seguido de um modo estruturado e, tendo em conta o discurso do próprio entrevistado, podem surgir outras questões pertinentes que devam ser colocadas.

⁶ Alan Bryman, *Social Research Methods*, Paperback, 2008. Pode ser consultado em <http://www.oup.co.uk>

Tendo em conta o campo da investigação – as Organizações Não Governamentais que operam na luta contra a pobreza e a exclusão social – a flexibilidade potenciada pelas entrevistas semi-estruturadas constituía uma vantagem. Se, por um lado, era importante perceber como estas entidades têm exercido e definido o seu papel na luta contra a Pobreza, por outro lado, era fundamental perceber as suas próprias perspectivas face ao trabalho que realizam, as suas expectativas presentes e futuras. Se defendemos que as organizações de terreno partilham juntamente com outras entidades um papel na constituição de uma *cultura do social* é interessante perceber da parte dos seus dirigentes se esse papel existe e se é percebido enquanto tal. No ponto seguinte é descrito o processo e os critérios para a selecção destas entidades.

Associado às entrevistas está um outro método – a análise de conteúdo – que merece aqui uma atenção especial pois permitiu eliminar algumas das dúvidas e “incertezas” presentes numa primeira fase da investigação e “enriquecer”⁷ toda a informação, que inicialmente tinha sido conseguida, de um modo crítico e construtivo.

Segundo Laurence Bardin podem ser identificadas 2 funções da análise de conteúdo⁸: uma *função heurística*, ou seja de exploração do terreno de análise; e uma *função de administração da prova*, para validar determinada hipótese definida no decorrer da investigação. Tal como refere a autora as duas funções podem coexistir ao longo de uma investigação. No caso concreto deste estudo, a análise de conteúdo foi fundamental no momento de desconstrução das entrevistas, ou seja, estas permitiram recolher um conjunto de informações que era necessário “catalogar” e interpretar à luz do que estava a ser estudado. Assim, como se irá perceber numa fase posterior, as entrevistas foram “lidas” tendo por base elementos-chave da investigação e, num segundo momento, foram elaboradas as conclusões tendo presente toda a problemática já apresentada e as hipóteses definidas. A investigação identificava algumas áreas para as quais as entrevistas deviam fornecer mais informação. A análise de conteúdo apresentou-se como a metodologia mais adequada ao cumprimento desta tarefa.

⁷ Esta é uma alusão a Laurence Bardin que atribui à análise de conteúdo 2 objectivos centrais: por um lado, a *ultrapassagem da incerteza* face à mensagem que o investigador possui e, por outro lado, o *enriquecimento da leitura*, ou seja, a possibilidade de *descoberta* de novos elementos que não existiam inicialmente na mensagem. Para mais informações consultar: Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo*, Lisboa. Edições 70, 1994, p.29.

⁸ Laurence Bardin, *op. cit.*, 1994, p.30.

1.4 – Entrevistas a quem? O que perguntar?

Como foi referido anteriormente, a presente investigação só ficaria completa se fosse aplicado um conjunto de metodologias a um conjunto de actores sociais. Só assim, seria possível “solidificar”, no total sentido da palavra, o conceito de *cultura do social*, enquanto tal. Não sendo possível fazer aqui esse exercício foi assumido que seria levantado um conjunto de pistas para uma futura análise e, embora de um modo ainda incompleto, falar da existência/ausência de uma *cultura do social*.

Neste sentido, a opção recaiu nas Organizações Não Governamentais que possuem, a meu ver, um papel determinante na forma como se tem actuado no social, em particular no combate à pobreza e à exclusão. Assim, é fundamental determinar quais são os critérios que permitem fazer a selecção das entidades a entrevistar e quais os temas que serão abordados nas entrevistas.

Estas entidades são responsáveis pela construção de um conjunto de valores no campo do social e que influenciam a opinião pública relativamente ao modo como se encara a pobreza e as pessoas que vivem nesta condição. Nos capítulos seguintes iremos ter oportunidade de explorar melhor estas questões, mas este papel das entidades privadas resulta em muito da posição que elas foram assumindo a este nível. Ou seja, as Organizações Não Governamentais foram assumindo ao longo deste tempo um papel activo no combate à pobreza e foram desenvolvendo um conjunto de atitudes que podemos considerar inovadoras a este nível. É claro que definir o que é inovador e o que não é, constitui uma tarefa complicada. O que nesta investigação se considera como inovador prende-se com a adopção de um conjunto de valores e atitudes que provocaram um impacto positivo na luta contra a Pobreza. Fala-se em particular das noções de participação e *empowerment*, abordagem *bottom-up*, abordagem integrada, planeamento estratégico, parceria e trabalho em rede, para enumerar algumas delas, cujo aparecimento e implementação trouxeram algo de inovador na abordagem ao social. A inovação traduz-se, assim, em novas formas de actuação e em novas práticas capazes de tornar a intervenção na luta contra a pobreza mais eficaz e eficiente. No entanto, como também já se referiu, ainda existe muito a fazer. Muitas destas noções e metodologias, apesar de serem reconhecidas (e estarem mais do que comprovadas as suas mais valias) como fundamentais na luta contra a pobreza, ainda são mal interpretadas, aplicadas de um modo deficitário e, por vezes, são desvalorizadas em

determinados momentos. Todos estes “contratempos” levam a questionar se esta *cultura do social* existe mesmo, ou se ainda não teve oportunidade de se afirmar.

Assim, na abordagem às entidades de terreno foi fundamental seleccionar aquelas que, de um modo ou de outro, têm vindo a destacar-se neste campo, porque:

- Promovem formas de intervenção inovadoras aos mais diversos níveis da luta contra a pobreza;
- São reconhecidas ao nível nacional e local pelo trabalho que desenvolvem na luta contra a pobreza;

No que se refere ao primeiro item, e reconhecendo a dificuldade em definir e identificar inovação na intervenção destas Organizações – até porque para isso teria de ter aprofundado a realidade de trabalho de cada uma das entidades entrevistadas – não deixa de ser importante reconhecer a **diversidade de intervenções** destas entidades. Como se irá verificar na parte de análise estas entidades evoluíram ao longo do tempo na sua forma de actuação no social. No mesmo sentido, têm presente no seu discurso e nas formas de intervenção princípios que, no decurso da evolução das políticas sociais, vieram a revelar-se inovadores para a intervenção, nomeadamente, o *trabalho em parceria*, o *trabalho em rede*, a *participação*, entre outros. É perfeitamente discutível se esses princípios estarão a ser implementados na sua plenitude. No entanto, não deixa de ser relevante que se mantenham enquanto preocupação, e alerta, na intervenção diária das Organizações.

No que se refere ao segundo critério referimo-nos ao **reconhecimento** não só da própria opinião pública, mas também ao nível das entidades mais macro, como a segurança social, as próprias instâncias políticas e de financiamento (como as entidades que regulam os programas operacionais). Ou seja, o que se pretende dizer é que estas entidades têm uma maior facilidade de fazer passar uma mensagem e até de impor uma determinada forma de actuar no campo do social que é visível nas várias acções que realizam, na **visibilidade** que têm, na **capacidade de estabelecer parcerias** e de **mobilizar a sociedade civil**.

Neste sentido foram seleccionadas 4 entidades que se enquadram nestes critérios, nomeadamente, a ANIMAR, a CARITAS, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN) e a União das Misericórdias).

Ainda seguindo o critério da inovação e das boas práticas, considerei que seria fundamental seleccionar para entrevistar algumas Organizações de terreno que trabalham directamente com pessoas em situação de pobreza e exclusão. Neste sentido, foram seleccionadas algumas entidades no Norte/Centro do país (ASAS, A. Integrar, C. S. P. da Vera Cruz e Santa Casa da Misericórdia do Porto).

No que se refere ao primeiro grupo de entrevistados estamos perante entidades de cúpula, ou seja, representam uma rede alargada de outras organizações que se encontram dispersas pelo país e que intervêm em diferentes áreas do social. Esta diversidade é visível também no segundo grupo, sendo que, também neste caso, temos quatro organizações que operam a nível local, mas com diferentes “tempos de vida”. Entenda-se, neste caso, a ASAS e a A. Integrar que estão implementadas no país há cerca de 15 anos, o C. S. P. Vera Cruz há mais de 35 anos e a Misericórdia do Porto há 500 anos. Esta “diferença de idades” poderá ajudar a perceber algumas das ideias transmitidas nas entrevistas, mas também diz muito da forma de intervenção adoptada, das mudanças entretanto levadas a cabo e da própria estrutura organizacional.

Seleccionadas as entidades era importante definir, à luz do que já estava a ser estudado, os temas a abordar nas entrevistas. Desde logo, o objectivo deste exercício era o de:

- Perceber como as entidades do Terceiro Sector tem exercido e definido o seu papel na luta contra a pobreza ao longo deste tempo;
- Que valores defendem (do ponto de vista interno e externo à Organização)?
- Qual a relação com o Estado?
- Como percebem a intervenção social actualmente e como a perspectivam no futuro?

Assim, para além de uma contextualização do trabalho que a entidade tem vindo a desenvolver na luta contra a pobreza era fundamental perceber:

- Maiores dificuldades sentidas na intervenção social;
- Que diferenças/mudanças podem ser apontadas à luta contra a pobreza nestes últimos anos;

- O que existe de inovador? O que é que a Organização realiza como inovador na sua intervenção;
- A avaliação da sua intervenção nestes últimos anos;
- A fragilidade das respostas VS a persistência da pobreza;
- A quem cabe a responsabilidade pelo acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo Terceiro Sector; A quem cabe a responsabilidade pelo acompanhamento das políticas sociais? Estas são bem ou mal sucedidas? O que está a falhar?
- O que se espera do futuro:
 - Papel da Organização e do Terceiro Sector
 - A face da pobreza e da exclusão
 - A intervenção social nestas problemáticas

O tipo de questões colocadas, aliado à diversidade de entidades entrevistadas procuravam ir para além dos “muros” da própria Organização, ou seja, a partir do momento que temos entidades que se articulam, no seu trabalho diário, com mais de 2 mil entidades, como a CNIS, ou mais de 300 Misericórdias, como a União das Misericórdias, temos, ou pelo menos esperamos, uma visão global das dificuldades, dos desafios, das diferentes formas de intervenção que se vão desenvolvendo um pouco por todo o país. O mesmo tipo de raciocínio pode ser aplicado ao segundo grupo de entrevistados. Neste caso, e a um nível mais local, temos entidades que actuam em diferentes realidades da pobreza e da exclusão, o que demonstra um “currículo” de intervenções diversificado em termos de experiências, dificuldades e necessidades, quer sentidas, quer experimentadas.

1.5 - Hipóteses

O que se pediu às entidades foi uma “abertura” na reflexão sobre o tema (ou temas) aqui abordado(s) de modo a perceber como o social se tem vindo a desenvolver ao longo deste tempo, como está a ser promovido e o que se espera para o futuro.

Neste sentido, e face ao exposto, é necessário concretizar algumas das ideias já aqui apresentadas, “reformulando-as” em forma de hipóteses que possamos explorar no

contacto com as Organizações de terreno. Se a ideia central do presente estudo consiste em procurar pistas que possam demonstrar a existência de uma *cultura do social* e se a reflexão irá centrar-se num dos sectores da sociedade que a meu entender têm vindo a dar orientações neste sentido – as Organizações Não Governamentais que intervêm no campo da luta contra a pobreza e a exclusão social – uma das primeiras hipóteses consiste no seguinte: *o papel que as ONG's têm vindo a assumir no combate à pobreza e à exclusão, e que se traduz numa intervenção mais próxima dos problemas sociais e dos públicos mais vulneráveis, é revelador de um social que se pretende mais solidário, mais participativo e de uma maior consciência social orientada para essa luta.*

Face a esta constatação surge uma segunda hipótese, na qual, se defende que *as ONG's são inovadoras na forma como abordam o social, em particular a luta contra a pobreza, demarcando-se de modelos de intervenção mais assistencialistas que visam as pessoas mais vulneráveis.*

E uma terceira: *a evolução verificada ao nível das metodologias e estratégias de intervenção - onde se procura ter em conta o indivíduo, promover a sua participação no seu próprio processo de inserção social, trabalhar os fenómenos na sua multidimensionalidade, olhar o social como uma área que a todos diz respeito - é reveladora de uma mudança ao nível do social conforme o conhecíamos. É reveladora de uma cultura que procura aproximar o social de todos, numa tentativa de que estes assumam o papel de interventores num social que a todos diz respeito.*

2. O SOCIAL

2.1 - O Portugal Social

A nova questão social

As preocupações do Estado com as questões do social e da protecção e bem-estar dos indivíduos ganharam os seus principais contornos com o desenvolvimento da Sociedade Industrial. A velha questão social⁹, como pode ser referida, com a qual o Estado tinha de lidar, tinha como principal objectivo dignificar a condição de vida do operário. O Estado assumia o papel de regulador cuja principal função seria garantir meios de combater e evitar situações de pobreza dos indivíduos.

A questão social que surgiu com o advento da sociedade industrial e da complexificação do tecido social, e que se concretiza com maior expressão no pós-guerra, tem implícita um conjunto de preocupações para as quais o Estado foi chamado a intervir e que estão na base da construção do Estado Providência (EP). Segundo as concepções de Bismark e Beveridge¹⁰ o Estado deve ser capaz de garantir um determinado nível de protecção social a todos os indivíduos independentemente do seu estatuto ou cobrir, no caso do primeiro autor, algumas lacunas existentes ao nível do mercado na protecção social dos indivíduos – nomeadamente doença e velhice. O Estado começou a assumir um papel activo e determinante ao nível da promoção do bem-estar dos indivíduos no entanto, a este aumento das exigências para com o papel providencial do Estado junta-se a dificuldade da sua sustentação financeira.

As origens do Estado de bem-estar ressalvam a imagem da pessoa, neste caso o trabalhador, o operário, que para além dos benefícios que pode retirar da era industrial, também pode ser “atirado” para uma situação de *risco*. A possibilidade do desemprego, do risco da incapacidade pelo trabalho, etc conferem à pessoa uma fragilidade que deve ser “segurada” pelo Estado dito Social. François-Xavier Merrien

⁹ A noção *Questão Social* surge por volta do século XIX como reveladora do aumento crescente das situações de precariedade ao nível da sociedade industrial emergente. Segundo Robert Castel (*As Metamorfoses da Questão Social*, Rio de Janeiro, Vozes, 1998) a complexificação da sociedade industrial, o desenvolvimento tecnológico, o desemprego – fruto da incapacidade de já não se ser capaz de garantir um emprego para todos – o aparecimento e aumento de situação de pobreza e a falta de capacidade do Estado em assegurar uma plena gestão do social vieram a impulsionar o surgimento de uma nova questão social.

¹⁰ William Beveridge (1879 – 1963), célebre sociólogo Inglês, em 1942 no seu relatório sobre *Social Insurance and Allied Services* defendeu o princípio da *protecção social universal*, ou seja, todo o indivíduo tem direito a um determinado nível de prestação social independentemente do estatuto que possui. Otto Von Bismarck, Chanceler alemão (1862-1890), impulsionador do conceito de *seguro social* dirigido à população operária. Bismarck considerava que o Estado deveria garantir apoios que cobrissem situações de velhice e de doença. A articulação destes dois modelos de protecção social contribuiu para o surgimento da noção de *Estado de Bem-estar*.

refere que a “ideia de base é que a industrialização pauperisa e fragiliza o trabalhador (...). [assim] A questão colocada não é a das populações sem laço social (camponeses pobres, indigentes, pobres das cidades, franjas da sociedade, doentes), mas sim a de uma população inserida na nova civilização do trabalho que nasce com a revolução industrial”¹¹. Numa sociedade onde não é possível assegurar emprego para todos, onde o desemprego ou então a precariedade e fragilidade de alguns empregos colocam o indivíduo numa situação de risco social crescente, seria de esperar que a protecção social constituísse uma solução a essa fragilidade. Serge Paugam refere que a *nova questão social* trazida pelo *desemprego* e pela *instabilidade do emprego* colocaram em questão os anteriores equilíbrios existentes entre *eficácia económica* e *solidariedade social*, ou seja, com a *crise da sociedade salarial* a “protecção social é bastante desigual entre os trabalhadores, e os menos qualificados são hoje em dia também os menos protegidos”¹².

No entender de Pierre Rosanvallon¹³ estas mudanças trazidas pela nova questão social assumem uma outra dimensão, ou seja, uma dimensão de ordem filosófica. Paralelamente às dificuldades do Estado Providência em assumir financeiramente os riscos desta nova sociedade são colocados em causa, segundo o autor, os *princípios organizadores da solidariedade* e a *concepção dos direitos sociais*. Ou seja, se com o desenvolvimento de um Estado de Bem-estar todas as pessoas, nomeadamente as mais vulneráveis, têm direito a ser “protegidas”, tendo por base um princípio de solidariedade que está assente e é reconhecido ao nível da sociedade. Com os “desequilíbrios” caracterizadores da “nova questão social” ambos os princípios são colocados em causa. Na verdade, o reconhecimento e a “experimentação” destes princípios, ou seja, a forma como o Estado de bem-estar foi adoptado ao nível dos vários países e a forma como se impôs, as dificuldades de que foi alvo não foram sentidas do mesmo modo. Esta situação leva também a afirmar que a crise do EP (quer no sentido de ruptura ou mudança) fez-se sentir, também, diferentemente.

¹¹ François-Xavier Merrien, “Les devenirs de la solidarité sociale”, in Serge Paugam (Dir.), *Repenser la Solidarité*, Paris, PUF, 2007, p. 841.

¹² Serge Paugam, *Le Lien Social*, Paris, PUF, 2008, p.81. Para Serge Paugam, a *crise da sociedade salarial* surge com as mudanças ocorridas ao nível do mercado de trabalho. A flexibilidade do emprego, os trabalhos a tempo parcial, o risco do desemprego e a dificuldade em se encontrar um novo emprego confere a este uma fragilidade e instabilidade que tem efeitos negativos no trabalhador.

¹³ Pierre Rosanvallon, *La nouvelle question sociale. Repenser L'État-providence*, Paris, Éditions du Seuil, Janeiro 1995.

Segundo Esping-Anderson podem ser identificados 3 Regimes (ideais) de *Welfare State*: o Regime Social Democrático ou Nórdico (Países Nórdicos); o Regime Liberal (EUA, Canadá e Austrália); o Regime Corporativo (Alemanha, França e Itália).

Segundo o mesmo autor “o Estado de Bem-Estar não pode ser compreendido apenas em termos dos direitos que é capaz de garantir. Também devemos ter em atenção como as actividades do estado são inter-relacionadas com o papel do mercado e da família ao nível da provisão do bem (estar) social”¹⁴. É a este nível que o autor identificou os 3 modelos atrás referidos. Não pretendendo ser exaustiva, estes podem ser definidos da seguinte forma:

1 – *Regime Liberal* – o tipo de assistência concedida neste regime, para além de modesta é dirigido essencialmente aos indivíduos com baixa condição social e económica que para acederem à protecção têm de fazer prova das suas necessidades. Também neste modelo os *assistidos* são geralmente vistos pelos outros como indivíduos de pouca utilidade o que acarreta fortes desigualdades sociais;

2 – *Regime Corporativo* – é um regime que reproduz as desigualdades já existentes. O Estado possui um forte papel ao nível da protecção ficando o mercado com um papel mais secundário. É um regime conservador do ponto de vista familiar, onde o papel da mulher encontra-se reduzido à família e às suas tarefas na educação dos filhos, não sendo muito bem vistas aquelas que conseguem colocação no mercado de trabalho;

3 – *Regime Social Democrata ou Nórdico* – é o regime universalista por excelência onde a protecção de base para todas as classes é igual. O sistema de seguro é universal e os benefícios são atribuídos de acordo com os rendimentos. O Estado Providência, na sua essência, assemelha-se em muito com o modelo social-democrata.

A tipologia apresentada por Esping-Anderson apresenta, no entanto, algumas limitações. Desde logo, é importante referir que não existem regimes puros, mas sim híbridos; alguns países não se enquadram nesta tipologia (são exemplo disso os países de leste, os Asiáticos e mesmo Portugal); da mesma forma, a família não encontra na

¹⁴ G. Esping-Anderson, *The three worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press, 1990, p.23.

teoria do autor a mesma importância que este lhe atribui sendo muito mais salientado o papel fundamental do Estado.

Para Serge Paugam estas análises assumem um carácter fundamental pois “permite compreender as formas de organização das sociedades ocidentais por relação com a protecção social em geral e as formas específicas de estratificação social que daqui decorrem”¹⁵. Isto é, segundo o autor o modelo de “Estado-Providência tem um efeito sobre a constituição da categoria dos pobres que este toma a seu cargo a título da assistência e, assim sendo, sobre a experiência vivida da pobreza”¹⁶.

Mas a identificação destes vários regimes também dizem muito da *solidariedade* e levantam a ponta do véu face às mudanças entretanto ocorridas a este nível.

Segundo Riccardo Petrella os princípios fundadores de uma boa sociedade são a cidadania e a solidariedade. Ora “o Estado de welfare demonstrou sobretudo um facto fundamental: *a solidariedade está na base do progresso social e do funcionamento eficaz da economia de qualquer país*”¹⁷, da mesma forma o Estado de welfare deverá garantir a todos os indivíduos os instrumentos necessários ao exercício de uma plena cidadania.

Na verdade tal como foi referido anteriormente, quer o princípio da solidariedade, quer a concessão dos direitos sociais, ganharam com o *welfare state* um forte impulso, revelando um corte com os anteriores modelos que se revestiam de um carácter mais assistencialista. No entanto, com as alterações trazidas pela nova questão social estes princípios são colocados em causa, principalmente porque o Estado Providência não é capaz de fazer frente às fortes desigualdades e desequilíbrios entretanto produzidos ao nível social. Estas disparidades, ou seja, as mudanças em termos de protecção social às pessoas são visíveis nos 3 regimes atrás descritos.

Outros autores como Maurizio Ferrera¹⁸ identificaram um 4º Modelo de Bem-estar – o Modelo Meridional – característico dos países da Europa do Sul aos quais pertence Portugal e cujas especificidades marcaram as Políticas Sociais em Desenvolvimento no País. Segundo o autor, os programas de bem-estar social destes países caracterizam-se por um carácter rudimentar cujas causas podem ser atribuídas aos seguintes factores:

¹⁵ Serge Paugam, *op. cit.*, 2008, p.47.

¹⁶ *Idem, ibidem*, 2008, p.47.

¹⁷ Riccardo Petrella, *op. cit.*, 2002, p.44

¹⁸ Maurizio Ferrera, “A reconstrução do Estado social na Europa meridional”, in *Análise Social* vol. XXXIV (151-152), Lisboa, ICS – UL, 1999, pp. 457-475.

- Um forte dualismo no esquema de benefícios sociais verificando-se um maior nível de protecção para um grupo restrito deixando desprotegido um grupo vasto de cidadãos que se encontram fora do mercado de trabalho;
- Um esforço de implementação do serviço nacional de saúde, mas que falha na implementação do seu carácter universal;
- A fraca intervenção do Estado ao nível do Bem-estar que conduz a situações de clientelismo.

No caso específico da realidade portuguesa o Estado de Bem-estar nunca chegou a assumir a mesma configuração que em grande parte dos restantes países da Europa. “Portugal conseguiu em poucos anos aquilo que muitos países da Europa demoraram décadas a conseguir” tornou-se uma frase 'chavão' que esconde o lento avanço de algumas áreas importantes como a educação, a segurança social, a economia, a indústria tal como iremos analisar mais à frente nesta reflexão. Importa, no entanto, reforçar aqui a ideia das profundas mudanças sociais e culturais que se produziram com o alargamento do Estado de Bem-estar a todas as pessoas conferindo-lhes o direito de aceder à protecção social independentemente de se encontrarem em situação de risco social.

Retomando a linha de pensamento de Serge Paugam é possível destacar 3 marcos que permitem perceber as mudanças ocorridas em termos da solidariedade¹⁹: o primeiro está relacionado com o *contexto histórico*, ou seja, o impulso da segurança social e a sua generalização pública encontrou no pós-guerra o contexto ideal para se desenvolver. No mesmo sentido, são feitos apelos ao desenvolvimento de uma *consciência social* face aos males da sociedade que é expressão da solidariedade que se pretendia ver aplicada. O segundo marco prende-se com a *progressiva redução da esfera da assistência* que é conseguida com a criação do Estado Providência. No entanto, como foi possível ver nos 4 regimes atrás apresentados nem sempre é possível impedir que alguns grupos, nomeadamente, os mais desfavorecidos fiquem arredados desta protecção. Um último marco está relacionado com a *cidadania social* e o facto de o estatuto de cidadão garantir o direito à protecção social. Subsiste a questão face às pessoas que estão

¹⁹ Serge Paugam (Dir.), *op.cit.*, 2007, p. 5-28.

ausentes, ou melhor, excluídas, dos sectores da sociedade que podem conferir o estatuto de cidadão, nomeadamente o mercado de trabalho.

Deste ponto de vista é possível perceber as mudanças que decorreram com a *nova questão social*. Não se pretende aqui uma comparação entre a noção da questão social e o social propriamente dito. Falar em social é falar das facetas mais vastas da vida do indivíduo que não é de todo possível, nem se pretende, abarcar neste estudo. O que nos desperta a *nova questão social* prende-se com a forma de abordar e proteger os mais desfavorecidos. Esta vertente do social, com especial enfoque na pobreza e na exclusão social, sofre mudanças significativas com o surgimento desta *nova questão social*. Alguns dos princípios atrás referidos, como a *cidadania* e a *solidariedade*, interessam-nos em particular, uma vez que são fundamentais para perceber a forma como a luta contra a pobreza e a exclusão tem vindo a ser realizada. No mesmo sentido, é relevante a noção de *consciência social* de que fala Paugam. Ao incorporar os princípios atrás referidos, não está muito distante da outra noção que temos vindo a falar aqui, a noção de *cultura do social*. Deixa mesmo transparecer as mesmas dúvidas relativas ao tipo de *consciência* que tem vindo a ser desenvolvida no que diz respeito aos mais pobres e à forma como se percebe a intervenção com os mesmos.

A situação social em Portugal

Em Portugal o EP nunca assumiu os mesmos contornos que assumiu nos restantes países. Da mesma forma, os factores que estiveram na base da construção dos EP nestes últimos, não tiveram em Portugal o mesmo impacto. Tal facto ficou a dever-se essencialmente à situação política, económica e social que o país vivia no período do Estado Novo e que *adiou* a construção do chamado *Estado Social* e o desenvolvimento de Políticas de protecção aos indivíduos.

No entanto é possível identificar algumas evoluções durante o período que antecedeu 1974 em matéria de garantias de protecção de bem-estar para os indivíduos. Salienta-se, neste caso, a criação dos Seguros Sociais Obrigatórios e a Previdência Social. Todavia, o financiamento concedido pelo Estado a estas medidas era ainda muito pouco significativo.

Após o fim da ditadura e a revolução de 25 de Abril, as mudanças ocorridas no país foram muitas e rápidas, no entanto, não se operaram as condições necessárias para a

existência de um eficaz EP. Na verdade, a sua não observância levou a que, gradualmente, a Sociedade Civil fosse assumindo uma maior responsabilização nas matérias que àquele diriam respeito. Segundo Boaventura Sousa Santos, Portugal caracteriza-se mais pela existência de uma Sociedade Providência que compreende "as redes de relações de interconhecimento, de inter-reconhecimento e de ajuda mútuas baseadas em laços de parentesco, de vizinhança e comunitário (...)"²⁰.

A falta de resposta do Estado face às rápidas transformações que se verificaram em Portugal, quer após a Ditadura, quer após a sua entrada na União Europeia - salienta-se, um maior envelhecimento da população; o aumento do desemprego; o aumento e complexidade das situações de Pobreza e Exclusão Social; o maior fluxo de imigrantes, etc - deixou para as organizações da Sociedade Civil, a operar no terreno, o duro papel na resolução e tratamento destas questões. No entanto, a situação destas entidades é também ela ambígua, pois o seu principal suporte financeiro é o Estado (e os fundos da UE). Apesar de, em muitos casos, lidarem com dificuldades em termos de falta de recursos técnicos adequados à realidade das situações que lhes aparecem, ou falta de articulação com outras entidades que intervêm nas mesmas áreas, são as ONG's que vão desempenhando um papel activo, e em muitos casos inovador, no trabalho com estas problemáticas da Pobreza e Exclusão social.

O rápido desenvolvimento verificado a nível social, político e económico em Portugal na tentativa de acompanhar os restantes países da UE nem sempre pode ser encarado como eficaz e como tendo sido um objectivo alcançado. Tal facto é visível em virtude do fosso ainda existente de cerca de 20 anos entre Portugal e os restantes países da União.

Os últimos dados disponíveis são exemplificativos desta situação. No último Relatório da Situação Social na União Europeia (2009)²¹, Portugal:

- Possui uma das mais altas percentagens de jovens com baixa qualificação que abandonaram o sistema educativo e formativo (+ 30%);

²⁰ Boaventura Sousa Santos, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p.64.

²¹ O relatório *The Social Situation in the European Union, 2009*, pode ser consultado em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=696&furtherNews=yes>

- Possui uma das mais baixas taxas de população com idades entre os 20 e os 24 que completaram, pelo menos, o nível secundário (54,3% por comparação com os níveis da EU (27) que são de 78,5% (2008);
- O rácio entre os rendimentos dos trabalhadores mais qualificados e os menos qualificados é maior em Portugal do que nos restantes países da UE (2.56) (2006);
- A taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é ainda bastante significativa (10%) (2007);
- Possui uma dos mais elevados níveis de desigualdade em matéria de distribuição do rendimento (6.5) (2007);
- A taxa de Pobreza, apesar de ter baixado nos últimos anos, ainda assume uma posição relevante no conjunto dos países da UE (18%) (2007);

O processo de desenvolvimento a que Portugal aderiu faz dele um País de contrastes como os que se verificam em cima, sendo aquele o principal responsável por uma situação de rápida *modernização*, mas sem um efectivo e sustentado desenvolvimento. Estas características marcaram consideravelmente os princípios de solidariedade e cidadania, o que nos permite colocar, desde já, um conjunto de questões às quais procuraremos dar resposta:

- *Podemos apontar a existência de uma Cultura do social em Portugal, sendo que esta pode ser entendida como o acumular de conceitos e experiências que permitem influenciar e determinar o pensamento e a forma de agir de uma determinada sociedade;*
- *Que condições existem para uma emergência deste tipo de cultura e para uma influência eficaz deste tipo de valores na sociedade portuguesa e, conseqüentemente, na Intervenção Social e na resposta aos problemas de pobreza e exclusão social;*

Cidadania e Solidariedade

A **cidadania** refere-se essencialmente ao uso e *proveito* por parte dos indivíduos de um conjunto de direitos, mas também de deveres que lhes permitem ser reconhecidos pela sociedade. A cidadania estrutura-se tendo por base quatro dimensões ou tipos de direitos: os direitos civis (reconhecimento da liberdade de acção, da autonomia e respeito pela propriedade privada); os direitos políticos (possibilidade de ter voz política - de eleger e ser eleito), os direitos sociais (o Estado assume um papel activo ao ser agente de redistribuição de rendimentos que permitirão garantir um conjunto de condições essenciais ao bem-estar dos indivíduos) e os direitos culturais. O que se tem vindo a verificar em Portugal (e um pouco por toda a Europa) é um enfraquecimento do princípio da cidadania. Vai-se notando cada vez mais um desinteresse dos indivíduos pelo exercício da democracia (verificado pelo elevado aumento da abstenção em época de eleições) e uma descrença na ideia de que conseguem mudar algo; verifica-se da mesma forma a opção por um certo conformismo social e a descrença nas instituições²². Da mesma forma o Estado, que detém um papel fundamental na concessão dos direitos sociais, vê-se, como se referiu anteriormente, a braços com dificuldades em dar resposta a todas as situações problemáticas que vão surgindo (nomeadamente, o crescente aumento das situações de marginalidade social) o que origina um maior controlo na concessão e distribuição dos recursos disponíveis para estas problemáticas. Neste sentido, quando no ponto anterior se referia a fragilidade dos princípios da solidariedade e dos direitos sociais estava-se a ter em conta esta fragilidade do próprio Estado social na resolução dos problemas da pobreza.

Se seguirmos a mesma linha de raciocínio, a *solidariedade* sofre igualmente um abalo tornando-se muito mais regulada. Se tivermos em conta que a solidariedade é a grande impulsionadora dos direitos de cidadania importa perceber em que medida as fragilidades de que esta tem sido alvo tem produzido efeitos no modo como aquela é compreendida e realizada.

Pela definição que apresentamos anteriormente verifica-se que a cidadania sofreu nestes últimos anos mudanças consideráveis – a cidadania está muito mais alargada -

²² Vide, por exemplo, o estudo levado a cabo por Eurico Figueiredo, *Valores e Gerações Anos 80. Anos 90*, Lisboa, ISPA, 2001, em que a maioria dos inquiridos jovens considera que, quer a polícia, quer o Sistema Prisional "funcionam mal por desleixo".

que se reflectem, desde logo, no alargamento do conceito a outras vertentes da realidade dos indivíduos, sendo capaz de abarcar um leque mais amplo de direitos. Tal facto fica a dever-se à complexificação da realidade social, ao realçar de um conjunto de situações – de âmbito social, cultural, político, saúde, ambiental, etc – cujo carácter problemático despertou o interesse dos cidadãos. “A penetração dos princípios de cidadania no campo cultural, (...) questões ambientais, acesso à informação e à cultura, ao direito à diferença, resulta, em parte do agravamento desses problemas nas sociedades actuais. (...) Trata-se, também, de uma nova consciência social sobre problemas que já existiam, mas que agora são chamados para o campo da cidadania”²³. Este alargamento do conceito expressa que, para além do Estado continuar a deter uma posição central na definição de medidas e estratégias dirigidas para o bem-estar da população em geral, esta é também chamada a participar activamente na resolução dos seus problemas. A definição de políticas activas de combate às situações de pobreza e exclusão social demonstra esta “exigência” da participação e colaboração activa do indivíduo na condução das actividades a ele dirigidas. A cidadania é assim encarada como um meio de “autonomização” do indivíduo. António Teixeira Fernandes refere que a cidadania “concerne ao espaço de liberdade e de autonomia de acção, ao interior de um grupo ou de uma sociedade e, por isso, de controlo da sua existência e do próprio destino”²⁴. É cidadão o que reúne todo um conjunto de situações e direitos que lhes permite reclamar a atenção das instâncias superiores da sociedade quando aqueles direitos não são garantidos. Neste sentido, percebe-se a vulnerabilidade de todos aqueles que se encontram em situação de exclusão social, logo, numa situação em que falha a maior parte dos direitos que lhes permitem superar os problemas que os rodeiam. No entanto, o que se tem vindo também a verificar, é que esta maior abrangência da cidadania, e o maior envolvimento dos indivíduos nas problemáticas da sociedade tem contribuído para um aumento do individualismo. Cada vez mais o indivíduo se fecha sobre si mesmo, toma consciência da complexidade dos fenómenos sociais e do risco que entende estar associado a estes. Esta maior liberdade é, assim, limitadora do pleno exercício da solidariedade, demitindo-se o indivíduo da vida colectiva, permitindo ao Estado tomar as rédeas na resolução de todas estas questões.

²³ José Manuel Leite Viegas; Eduardo Costa Dias (Org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta, 2000, p.5.

²⁴ António Teixeira Fernandes, *Recomposição Social e Abordagens Teóricas*, Porto, Edições Afrontamento, Julho de 2009, p. 224/225.

Teixeira Fernandes refere igualmente o grau de importância do desenvolvimento do indivíduo associado à cidadania, uma vez que aquele é factor de risco desta, contribuindo para a sua “corrupção” (“corrupção da cidadania”), destruindo a “vida e a participação colectivas”²⁵.

O autor aponta o aumento do *risco*, a perda de *confiança*, o enfraquecimento dos *liames sociais*, como factores determinantes neste crescente individualismo. A sociedade actual convida as pessoas a “empenharem-se” em “projectos individuais”. Neste sentido, como é possível que a cidadania se possa expressar em pleno quando se passa ao lado do colectivo? Quando numa situação de benefício do Rendimento Social de Inserção se trabalha no sentido de definir um projecto de vida para a pessoa, esse projecto é pessoal e individual. Esta pessoa não está, no entanto, isolada e o estabelecimento de um contrato deveria ir mais longe do que as próprias pessoas, estendendo-se às famílias, às instituições e à própria comunidade. Teixeira Fernandes refere igualmente que se assiste à passagem de uma situação em que “era a cidadania que fazia o trabalho” para outra situação em que é o “trabalho que faz o cidadão e lhe dá acesso à esfera pública”²⁶. No entanto, e também aqui é interessante questionar que o trabalho também exclui, ou também é sinónimo de exclusão, o que é adverso à própria cidadania. O que dizer dos trabalhadores pobres que apesar de possuírem um trabalho isso não lhes garante estarem ausentes de uma situação de pobreza, ou dito de outro modo, estarem totalmente incluídos em todas as esferas da vida social. O trabalho flexível, mal pago, precário, sem qualidade, remete muitas vezes a pessoa para situações de pobreza e exclusão. A cidadania está, neste sentido, muitas vezes em posição de grande fragilidade. Esta realidade leva também a questionar de que modo são construídas as políticas e as medidas de cariz social que visam o combate à pobreza?! Estas têm em vista o cidadão ou o indivíduo? Porque, tendo em conta o que temos vindo a reflectir, promover a cidadania requer muito mais do que simplesmente conseguir um emprego. Se a cidadania implica direitos e deveres, se implica autonomia, também implica participação e esta não se deve ficar pelo degrau da informação ou da consulta²⁷ e auscultação, mas sim ter uma acção efectiva no processo de tomada de decisões. E aqui ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente no que diz

²⁵ António Teixeira Fernandes, *op. cit.*, 2009, p.225.

²⁶ António Teixeira Fernandes, *op. cit.*, 2009, p.242.

²⁷ A participação para ocorrer de um modo pleno deve seguir 4 níveis: nível informativo, nível da consulta, nível da co-decisão e nível global. Estes níveis, aos quais se antecedem todo um conjunto de *passos prévios* de preparação do exercício da participação, compõem a *escada da participação*.

respeito à intervenção no fenómeno da pobreza. “Mais do que dar o peixe, há que dar a cana e ensinar a pescar”, mas para isto acontecer há que reconhecer as potencialidades das próprias pessoas e dar-lhes autonomia para serem capazes de dizer que em vez da “pesca” é melhor apostar na “caça”. Continuando com a metáfora, por vezes a “cana” já existe, encontra-se apenas encostada e há que saber porquê. Há ainda que perceber como está o “mar”? Como se espera obter algum “peixe” quando o “mar” parece “poluído”? Um exercício desta natureza requer flexibilidade, tempo e espaço e, por vezes, os projectos e as medidas, as suas exigências e urgências, não o permitem, como é bem visível neste comentário de uma das entrevistadas:

“De há uns anos a esta parte entramos numa crise fortíssima, não é? Que levou... eu acho que levou um bocadinho à instrumentalização de algumas políticas. E portanto, neste momento, as solicitações de apoio por precariedade económica, são tantas e tantas que eu acho que os técnicos deixaram de pensar... entre aspas... para preencherem requerimentos, porque há X dias para aquele requerimento. E mesmo agora, em termos governamentais, as coisas são colocadas com metas. Tem X dias para se completar o processo e outros X dias para se dar seguimento, depois é tudo muito com metas muito concretas. Os números entraram no social”.

(ASAS, p.5)

Retomando a questão dos novos apelos da sociedade ao individualismo, é importante referir o pensamento de Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim quando apresenta a sua noção de *individualização*²⁸. O autor responde à questão: “O que é novo e específico nos processos de individualização na segunda metade do século XX? (...) o novo elemento é, em primeiro lugar, a democratização dos processos de individualização e, em segundo lugar (e relacionado com a anterior), o facto das condições mais básicas da sociedade favorecerem ou reforçarem a individualização (o mercado de trabalho, a necessidade de mobilidade e formação, a legislação social e do trabalho, as pensões etc.)”²⁹. Neste sentido, o autor refere a importância nas sociedades actuais pela auto-realização pessoal, a aspiração por se ser o “autor” da própria vida pessoal. A importância por se ter a “condução da sua própria vida” (*life of your own*) pode ser vista de diferentes formas e tem diferentes impactos. Um dos que o autor aponta, e que é relevante para o presente estudo, prende-se com o reconhecimento do risco e da insegurança (como também já foi referido), assim como as orientações institucionais, que existem ao nível da realidade social, serem dois

²⁸ Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, *Individualization*, UK, Sage, 2008.

²⁹ Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, *op.cit.*, 2008, p.8

factores determinantes para o “viver a sua própria vida estar condenado à actividade”, em se estar sempre activo mesmo no *fracasso*. Isto significa que o próprio indivíduo assume as responsabilidades pelos fracassos: “onde a doença, a dependência, o desemprego e outro tipo de desvios à norma eram considerados percalços do destino, a ênfase hoje está na culpa e responsabilidade individual”³⁰. Nesta ideia caberiam os discursos de culpabilização dos pobres pela sua própria condição. No entanto, em que direcção apontam estes discursos actualmente?

Entre Fevereiro e Março de 2007 a Direcção Geral do Emprego da Comissão Europeia financiou a realização de um Inquérito³¹ com o objectivo de perceber a opinião pública sobre a pobreza e a exclusão no contexto da UE. Uma das questões abordadas pretendia analisar a *visão dos Europeus relativamente às causas e razões da pobreza*. No geral, 37% dos respondentes consideravam a *injustiça* como a causa mais frequente da pobreza. Em segundo lugar eram apontadas a *preguiça* e a *falta de vontade* (20%), assim como a *má sorte* (19%) como factores determinantes no aparecimento destas situações. Para Portugal, 52% dos respondentes consideraram igualmente que as causas da pobreza são de carácter pessoal (23% derivado à *má sorte* e 29% derivado à *preguiça*), e 40% consideraram que essas causas são sociais (33% *injustiça* e 7% *progresso*). A Pobreza é um problema central e visível pelas pessoas, no entanto ainda é um problema muito atribuído a causas pessoais. Esta opinião acaba por ter alguma influência no assumir de responsabilidades por parte dos cidadãos, pois significa culpabilizar as pessoas pobres pela sua própria condição (1 europeu em 5 acha que as pessoas vivem com necessidades derivado à *preguiça* e à *falta de vontade* (20%), logo, o combate à pobreza não é sentido como sendo responsabilidade de todos, mas apenas de alguns.

Num estudo mais recente, também do Eurobarómetro³² realizado entre 28 de Agosto e 17 de Setembro de 2009, as respostas apontam no mesmo sentido. Quando questionados sobre *quais os dois dos factores sociais listados podem melhor explicar o porquê das pessoas serem pobres*, as respostas centraram-se na sua maioria no facto de haver *muito desemprego* (52%) e nos *baixos salários e rendimentos para fazer face às despesas* (49%). Face à questão – *pensando nos próprios pobres, na sua opinião, quais as*

³⁰ *Idem, ibidem*, 2008, p.24

³¹ Eurobarometer, *Poverty and Exclusion*, Setembro 2007

³² Eurobarometer, *Poverty and Social Exclusion*, 2009

duas razões, das listadas, melhor explicam o porquê deles estarem em pobreza? – as razões mais apontadas centraram-se em âmbitos mais pessoais, como os baixos níveis de educação, de formação e de competências (37%), o facto de terem nascido em famílias pobres (25%) e as dependências como a droga, álcool e outras (23%).

Ambos os inquéritos revelam a percepção que ainda se tem da responsabilidade pessoal pela situação de pobreza o que revela a dimensão mais negativa do conceito de individualização de Beck – “*a tua própria vida, o teu próprio fracasso*”³³. Tal perspectiva ganha contornos mais graves se for encarado como um entrave no envolvimento da sociedade no combate à pobreza.

Num olhar mais “meso” ao nível do próprio país, na sondagem de opinião³⁴ realizada em 2004 pela Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal e a Universidade Católica Portuguesa (CESOP) os inquiridos dividiram-se entre razões pessoais e sociais. Os factores produtores de pobreza referenciados foram em primeiro lugar a *dependência de droga e álcool* (15.8%), logo seguido da *crise económica* (14.3%), os *baixos salários* (14%) e a *baixa escolaridade* (12.5%). Neste estudo é ainda mais visível a perspectiva da culpabilização dos pobres pela sua própria condição.

Embora reconhecendo a permanência ainda deste tipo de discursos/preconceitos, podemos questionar se estes não estão, igualmente, a dar lugar a outros, nomeadamente, aos do conformismo pela sua própria situação de pobreza. Ou seja, sucedem-se os discursos de que apoios como RSI são dados a quem menos precisa e a quem não quer trabalhar. A noção de *subsidiodependência* ganhou espaço (e seguidores) ao nível da sociedade e tem vindo a revelar-se um entrave na mobilização e sensibilização da sociedade para estas problemáticas. A par deste discurso está aquele que refere que há pobres que são merecedores e outros nem tanto.

Um outro impacto apontado aos processos de “individualização” e ao assumir a condução pela própria vida, prende-se igualmente com o crescente nível de desigualdades, mesmo entre aqueles que são afectados por situações de pobreza. Ou seja, Beck considera que a pobreza, assim como o desemprego, “corresponde cada vez menos a estereótipos de classe”. A multiplicidade e complexidade de factores que podem conduzir uma pessoa a uma situação de pobreza, associados ao crescente

³³ Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, *op.cit.*, 2008, p.24

³⁴ O relatório da sondagem pode ser consultado em <http://www.reapn.org>

individualismo, coloca a pobreza, isto é, o seu aparecimento, maior ou menor agravamento, em *diferentes fases da vida de uma pessoa*. Na verdade, o limiar que separa a vida da pessoa de cair numa situação de pobreza, ou de desemprego, é bastante, e cada vez mais, ténue. Isso deve-se ao facto de cada indivíduo poder estar, a determinado momento da sua vida, em risco de “cair” numa situação de pobreza e de exclusão. Isto pode acontecer com o desemprego, mesmo com emprego temporário, ou com situações de crescente endividamento, doença, acidente, etc. Esta realidade reflecte não só a complexidade destes fenómenos, mas também a dificuldade que há em intervir nos mesmos. Este risco inerente à vida das pessoas pode contribuir também para um aumento da preocupação com a sua própria situação ao invés de se preocupar com a situação do *outro*. No entanto, no entender do autor tal não acontece. Para Beck o “conceito de individualização” não significa “individualismo”. “Individualização é um conceito que descreve uma transformação estrutural e sociológica das instituições sociais e a relação do indivíduo face à sociedade”³⁵. Neste sentido, o facto das pessoas procurarem viver a sua própria vida, também os fazem preocuparem-se com a vida dos outros. Na verdade, a “impermeabilização da capa” que “protege” uma pessoa de uma situação de pobreza faz sobressair a preocupação por aqueles que se encontram nessa situação:

“A segunda modernidade não é simplesmente um desenvolvimento positivo. Nós, na Europa Ocidental, somos altamente individualizados, mas ao mesmo tempo somos confrontados – num mundo que já não possui as mesmas fronteiras – com pessoas que estão excluídas, mas mesmo assim vivem dentro das nossas vidas. Elas estão excluídas, mas são parte da nossa vida. Temos que nos relacionar com elas. Estão para acontecer verdadeiras mudanças dramáticas. Temos que repensar a sociedade numa ordem cosmopolita, redefinir as noções essenciais de justiça e solidariedade”³⁶.

Se por um lado temos a perspectiva do crescente individualismo e em como isto tem levado as pessoas a promoverem “projectos individuais”, por outro lado, esta preocupação com a própria vida também permite uma abertura face ao *outro*, que de uma forma ou de outra faz parte da vida do indivíduo. Neste sentido, fica clara a opinião de Beck e Beck-Gernsheim quando, neste excerto, refere a necessidade de se redefinir a noção de solidariedade. Se calhar pensar na existência de uma *cultura do*

³⁵ Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, *op.cit.*, 2008, p.202.

³⁶ *Idem, ibidem*, 2008, p.211.

social requer pensar nestes novos contornos da solidariedade, numa nova *consciência social* defendida por Paugam e já anteriormente referida.

Quando aqui se reflecte nos vários princípios e valores que vão influenciando a forma de estar da pessoa perante a área mais social, da luta contra a pobreza, e que ditam uma acção determinante na promoção do bem-comum e são expressão da solidariedade, há que procurar perceber que contornos esta tem vindo a assumir ao longo do tempo. Contornos que possam ser fundamentais para a presente reflexão. Esta não é uma tese que tem como objecto de estudo a noção de **solidariedade**, mas perceber algumas das mudanças de que esta foi alvo revela-se fundamental para perceber como o indivíduo se posiciona face à luta contra a pobreza, como vê o seu envolvimento na mesma e a importância desse envolvimento.

Já aqui se abordou o fenómeno do individualismo, mas a referência ao individualismo e à contínua afirmação do indivíduo na sociedade já foi lançada no passado por Emile Durkheim. O «culto do indivíduo», como referia o autor, era fruto da “divisão do trabalho” através da qual o indivíduo podia desenvolver largamente as suas potencialidades e capacidades. Este é igualmente um reflexo de mudanças profundas ao nível da solidariedade social, uma vez que implicava um enfraquecimento da consciência colectiva. Durkheim considerava que a solidariedade social havia sofrido uma mudança profunda com o desenvolvimento das sociedades modernas. O autor apontava a existência de dois tipos de solidariedade: a *solidariedade mecânica* e a *solidariedade orgânica*. No primeiro caso, estava-se perante uma sociedade de carácter mais tradicional, baseada em fortes valores e crenças, partilhados por todos – forte consciência colectiva³⁷ - e onde o individualismo é inexistente visto que o indivíduo faz parte do todo. Por sua vez, nas sociedades modernas está-se perante uma *solidariedade orgânica* baseada numa forte diferenciação dos indivíduos – fraca consciência colectiva – e forte individualismo assente na divisão do trabalho. No entanto, o crescente individualismo não é sinónimo de «egoísmo», logo não é adverso à solidariedade. Se a divisão do trabalho apela a uma maior cooperação entre os indivíduos, esta cooperação contribui para o desenvolvimento da solidariedade. Existe assim, uma relação entre individualismo e solidariedade. Durkheim afirma que este crescente individualismo conduz a mudanças ao nível dos laços sociais. A solidariedade orgânica

³⁷ O autor entendia esta consciência colectiva como “o conjunto de crenças e de sentimentos comuns à maioria dos membros de uma mesma sociedade”, in Serge Paugam, *op. cit.*, 2008, p.15.

“é constituída (...) «por um sistema de órgãos diferentes em que cada um tem um papel especial e são compostas eles próprios de partes diferenciadas»³⁸. No entanto, esta diferenciação, segundo o autor, contribui para o desenvolvimento da cooperação entre os indivíduos. Cada um tem o seu papel a desempenhar para o todo. Cada um faz parte do sistema social: “o individualismo orienta os indivíduos para a realização de si mesmo, mas reclama ao mesmo tempo a aprendizagem da ligação com os outros”³⁹.

Graham Crow diz a respeito da teoria de Durkheim que “a mais importante característica da divisão do trabalho (...) é a de que serviu «para criar entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade»⁴⁰.

Esta perspectiva conduz, a meu ver, ao que já foi anteriormente apontado relativamente à teoria de Beck, de que apesar de estarmos numa sociedade bastante individualizada, temos que encarar o *outro* – aqui podemos considerar a pessoa em situação de pobreza – como fazendo parte da nossa vida. Isto porque o pobre com que nos deparamos hoje em dia não é o mesmo de há alguns anos a esta parte. Ele assume cada vez mais rostos que são familiares e muitas vezes próximos.

Estas alterações são determinantes de mudanças significativas ao nível dos laços sociais e da própria solidariedade. “Ser um indivíduo não exclui a preocupação pelos outros. De facto, viver numa cultura altamente individualizada significa que tens de ser socialmente sensível e ser capaz de te relacionares com os outros e de te obrigares a ti próprio, no sentido de gerir e organizar a vida do dia-a-dia”⁴¹. O que Beck define de “individualismo altruísta” que desperta o sentido pelo “nós” e de uma nova consciência social. Neste sentido, ser solidário está na base do estabelecimento de laços sociais com outros membros da sociedade. Ora o que se tem vindo a verificar ao longo deste tempo são mudanças profundas no modo como o indivíduo se posiciona, e como vê o seu papel, na sociedade. Referiu-se anteriormente a maior autonomia do indivíduo e o assumir das rédeas na condução da sua vida, mas isto significa também uma maior vulnerabilidade face aos vários riscos que possam surgir. Significa também uma maior liberdade nas relações que pode estabelecer ao nível dos vários quadrantes da vida social, o que o torna também mais vulnerável, pois o risco de quebra de algumas das relações é maior.

³⁸ Emile Durkheim, *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF, 1930, citado em Serge Paugam, *op. cit.*, 2008, p.9.

³⁹ *Idem, ibidem*, 2008, p.24

⁴⁰ Graham Crow, *Social Solidarities*, Philadelphia, Open University Press, 2002, p.22.

⁴¹ Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, *op.cit.*, 2008, p.211

Apesar dos riscos, a solidariedade continua, na perspectiva destes vários autores, a estar na base da própria sociedade. Ao mesmo tempo é no *laço social* que reside a expressão da solidariedade e, na defesa desta, surge “no fim do século XIX todo um movimento legislativo que lançou as bases ao que se designou direito social”⁴². Segundo Donzelot o “direito social” vem colocar em prática a “teoria da solidariedade” e garante ao social um destaque que antes não estava totalmente definido. A vulnerabilidade dos indivíduos aos riscos da sociedade (que se tem vindo a referir) ganha com o “direito social” uma forma de ser “corrigida”. O surgimento do Estado-Providência vem dar expressão à aplicação destes direitos. Aliás, agora, o Estado vai assumir um papel perante a sociedade ao ficar responsável por “determinar os meios para assegurar a promoção social da sociedade”⁴³, combatendo, deste modo, os problemas e os riscos que atingiam os indivíduos. Para o autor, este novo papel do Estado na relação com a sociedade aponta uma nova noção de *responsabilidade no campo das relações sociais*. Assim, cabia a todos os indivíduos, a toda a sociedade, uma *partilha de responsabilidades* na resolução dos problemas sociais. No entanto, com o agravamento das questões sociais o Estado Providência deixa de ser encarado (como vimos) como solução para os “males” da sociedade. O *círculo virtuoso* que assentava na ideia de que o progresso económico estaria ao serviço do progresso social, que no avanço de um, o outro se lhe seguia, deixa de existir restando, como refere Donzelot, um *vazio social* entre o *indivíduo* e o *Estado*. Superar isto implicava restaurar o sentido de responsabilidade de cada um. E isso só era possível através da reorganização das *relações sociais* em torno da *negociação*. Para tal a acção “desceu” a um nível mais micro, local, onde foi possível redefinir a *gestão da vida económica e social*. Por sua vez, à “superfície o social propunha a organização dos laços sociais, a visibilidade da interdependência das partes que a compunham, a atenuação dos sofrimentos, o fim das suas forças. (...) Mediante a animação, todos se aplicam nessa necessidade reconhecida de autonomizar o social, de lhe devolver os meios para ter uma vida própria, para que, de alguma maneira, possa abandonar a estrutura estatal que serviu para a sua elaboração”⁴⁴. Na verdade, cada vez mais é pedido ao indivíduo uma autonomia no processo de inclusão. No entanto, o aparecimento de políticas, como as políticas de

⁴² Jacques Donzelot, *La invención de lo social. Ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 2007, p.90.

⁴³ *Idem, ibidem*, 2007, p.127.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, 2007, p.179 - 180.

activação, vem demonstrar, sob uma capa de pretensa autonomia uma compulsão para o trabalho que não tem em conta as necessidades e motivações do indivíduo. Ao mesmo tempo, o social, no que ao combate à pobreza e à exclusão diz respeito, ganha diferentes contornos ao nível das políticas europeias o que vem, de certo modo, questionar como está a ser feita esta promoção do social visto que aos poucos se procura encobri-lo⁴⁵. Face às várias dificuldades Donzelot aponta a necessidade de se apostar num “Estado animador, capaz de voltar a dar à sociedade a vida que se tinha tirado enquanto se moralizavam os seus laços, forma capaz também de provocar a negociação, no seu seio, da relação entre a autonomia de cada um e a responsabilidade de todos⁴⁶.

A *cultura do social*, tal como a vemos, procura esta orientação, ou seja, retornar e promover a solidariedade em que cada um tem um papel a desempenhar para o bem-estar de todos.

No seguimento da linha de pensamento de Serge Paugam o autor vai igualmente defender que, no estabelecimento de laços sociais, o indivíduo procura *protecção* para os riscos do dia-a-dia e *reconhecimento*⁴⁷ do seu papel, do seu valor e das suas capacidades face aos outros. Na opinião do autor estes princípios são colocados em causa no actual sistema social. O desemprego, a vulnerabilidade do emprego, o aumento da exclusão e a pluralidade de novas situações de pobreza e de novos grupos pobres, situações trazidas pela nova questão social, como já anteriormente foi referido, são impulsionadoras de mudanças e rupturas ao nível dos laços sociais e da própria solidariedade. Estas mudanças são também desafios quando estão em causa a definição de novos laços e o reforço da solidariedade face a um mundo onde a precariedade ocupa um lugar ao qual já não é possível passar despercebido.

Estes desafios dividem-se na opinião do autor em duas grandes questões⁴⁸. A primeira aponta no sentido de uma *ética renovada do laço social* que se caracteriza, por um lado, por um novo posicionamento da *responsabilidade individual* face à *responsabilidade colectiva* e, por outro lado, por uma nova relação entre *universalismo* e *particularismo*. Na primeira situação realça-se uma das realidades já aqui retratadas relativamente às novas exigências das políticas e medidas sociais de combate à pobreza que passam por

⁴⁵ O social tem perdido o seu peso político nestes últimos anos, como iremos ver mais à frente neste estudo.

⁴⁶ Jacques Donzelot, *op. cit.*, 2007, p.185.

⁴⁷ Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, *op.cit.*, 2008, p.63 e seguintes.

⁴⁸ Serge Paugam, *op. cit.*, 2008, p.104 – 122.

apelar à responsabilidade do indivíduo na resolução da sua situação de precariedade. Para isso há que garantir os meios necessários para isso acontecer e é aqui que reside o problema, pois os níveis de desigualdade no acesso aos serviços e às várias potencialidades que existe na sociedade são muito maiores para os que vivem em situação de pobreza. Neste sentido, a *responsabilidade colectiva* deve assumir um lugar determinante, a par da *responsabilidade individual*, se o objectivo principal é resolver o problema da pobreza.

A segunda situação prende-se com o facto de cada vez mais as políticas tenderem a responder às situações de pobreza seguindo uma lógica de *categorização*. A intervenção das políticas alargou-se mas sectorializou-se o que torna difícil uma abordagem global ao fenómeno da pobreza. Conjugar intervenções universais e intervenções mais particulares, procurando responder a necessidades específicas de determinados grupos desfavorecidos parece ser a melhor atitude a tomar. Esta é uma preocupação que tem efeitos significativos em termos de solidariedade.

A outra questão a que o autor procura dar resposta, enquanto desafio aos novos laços sociais, centra-se na conjugação dos dois princípios já atrás referidos, *protecção* e *reconhecimento*. Esta conjugação passaria na opinião de Paugam por uma acção ao nível do trabalho, que ainda detém um papel fundamental no desenvolvimento dos laços sociais. Paugam apela a uma nova forma de integração profissional muito mais solidária e dá o exemplo dinamarquês da *Flexisegurança*. Embora este modelo tenha o seu lado positivo, no caso de Portugal, por exemplo, o modelo não tem os mesmos efeitos. As razões apontadas podem ser muitas, mas basta enumerar o facto de Portugal não conseguir garantir elevadas prestações sociais como aquelas que são garantidas na Dinamarca. Neste sentido, para assegurar a possível adopção de um modelo deste tipo, passaria por erguer “batalhas” em muitas frentes: promover a participação do indivíduo, e trabalhar com ele, no seu próprio processo de inserção, sendo capaz de identificar as suas necessidades e expectativas, garantir serviços de apoio de qualidade, promover aprendizagem ao longo da vida, combater a existência de empregos precários, proteger o indivíduo no emprego, entre outros. No fundo desenvolver estratégias que promovam o emprego e a formação.

Outros aspectos defendidos pelo autor passariam pela promoção de uma política fundada na articulação entre os vários laços sociais o que, por si só, garantiria uma resposta mais integrada ao indivíduo. E, por fim, a importância de se ver a

solidariedade como algo que ultrapassa as fronteiras do *eu*, chegando ao nível do local, do nacional e do europeu.

“(…) os novos desafios do laço social levam a pensar a solidariedade já não como um sistema burocrático, à excepção da sua legitimidade pelo poder absoluto do Estado, mas, pelo contrário, como um sistema compreendendo formas múltiplas e complementares de solidariedade, correspondendo, em realidade, à pluralidade de laços sociais: (...). Reforçar ou renovar o laço social corresponde a reforçar cada tipo de laço social de forma a que cada um se articule realmente uns com os outros, permitindo, assim, a integração solidária de todos os membros da sociedade”⁴⁹.

Importa reter desta reflexão a ideia do reforço dos laços sociais e da importância da solidariedade no estabelecimento dos laços entre os indivíduos nas várias esferas do social. As várias mudanças ocorridas nos últimos anos, em especial no campo da pobreza, mas também no campo da intervenção na pobreza produziram mudanças na forma como a solidariedade é percebida e efectuada. Estas fragilidades têm consequências, como vimos, no desenvolvimento da própria cidadania. Verifica-se cada vez mais uma fraca participação das pessoas quer ao nível das instâncias da sociedade civil, quer ao nível das instâncias políticas superiores. No entanto, e apesar das vulnerabilidades e dos maiores riscos que o indivíduo sente, isso coloca-o em contacto com os problemas sociais e cria as bases para um olhar para o *outro* e uma preocupação pela sua situação. No entanto, o ser solidário pelo *outro* e pela sua condição ocorre muitas vezes à luz daquilo que o indivíduo é. Ou seja, olhar para as características meramente individuais das pessoas, principalmente das mais desfavorecidas, conduz a estereótipos e a uma espécie de hierarquização dos pobres, em 1^a, 2^a ou 3^a categoria. Isto é, existem aqueles pobres que até merecem a ajuda que é dada, que seguem todas as regras que lhes são impostas (muitas vezes não negociadas) e que, por algum motivo que é mais aceitável/reconhecido socialmente, caíram numa situação de pobreza e, por isso, não deveriam estar nessa situação. E depois há todos aqueles que não merecem a ajuda, que estão nessa situação porque “fugiram” às regras sociais, que usam mal a ajuda que lhes dão, que vivem dependentes do Estado e não fazem nada para mudar a sua situação, pois essa situação lhes é favorável. Estes diversos mal entendidos, resultantes do individualismo e da

⁴⁹ Serge Paugam, *op.cit.*, 2008, p.121 – 122

complexificação das situações de pobreza que atrás referimos, têm um efeito perverso ao nível da solidariedade. No mesmo sentido, as instâncias que têm um papel relevante na intervenção na área do combate à pobreza e na imagem que passam deste fenómeno encontra-se também em sérias dificuldades em lidar com a complexidade inerente ao mesmo. O Estado é uma dessas instâncias. No excerto atrás apresentado Paugam refere a legitimidade da solidariedade por parte do Estado, mas este tem vindo a demonstrar uma dificuldade em lidar com estas problemáticas, o que necessariamente traz consequências na expressão da solidariedade. As políticas sociais por ele definidas não encontram, na maior parte das vezes, efectivas repercussões ao nível do bem-estar dos indivíduos, respondendo de uma forma fragmentada às suas reais necessidades. Neste sentido, o Estado tem procurado dividir algumas das suas responsabilidades com as entidades da sociedade civil e, são estas, que vêm revelando um trabalho efectivo e directo com os públicos em situação de pobreza e exclusão social procurando que estes adquiram gradualmente os direitos dos quais se viram privados. São também estas entidades que, pelas acções que vão desenvolvendo e pelo contacto próximo com as pessoas mais vulneráveis, vão levantando voz no sentido de reclamar uma maior atenção do Estado para as carências que estas pessoas possuem, para a falta de recursos existentes na sociedade, as suas próprias dificuldades no exercício do seu trabalho e para a necessidade de uma maior aproximação das políticas sociais a estas realidades. Enquanto de um lado, parece existir uma fraca participação social dos indivíduos e a certeza de que deve ser o Estado a conduzir os aspectos mais marcantes das suas vidas, do outro lado, as instituições não lucrativas vão marcando uma posição fundamental na construção de uma *cultura* de valores, princípios e orientações para a prática que envolve o Estado, o cidadão em geral e a restante sociedade. Ou seja, são impulsionadores inequívocos de uma cidadania que se pretende activa, de uma proximidade aos problemas das pessoas mais pobres e excluídas e mobilizadores de toda a sociedade. De um lado, o indivíduo parece não perceber o seu bem-estar como um direito, mas sim como um favor que é prestado pelo Estado. Do outro lado, o Estado vai-se demitindo de algumas das suas responsabilidades sociais, ora deixando-as nas mãos das entidades da sociedade civil, ora deixando-as nas mãos do cidadão em geral demonstrando alguma incapacidade na resolução de uma determinada questão (como é exemplo a realização de referendos).

Este papel fundamental das organizações de terreno é demonstrado neste pequeno comentário de Dan Ferrand-Bechmann:

“Para o Estado-Providência, a proximidade social das associações constitui uma vantagem preciosa. As associações adoptam estratégias complexas de mobilização militante, de diversificação dos seus financiamentos e alteram os seus funcionamentos. Criam parcerias, que prolongam no tempo. O lugar das associações na acção social (...), aparece (...) no coração de uma transformação profunda da gestão do bem público e de solidariedade. Esta mutação, por vezes difícil, até mesmo dolorosa, parece conduzir a uma sociedade mais respeitadora da personalidade e da dignidade de cada um, mas também, no mesmo movimento, mais igualitária, mais solidária e mais confiante”⁵⁰.

Este quadro permite-nos perceber que a resposta a algumas das questões que já foram colocadas deve ser procurada através da análise de vários domínios como o mundo da política e dos políticos e dos principais documentos daí emanados determinantes para a vida dos indivíduos; o sector da Educação; as ONG's, enquanto entidades que no momento exibem estratégias e medidas inovadoras ao nível da intervenção social com públicos desfavorecidos procurando desta forma preencher as lacunas dos serviços já solidamente implementados.

⁵⁰ Dan Ferrand-Bechmann, “Suspeita, Desconfiança, Fé e Confiança relativamente às pessoas em situação de pobreza”, in Casimiro Balsa (Org.), *Confiança e Laço Social*, Lisboa, Edições Colibri, 2006, p. 248.

2.2 - O Social em Acção

Em Portugal o trabalho com os fenómenos de Pobreza e Exclusão Social tem vindo a ser repartido entre entidades de carácter público e entidades de carácter privado. No global das acções que vão sendo delineadas distinguem-se algumas pelo seu carácter inovador no tratamento destes fenómenos, quer no modo como os encara, quer no modo como intervêm com eles procurando colmatar as suas carências e apresentando soluções para os seus problemas. Podemos desde já arriscar em afirmar que a maior parte destas actividades inovadoras são desenvolvidas por entidades que constituem o Terceiro Sector em Portugal.

É difícil afirmar que no rol das várias actividades/projectos que vão surgindo todas elas possam ser consideradas Boas Práticas, pelo menos tal como é entendido ao nível da União Europeia. Na Iniciativa Comunitária Equal, uma *prática bem sucedida* é entendida como "uma actividade crítica ou um conjunto coerente de actividades, processos, metodologias, onde intervêm, senão a totalidade, pelo menos parte significativa dos parceiros, numa lógica de complementaridade de competências, através das quais é produzido valor, materializado num serviço ou produto adequado às necessidades de clientes, beneficiários e utilizadores (...), podendo ser transferidos/apropriados na totalidade ou em parte para/por outras equipas ou organizações"⁵¹.

No entanto, na maior parte das vezes, estes projectos de carácter inovador não passam disso mesmo, de Projectos, cuja actividade depende de financiamento exterior (nacional – Estado e transnacional – UE), cujo período de execução é curto e dependente de aprovações periódicas de novos reforços orçamentais que lhes permitem continuar a actividade. Muitos destes Projectos encontram-se nas mãos de entidades, também elas com dificuldades em termos financeiros, com poucos recursos humanos e de estrutura.

Não é minha intenção apresentar Boas Práticas, até porque na opinião de algumas das entidades *mais do que Boas Práticas, o que fazem são as práticas possíveis de desenvolver com estes públicos*. Neste sentido, e numa primeira abordagem às entidades que foram entrevistadas apresenta-se de seguida um resumo das práticas que estas entidades desenvolvem no combate à pobreza. De uma forma geral as práticas partilham de

⁵¹ Recursos Técnicos Pedagógicos e Práticas Bem Sucedidas, Coleções Saber Fazer, Iniciativa Comunitária Equal, 2004.

algumas características, nomeadamente, a abordagem multidimensional que é feito do fenómeno da pobreza e da exclusão, a proximidade aos públicos e aos seus principais problemas e necessidades, o desenvolvimento de projectos e o acesso a diferentes fontes de financiamento, as dificuldades internas em termos de recursos humanos e técnicos e a procura de respostas alternativas e inovadoras às existentes.

É importante ressaltar que muitas outras práticas podiam ser retratadas. Na escolha destas pesou essencialmente o facto de serem entidades de cúpula que têm uma perspectiva global do que vem sendo a intervenção na luta contra a pobreza, sendo igualmente “formadoras” e disseminadores de práticas e princípios que influenciam outras entidades. No conjunto estão ainda 4 entidades (Santa Casa da Misericórdia do Porto, Associação Integrar, ASAS e Centro Social da Vera Cruz), que estão directamente no “terreno” há alguns anos e que são reconhecidas no seu trabalho, quer por outras entidades locais, quer pelas instâncias nacionais, quer pelas próprias pessoas em situação de pobreza. No geral procurou-se criar um retrato do que tem sido o trabalho das organizações não governamentais, os seus principais problemas, mas também os seus sucessos.

Na abordagem às Organizações entrevistadas teve-se em atenção o reconhecimento das suas dificuldades e, acima de tudo, das diferenças existentes neste sector, as suas origens, assim como as suas opções em termos de estrutura organizacional e de missão, visto que são influenciadoras do modo como estas entidades vêem e intervêm no social. No estudo realizado por João Carvalho⁵² ao nível das *organizações sem fins lucrativos de acção social*, onde se procurou perceber como, na prática destas entidades, eram implementados alguns *conceitos organizacionais* como aprendizagem organizacional, orientação de mercado, planeamento estratégico e eficácia de desempenho, verificou-se, por exemplo, que no caso do planeamento estratégico este era equacionado nas organizações, mas existiam todo um conjunto de entraves à sua concretização. A orientação da organização podia ser feita no sentido de realizar o planeamento estratégico, mas depois, no processo, existiam situações que deturpavam a concretização do mesmo nas melhores condições. No presente estudo, há consciência destas dificuldades, ou seja, quando falamos em inovação, ou de boas práticas, estas podem ser vistas de diferentes formas. Para uma organização, a inovação

⁵² João Carvalho, *Organizações não Lucrativas. Aprendizagem Organizacional, Orientação de Mercado, Planeamento Estratégico e Desempenho*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005.

pode estar no desenvolvimento de um projecto numa área que até ao momento ainda não tinha sido coberta e, para outra organização, pode significar a formação do seu quadro técnico de modo a qualificar a intervenção. Não é minha intenção avaliar se, num caso ou noutro, estamos perante inovação. O que interessa avaliar é a mudança, ou seja, a crescente atenção dada a uma área que dantes não era contemplada é sinal de uma mudança no seio das organizações. Num passado recente, o exercício da participação não era contemplado no trabalho das organizações e algumas foram pioneiras na sua concretização. Neste momento as organizações, no geral falam em participação. É claro que se formos a ver não a praticam da melhor forma. Para muitas é um mero exercício de auscultação das pessoas. Existe muito trabalho a fazer nesta área, mas a questão é que poucas são as organizações que não têm esta orientação no seu trabalho. Os programas e os projectos de intervenção no social assim o exigem, o que de certo modo vai, gradualmente, pressionando as organizações a operacionalizar esta prática, pois sem isso correm o risco de serem deixadas para trás.

Quando se desenvolveu em Portugal o III Programa de Luta contra a Pobreza (Pobreza III) assistiu-se a um salto qualitativo na implementação de políticas, medidas e instrumentos de luta contra a pobreza. Um conjunto de novos conceitos começaram a aparecer ao nível dos discursos das políticas e dos projectos que eram implementados. Por um lado, verificou-se um novo impulso relativamente à importância dada à dimensão do *local*. Esta aproximação ao local constituiu uma importante estratégia para um maior conhecimento dos fenómenos e, por ter sido capaz de produzir um impacto a um nível mais macro, o das políticas sociais.

Para além da importância dada à dimensão do Local, o Programa Pobreza III trouxe para a ordem do dia noções que constituem ainda hoje pressupostos fundamentais em qualquer programa comunitário e na própria intervenção. São elas: a noção de *Multidimensionalidade* do fenómeno da pobreza, o que implica também uma multidimensionalidade das respostas de intervenção social; a noção de *Parceria* entre todas as instituições, públicas e privadas, cuja conjugação de esforços permite desenvolver um trabalho mais global de um fenómeno que, como se disse é multidimensional; e, por fim, a noção de *Participação/Empowerment*, no sentido de garantir a participação activa dos grupos mais desfavorecidos, beneficiários finais dos projectos.

No discurso dos próprios intervenientes, das suas metodologias de intervenção ao nível da pobreza e da exclusão social é possível perceber a incorporação/adopção de alguns dos princípios mencionados. Estas metodologias e formas de intervenção vieram responder às exigências trazidas pelos próprios fenómenos.

“(...) o centro social e paroquial surgiu, (...) da necessidade destas gentes da beira-mar. (...) abre-se a esta realidade nova (...) vamos criando e tentando responder da melhor maneira àquilo que vão sendo os problemas sociais que vão aparecendo.”

(CS Vera Cruz, p.1-2)

A complexidade da problemática da pobreza, a heterogeneidade dos fenómenos e a sua multidimensionalidade e transversalidade começaram a escapar às respostas institucionalmente estabelecidas. A intervenção, na maior parte das vezes sectorializada, não é capaz de dar resposta à multidimensionalidade destas problemáticas, surgindo, assim, todo um conjunto de respostas/projectos/metodologias que procuram abarcar o problema no seu todo e na sua complexidade.

“(...) [A ASAS] nasceu já na nova era das políticas sociais, já com uma forma muito diferente de pensar o social e de trabalhar no social. (...) tivemos que implementar, logo um ano depois do CAT, (...) um gabinete de acção social [que] tinha, àquela época, como missão, [ser] um observatório social.

(ASAS, p. 1)

“[A Associação Integrar] quando é lançada não é para criar respostas tradicionais porque essas já existiam e não se justificava estar a criar mais uma associação para criar mais respostas idênticas às que já existiam na cidade de Coimbra. Era para dar respostas diferentes, respostas para populações a quem mais ninguém dava resposta, metodologias que mais ninguém utilizava e este foi sempre um dos princípios assumidos desde a fundação da instituição e que se mantém ao fim destes 15 anos”

(Associação Integrar, p. 1)

“A rede, (...), começa a tentar contactar com a realidade nacional no sentido de ir percebendo quais são as circunstâncias e quais são de facto as manifestações de pobreza que existem e as suas causas”

(REAPN, p.1)

O social deixa de ser assistencialista para apelar à participação de todos. A intervenção aproxima-se das pessoas e procura através do contacto com estas, e através da sua mobilização, encontrar respostas adequadas às suas necessidades.

“[As instituições de solidariedade] têm mais uma acção... diria que preventiva da pobreza e digamos também de longo curso na luta contra a pobreza. (...) a integração em ambientes plurais (...) [e o] Acompanhamento das populações para inclusive, facultando, digamos assim, novas perspectivas de vida, novas oportunidades, novas capacidades. São, parece-me que, as vias que estão a ser ensaiadas por estas instituições de solidariedade. (...) [As instituições] viveram sempre, digamos, num certo silêncio. É uma resposta de proximidade e não uma resposta de visibilidade”

(CNIS, p.1 – 2)

“(...) já vamos tendo misericórdias ao nível de uma gestão de economia social, em que se entende que o futuro da misericórdia é sustentável se for suficientemente equilibrado. E isso significa que a nossa visão assistencialista tem de mudar, não ser mais uma visão técnica, tinha de ser uma visão com princípio, meio e fim. (...) A nossa visão assistencialista tinha que ser sociológica, tinha que ser uma abordagem sociológica.”

(UM, p.4)

O enfoque dado ao indivíduo em termos de intervenção, assim como a promoção do seu envolvimento no seu próprio processo de inserção social; o trabalho dos fenómenos na sua multidimensionalidade; olhar o social como uma área que a todos diz respeito são princípios defendidos por todos e demonstrativos de mudanças no campo do social. Na defesa destes princípios as instituições lidam, como se irá ver nos pontos seguintes, com dificuldades, partilham sucessos, são “acrobatas” entre os vários obstáculos que ainda prevalecem na luta contra a pobreza.

Os discursos dos entrevistados são reveladores das mudanças no modo de abordar o social, não só pela exigência dos próprios fenómenos que sofreram mudanças e tornaram-se mais visíveis, mas também pela evolução da própria política social.

É ponto assente entre as instituições da necessidade de uma mudança na forma como se deve intervir na realidade da pobreza e da exclusão e no envolvimento dos vários actores sociais, com destaque para o desenvolvimento e promoção de um papel mais activo das populações vulneráveis. Esta forma de perceber o papel das organizações de solidariedade social, no combate à pobreza, é igualmente reveladora da evolução que se operou a este nível nestes últimos anos: “(...) este sector tem vindo a reivindicar,

crecientemente, a representação política de valores e interesses que, eventualmente, poderá configurar o referido sector como substituto funcional do Estado de bem-estar nos processos de regulação social”⁵³.

Essas reivindicações reflectem as novas formas de interpretar o social e de intervir no mesmo. Se por um lado, e durante um período considerável de tempo a assistência direccionada para os mais desfavorecidos revestia-se de um carácter assistencialista, caritativo, por outro lado, e gradualmente, com a complexificação dos fenómenos, a entrada na União Europeia e a evolução do próprio Estado de Bem-estar, o vector assistencialista foi sendo substituído por perspectivas que visam a autonomia do indivíduo, a participação e a definição de projectos de vida: “A motivação e os valores culturais do Terceiro Sector são geralmente aqueles que permitem responder às necessidades do outro através de acções concretas e o mais possível relacionadas intersubjectivamente. Altruísmo, capacidade, solidariedade, confiança, reciprocidade, atenção à pessoa são – no geral – a motivação e os valores nos quais se inspira a acção”⁵⁴

As entidades de solidariedade social viram o seu papel mudar, mas também o Estado foi alvo de mudanças ao assumir novas funções e posições, algumas enquanto parceiro das entidades não governamentais. Embora seja possível fazer um conjunto de observações sobre esta relação entre Estado e entidades de economia social, como será explorado mais à frente, é inegável que aquele foi assumindo uma nova posição face ao social, em particular na luta contra a pobreza e a exclusão social, muito fruto das alterações políticas trazidas com o fim da ditadura em 1974 e a entrada na União Europeia em 1986. Neste sentido, a responsabilidade pela assistência social, entendida, como refere Fernanda Rodrigues, como *política sectorial no campo da protecção social*⁵⁵ foi sendo gradualmente partilhada entre Estado e Organizações de solidariedade social. Uma partilha nem sempre clara em termos de funções, nem sempre regulada em termos de acompanhamento, nem sempre autónoma. Segundo Mara Bordogna a assistência social pode ser definida como o “conjunto de intervenções orgânicas, que não se limitam às faixas mais marginais, mas a todos os membros da sociedade, e cujos

⁵³ Pedro Hespanha, *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*, Coimbra, Quarteto Editora, Abril de 2000, p. 120.

⁵⁴ Pierpaolo Donati (Coord.), *Sociologia del Terzo Settore*, Roma, Carocci, 1998, p.31.

⁵⁵ Fernanda Rodrigues, “Assistência Social: uma política recente em tempo de globalização”, in Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro (Orgs.), *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento, 2002, p.263.

contributos detêm uma função de regulação social. A assistência social é um instrumento de estabilidade, de disciplina da sociedade civil”⁵⁶. Embora esta seja uma definição demonstrativa do papel central da assistência social ao nível da sociedade em geral, a sua orientação no campo da protecção social para a pobreza e a exclusão social assumiu desde sempre um patamar mais secundário no campo das políticas sociais. Fernanda Rodrigues no estudo que realizou sobre o percurso da assistência social em Portugal conclui que esta “tem tido uma trajectória pontuada pelas dificuldades de transitar de uma prática de ajuda para uma estratégia de política social”⁵⁷. Nessa trajectória destacamos para o presente estudo, por um lado, o reforço do papel e das responsabilidades das entidades privadas de solidariedade social ao nível da *criação e gestão de equipamentos sociais*, ou seja, enquanto prestadoras de serviços de assistência social, contratualizados com a Segurança Social. E, por outro lado, o papel destas entidades no desenvolvimento de projectos de luta contra a pobreza já no período após a integração na Comunidade Europeia e, em particular, com a implementação do II Programa Europeu de Luta contra a Pobreza (1985-1989) e o III Programa (Pobreza III) (1989-1994). A autora considera que neste período a assistência social viveu num sistema de intervenção *projecto-orientada*, mas que não se traduziu facilmente em orientações renovadas de política. Ou seja, são notórias e marcantes as potencialidades na realização destes projectos, quer nos princípios nos quais assentavam, como referimos atrás, quer na inovação que pretendiam trazer para o campo da luta contra a pobreza. Inovação esta revelada pelo desenvolvimento e experimentação de novas metodologias de trabalho. No entanto, o seu carácter de projecto dificilmente conseguiam produzir mudanças estruturais e concretizar-se em políticas e medidas de política. Esta ainda é, como se irá ver no capítulo seguinte, um dos pontos críticos apresentados pelas entidades não governamentais.

⁵⁶ Mara Tognetti Bordogna, *Lineamenti di Politica Social. Cambiamenti normativi e organizzazione dei servizi alla persona*”, Milão, FrancoAngeli, 1998, p. 55.

⁵⁷ Fernanda Rodrigues, *op.cit.*, in Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro (Orgs.), *op.cit.*, 2002, p.294.

2.3 - Um retrato da pobreza em Portugal

As mudanças ocorridas ao nível da intervenção social reflectem as mudanças ocorridas ao nível dos próprios fenómenos de pobreza e exclusão social. Tal como foi possível descrever anteriormente a pobreza pode *atingir* a vida das pessoas em diferentes momentos. As populações que estão enredadas nas suas malhas são cada vez mais heterogéneas e isto é determinante quando se pensa em como intervir nesta realidade. *O Social exige uma caracterização de todos os actores que nele se movem e acima de tudo, uma interpretação dos factores que contribuem para o desenvolvimento de situações de pobreza e exclusão.* Mas este social nem sempre foi o mesmo, principalmente se tivermos em conta o campo da pobreza e da exclusão social. A complexidade, a visibilidade e a transversalidade que tem vindo a caracterizar a pobreza e os grupos que nela se encontram “presos” tem vindo a exigir cada vez mais da intervenção das entidades, multiplicando as metodologias e práticas de intervenção (como se viu no ponto anterior) e tem, igualmente, mostrado as dificuldades e as lacunas que ainda existem no trabalho com estes grupos.

Embora possam ser identificados um conjunto de grupos que se encontram em situação de pobreza e exclusão social, sobressaem fenómenos que, apesar de serem alvo de um conjunto de políticas e medidas, parecem fugir a todo o tipo de respostas existentes, ou parecem não encaixar nas respostas mais típicas. Estes grupos, que vivem em situações de vulnerabilidade extrema, são de certo modo responsáveis pelo aparecimento de novas estratégias e metodologias de intervenção, algumas das quais consideradas inovadoras, que procuram dar resposta às suas necessidades tentando colmatar as lacunas ainda existentes.

Não se irá realizar uma caracterização destes fenómenos, até porque as entidades que foram entrevistadas intervêm em múltiplas realidades e diferentes problemáticas do campo da pobreza e da exclusão. O que irá ser apresentado é um retrato contextualizador do fenómeno da pobreza e da exclusão que, neste momento intermédio do estudo permite perceber de que social estamos a falar. Social este que foi impulsionador de metodologias e práticas inovadoras como se referiu e que contribuiu para a evolução das políticas sociais, das quais se irá dar conta no ponto seguinte.

Falar de Pobreza hoje em dia, e dos aspectos a ela associados não tem o mesmo significado que possuía há alguns anos atrás. Esta situação deve-se ao facto dos fenómenos e dos factores a ela associados se terem agravado de um modo acentuado e até, em alguns casos, terem ganho novos contornos até então inexistentes.

Em termos conceptuais Pobreza refere-se a "uma das dimensões da existência mais determinantes dos processos de produção e reprodução de exclusão social: o das deficientes condições materiais de existência, ou da insuficiência de recursos de ordem económica, social ou cultural"⁵⁸. Alvo da atenção de autores, investigadores, decisores políticos, o termo Pobreza foi ganhando novas dimensões resultado do próprio aumento da complexidade dos fenómenos que a ele estão associados. Das várias interpretações de que foi alvo existem duas que merecem uma particular consideração: Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa. No primeiro caso, refere-se ao nível mínimo a partir do qual se pode considerar que um indivíduo se encontra em situação de pobreza; no segundo caso, uma pessoa é classificada como pobre por comparação com os outros, o que implica que o que se entende por pobreza, ou o que é considerado pobreza depende dos costumes, padrões e valores prevalentes em cada sociedade.

A complexificação das situações de Pobreza (resultado do aumento das situações de desemprego; baixas qualificações profissionais face às novas exigências da nova sociedade tecnológica, agravamento de situações de grande marginalidade, etc) vieram atingir um maior e diversificado número de grupos sociais. O alargamento deste conceito para além da fronteira da privação em termos económicos trouxe uma nova abordagem capaz de explicar estas novas realidades. O conceito Exclusão Social vem, assim, abarcar o de Pobreza ao implicar "a ausência de vários tipos de poder: económico, de decisão, de influência e de participação na vida da comunidade, como exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão. Tem, por outro lado, um forte carácter relacional, considerando-se que as relações sociais são uma componente fundamental do bem-estar das populações, sendo a sua quebra uma forma de não participação na sociedade, (...)"⁵⁹. Apesar deste ser um conceito cujo aparecimento

⁵⁸ Luís Capucha, *Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades*, in, José Manuel L. Viegas, António Firmino da Costa (Org.), *Portugal: que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, p.211.

⁵⁹ *A luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza*, Genebra, BIT - STEP, 2003, p.18.

remonta aos anos 60⁶⁰, será por volta dos anos 80 que ele ganha um papel central ao ser referenciado nos documentos da Comunidade Europeia como o conceito que melhor enquadra as novas realidades sociais que foram surgindo. Segundo Alfredo Bruto da Costa⁶¹ é mais adequado adoptar o termo "exclusões sociais", estando neste caso a referir-se à exclusão de tipo económico (a pobreza propriamente dita), de tipo social (estigmatização e isolamento social), de tipo cultural (discriminação étnico-cultural), de tipo patológico (problemas psicológicos e mentais) e auto-exclusão (*comportamentos auto-destrutivos*). Existem, neste sentido, diferentes formas de se estar excluído, embora o estar excluído de determinado sector não significa necessariamente estar excluído de outro sector. E o mesmo serve para a noção de inclusão.

Olhando para a nossa sociedade e para a diversidade de situações de exclusão é possível perceber que nem sempre quem está excluído, o está em todos os sectores da sociedade e nem sempre quem está incluído, o está em todos esses sectores. O exemplo mais notório é o dos trabalhadores pobres que embora estejam inseridos no mercado de trabalho, isso não constitui garantia para saírem da pobreza, ou seja, de estarem excluídos, por exemplo, do sector monetário. Se tivermos igualmente em atenção o que se disse anteriormente de que ao longo da vida uma pessoa pode entrar numa situação de pobreza é possível depreender, à semelhança do que defende Iver Moller⁶² que durante a vida uma pessoa entra em contacto com vários subsistemas sociais não querendo isto dizer que estará incluído em todos ou excluído de todos ao mesmo tempo. A perspectiva de que estes conceitos são *dinâmicos* revela, na opinião do autor, a existência também de situações de *marginalização*. A entrada em situações de exclusão podem ser antecidas por momentos em que o indivíduo se encontra marginalizado de determinado sistema e isso é motivo para ser empurrado para a exclusão. Mas esta situação também pode ocorrer no sentido da inclusão, ou seja, o indivíduo excluído pode gradualmente entrar num processo de marginalização que o pode levar à inclusão em determinado sistema (*movimento positivo fora da exclusão*).

“(...) em muitas das situações da ‘vida real’ os indivíduos estão mais ou menos incluídos, mais

⁶⁰ A paternidade pelo conceito Exclusão é atribuída a um autor francês, René Lenoir, que o menciona na sua Obra *L'Exclu* (1974).

⁶¹ A este respeito vd. Alfredo Bruto da Costa, *Exclusões Sociais*, Lisboa, Cadernos Democráticos, Ed. Gradiva, 1998.

⁶² Ivar Hornemann Møller, “Understanding Integration and Differentiation. Inclusion, Marginalisation and Exclusion”, in *Eurozine*, 21/06/2002. Pode ser consultado em <http://www.eurozine.com>

ou menos marginalizados e mais ou menos excluídos. Uma distinção significativa entre estas três zonas não pode ser estabelecida porque é possível – em muitos dos subsistemas – identificar posições fortes/fracas em cada uma das três zonas nas quais o indivíduo possui muitos/poucos recursos que lhe permitem maior/menor liberdade de escolha de manter ou não a sua situação actual. Consequentemente (...) [a] inclusão, [a] marginalidade e [a] exclusão são conceitos relativos: pode-se estar mais ou menos incluído, mais ou menos excluído e mais ou menos marginalizado.”⁶³

No estudo realizado por Ivar Møller e Pedro Hespanha⁶⁴ dos conceitos de exclusão e inclusão tendo em conta a existência ou não de *círculos virtuosos* e *viciosos* relativamente aos diferentes domínios da vida social e em particular da ideia (muito defendida a nível Europeu) da inclusão do indivíduo via mercado de trabalho é possível perceber a existência deste *continuum* e *relatividade* dos conceitos. Os autores demonstram que muito raramente a inclusão no mercado de trabalho remunerado é factor de inclusão em outros subsistemas sociais. No mesmo sentido, a tese de que estar incluído num determinado sistema implica estar incluído noutros sistemas (*círculos virtuosos*) e estar excluído/marginalizado de um sistema implica estar excluído/marginalizado de outros (*círculos viciosos*) também não foi sustentada. Neste sentido, são questionados pelos autores os princípios inerentes às políticas de activação, trazidas pela Estratégia Europeia para o Emprego, que recomendam que as pessoas estejam livres e preparadas para aceitar um emprego. A activação ao conduzir o indivíduo para o trabalho está a contribuir para a sua inserção profissional e social. Da mesma forma, ao retirar as pessoas de uma situação de dependência de benefícios estatais, as políticas de activação estimulam a actuação do próprio indivíduo na resolução da sua condição. A activação é vista, neste caso, como uma forma de participação social do indivíduo.

No entanto, e por outro lado, a activação cria a ideia de que as pessoas em situação de desfavorecimento são culpadas pela situação em que se encontram, daí ser necessário proceder a medidas "severas" que as impelem a conseguir um trabalho. A compulsão para o trabalho (*workfare*) é geradora de situações de exclusão no mercado de trabalho, é exemplo disso, o facto de muitas pessoas verem-se repetidamente atiradas para empregos temporários e formações diversas que conferem um aspecto positivo

⁶³ Ivar Hornemann Møller, op. cit, 2002, p. 10.

⁶⁴ Ivar Møller, Pedro Hespanha, "Padrões de exclusão e estratégias pessoais" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 64, Dezembro de 2002, pp. 55-79.

às estatísticas de desemprego mas que na realidade não permitem resolver a sua situação de exclusão. Neste sentido, as políticas activas de emprego deveriam assentar não em medidas de compulsão, mas em medidas mais qualitativas que privilegiassem a pessoa no seu todo, enquanto indivíduo activo e participativo no seu próprio processo de inclusão, que fossem de encontro às suas necessidades e que fosse participada (trabalho em rede) e planificada também pelas e com as outras entidades existentes a nível local.

Ao reconhecer a diversidade e heterogeneidade de situações que caracterizam as populações mais desfavorecidas, nomeadamente, as que se encontram em situação de desemprego, as políticas de activação poderiam ter efeitos bem mais positivos. Ou seja, seria importante reconhecer que não é possível estabelecer uma só e única resposta para situações tão díspares. A definição destas políticas, assim como, a sua aplicação deveriam ter em conta esta disparidade, reconhecendo, desde logo, as características destes públicos, os problemas que os afectam, as necessidades que precisam ver colmatadas. Esta tarefa só seria cumprida com sucesso se fossem criados mecanismos de activação da participação das pessoas nos próprios processos de definição e aplicação das políticas.

Ao mesmo tempo é importante assegurar um acompanhamento próximo às pessoas, ou seja, no processo de inclusão, as estratégias a seguir podem ser muitas e variadas, no entanto, o acompanhamento a fazer deveria ultrapassar a fase de trabalho directo com as pessoas prolongando-se no tempo de modo a perceber se o projecto definido foi o adequado.

Estas várias perspectivas permitem questionar não só a eficácia das medidas de activação no processo de inclusão social, mas também o rumo das políticas sociais, neste caso, as políticas de emprego. Se não nos deixarmos levar pela ideia, já atrás referida, de que as pessoas em situação de desemprego e de pobreza são responsáveis pela sua condição, ou melhor, são responsáveis pelo facto de não desenvolverem esforços para reverter a sua condição de excluídos, podemos afirmar que as políticas de combate ao desemprego que existem devem, elas sim, ser cada vez mais activadas e participadas de modo a atingirem o fim a que se propõem. Da mesma forma, as políticas/medidas adoptadas e implementadas devem procurar ajudar o indivíduo a encarar-se como capaz para resolver a sua situação. Não se trata só de ajudar o indivíduo a encontrar um emprego, mas sim de ajudá-lo a encontrar um emprego que

responda às suas necessidades e expectativas. O processo de inclusão social e profissional funciona muito melhor se as pessoas se sentirem valorizadas, sentirem que a sua participação é fundamental, sentirem e efectivamente enriquecerem as suas capacidades pessoais e profissionais. Neste sentido, o emprego pode ser uma das soluções, mas não a única.

No mesmo sentido deve-se procurar não cair no radicalismo de que as ajudas financeiras que se podem dar às pessoas em situação de pobreza são não só uma ajuda para melhorar a sua vida, mas sim uma forma de contribuir para a sua dependência contínua de subsídios. Na verdade, a inclusão social dos indivíduos deve ser ajudada por uma boa protecção social que passa não só pela garantia de um benefício monetário, mas também pelo fornecimento de serviços que sirvam as pessoas mais desfavorecidas (apoio a idosos, apoio às crianças, serviços acessíveis de saúde, etc.).

Este exemplo não serve para nos desviar do nosso estudo, mas permite, sim, retomar algumas das questões já levantadas anteriormente. Uma delas refere-se à ideia da culpabilização das pessoas desfavorecidas pela sua própria condição de desfavorecimento. Políticas desta natureza são impulsionadoras de estereótipos deste tipo. No mesmo sentido, reflecte a perspectiva de Beck de que o indivíduo é responsável pela sua *própria vida* e, por esta via, também pelos seus *próprios fracassos*. Revela ainda uma outra questão, a de que a forma como as noções de pobreza e de exclusão têm vindo a ser apropriadas nos vários documentos oficiais, nacionais e europeus, das políticas e medidas de política, assim como a atenção, diferenciada, dada aos vários grupos que se encontram nesta condição, são determinantes na forma como se intervêm nas mesmas, quer da parte das várias estruturas responsáveis por esse trabalho, quer da parte da própria sociedade em geral que deve ser implicada na luta contra estes fenómenos.

Embora os conceitos de pobreza e de exclusão tenham sido vistos como antagónicos, as várias reflexões que foram sendo feitas sobre os mesmos permitiram concluir que são conceitos complementares - o termo exclusão social é muito mais abrangente do que o de Pobreza, pois:

- "facilita uma melhor compreensão da insegurança de rendimentos no mundo desenvolvido e das oportunidades desiguais dos países em vias de desenvolvimento;

- centra a sua atenção no papel dos actores sociais e das instituições nos processos de inclusão;
- permite uma aplicação, ao nível micro, das relações individuais, familiares e comunitárias, revelando a importância dos contextos locais;
- ao nível macro, apresenta uma nova visão de globalização e da crescente vulnerabilidade de grupos específicos da população (...);
- (...) introduz uma nova medida de justiça social;
- fortalece a importância do emprego;
- ajuda a alargar a protecção social;
- promove estratégias de parceria entre os actores sociais e da sociedade civil⁶⁵.

Em Portugal a proporção de pessoas em risco de pobreza, segundo os dados recentes do INE encontra-se por volta dos 18%⁶⁶ (dados de 2006). Apesar do ligeiro decréscimo face a anos anteriores, este valor engloba um número considerável e diversificado de indivíduos com problemáticas diversas e necessidades também elas diversas. A maior vulnerabilidade às situações de Pobreza e de exclusão social ficam a dever-se à ausência de um emprego estável ou à existência de um emprego precário, mas também ao agravamento das condições económicas, e das situações de grande Marginalidade; ao aumento da imigração (das populações imigrantes, e das necessidades que acarretam); à quebra dos laços sociais; à idade das pessoas; ao género; à composição do agregado familiar, entre outros e que se traduzem no aparecimento de um conjunto de categorias que são alvo de uma destas problemáticas, ou de várias.

⁶⁵ A este respeito vd. Jordi Estivill, *Panorama da Luta contra a Exclusão Social. Conceitos e Estratégias*, Genebra, BIT - STEP, 2003, p.34. Para uma melhor apresentação dos vários elementos que, segundo o autor, permitem definir e perceber o conceito de exclusão, estes foram apresentados por pontos.

⁶⁶ INE, *Destaque*, 15 de Janeiro de 2008. Esta percentagem pode ocultar a realidade de muitos dos grupos que vivem em condições de vulnerabilidade, como os idosos. O facto de muitos grupos terem ultrapassado aquela que é a linha de pobreza relativa (60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes) não significa necessariamente uma mudança nas suas condições de vida e uma saída da situação de pobreza. Esta leitura da realidade é permitida pela intervenção de algumas medidas de política implementadas, como o Complemento Solidário para Idosos cujos montantes atribuídos permitiram a muitos dos idosos ultrapassar a linha de pobreza. Resta saber e verificar quais as mudanças produzidas na melhoria das suas condições de vida.

Em suma, neste capítulo onde se fez uma primeira aproximação às noções de pobreza e exclusão social, sobressaem algumas ideias relevantes. Desde logo, os novos princípios inerentes às práticas de intervenção, nomeadamente a participação, o trabalho em rede, o local, entre outros; a importância dada ao reforço da cidadania e da solidariedade no combate à pobreza; o risco inerente ao crescente individualismo, reflexo das sociedades modernas, e como isto constitui um entrave à promoção da cidadania e da solidariedade e a existência de estereótipos relativamente às pessoas em situação de pobreza.

3. A CULTURA

"Se somos seres culturais, também fazemos parte da natureza sobre a qual vamos trabalhar. Com efeito, parte do sentido da palavra «natureza» é recordar-nos o *continuum* entre nós próprios e o que nos rodeia, tal como a palavra «cultura» é útil para realçar a diferença".

Terry Eagleton, *A ideia de Cultura*, pp.16/17

Neste capítulo pretende-se avançar um pouco mais na reflexão sobre a existência de uma *cultura do social*. Tal como refere o autor na frase introdutória existe um *continuum* entre o indivíduo e o meio que o rodeia, assim sendo, quando tomamos consciência da existência de pobreza e exclusão e de como estas, umas vezes directa, outras vezes indirectamente, fazem parte da nossa vida, torna-se imperioso agir no sentido da sua compreensão e erradicação. É claro que isto nem sempre é verdade e criar este sentido de responsabilidade e de solidariedade requer um esforço do indivíduo, mas também dos vários sectores da sociedade, o que por si só já traduz algumas dificuldades, pois por vezes, e como vimos nos capítulos anteriores, isso pode produzir efeitos contrários de discriminação e afastamento relativamente aos fenómenos em questão. No fundo o que importa reter é que à semelhança do que acontece com a cultura em geral, também ao nível do social e da luta contra a pobreza existe uma influência clara do meio e dos seus vários subsistemas na construção de uma *consciência social* que é fundamental na forma como se abordam estas problemáticas.

Sendo que a noção de cultura detém um passado longínquo, esta tem vindo a sofrer várias mudanças e evoluções o que nos permite, no momento, colocá-la em diversas facetas da vida do indivíduo e da sociedade. A noção de cultura aplica-se a várias dimensões: temos a cultura de um povo, a cultura da juventude, a cultura da pobreza, a Cultura propriamente dita, a cultura da empresa, entre outras e a que se tem vindo a falar aqui, a *cultura do social*. *Mas o que se quer dizer quando se associa a palavra cultura a alguma destas facetas? Que atributos e que diferenciação se consegue atingir com esta associação? O que será que procuramos dizer quando dizemos que o social poderá estar a virar cultura? E que impactos isso tem na luta contra a pobreza?*

Segundo Terry Eagleton a cultura “é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política através da libertação do eu ideal ou colectivo sepultado

em cada um de nós, um eu que encontra a sua suprema representação no domínio universal do Estado”⁶⁷. Para T. S. Eliot “uma «cultura» é concebida como sendo criação de uma sociedade como um todo, sendo, por outro lado, o que faz da sociedade uma sociedade”⁶⁸.

Em ambas as definições surgem duas noções que são fundamentais para a análise: a noção de cidadania e a noção de sociedade. A *cultura do social* tem tudo a ver com a promoção da cidadania e o envolvimento de toda a sociedade. Na perspectiva da luta contra a pobreza é fundamental reconhecer que esta luta deve ser uma responsabilidade de todos os cidadãos, logo de toda a sociedade, que implica defender os direitos fundamentais da cidadania. Aqui pode-se fazer um pequeno parêntese, pois face ao que foi referido torna-se mais claro, nesta altura, que a noção de *cultura do social* se possa diferenciar de outras noções com as quais pode ser confundida, nomeadamente, as noções de *ideologia* e de *representação social*. No 1º caso estamos perante “ideias correntes ou médias, ou as aspirações comuns, de uma dada categoria social, de um organismo, ou de uma organização sindical ou política concreta”⁶⁹. Segundo Karl Mannheim a “ideologia é um conjunto de ideias e aspirações que tendem para o ideal e estão cheias de futuro”⁷⁰. No segundo caso estamos perante “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”⁷¹. Num conceito e noutro estamos perante construções levadas a cabo pelo indivíduo tendo por base as condições sociais em que se insere, mas também as do outro a que se dirige. As representações dão sentido à realidade. Quando se fala em *cultura do social*, mais do que *produções intelectuais* estamos a referir-nos a princípios que estão fortemente enraizados – ou não – no social e que contribuem para uma melhor compreensão e intervenção no mesmo. O que se procura alcançar no presente estudo é, também, um reconhecimento desses princípios, cuja presença/ausência justificam a presença/ausência de uma *cultura do social*.

⁶⁷ Terry Eagleton, *A ideia de Cultura*, Lisboa, Temas & Debates, Março 2003, p. 18.

⁶⁸ T. S. Eliot, *Notas para uma definição de cultura*, Lisboa, Edições Sécuro XXI, 1996, p.41.

⁶⁹ Franco Ferrarotti, *Sociologia*, Lisboa, Teorema, 1985, p. 82.

⁷⁰ *Idem, ibidem*, 1985, p.83.

⁷¹ Jodelet citado por Jorge Vala, “Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social”, in Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (Coord.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p.354.

3.1 - A noção de cultura

Segundo Raymond Williams⁷² a noção de cultura detém 3 sentidos modernos: “civilidade” que, no século XVIII se aproxima do conceito de civilização. Este termo possui duas dimensões: o individual e o social, sendo que a primeira apela ao estar – ao *saber estar* – do indivíduo; o social, a segunda, porque o indivíduo não está sozinho e assume relacionamentos.

No entanto, no final do século XIX os alemães adoptam o termo cultura que possui um significado bem mais complexo que civilização: “uma razão para a emergência da «cultura» é o facto da «civilização» ser cada vez menos considerada plausível enquanto termo valorativo”⁷³.

Posteriormente o autor refere uma nova mudança no significado do conceito de cultura, apostando numa vertente mais plural do mesmo. Esta pluralidade aponta para a diversidade de culturas que se podem encontrar no mundo, no entanto, segundo o autor, “plural” não pode conduzir à “perda de carga positiva”, ou seja, pode-se assumir uma grande pluralidade de formas de cultura, mas nem todas possuem uma identidade que reforce as características inerentes à condição humana.

Um terceiro significado desta noção aponta para a sua “redução” às artes. No entanto, também aqui, está-se a “empobrecer” o conceito visto que nem todo o ser humano tem apetência e vocação para as artes. Se com este significado está-se no domínio da criatividade, da imaginação (características inerentes a todas as actividades que se podem enquadrar no domínio das artes) quase que se pode afirmar, na opinião do autor, que o domínio mais científico, inerente à economia, à sociologia, à política, etc, não possui estas componentes de criatividade. Tal não é verdade se pretendemos falar numa *cultura do social*. Com esta noção pretende-se abarcar a criatividade, a inovação do social na luta contra a pobreza. Vincenzo Castelli apelida esta criatividade no social de “social avançado”⁷⁴, ou seja, o social que reflecte um conjunto de princípios inovadores como a importância do direito de cidadania, a concertação social, a abordagem *bottom-up*, o desenvolvimento local, o princípio da participação, entre outros.

⁷² Terry Eagleton, *op. cit.*, 2003, p.20.

⁷³ *Idem, ibidem*, 2003, p.23

⁷⁴ Consultar Vincenzo Castelli, *et. alt., op. cit.*, 2004.

É possível pelo discurso dos entrevistados reconhecer os princípios inerentes a este *social avançado*. Ao longo das entrevistas são apontados na intervenção das Organizações a adopção de princípios e noções como:

- a integração de ambientes plurais e o entendimento da multidimensionalidade do fenómeno da pobreza.
- O acompanhamento próximo das populações e a promoção da sua autonomia na construção de projectos de vida.
- O trabalho em rede e a criação de mecanismos de comunicação e de troca de experiências.
- A facilitação de redes de parceria e a interlocução entre o local e o nacional.
- A construção e experimentação de novas respostas (embora sem capacidade de sustentabilidade).
- A adaptação das respostas às necessidades do local e às especificidades dos grupos vulneráveis.
- A cobertura de áreas do social ainda a descobrir.
- A inovação e o lobby.

Não se pode ter a pretensão de admitir que estes princípios são concretizados em pleno pelas entidades não governamentais. A sua implementação é muitas vezes deficitária o que cria constrangimentos à intervenção. No entanto, nas entrevistas realizadas foi possível perceber que estes princípios são preconizados pelas Organizações e transmitidos às outras entidades como práticas a desenvolver.

Para além de ser fundamental perceber o significado deste “social avançado” e das suas manifestações é também fundamental *desconstruir* um pouco mais a noção de cultura. Isto porque, e tal como se referiu anteriormente, hoje em dia é possível falar de vários tipos de cultura, mas esta diversidade é, de acordo com alguns autores, sinónimo de fragilidade, de crise.

T. Eagleton refere que:

“Se durante algum tempo a cultura foi uma noção demasiado selecta, hoje possui a inconsistência de um termo que deixa muito pouco de fora. Mas ao mesmo tempo

especializou-se em excesso, reflectindo obedientemente a fragmentação da vida moderna, em vez de, tal como sucedia com o conceito clássico de cultura, procurar reintegrá-la.”⁷⁵

Neste sentido há que *solidificar o conceito de cultura do social, demonstrar a sua singularidade, quem a produz e como se pode transmiti-la e fazê-la vencer*. Eagleton continua na sua reflexão defendendo que não é o conteúdo de tal cultura que interessa, mas aquilo que ela representa. *O que representa a existência de uma cultura ao nível deste social?* Principalmente quando se defende, e se pretende demonstrar, que ela é fundamental na luta contra a Pobreza?!

⁷⁵ Terry Eagleton, *op. cit.*, p.56

3.2 - Os Sectores Impulsionadores de uma *Cultura do social*

“(…), felizmente, a destruição do bem comum deparou-se com limites importantes e foi motivo para o aparecimento de resistências cada vez mais vigorosas.”

Riccardo Petrella, *O Bem Comum*, p.96.

Neste momento é importante conhecer e perceber *como funcionam os vários sectores da sociedade que se consideram fundamentais para a construção de uma cultura do social, ou melhor para o desenvolvimento de competências sociais, para a promoção de uma cidadania activa e uma cultura de solidariedade.* Se partirmos da constatação que prevalecem na nossa sociedade um conjunto de lacunas – o enfraquecimento da sociedade providência, o agravamento das situações de pobreza e exclusão social, e acima de tudo o facto dos esforços desenvolvidos por todos não terem conseguido ainda erradicar este fenómeno; o aumento das preocupações com o social, mas o papel, ainda secundário que este assume quando comparado com outros sectores da sociedade; a regularização da solidariedade; o aumento do individualismo e do auto-centramento da solidariedade – e orientações que deixam no “ar” incertezas face a algumas das interrogações já aqui apresentadas torna-se fundamental perceber *a que nível a cultura do social é construída, quem e o que é capaz de a impulsionar.* Anteriormente referiu-se que a *cultura do social* caracteriza-se por uma certa criatividade, que se expressa através do que se pode designar como *social avançado.* *Mas que características tem este social avançado? Quem é responsável pelo seu aparecimento, disseminação e solidificação?*

Se procuramos responder desde já a esta questão podemos apontar (e já o fizemos em momentos anteriores) um conjunto de sectores que podem ser considerados “responsáveis” pelo aparecimento deste *social avançado* e pelo desenvolvimento de uma cultura. Fala-se em particular do sector político, o sector educativo e o sector não governamental. Mas também se pode falar do sector da comunicação e mass media, do sector empresarial, entre outros. Se dizemos que há um *continuum* entre o meio e o indivíduo, todos os sistemas que encontramos neste meio estão “aptos” a “influenciar” o indivíduo. Tal como foi definido no início, este estudo não tem a ambição de *imersão* em todos estes sectores, embora seja difícil não o fazer uma vez por outra, como é visível pelo percurso da investigação até este momento. Embora o sector escolhido e explorado directamente tenha sido o sector das organizações de

solidariedade social, é possível ir traçando um panorama e levantar algumas interrogações para o futuro.

A Política

No *mundo da política* destaca-se o modo como esta foi absorvendo as questões ligadas ao social e como foi delineando estratégias/medidas (e que tipo de medidas) para trabalhar estas questões. A este nível é importante perceber a abertura do Estado às questões de carácter social logo após o 25 de Abril de 1974. Segundo Henrique Medina Carreira⁷⁶, o mau estado que afectava os sectores primário e secundário da economia, assim como a existência de uma sociedade “paternalística e polarizada em termos de classe” veio atrasar o desenvolvimento das políticas sociais ao nível da realidade portuguesa. Este carácter “paternalístico” e centralizador na figura do Estado teve a sua maior aceitação durante a ditadura salazarista. No entanto, é importante referir o papel que as entidades ligadas à Igreja sempre tiveram no combate à pobreza. A importância da sua actuação marcou a intervenção social ao longo deste tempo embora nesse processo também tenham sofrido grandes mudanças, não diria em termos de missão, mas sim em termos de visão como se pode verificar no discurso de alguns dos entrevistados:

“Nunca houve afastamento da igreja. Houve foi confusão por parte da opinião pública porque as misericórdias são de igreja. A nossa visão, a nossa missão e a nossa estrutura é fundamentada nos valores da igreja mas nós não somos da igreja. (...) isso muda tudo. E quando eu digo que muda tudo, repito, nós continuamos com as Igrejas e o nosso culto é o católico, isso indiscutivelmente. E conseguimos praticar os valores... e lá está a missão das Misericórdias. O que nos permite também sair dessa visão pura assistencialista e fazer um trabalho sociologicamente mais técnico em termos de acção social.”

(UM, p.5)

“(...) a Igreja sempre teve esta... a Igreja em si mesma... esta valência, este partilhar... faz parte não é, da estrutura da Igreja. Não é Igreja se não tiver caridade não é? (...) A história da Igreja está cheia de gente que vem fazendo. (...) Depois há as congregações religiosas, nós temos aqui as que vão todos os dias, de casa em casa, não levam muito, mas vão limpar... Também temos outras instituições, que não sendo da Igreja, também partilham desta preocupação.”

(CS Vera Cruz, p.4)

⁷⁶ Henrique Medina Carreira, *As Políticas Sociais em Portugal*, Porto, Gradiva, 1996.

“A intervenção das IPSS’s é claramente controlada e dominada pela Igreja católica. A igreja católica..., os centros sociais e paroquiais... os seus presidentes são quase todos padres da freguesia, muitos deles é gente nova já com outra perspectiva do que deve ser a intervenção social e ainda bem. Porque vai mudar aquela questão típica de que há populações que apoiam aqueles que fazem parte da nossa congregação cristã, vai ter que mudar.”

(Associação Integrar, p.2)

Posteriormente ao período da ditadura foram vários os momentos que propiciaram a abertura do Estado às preocupações com as temáticas da luta contra a Pobreza. Uma das maiores viragens foi dada com a adesão de Portugal à União Europeia em 1986. Este processo veio produzir importantes mudanças: por um lado, conduziu à adopção de metodologias de avaliação das acções que iam sendo implementadas – condição imposta pelos próprios programas europeus, e, por outro lado, trouxe igualmente mudanças significativas na formulação das políticas sociais e programas de combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social, assim como na constituição das parcerias, introduzindo-lhes a componente da *transnacionalidade*. Esta adesão ocorre, no entanto, num período conturbado, em que “por toda a parte, desacelera o crescimento económico, o desemprego atinge altos níveis e a maturidade dos sistemas já se confronta com números preocupantes de beneficiários a favor de quem cumpre realizar as prestações devidas pelo Estado”⁷⁷.

Ao longo do séc. XX, as sociedades modernas vêem agravar-se um conjunto de problemas de índole económico, social e cultural, cuja solução parecia estar na implementação do modelo do Estado Providência, em expansão desde os anos 60. A par deste agravamento, foram surgindo novos fenómenos que foram formando o grupo dos chamados “novos pobres”. A multiplicação progressiva de tais fenómenos de ordem económica, social, política e demográfica vem contribuir para o agravamento dos estados de pobreza e de exclusão social.

Portugal, enquanto país de desenvolvimento intermédio, não escapa a estas situações de risco. No entanto, a estes problemas de pobreza (precarização do emprego, expansão do desemprego, característicos da sociedade moderna) vem juntar-se, no caso português, a extrema debilidade do Estado de Protecção e Segurança Social. Estas mudanças vão deixar marcas significativas na sociedade portuguesa, em particular no

⁷⁷ Henrique Medina Carreira, *op. cit.*, p. 267.

modo de definição das políticas sociais, na constituição da legislação, no modo de intervenção com os fenómenos, na forma de perceber e actuar sobre o social. Neste processo, onde se destaca a debilidade do Estado providência, acompanhada pela instabilidade económica e pela inexistência de um Estado suficientemente forte, vão deixar as franjas mais desfavorecidas da população dependentes da capacidade de iniciativa de diversos organismos que aos poucos se foram constituindo no seio do tecido social, habitualmente apelidados de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Estas duas realidades – o Estado e o mundo não lucrativo - merecem uma atenção particular visto terem vindo a permanecer lado a lado, por vezes num diálogo nem sempre muito pacífico, no trabalho com as questões do social.

Em que medida esta reflexão relativa ao modo como o social tem vindo a ser tratado tem implicações na construção de uma cultura do social? Qual o peso do social em termos políticos?

Um dos marcos mais significativos em termos europeus, e com repercussões a nível de cada um dos Estados Membros, em matéria de atenção para as questões do social deu-se em 2000 com a definição da Estratégia de Lisboa. Este processo de trabalho acordado entre todos os Estados-membros da União Europeia (15), com objectivos comuns para o período de 10 anos (2000-2010) tinha como principal objectivo fazer da União “a economia mais competitiva e dinâmica do mundo, baseada na gestão do conhecimento e da inovação, capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social”. Estes três eixos (*triângulo de Lisboa*) - reformas económicas, criação de emprego e coesão social - projectavam uma nova forma de intervir no social e de luta contra a pobreza. No eixo específico da inclusão social é de ressalvar a adopção do *Método Aberto de Coordenação* como uma abordagem comum entre todos os Estados-Membros, em termos de definição e adopção de objectivos comuns e os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI). A intenção assentava num processo de aprendizagem mútua, de intercâmbio de boas práticas, de participação activa e estratégica, de definição de indicadores de inclusão social, na realização de projectos de cooperação transnacional (enquadrados pela definição de um Programa Comunitário de Luta contra a Exclusão), de mobilização de todos os intervenientes, inclusive as pessoas em situação de pobreza e exclusão social⁷⁸. A

⁷⁸ É sobre a égide do Programa Comunitário de Luta contra a Exclusão que se começam a realizar os Encontros Europeus de pessoas em situação de pobreza.

pobreza e a exclusão social estavam na ordem do dia, com ponto assente na agenda política, e com orientações e metas estabelecidas a nível europeu e nacional.

Este estado de arte sofre uma viragem em 2005-2006 com o processo de revisão da Estratégia que viria a dar lugar à Estratégia de Lisboa Renovada. Os Estados-membros são convidados a formular Planos Nacionais de Reforma. Concretamente em relação ao PNAI, é solicitada uma avaliação *on-going* e uma actualização (com o argumento que era necessário acertar calendários). Uma das principais consequências prende-se com o facto da Comissão deixar de dar um lugar prioritário à luta contra a pobreza e à exclusão social e assumir com a nova Estratégia três áreas onde a coesão social deixa de estar presente: mais crescimento; criar mais e melhores empregos; melhor Governação. O processo de racionalização (*Streamlining*) de Inclusão Social e de Protecção Social conduz a uma unificação dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão com os Planos similares em termos de Saúde, Cuidados continuados e Pensões dando origem aos Relatórios Nacionais para a Protecção Social e Inclusão Social. Neste processo as medidas definidas em termos de política social são integradas em apenas dois dos lados do triângulo de Lisboa: o da política económica e o do emprego. No mesmo sentido o método aberto de coordenação para a protecção e inclusão social passa a integrar as pensões, saúde e cuidados continuados. Quando se questiona sobre o peso do social e da luta contra a pobreza em termos políticos verifica-se, pelo exposto, que este não tem sido igual ao longo destes últimos tempos. A diluição da luta contra a pobreza em outros eixos, nomeadamente, no eixo do emprego, deixa em aberto, como já vimos anteriormente, um conjunto de prioridades às quais o emprego não é capaz de dar resposta (ou para as quais não é a única resposta).

Em termos nacionais o aparecimento de vários tipos de programas e a elaboração de medidas de combate à Pobreza e à Exclusão Social demonstram a preocupação que foi surgindo em termos governamentais no sentido de conseguir impedir e refrear o agravamento destas situações. No entanto, as Políticas sociais e as medidas que foram sendo criadas são também alvo de críticas, quer pelo carácter sectorial que assumem, quer pelo papel que detêm face ao conjunto das outras medidas emanadas do Estado. Uma das críticas que é feita às medidas criadas no âmbito destas problemáticas passa, igualmente, pelo facto de muitas vezes não terem uma atenção mais particular em relação a determinados públicos desfavorecidos e de irem aparecendo na agenda

política sempre que os seus efeitos se tornam demasiado visíveis e preocupantes. Tal facto permite afirmar que o social e a luta contra a pobreza não têm igualmente vindo a assumir um papel de destaque face aos outros sectores da sociedade. Da mesma forma as entidades que trabalham directamente com estas problemáticas nem sempre conseguem apoios financeiros adequados ao tipo de intervenção que vão desenvolvendo, não conseguindo igualmente produzir efeitos desejáveis ao nível superior, governamental, pela transformação das suas acções, mais inovadoras, e comprovadamente eficazes, em Políticas.

As despesas do Estado dirigidas em termos de Funções Sociais têm vindo a ocupar o primeiro lugar face às outras despesas do Estado, sendo que daquelas a maior fatia dirige-se para a Educação, depois a Saúde, em terceiro lugar a Segurança e Acção Social, depois a Habitação e em último lugar os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos.

No que diz respeito às despesas com a Protecção Social, Portugal, por comparação com a média europeia, vem ocupando os últimos lugares (16ª posição, no conjunto da EU 25).

Despesas de Portugal com a Protecção Social

Anos	Despesas públicas com a protecção social, em percentagem de PIB	
	Portugal	EU (25)
2000	21,7	26,5
2002	23,7	27,0
2004	24,7	27,2
2006	25,4	26,9
2007	24,8	26,4

Fonte: *The Social situation in European Union, 2009*

Se tivermos em conta a distribuição das prestações sociais pelos vários tipos de situações de risco: velhice e sobrevivência; Doença/cuidados de saúde; Família/Descendentes; Invalidez; Desemprego; Habitação e Exclusão Social,

Distribuição das Prestações sociais por tipo de situações de risco / 2007

Tipo de situações de risco		Portugal	UE
Velhice e Sobrevivência	% total dos benefícios sociais	50,1	46,2
	% PIB	11,7	11,7
Doença/Cuidados de Saúde	% total dos benefícios sociais	28,3	29,1
	% PIB	6,6	7,4
Deficiência	% total dos benefícios sociais	10,0	8,1
	% PIB	2,3	2,0
Desemprego	% total dos benefícios sociais	5,1	5,1
	% PIB	1,2	1,3
Família/Descendentes	% total dos benefícios sociais	5,3	8,0
	% PIB	1,2	2,0
Habitação e Exclusão Social	% total dos benefícios sociais	1,2	3,6
	% PIB	0,3	0,9

Fonte: *The Social situation in European Union, 2009*

Verifica-se que as questões ligadas à exclusão social detêm uma representação bastante pequena face aos restantes sectores. Não quer dizer que estes não sejam também áreas onde os problemas da pobreza e da exclusão surgem, no entanto, o que é relevante é que não parece ainda existir uma articulação significativa entre eles. Apesar disto, verifica-se que a nível europeu estas prestações sociais constituem importantes fontes de ajuda para os agregados familiares pois, na generalidade dos países, o risco de pobreza diminui após a transferência das mesmas.

Um último aspecto que considero importante ressaltar neste ponto e que merece uma futura análise prende-se com os princípios atrás referidos do chamado *social avançado*, que como disse vêm traduzindo uma forma de intervir ao nível da luta contra a pobreza. Uma das formas de perceber a existência deste social avançado está nos programas operacionais que têm vindo a ser implementados a nível nacional. Fazendo um pequeno exercício de análise entre, por exemplo a Iniciativa Comunitária Equal (integrada no anterior Quadro Comunitário de Apoio) e o actual Programa

Operacional Potencial Humano (integrado no actual Quadro de Referência Estratégica Nacional) verificam-se mudanças significativas na forma de intervir no social e nas prioridades assumidas. Desde logo princípios como trabalho em parceria, transnacionalidade, inovação social, experimentação e intercâmbio de boas práticas diluem-se ou desaparecem quando passamos de um programa para o outro. O destaque destes dois programas prende-se sobretudo pela atenção que mereceram e merecem da parte das entidades privadas de solidariedade social e pela atenção que deram ao campo da luta contra a pobreza e a exclusão social. Mesmo neste caso verifica-se uma mudança significativa quando olhamos para o POPH que reflecte as orientações e preocupações europeias, já referidas, relativamente ao emprego e à preparação para o emprego. O combate à pobreza e à exclusão social está assente neste programa ao nível do eixo prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social:

“O combate à pobreza e exclusão social é então uma das principais áreas de intervenção contempladas, privilegiando-se o desenvolvimento de respostas integradas no domínio da formação e emprego que permitam uma estreita articulação entre o conteúdo das acções propostas e as especificidades dos públicos visados, em particular os desempregados de longa duração e os imigrantes, bem como os reclusos, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas tutelares executadas na comunidade” (in <http://www.poph.qren.pt>)

O privilégio dado à realização de projectos de formação e preparação para a entrada no mercado de trabalho levanta questões já colocadas relativamente à prioridade dada ao emprego em termos de inclusão social.

No geral é importante perceber o caminho que se está a percorrer e que se está a construir para o futuro, em matéria de luta contra a pobreza. Se em termos europeus é fundamental recolocar esta luta no centro da agenda política, isso não é menos verdade em termos nacionais. Estas preocupações foram igualmente referenciadas pelas várias Organizações entrevistadas o que nos permite deduzir que embora os avanços tenham sido muitos em termos de intervenção no social, verificam-se alguns retrocessos e mantêm-se algumas lacunas já identificadas, mas que ainda não conseguiram ser erradicadas.

As Organizações Não Governamentais

As entidades de solidariedade social parecem assumir cada vez mais, quase que sozinhas, a responsabilidade por o *social avançado* que se tem vindo a mencionar, um social mais inovador e próximo dos grupos de maior vulnerabilidade.

As várias instituições da sociedade civil começaram a assumir um papel preponderante e determinante nas formas de lidar com as questões da Pobreza e da Exclusão Social com o fim do período da Ditadura e a entrada na Comunidade Europeia. É claro que a actuação das entidades da sociedade civil já se fazia sentir muito antes destas datas, expressas pelas entidades de carácter religioso, nomeadamente, as Misericórdias. Assumindo durante um longo tempo funções essencialmente de carácter assistencialista, as entidades que trabalhavam no terreno com as situações de pobreza foram mudando gradualmente (essencialmente após a entrada de Portugal na UE) a sua forma de lidar com esses fenómenos. O Estado encarou-as, a partir de uma determinada altura como meios fundamentais para a partilha da sua função mais social que demonstrou a dado momento não ter capacidade para assumir sozinho. Paulatinamente, estas entidades foram assumindo lugares determinantes junto da intervenção social com os grupos mais carenciados e vulneráveis, sendo também aquelas que mais desenvolvem acções próximas das necessidades que estes demonstram possuir. No entanto, a sua ligação ao Estado continuou, e continua, a existir, sendo que uma parte do seu financiamento é atribuído por aquele. O tipo de respostas que estas entidades oferecem – assiste-se, hoje, a um maior reconhecimento e a uma mais forte contratualização destas por parte do Estado – constituem, na maior parte dos casos, prestações de serviços contratualizados com a Segurança Social. Existe, portanto, uma autonomia relativa destas entidades face ao Estado, embora este reconheça a importância de partilhar com aquelas o trabalho de combate aos fenómenos de Exclusão Social, ou seja, é reconhecido e valorizado o papel de executar, mas não o de participar na sua definição⁷⁹. As ambiguidades existentes ao

⁷⁹ É importante referir o passo fundamental que foi dado com a constituição em 2006 do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS). Este Fórum tem como objectivo promover a participação das organizações da sociedade civil na concepção, monitorização e acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI). É reconhecido pela Coordenação deste Plano no âmbito dos princípios da Boa Governação e da “Mobilização e Participação dos principais actores” e integra a respectiva Comissão Inter-Ministerial de Acompanhamento, com estatuto de observador. O FNGIS embora veja reconhecido o seu papel, este precisa de ter mais expressão na prática. No momento há que criar condições no âmbito do PNAI para a participação e a auscultação deste Fórum de um modo permanente e efectivo. Para mais informações consultar: <http://www.fngis.org/>

nível destas instituições não se ficam só por aqui, podendo também ser referido o facto de serem alvo "de possíveis manipulações políticas, as dificuldades em articular os interesses particulares com o interesse geral, a verificação da sua representação, etc (...) as precárias condições de trabalho, o «sequestro» da voz dos pobres nas mãos de uma crescente profissionalização, a irrupção de critérios de gestão empresarial, mais hierárquicos e menos participativos, a crescente concorrência inter-associativa, o risco de abandonar a lógica da doação e a reciprocidade pela procura de benefícios, etc"⁸⁰. Estas ambiguidades permitem questionar se estas entidades podem ser consideradas ou não impulsionadoras de situações de solidariedade, no entanto, é através destas que se vão fazendo ouvir os grupos mais vulneráveis, que se vão reivindicando (muitas vezes sem muito sucesso) mais e melhores políticas e medidas de actuação face às suas necessidades. São elas também que na sua maioria abrem as portas ao voluntariado, sendo esta uma das formas que dá corpo à solidariedade.

A actuação junto dos públicos em situação de pobreza e exclusão social, sempre se fez, quer por entidades do sector público, quer por entidades do sector privado, sendo que as primeiras são muitas vezes acusadas de serem excessivamente burocráticas e distantes face às mudanças da realidade, e da verdadeira dimensão das necessidades, destes públicos. A articulação entre estes dois sectores nem sempre é fácil, mas também intra-sectores a situação é por vezes também difícil, verificando-se casos de não colaboração entre entidades que se debruçam sobre o mesmo fenómeno, alegando incompatibilidades nos modos de intervenção com o mesmo.

As entidades que constituem o Terceiro Sector em Portugal – entre as quais se encontram, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), as Cooperativas, as Mutualidades, as Fundações, as Misericórdias, as Associações de Voluntariado, as Associações de Desenvolvimento Local, entre outras – assumem características particulares, quer em termos de perfil, quer na articulação que estabelecem com as outras entidades da sociedade civil e em particular com o Estado.

Numa investigação⁸¹ realizada pela REAPN e o CIES em 1995 procurou-se conhecer e perceber este universo das instituições que se dedicam à acção social, assim como as orientações e valores dos seus dirigentes. O estudo abarcou cerca de 800 instituições e em termos de características gerais verificou-se que a maior parte das entidades

⁸⁰ Jordi Estivill, *op. cit.*, 2003, p.70.

⁸¹ Luís Capucha (Coord), *ONG's de Solidariedade: práticas e disposições*, Porto, Cadernos REAPN n° 2, 1996.

foram fundadas entre 1075 e 1995. A sua designação enquanto Instituições Particulares de Solidariedade Social ocorre nos anos 70, tendo sido reconhecido o seu estatuto tutelar em 1979 – “O Estatuto das IPSS aplica-se, em princípio, a todas as instituições que, em geral, se proponham facultar serviços ou prestações de Segurança Social”⁸². Relativamente à sua origem a maior parte derivou de iniciativas ligadas à Igreja (verificou-se um grande peso do Clero ao nível dos Dirigentes), Misericórdias, Irmandades, mas também de Projectos, nomeadamente, os Projectos de Luta Contra a Pobreza, Planos de Desenvolvimento Local, Associações de Pais, Associações de Moradores, entre outras. No que diz respeito aos públicos alvo e às valências e serviços prestados, destacaram-se os grupos de pessoas idosas e as crianças, logo seguidos da população jovem. Outras entidades dirigiam igualmente a sua acção para a população feminina, grupos étnicos desfavorecidos, grupos desfavorecidos e desempregados. No primeiro caso as entidades parecem desenvolver um tipo de intervenção mais tradicional, com valências convencionais como as creches e jardins-de-infância; centros de dia e convívio, apoio domiciliário, lares. Em suma as modalidades de intervenção assentavam nos seguintes tipos: *equipamentos e serviços tradicionais (ATL; creches; lares; etc); grupos de risco (apoio a marginais; apoio a sem-abrigo; apoio a pessoas com SIDA; etc); equipamentos e serviços novos (centro de saúde/posto médico; atendimento integrado); investimento na prevenção (projectos de desenvolvimento local; centros de formação e orientação profissional, formação profissional, alfabetização).*

No relacionamento com o local e com as outras instituições, uma grande parte destas entidades referiram deter interlocutores privilegiados com outras instituições congéneres do local/região; as autarquias, os serviços locais/regionais dos organismos do Estado; associações locais, entre outros. Ao nível nacional e inter/regional foi destacado o Estado, mas também outras instituições congéneres de outras regiões.

Um aspecto interessante identificado prendeu-se com o processo de tomada de decisão privilegiado. A maior parte dos presidentes afirmaram tomar decisões importantes com os seus subordinados (*responsabilidade partilhada* – concepção bastante moderna de liderança).

Para a melhoria do seu desempenho as entidades apontaram um conjunto de prioridades que são reveladoras de aspectos ainda a investir e a reforçar em termos

⁸² Pedro Hespanha, *op. cit.*, 2000, p. 133.

internos, nomeadamente: melhor formação profissional, troca de experiências com outros técnicos, melhor capacidade de gestão, melhor ambiente de trabalho, melhores remunerações, melhor relação entre colegas e maior participação nas decisões. Foi, igualmente, salientada a necessidade de *profissionalização dos dirigentes*, no sentido de ultrapassar o *voluntariado no exercício destas funções*. É interessante verificar que a necessidade de alargamento do quadro técnico foi apontada em último lugar.

Esta investigação permitiu ainda recolher informações relativas à pobreza e à exclusão social e à percepção que detinham destes fenómenos. No geral foi salientada a importância da *participação* como princípio fundamental no bom funcionamento da sociedade, reflectindo deste modo uma das características destas entidades privilegiadas no exercício das suas intervenções. No que diz respeito ao papel que as ONG desempenham em termos de intervenção social verificou-se uma partilha de opiniões entre entidades que defendiam que as ONG deviam-se orientar para a promoção de uma *participação activa* («as ONG's de solidariedade social devem, prioritariamente, ajudar os pobres a tomar consciência das suas situações, reivindicando e lutando por aquilo a que têm direito») e as que entendiam que a sua orientação deveria promover um certo *conformismo protegido* («as ONG's de solidariedade social devem, prioritariamente, ajudar as pessoas pobres a sobreviver e a melhorar a sua situação, de forma a evitar conflitos que não beneficiam ninguém»). As repostas centraram-se na sua maioria na segunda opção. No entanto, verificou-se que uma percentagem, também acentuada, de respostas incidiram na 1ª opção, o que é revelador, segundo os autores do estudo, de “uma profunda alteração das formas de estar e de intervir, ou, pelo menos, à expressão de uma vontade emergente de actuar diferente do passado”⁸³. Esta situação é reveladora do que se disse anteriormente relativamente ao papel das ONG's enquanto impulsionadoras de mudança ao nível do social.

Na sua relação com o Estado as entidades inquiridas apontaram a necessidade de receberem *mais apoios financeiros* de forma a desempenharem com qualidade as suas funções e referiram o desejo de poderem assumir um *maior protagonismo na definição das políticas sociais*.

Esta investigação realizada em 1995, assim como nas entrevistas realizadas para o presente estudo ressalta que deverá ser reformulada a relação entre o Estado, as

⁸³ Luís Capucha (Coord), *op. cit.*, 1996, p.108.

Organizações não Governamentais e as restantes entidades do Terceiro Sector. Apesar desta ser uma tarefa complexa e difícil, pois muitas vezes lida, com um conjunto de preconceitos que tendem (e teimam) em prevalecer é, no entanto, possível vislumbrar alguns dos caminhos que todos devem procurar seguir. Caminhos estes que passam: pela manutenção de uma abertura destas organizações à adopção de estratégias e actividades inovadoras; à abertura do Estado às organizações da sociedade civil na definição das políticas sociais; ao estabelecimento de parcerias alargadas, devidamente implementadas, e de construção de estratégias colectivas de aproximação aos públicos mais vulneráveis e às necessidades por estes sentidas; ao desenvolvimento de actividades de avaliação, quer da execução do Estado, quer das próprias organizações; e ao aumento da qualificação de técnicos e dirigentes através do desenvolvimento de acções de formação. Apesar deste último elemento ter sido pouco apontado no estudo realizado em 1995, ele não deixa de ser um dos aspectos bastante salientados pelas Organizações. No mesmo sentido, quando falamos na existência de um *social avançado* este é demonstrado quer pelas alterações nos modos de funcionamento das organizações (públicas e privadas) e nos princípios defendidos, mas também no tipo de figuras profissionais que se encontram a trabalhar nas mesmas. As exigências do social reclamam cada vez mais, por um lado, uma formação contínua dos profissionais, e por outro lado, uma preparação prévia, e o mais próximo possível da realidade na sua formação de base.

O papel das ONG na luta contra a pobreza e a exclusão

Temos vindo a salientar o papel significativo que as organizações não governamentais têm em termos de luta contra a pobreza e a exclusão social, assim como da sua importância no desenvolvimento de uma *consciência social* sobre estes fenómenos.

É interessante perceber o modo como estas entidades percebem a luta contra a pobreza nestes últimos tempos. Desde um certo sentido crítico pessimista de que os esforços desenvolvidos a este nível não têm sido muito significativos:

“Claro que os resultados são sempre muito morosos. Não é de um momento para o outro que se vêem os efeitos, mas de qualquer maneira eu penso que não tem havido de facto um sucesso significativo. He... os lucros, digamos assim, na eliminação da pobreza têm sido pouco significativos.”

(CNIS, p.2)

“(...) o que falta é haver uma clara aposta na luta contra a pobreza, ou seja, parece uma coisa muito pela rama, uma coisa que nos é “vendida” como um conjunto de soluções mas depois a aposta nessas soluções não é feita”.

(ANIMAR, P2)

(...) eu acho é que hoje a pobreza encarna num novo perfil de pessoas. (...) Eu sei que a designação aponta para o perfil novo, mas depois na acção em concreto não se tem feito tanto quanto o necessário para atender a esses perfis novos.

E: pois... a intervenção ainda não mudou muito...

e: Não mudou em face da consciência que se tem. Portanto, há uma consciência, essa existe, de que há um novo paradigma de pobreza, mas ficou-se apenas por aí e não se mudando os métodos tanto quanto se deveria.

(CARITAS, p. 3-4)

Mas as exigências da sociedade têm sido muitas e, por isso, defendem que a resposta das entidades tem sido mais atempada, embora com dificuldades, ao nível de financiamento, mas também de trabalho em rede, de sustentabilidade de projectos e de comunicação e visibilidade das suas boas práticas, de adaptação às mudanças legislativas, da complexidade dos próprios fenómenos sociais e o desgaste da própria intervenção neste tipo de realidades, assim como na pouca preparação dos técnicos aos quais faltam conhecimentos e formações específicas sobre a realidade.

“(...) eu acho que as organizações têm feito um trabalho absolutamente incrível de gerir o inexistente. Eu acho que as organizações têm demonstrado essa capacidade. Nós lidamos com o nada, não é? Nós não temos recursos, não temos pessoas. E sem esses recursos e essas pessoas nós temos uma grande capacidade inventiva que nos permite, de facto melhorar, em muitos casos as condições de vida para os quais trabalhamos.”

(ANIMAR, p4)

“Não é fácil trabalhar com a população com quem trabalhamos, começa por aí. É desgastante e os resultados nem sempre são compensadores para nós (...) o nosso investimento [por vezes] não tem o devido retorno.”

(ASAS, p. 11)

Passando pela perspectiva de que aquilo que se faz ao nível da intervenção lida muitas vezes com dificuldades na implementação de respostas inovadoras e alternativas às existentes:

“(...) a criação de novas respostas sociais em Portugal, é muito difícil. É difícil. Aliás nem é preciso ir para as novas respostas. Nós temos respostas que já existem há dezenas de anos e que ainda não têm enquadramento legal para o Terceiro Sector, como é o caso das respostas para os portadores de deficiência.”

(UM, p. 2)

No entanto são salientados os esforços, tal como já vimos anteriormente, de mudança das próprias organizações. Mudanças que passam pela formação dos próprios dirigentes, pela constituição de secretariados mais *tecnicistas* e profissionais, pela promoção da qualidade, pela adaptação da missão e visão às novas realidades sociais, pelo desenvolvimento de projectos inovadores que trazem valor acrescentado à luta contra a pobreza. Neste sentido, ressalta uma vez mais algumas das potencialidades destas entidades: a visibilidade, a ligação ao local (territorialização da intervenção), a aproximação aos utentes e às realidades locais, a promoção de comunicação entre as várias entidades, a disseminação de boas práticas, a capacidade de imaginação e de *gestão do nada*, a capacidade de gerar riqueza e emprego, o voluntarismo e os não horários, a capacidade de estabelecimento de alianças estratégicas, a formação dos próprios profissionais que chegam ao terreno com conhecimentos generalistas sobre o social, o lobby.

“(...) de facto nós sabemos (aliás todos nós sabemos) que há um conjunto muito vasto de organizações do país a trabalhar um conjunto de experiências muito válidas a serem feitas nesta área, há uma invisibilidade muito grande (...). Há uma grande, eu não diria incapacidade, mas há uma grande falta de partilha de informação e de partilha de mecanismos de gestão e mecanismos de implementação de projectos que poderia permitir a todos trabalhar em conjunto e melhorar a nossa intervenção”

(ANIMAR, P.1)

“Não estamos sujeitos ao horário. Já cumpro o meu horário, está resolvido o problema. Às vezes levo o problema para casa. Às vezes fico ali e não contabilizo mais uma hora ou duas...Eu penso que o particular gere os menos recursos que tem, eu penso que os gere melhor, consegue resultados tão bons, ou melhores, porque vestimos a camisola de outra forma.”

(CS Vera Cruz, p.6)

Numa terceira perspectiva, também reconhecem que aos poucos trouxeram novas formas de trabalhar e perceber o social face a uma intervenção que ainda consideram

que assenta em práticas tradicionais. E ressalvam nestas novas formas de intervir a importância de criarem o seu espaço de acordo com a sua missão e visão:

“(...) eles [os Dirigentes das outras organizações] entendiam o social de uma forma completamente diferente da que nós entendíamos. Eles eram extremamente protectores com a população com que trabalhavam. (...) Não se trabalhava para a autonomização das pessoas, não se trabalhava para capacitar as pessoas para serem cidadãos de plenos direitos, para conhecerem os seus direitos, para conhecerem os seus deveres. Não se lhes davam instrumentos para que eles lutassem por si sós, para tentarem mudar a situação em que estavam a viver. (...) De lá para cá, não acho que haja mudanças significativas em termos conceptuais. Acho é que com o tempo, estes conceitos que eram extremamente inovadores à época e que não eram entendidos, (...) se está cada vez mais a trazer para a prática de trabalho”

(ASAS, p4)

“Acho que nós ao longo desses 15 anos conseguimos marcar, conseguimos intervir em áreas que estavam a descoberto e mantivemos a postura que em locais onde, hoje onde já há instituições a intervir, nós não aceitamos intervir porque entendemos que a área social não é uma área comercial. Ou seja, não é uma área em que se deva andar a fazer concorrência a ninguém.”

(A. Integrar, p1)

Quando referem que alguma da intervenção ainda assenta em práticas tradicionais, estas entidades acabam por revelar o que ainda é prática ao nível de muitas ONG's, pois são muitas as entidades que ainda manifestam dificuldades e, por vezes, algumas resistências em adoptarem, por exemplo, metodologias mais participativas com pessoas em situação de pobreza, em planearem as suas actividades de forma estratégica, em adoptarem processos de maior qualificação e capacitação dos seus próprios profissionais. Algumas das razões para isto acontecer foram já enumeradas, nomeadamente, a pouca abertura de muitas Direcções para estas novas formas de trabalho, o facto de algumas entidades serem bastante pequenas e não possuírem um corpo técnico permanente e multidisciplinar, os fracos recursos financeiros, entre outras.

A relação com a tutela

Embora seja mais do que reconhecido o papel das instituições particulares no campo da luta contra a pobreza, já referimos que este tem sido um papel que vem sendo construído gradualmente e vem sendo partilhado com o Estado.

Na relação com o Estado a opinião das instituições foi ligeiramente diferente embora todos considerem que a parceria existe. No entanto, esta é uma parceria, por vezes de *igual para igual*, como o demonstra a União das Misericórdias, muito resultado da antiguidade na construção dessa parceria; da *maior transparência*, no entender do C. Social da Vera Cruz em termos de respostas. No geral, a maior parte dos entrevistados considera que esta parceria com o Estado é uma parceria *desigual e de domínio*. Embora as palavras sejam da CARITAS, outras entidades também apontam este tipo de relação muito resultado da autonomia que o Estado vai garantindo às Organizações privadas, mas dentro de certos limites. Ou seja, é sempre difícil fazer passar ao nível da tutela experiências de terreno que, embora estejam validadas, não se enquadram no que está já estabelecido – nos *cadernos* – não havendo muita flexibilidade para a mudança e, prevalecendo, ainda, uma incapacidade para se estabelecerem parcerias *entre/com* respostas que ainda se mantêm *atípicas*. No mesmo sentido, as orientações da tutela impõem-se face ao trabalho corrente das organizações, exigindo práticas que têm uma difícil aplicabilidade na realidade, e que muitas vezes vêm alterar o modo de funcionamento das organizações. É necessário reconhecer que essas práticas por vezes são enriquecedoras do trabalho das Organizações – como é o caso das novas exigências em termos de qualidade – mas, noutras situações apenas servem para acrescentar trabalho ao que já era feito, diluindo processos e práticas que habitualmente eram realizadas com tempos precisos, como o refere a ASAS:

“Agora não, é tudo tipificado e quantificado. E isso, nos técnicos directos, que trabalham directamente com a população mais desfavorecida e carenciada, é um obstáculo. Eu acho que há uma perda de qualidade nos serviços. Acho que o trabalho tem de ser medido, eu isso acho indiscutível, (...) e nós técnicos sociais não estávamos habituados a trabalhar com números e a aceitação disto levou o seu tempo. Não foi fácil. Hoje eu acho que as pessoas já interiorizaram que tem mesmo de ser assim. Mas com grande desgaste para os técnicos. Desgaste e descontentamento. Alguns técnicos não se sentem muito bem, porque acham, efectivamente, que o seu trabalho está a perder qualidade”

(ASAS, p.5)

A parceria é considerada ainda de *desresponsabilização* por parte do Estado, pois:

“(...) há esse empurrar de soluções, empurrar de intervenções para as organizações mas não há conseqüente criação de mecanismos que elas aconteçam e não há sobretudo também, por parte do próprio Estado, a criação de alguém que faça a regulação.”

(ANIMAR, p.3)

Mas também é entendida como *inexistente*, ou seja, algumas entidades reconhecem que vão fazendo o possível com os poucos recursos que possuem, e com *boa vontade*, pois não conseguem ter apoio do Estado.

Nesta relação com o Estado é feita igualmente uma apreciação do que têm sido as políticas sociais de luta contra a pobreza. No geral os entrevistados consideram que ainda existe um desfasamento entre as orientações políticas e a realidade dos fenómenos, assim como as necessidades dos grupos, nomeadamente, dos que vivem em situação de maior exclusão. As respostas continuam a ser *atípicas* para problemas que não se compadecem com respostas *padronizadas*.

As políticas continuam igualmente a ser sectoriais face a uma realidade percebida como cada vez mais complexa e a exigir respostas integradas aos mais diversos níveis. Ao mesmo tempo são ainda apontadas críticas aos programas e projectos de luta contra a pobreza, pois não passam disso mesmo, ou seja, de projectos *pontuais*, que muito dificilmente conseguem produzir mudanças estruturais ao nível das orientações políticas (serem implementadas e adoptadas como políticas) e não conseguem ter uma continuidade e sustentabilidade para além do “tempo de vida” do projecto.

“tem-se gasto mais no aparato do que no acto é que, não é com a proliferação de novas medidas, sem fazer a avaliação das anteriores. É importante que não se avance com uma nova medida sem se ter feito a avaliação da medida anterior. E penso que não tem sido, de facto, feito isso. E, por isso, estamos sempre numa espécie de experimentalismo que fica caro, não é?”

(CNIS, p.2)

Em suma, é visível que na relação entre Estado e ONG's ainda existem duas realidades que por vezes estão paralelas, e até se entrecruzam, mas outras vezes estão em pólos distintos. Isso é revelado pela pouca participação (e espaço para a participação) que as ONG's ainda têm na definição de políticas e no facto de não haver um consenso, em termos de intervenção estratégica, entre estes dois sectores – um público e o outro privado – que, apesar de diferentes, têm em vista o mesmo objectivo quando se aborda a pobreza e a exclusão, ou seja, a erradicação destes fenómenos e a promoção de uma maior inclusão e coesão social. O facto de ainda falarem linguagens diferentes numa realidade que é comum provoca igualmente diferenças no discurso das próprias pessoas em situação de pobreza. Era interessante saber que representações têm as pessoas em situação de pobreza relativamente a estes dois sectores? Ou seja, por um lado, um que se destaca pelo apoio financeiro que presta, mas também por um

aparente distanciamento face à pessoa e à multidimensionalidade de problemas que esta manifesta e, por outro lado, um outro sector que se destaca por uma maior proximidade, por um maior imediatismo e personalização na resposta.

Os profissionais

Na parte introdutória deste ponto foi referido que as contínuas mudanças do social, as quais fomos dando conta, exigem uma formação, de base e contínua, dos profissionais muito mais próxima da realidade e crítica face à mesma. Um dos aspectos não abordados neste estudo centra-se neste grupo de profissionais que fazem parte das organizações e que as “fazem mexer” diariamente, dando-lhes “corpo” no próprio processo de intervenção. As entrevistas realizadas centraram-se num dos grupos de profissionais – os dirigentes – mas subsiste todo um corpo técnico que não foi possível entrevistar e que daria a sua versão face ao que está aqui em análise. No entanto, é possível perceber nas entrevistas a importância que estes profissionais assumem na promoção do social e na construção de uma consciência social.

“Penso que a área da formação que se tem vindo a desenvolver em todo o país, tem sido uma das causas principais de que... capacitam muitas instituições e também abrindo-se à mudança. E portanto, à participação e ao trabalho em rede.”

(REAPN, p.2)

“As exigências são muitas, segurança, qualidade, formação profissional etc, nas respostas (...)”

(SCMP, p.1)

“(...) aparecem as outras respostas sociais, com população toxicodependente, com população sem-abrigo e se olharem para o currículo deles [recrutamento de pessoal] não vêem nenhuma cadeira específica. Lá está, acabam por chegar às instituições e as instituições têm que lhe dar formação em contexto de trabalho com os recursos da própria instituição e não da faculdade que os formou. Algumas faculdades optaram por especializações, mas depois é assim as especializações são muito interessantes permite dar formação mais específica mas depois não há muita articulação entre as faculdades e o terreno, com as instituições que trabalham no terreno.”

(A. Integrar, p.3)

“(...) outra vantagem é que esta consciência social tem sido limada, tem sido purificada porque tanto os dirigentes dessas mesmas instituições por força das que emergiram das novas, começou a ter consciência mais vincada da necessidade de formação. No social, não é só necessário fazer o bem, mas tem de se fazer bem o bem que se faz. E, portanto, esta metodologia está a entrar nos dirigentes. Nas instituições mais tradicionais, alguma dificuldade, mas nas novas instituições, está cheio

de gente com uma mentalidade diferente, até com níveis de formação a partida diferentes, (...). A formação levou a outra coisa (...) que é na capacitação da organização no seu todo para a acção que desenvolve.

(CARITAS, p.3)

Os excertos dão conta da necessidade e da importância que a formação tem trazido para o trabalho das Organizações e para o trabalho na luta contra a pobreza. Esta formação é reveladora, por um lado, das exigências do social, ou seja, a crescente complexificação dos fenómenos exige novas formas de intervenção às Organizações que operam no terreno; por outro, também é revelador da preocupação das Organizações em prepararem os profissionais para enfrentarem essas novas exigências e, também importante, é reveladora que no seio das organizações está a crescer (a ser preparado e acolhido) um corpo técnico diferente que traz para a intervenção novas formas de actuação, novas formas de compreender os problemas sociais baseadas em conceitos já aqui abordados, como o de participação.

Num estudo realizado entre 2001 e 2004 no âmbito do projecto *in Extremis*⁸⁴ onde se procurou analisar os *currículos académicos dos cursos e das formações na área da intervenção social* verificou-se, nas entrevistas realizadas aos dirigentes, que a necessidade de uma formação contínua aos profissionais (uma vez que os cursos clássicos não preparavam os técnicos para as necessidades das organizações e dos grupos com os quais trabalhavam) não era “claramente manifesta por parte dos dirigentes, sobretudo como forma estratégica e sistemática de intervenção”⁸⁵. Parece, pelos excertos atrás apresentados que esta forma de actuar e pensar está a passar por algumas mudanças, uma vez que as entidades estão cada vez mais abertas à formação. No entanto, subsiste igualmente a dúvida se os conhecimentos adquiridos encontram na prática os meios necessários e a abertura necessária (por parte das Direcções) para serem implementados. Estes profissionais têm um papel importante na construção e disseminação de uma *cultura do social*, mas para isso as entidades têm de lhes conceder o espaço e a autonomia para o fazerem.

No mesmo estudo os empregadores destacaram como fundamental na contratação de determinado profissional, por um lado, a *formação técnica na área da intervenção social* e, por outro lado, a *personalidade* dos indivíduos. Na verdade, no entendimento de

⁸⁴ Ver nota de rodapé nº 1.

⁸⁵ Sérgio Aires (Coord.), *In EXTREMIS: Fenómenos, Actores e Práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social extrema*, Porto, Cadernos REAPN nº 9, 2005, p.99.

muitos empregadores, são as *competências mais pessoais e relacionais* que se destacam como fundamentais quando a área da intervenção é a social e o público-alvo, as pessoas em situação de pobreza e de exclusão. Um dos aspectos salientados prende-se com o facto de terem consciência de que são “os comportamentos, os valores e as atitudes dos técnicos (...) que influenciam e determinam o sucesso das intervenções/acções sociais”⁸⁶ e poderíamos arriscar a dizer que determinam a qualidade dessa intervenção. No mesmo sentido, foi salientado, por parte dos empregadores a importância do *saber-aprender*, ou seja, a capacidade dos técnicos em actualizar os seus conhecimentos e renovarem as suas competências. Para isto acontecer é fundamental valorizar a adopção de uma prática de aprendizagem ao longo da vida. Embora o estudo tenha revelado, como se viu, que esta não era uma prática assente nas orientações organizacionais, é importante referir que, nas actuais entrevistas a tónica é posta novamente na importância da formação e surge a vertente da formação dirigida aos próprios dirigentes, ou seja, fala-se da importância dos próprios dirigentes integrarem processos formativos, pois só assim é possível conseguir operacionalizar mudanças estratégicas no seio das Organizações. É aqui que ainda existe muito por fazer, pois a prática mais comum ainda assenta em se destacarem os técnicos para representarem as Direcções em momentos mais formativos que não são percebidos como essenciais para a gestão organizacional e para a própria eficiência e eficácia da intervenção.

O futuro da sua intervenção

As potencialidades das Organizações não governamentais na luta contra a pobreza e a exclusão social, as dificuldades com que ainda lidam, quer no trabalho directo, quer na relação que possuem com o Estado, assim como a evolução dos próprios fenómenos permitiram tecer algumas considerações relativamente ao *futuro*.

Um dos aspectos salientados prendeu-se com a intervenção na luta contra a pobreza. No entender da CNIS é necessário proceder à conjugação de alguns elementos (*espíritos*⁸⁷) que se devem manter para uma eficaz intervenção nestes fenómenos. Estes elementos são a *cidadania*, a *solidariedade* e a *caridade*. À semelhança do que já dissemos a cidadania e a solidariedade são *princípios fundadores da sociedade* e são

⁸⁶ Sérgio Aires (Coord.), *op. cit.*, 2005, p.92.

⁸⁷ Palavra usada na entrevista da CNIS.

fundamentais na construção de uma consciência social. No que diz respeito à caridade, esta deve ser encarada não com um carácter assistencialista, como aliás a própria palavra transmite, mas como protecção social aos mais desfavorecidos num esforço de autonomia e participação destes na sociedade. No entanto, sabemos que tal forma de pensar e actuar ainda não é prática corrente dentro das instituições. A caridade ainda faz parte do discurso das entidades e da sua intervenção, mas seguindo uma lógica de assistência aos mais desfavorecidos. A procura de autonomia do indivíduo, que é reveladora da promoção da *cultura do social*, não tem espaço nesta forma de actuar. Tal facto é revelado também por um dos entrevistados:

“Primeiro há a realidade concreta das instituições que ainda estão muito mais assentes numa acção social assistencialista do que na intervenção para ir de encontro às causas que provocam essas bolsas de pobreza, e a marginalização das pessoas. Portanto, há aqui toda uma mentalidade que vem de trás, assistencialista, se calhar também com uma falsa visão da caridade que anda depois à mistura. E portanto temos tido a dificuldade de passar a mensagem aos directores das instituições da importância que é lutar contra a pobreza e não mantê-la ou perpetuá-la.”

(REAPN, p.2)

Ainda no campo da intervenção foi salientada a necessidade de maior visibilidade do trabalho das organizações não governamentais, acompanhada de um “esclarecimento urgente da opinião pública” (União das Misericórdias) do que estas entidades são agora, nomeadamente as Misericórdias, reafirmando os valores da missão face aos novos desafios da realidade. Esta perspectiva chama a atenção para a necessidade contínua de “publicitar” as práticas das organizações. Anteriormente referiu-se a existência na construção de uma cultura de um *continuum* entre o meio e o indivíduo. Ora no campo da luta contra a pobreza, e no caso particular da intervenção das Organizações, é fundamental esse *continuum* de forma a captar a atenção dos restantes actores sociais (os cidadãos em geral, nomeadamente os que se encontram em situação de pobreza), implicando-os nesta luta. Para tal acontecer é fundamental haver uma clara disseminação e transferibilidade das práticas (boas práticas) que estas entidades vão realizando, assim como uma avaliação e valorização do que se vai fazendo:

“Do ponto de vista das organizações, temos de ter a capacidade de demonstrar a pertinência da nossa actuação”

(ANIMAR, p.6)

Mas entenda-se que esta capacidade de comunicação para o exterior não é apenas com o objectivo de envolver o cidadão em geral no trabalho das Organizações, mas também dar a conhecer a outras entidades o que vai sendo feito de forma a potenciar sinergias e parcerias estratégicas.

Um terceiro aspecto a realçar prende-se com a valorização do Terceiro Sector como empregador e potenciador de um *modelo alternativo de desenvolvimento* assente na *solidariedade*.

Um quarto aspecto aponta para a gestão interna das Organizações em termos de chefia. Foi referido como uma das potencialidades das Organizações o voluntarismo das suas Direcções. No entanto, subsiste a dúvida entre alguns dos entrevistados se perante o contínuo agravamento e complexificação dos problemas sociais, assim como, e como consequência, uma tutela mais “apertada” e orientadora das práticas destas entidades, as Direcções estarão dispostas, voluntariamente, a assumir os riscos inerentes a este crescente volume de responsabilidade. Este é um dos riscos que se corre:

“Primeiro vejo que o papel da rede se vai multiplicar. (...) fica macrocéfala, acho que depois isto para ser governado precisa de um corpo de gente disponível e autónomo, o que me parece que isso pode desvirtuar um organismo como a rede”

(REAPN, p.5)

“(...) acho que esta situação de crise acentua (...) Agora tem muito a ver com as políticas sociais que se querem colocar em vigor. Uma coisa é anunciar medidas outra coisa é disponibilizar meios para essas políticas sociais e a questão está mais nos meios do que propriamente nas políticas. É assim, as instituições não têm a vida facilitada, pelo contrário, cada vez é mais difícil arranjar dirigentes porque ninguém está para perder o seu tempo livre a trabalhar em prol dos outros. Esse é um grande receio e uma grande dificuldade em arranjar dirigentes. E depois os meios não são muitos e depois isso obriga a gestões muito apertadas. Muitas vezes há que ter alguma imaginação onde possa ir buscar outras fontes de receita mas também não é fácil.”

(A. Integrar, p.5)

Um outro risco comum prende-se com a dificuldade que estas entidades vêm da capacidade de muitas Organizações se aguentarem no futuro face ao crescente volume de solicitações e à pouca capacidade de resposta, face à diminuição de verbas atribuídas pelo Estado e à dificuldade de encontrar formas alternativas de

financiamento e, por último, face às exigências mais apertadas da tutela, como as que se verificam ao nível da implementação dos manuais da qualidade e a pouca disponibilidade de recursos humanos e financeiros, assim como as poucas competências em responder a essas exigências. Entenda-se, neste caso, competências que visem, por um lado, um entendimento claro da multidimensionalidade do fenómeno da pobreza e da exclusão e isento de representações negativas face ao mesmo; e, por outro lado, competências que potenciem a realização de diagnósticos organizacionais, devidamente participados pelos vários colaboradores, competências de planeamento estratégico e de monitorização e avaliação do trabalho que é implementado.

A consciência do risco de algumas destas entidades poderem vir a fechar perante as dificuldades mencionadas reforça o apelo para a mudança que passa: pela maior formação dos dirigentes e do corpo técnico de forma a desenvolver as competências necessárias (algumas descritas anteriormente) a potenciar processos de qualificação organizacional e uma maior qualidade na resposta às exigências da intervenção; pelo reforço do papel das entidades enquanto entidades de economia social, devidamente reconhecidas as suas potencialidades face ao sector da economia dita formal; pela procura de financiamentos alternativos que podem passar pelo *lucrativo* e pelo desenvolvimento de *actividades de auto-financiamento*.

No entanto, mesmo este risco que as entidades correm pode não vir a concretizar-se visto que é entendido que o próprio Estado precisa destas entidades, das *respostas* e dos *serviços* que elas são capazes de dar, da *aproximação* que têm dos fenómenos e a capacidade de *mobilização no terreno* e de *reconhecimento* deste.

“(...) eu também acho que o Estado não está muito interessado em ficar com... (...) com esta problemática toda nas mãos. Porque nem sequer tem know how, não é? E são serviços extremamente caros onde as instituições particulares assumem uma fatia importante do orçamento, parecendo que não. E sem as instituições não chega à comunidade. Porque as instituições vão buscar recursos a algum sítio. E as comunidades unem mais esforços, mais rapidamente, para se juntarem a uma instituição como a ASAS, por exemplo, do que se juntar a uma Segurança Social. (...) Não, as pessoas pensam, a Segurança Social não precisa de dinheiro... (...) E eu acho que isto é um recurso que todos nós reconhecemos como muito importante, e que não há nenhum Governo que o vá destruir. Vai tentar é profissionalizar.”

(ASAS, p.16)

No entanto, reforço uma vez mais a necessidade de concertar esforços entre estes dois sectores no que concerne a luta contra a pobreza, evitando que cada um trabalhe para seu lado, e por vezes de “costas voltadas”. Para isso acontecer há que acordar posições em matéria de intervenção no fenómeno, de objectivos a atingir e de instrumentos e metodologias a mobilizar no cumprimento desta missão.

Um sexto aspecto a destacar prende-se com o nível de intervenção mais macro, ou seja, face à crescente complexificação dos problemas sociais, as entidades entendem que as políticas e as medidas existentes não podem continuar como estão. Salienta-se a necessidade de apostar em *políticas de prevenção* que ainda são uma das grandes lacunas a nível nacional; salienta-se ainda a necessidade de *recolocar a pobreza e a exclusão social como prioridade política* de forma a fazer face às mudanças que a realidade social tem vindo a sofrer; a importância de se *definir o papel* destas entidades na definição das políticas sociais; destaca-se a necessidade de apostar em *acções continuadas* no tempo e *sustentadas* no terreno.

Uma última chamada de atenção foi direccionada para a percepção da opinião pública relativamente aos fenómenos da pobreza e da exclusão. Entende-se que prevalece, com tendência para se agravar, a ideia da culpabilização dos pobres pela sua situação de pobreza, a ideia da subsidiodependência – também presente no discurso das próprias organizações – e de inércia das pessoas desfavorecidas na procura de soluções para as suas dificuldades. A mudança destes discursos passa obrigatoriamente pela mudança dentro das próprias entidades, pois por vezes estas também já não acreditam nas suas próprias acções, pois as alterações são lentas e por vezes residuais; mas passa também por mudanças exteriores, de *conhecimento real dos problemas sociais* e dos factores que estão na base do seu aparecimento e sobretudo na sua difícil erradicação.

4. REFLEXÕES FINAIS

“(…), o *welfare state* impôs-se enquanto gerente e gestor do *longo prazo*. Foi isso que fez crescer a *coesão social* nos nossos países, e promoveu uma cultura e uma consciência do bem comum, se bem que de maneiras bastante relativas, mas evoluindo num contexto geral bastante favorável.”

Riccardo Petrella, *O Bem Comum*, p.40.

Chegada a este momento há que reconhecer que foi aqui colocada uma questão ambiciosa. Embora, como se disse, não se pretender impor um novo conceito científico, como parece acontecer quando se fala aqui de uma *cultura do social*, a tentativa de aproximação ao reconhecimento da sua (in)existência é, no meu entender, válida, se reconhecermos que o percurso que a luta contra a pobreza tem vindo a desempenhar não é isento de influências, ou seja, não é “inocente”. O que se pretende dizer é que a evolução dos fenómenos em questão, a evolução das políticas e programas orientadas para a sua resolução, a percepção que se tem destas realidades e a intervenção social que se tem vindo a desenvolver, são todos eles alvo de influências externas das várias estruturas presentes na sociedade, mas também são capazes de as influenciar.

Neste *continuum*, largamente falado, é possível encontrar princípios cuja maior ou menor presença em termos sociais, cuja maior ou menor visibilidade permitem falar de uma cultura, neste caso ao nível do social e, em particular, ao nível da luta contra a pobreza. A *cultura do social* é no meu entender, um conjunto de valores, competências, atitudes que permitem e contribuem para alcançar uma sociedade mais justa, mais solidária e preocupada, activamente, com a luta contra a pobreza e a exclusão social. É por isso fundamental que ela exista e se traduza em acções concretas, disseminando-se por toda a sociedade. Vincenzo Castelli refere que “é necessário atribuir ao social a essência dos processos culturais (memória – participação – comunicação – beleza – prazer), e à cultura o código genético da sociabilidade (os valores – a mudança – a justiça – a utopia)”⁸⁸. Para isso acontecer as várias estruturas presentes na sociedade e responsáveis, directa e indirectamente, pela luta contra a pobreza, precisam de ser chamadas no sentido de se perceber o que ao longo deste tempo têm procurado

⁸⁸ Vincenzo Castelli, *op.cit.*, 2004, p. 201.

“instituir” como prática nesta luta, mas também de que forma têm sido influenciadas na sua intervenção. A impossibilidade de uma tal análise, pelo menos neste espaço de reflexão, levou a que se destacassem as Organizações Não Governamentais como algumas dessas estruturas que, pela acção que desenvolvem, são capazes de estabelecer e transmitir valores e princípios fundamentais para uma implicação de todos os actores na luta contra a pobreza, e cuja persistência na sua implementação permite que aqueles se enraízem como se de valores culturais se tratassem. No entanto, é importante também realçar que neste *continuum* também se destacam elementos que são um entrave à concretização desta *cultura do social*. A sua identificação é um exercício fundamental para proceder a um esforço na sua erradicação. A luta contra a pobreza e a exclusão social, pela complexidade que lhe está inerente, não se compadece pela existência e reprodução contínua destas dificuldades, sob pena de nunca se conseguir caminhar realmente na erradicação daqueles fenómenos.

Para podermos ter uma ideia mais clara relativamente à confirmação ou refutação das hipóteses inicialmente colocadas, a reflexão conduzida até ao momento permitiu salientar que:

- + O social, nomeadamente a luta contra a pobreza, adquiriu uma nova importância, visível pela multiplicidade de políticas e de metodologias de intervenção inovadoras.
- + Há uma aposta numa abordagem integrada dos fenómenos de pobreza e exclusão social.
- + Há um apelo à participação dos cidadãos na condução das actividades que lhe dizem respeito e que fazem parte do seu projecto de vida.
- + Há um apelo à promoção da cidadania no sentido de uma maior autonomia do indivíduo.
- + Há um maior envolvimento das entidades da sociedade civil na luta contra a pobreza, e um papel fundamental na sua erradicação, que é visível:
 - Pela promoção de um *social avançado* que assume como prática corrente a promoção da cidadania, a concertação social, a abordagem *bottom-up*, o desenvolvimento local, o princípio da participação, o

trabalho em rede e em parceria; a aproximação à realidade social; a criatividade e a inovação.

- Pela aposta no reforço de uma nova solidariedade traduzido num novo *modelo de desenvolvimento a nível local*.
- Na adaptação às mudanças da realidade social e uma clara procura de resposta às necessidades detectadas.
- Na promoção de respostas inovadoras e alternativas às existentes atendendo às especificidades dos problemas.
- Na mobilização da comunidade para a causa que defendem e as práticas que desenvolvem assentes num princípio de transparência para o exterior.
- Na promoção de uma consciência social.

Mas também que:

- O apelo à participação das pessoas perde espaço perante políticas sociais que assentam em estereótipos relativamente às pessoas em situação de pobreza, de que estas não querem trabalhar e que vivem dependentes de subsídios.
- As políticas sociais ainda se caracterizam por uma certa *sectorialidade* na abordagem aos fenómenos da pobreza e da exclusão.
- Há dificuldade em enquadrar, política e legalmente, alguns fenómenos, nomeadamente, os mais extremos.
- A assistência social embora integrada num sector mais amplo da segurança social ainda está num patamar secundário que a impede de ser assumida como política.
- O crescente individualismo presente na nossa sociedade tem um efeito perverso relativamente à solidariedade, principalmente se implicar fechamento face à restante sociedade e aos problemas da pobreza e da exclusão.
- Ainda prevalecem estereótipos de culpabilização dos pobres pela sua situação de pobreza e pela não reconversão da sua condição.
- As organizações não governamentais lidam com dificuldades que se traduzem:

- Numa descontinuidade na intervenção, ou seja, o constante experimentalismo característico do desenvolvimento de projectos impede a sua passagem para uma fase de implementação da acção de um modo contínuo. Esta situação impede a capacidade de influência ao nível das políticas sociais.
- Uma forte dependência do Estado em termos de financiamento;
- Uma insuficiência de recursos, humanos e financeiros, face às necessidades sentidas;
- Uma insuficiência de participação no processo de decisão política e uma contratualização da intervenção social por parte do Estado resultante da divisão de responsabilidades com a sociedade que têm efeitos nas suas práticas, muitas vezes pela imposição de novos instrumentos e metodologias que não se adequam à realidade social.
- Uma prática que em muitos casos ainda assenta em noções de caridade que impedem a promoção da autonomia do indivíduo e o exercício da participação que é um princípio orientador de uma *cultura do social*.

Como é possível responder à questão colocada na investigação, ou seja, se podemos falar na existência ou não de uma *cultura do social* em Portugal? Pelos pontos atrás mencionados existem evidências da sua existência e evidências da sua dificuldade em se enraizar.

De qualquer das formas, e é fundamental insistir nesta ideia (pelo menos foi o que se pretendeu reflectir aqui), há que contribuir para um *social* que se assuma como “medida” na definição e implementação das políticas, no envolvimento e co-responsabilização da sociedade, no regresso ao *bem-comum* e ao bem-estar social que “exige” uma qualidade de vida para todos os cidadãos, em especial os mais vulneráveis, na valorização da cidadania e da solidariedade, na participação de todos os cidadãos. A erradicação da pobreza só será possível com este trabalho colectivo e de proximidade, livre de estereótipos e em “pé de igualdade” com outros sectores da sociedade.

A nova estratégia que foi recentemente apresentada – Europa 2020 – parece antever o retomar de um caminho que nestes últimos anos se perdeu e onde a luta contra a pobreza é assumida como uma prioridade.

A Estratégia contempla o cumprimento de 5 grandes objectivos para a União Europeia, sendo que um deles visa a redução em 25% do número de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza. A proposta apresentada passa pela construção de uma Plataforma Europeia contra a Pobreza “para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar activamente na sociedade”⁸⁹.

Neste sentido, é necessário, quase que imperioso, que uma cultura de valores de solidariedade e justiça, de competências sociais e uma nova consciência social seja capaz de se enraizar ao nível de todos os cidadãos.

⁸⁹ Comissão Europeia, *Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, COM (2010) 2020 final, Bruxelas, 3/3/2010, p.37.

Interrogações para futura reflexão:

- As Organizações Não Governamentais desempenham um papel central no combate à pobreza e à exclusão social, não só pelos serviços que prestam, mas também por serem capazes de expressar as necessidades desta população, sendo igualmente um espaço de *empowerment* e lobby político. Até que ponto as ONG's são capazes de influenciar a legislação que é elaborada no combate à pobreza? Até que ponto são capazes de influenciar políticas e decisões políticas em matéria de combate à pobreza?
- As pessoas em situação de pobreza são as únicas que conseguem expressar, na 1ª pessoa, as suas principais dificuldades e necessidades, devendo por isso existir espaços para a sua auscultação e, sobretudo, participação activa na luta contra a pobreza. Como encaram as pessoas em situação de pobreza e de exclusão as práticas de intervenção que a elas se dirigem? Que influências têm e podem ter no processo de tomada de decisão política?
- O cidadão comum tem um papel central na luta contra a pobreza. No entanto, muitas das representações que o cidadão comum tem da pobreza e das pessoas vulneráveis, resultam não da experiência e do contacto com esta realidade, mas sim do que lhes é apresentado pelos meios de comunicação social, por conhecimento de casos particulares, pelo diferente discurso político, etc. O que pensa verdadeiramente o cidadão em geral do que tem sido o combate à pobreza nestes últimos anos? Onde começam a ouvir falar de pobreza e do papel que podem desempenhar no combate a este fenómeno social? O que falta no processo de mobilização de toda a sociedade para acabar com este flagelo?
- Os diferentes profissionais que intervêm no campo da luta contra a pobreza são os principais agentes de implementação das políticas e medidas definidas para o efeito. O poder discricionário que possuem dita muitas vezes o sucesso ou insucesso de aplicação de uma determinada medida. Como são preparados estes profissionais para trabalharem no campo da luta contra a pobreza? Como é que esta realidade lhes é transmitida? Que poderes possuem na prática da intervenção, mas também quais os entraves de que são alvo, principalmente quando procuram inovar ao nível da prática?
- Os meios de comunicação social são os principais instrumentos de formação e informação da opinião pública. Que papel têm assumido na construção de representações sobre o fenómeno da pobreza e dos seus protagonistas? O que privilegiam neste campo e o que consideram supérfluo? Que linguagem usam no modo como se referem ao fenómeno da pobreza e da exclusão? O que mudou ao longo destes anos?
- A nova estratégia 2020 que traça para os próximos 10 anos novas orientações em matéria de coesão social e económica precisa de se apoiar numa mudança de mentalidades que vise a partilha de responsabilidades e uma participação efectiva de todos os cidadãos no combate à pobreza. Como será possível proceder a essa mudança se o caminho parece orientar-se para uma maior tensão social resultante da crise e dos efeitos desta naqueles que estão mais vulneráveis?

BIBLIOGRAFIA

- AIRES, Sérgio (Coord.), *In EXTREMIS: Fenómenos, Actores e Práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social extrema*, Porto, Cadernos REAPN n° 9, 2005.
- BALSÀ, Casimiro (Org.), *Confiança e Laço Social*, Lisboa, Edições Colibri, 2006.
- BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Lisboa. Edições 70, 1994.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth, *Individualization*, UK, Sage, 2008.
- BIT – STEP, *A luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza*, Genebra, BIT - STEP, 2003.
- BORDOGNA, Mara Tognetti, *Lineamenti di Politica Sociale. Cambiamenti normativi e organizzazione dei servizi alla persona*, Milão, FrancoAngeli, 1998.
- BRYMAN, Alan, *Social Research Methods*, Paperback, 2008.
- CAPUCHA, Luís (Coord), *ONG's de Solidariedade: práticas e disposições*, Porto, Cadernos REAPN n° 2, 1996.
- CAPUCHA, Luís, “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades”, in, VIEGAS, José Manuel L., COSTA, António Firmino da (Org.), *Portugal: que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- CARREIRA, Henrique Medina, *As Políticas Sociais em Portugal*, Porto, Gradiva, 1996.
- CARVALHO, João, *Organizações não Lucrativas. Aprendizagem Organizacional, Orientação de Mercado, Planeamento Estratégico e Desempenho*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005.
- CASTEL, Robert, *As Metamorfoses da Questão Social*, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- CASTELLI, Vincenzo, et. alt., *La cultura del sociale tra esclusione e inclusione*, Itália, AGEFORM/REAPN, 2004.
- Comissão Europeia, *Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, COM (2010) 2020 final, Bruxelas, 3/3/2010.
- COSTA, Alfredo Bruto da, *Exclusões Sociais*, Lisboa, Cadernos Democráticos, Ed. Gradiva, 1998.
- CROW, Graham, *Social Solidarities*, Philadelphia, Open University Press, 2002.
- CUCHE, Dennys, *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século – Edições, 2003.
- DONATI, Pierpaolo (Coord.), *Sociologia del Terzo Settore*, Roma, Carocci, 1998.
- DONZELOT, Jacques, *La invención de lo social. Ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 2007.
- EAGLETON, Terry, *A ideia de Cultura*, Lisboa, Temas & Debates, Março 2003.
- ELIOT, T. S., *Notas para uma definição de cultura*, Lisboa, Edições Século XXI, 1996.

- ESPING-ANDERSON, Gosta, *The three worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press, 1990.
- ESPING-ANDERSON, Gosta; PALIER, Bruno, *Três lições sobre o Estado-Providência*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2009.
- ESTEVES, António; AZEVEDO, José, *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia – FLUP, 1998.
- ESTIVILL, Jordi, *Panorama da Luta contra a Exclusão Social. Conceitos e Estratégias*, Genebra, BIT - STEP, 2003.
- Eurobarometer, *Poverty and Exclusion*, Setembro 2007.
- Eurobarometer, *Poverty and Social Exclusion*, 2009.
- FERNANDES, António Teixeira, *Recomposição Social e Abordagens Teóricas*, Porto, Edições Afrontamento, Julho de 2009.
- FERRAROTTI, Franco, *Sociologia*, Lisboa, Teorema, 1985.
- FERRERA, Maurizio, “A reconstrução do Estado social na Europa meridional”, in *Análise Social* vol. XXXIV (151-152), Lisboa, ICS – UL, 1999, pp. 457-475.
- FERRERA, Maurizio, et. alt., *The Future of Social Europe. Recasting Work and Welfare in the New Economy*, Oeiras, Celta Editora, 2000.
- FIGUEIREDO, Eurico, *Valores e Gerações Anos 80. Anos 90*, Lisboa, ISPA, 2001.
- HESPANHA, Pedro e CARAPINHEIRO, Graça (Orgs.), *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.
- HESPANHA, Pedro, et. alt., *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*, Coimbra, Quarteto, 2000.
- INE, *Destaque*, 15 de Janeiro de 2008.
- LESSARD-HEBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald, *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 2005.
- MØLLER, Ivar Hornemann, “Understanding Integration and Differentiation. Inclusion, Marginalisation and Exclusion”, in *Eurozine*, 21/06/2002. (<http://www.eurozine.com>).
- MØLLER, Ivar; HESPANHA, Pedro, “Padrões de exclusão e estratégias pessoais” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 64, Dezembro de 2002, pp. 55-79.
- PAUGAM, Serge (Dir.), *Repenser la Solidarité*, Paris, PUF, 2007.
- PAUGAM, Serge, *Le Lien Social*, Paris, PUF, 2008.
- PETRELLA, Riccardo, *O Bem Comum. Elogio da Solidariedade*, Porto, Campo das Letras, 2002.
- Recursos Técnicos Pedagógicos e Práticas Bem Sucedidas, Coleções Saber Fazer, Iniciativa Comunitária Equal, 2004.
- ROSANVALLON, Pierre, *La nouvelle question sociale. Repenser L'État-providence*, Paris, Éditions du Seuil, Janeiro 1995.

- SANTOS, Boaventura Sousa, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- The Social Situation in the European Union, 2009, disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=696&furtherNews=yes>.
- VALA, Jorge; CABRAL, Manuel Villaverde; RAMOS, Alice, *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benedicta (Coord.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino da (Org.), *Portugal: que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- VIEGAS, José Manuel Leite; DIAS, Eduardo Costa (Org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta, 2000.

ANEXOS

I – Tópicos da Entrevista

1º Contextualização do trabalho que a entidade tem vindo a desenvolver em matéria de luta contra a Pobreza.

2º Maiores mudanças (positivas/negativas) que se podem apontar à intervenção na luta contra a pobreza.

3º Maiores dificuldades sentidas na intervenção social. A avaliação da intervenção da entidade.

4º A avaliação da actuação das várias Organizações ao nível do social. A relação com o Estado.

5º A fragilidade das respostas VS a persistência da pobreza: o sucesso/insucesso das políticas sociais.

6º Considera que estas organizações conseguiram “impor” uma forma de actuar (inovadora) ao nível do social?

7º O que se espera do futuro:

- Papel da Organização e do 3º sector – novos domínios da luta contra a pobreza ou não?
- A face da pobreza e da exclusão.
- A intervenção social nestas problemáticas.

2: Entrevistas Realizadas

Entrevista I

Nome: Pe. Lino Maia

Entidade: Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)

Data: 15 de Julho de 2009

Hora: 10h30

Entrevistador (E): Uma primeira pergunta é de enquadramento. Ou seja procurar contextualizar a intervenção que a CNIS tem desenvolvido na luta contra a Pobreza ao longo deste tempo. Que desafios enfrenta neste momento.

Entrevistado (e): A CNIS enquanto tal é uma instituição que representa as instituições de solidariedade, ou uma grande parte das instituições. Neste momento em Portugal temos em actividade... com actividade, perto de 4000 instituições de solidariedade. 2 mil seiscentas e tal estão federadas, confederadas na CNIS. Estas instituições estão distribuídas por todo o país. Desde Nordeste transmontano, até à ilha mais ocidental açoriana. Corvo. Também há lá IPSS.

Eu diria que estas instituições têm mais uma acção... diria que preventiva da pobreza, e digamos também de longo curso na luta contra a pobreza. (...) Do que digamos assim, uma resposta imediata. De resposta imediata. De solução mais imediata.

E digo que tem uma acção mais preventiva na medida em que: por um lado, tem respostas para a infância, com creches, com ATL, com infantários, com... e depois para idosos, com lares, etc e preferenciam nos seus utentes, exactamente, as pessoas mais carenciadas. São instituições, e por isso é que há também a cooperação com o Estado, e é também, digamos assim, a matriz destas instituições. Claro que não são só os mais carenciados, mas, com preferência os mais carenciados. E até esta, digamos, esta preferência pelos mais carenciados, integrando-os no conjunto das actividades e no conjunto dos utentes, isto por si só já atenua, digamos assim: por um lado, a acção preventiva. Mas, a integração em ambientes plurais também ajuda a desfazer alguma matriz, algum estigma e a perspectivar um novo futuro para as pessoas.

Claro que esta é a acção mais normal, digamos assim. Há também um grupo já significativo de instituições que particularmente nas zonas mais deprimidas, mais carenciadas, estão a reactivar a actividade económica abandonada dos outros tempos. E com esta reactivação da actividade económica, por um lado fixam as populações, rejuvenescem as populações. De igual modo também dão uma melhor qualidade de vida naqueles meios, naquelas comunidades. Isso acontece já, particularmente, Trás-os-Montes, Douro, Beiras, Alentejo... já acontece isso. Por outro lado, também, e é digamos uma via que está a ser ensaiada e queríamos que tivesse mesmo de facto futuro como acção num Governo futuro, que era, neste sentido de reactivação de actividades económicas outrora abandonadas, seria também, captar equipamentos desactivados, escolas que já não tenham actividade, não apenas para esta reactivação da actividade económica, como também para uma espécie de serviço de proximidade

às populações. Acompanhamento das populações, para inclusive, facultando, digamos assim, novas perspectivas de vida, novas oportunidades, novas capacidades. São, parece-me que, as vias que estão a ser ensaiadas por estas instituições de solidariedade.

E: E em termos de mudanças... porque... em termos da luta contra a pobreza propriamente dita, ... nós assistimos ao longo deste tempo, mesmo com a entrada na UE, com os vários programas de financiamento. Há o aparecimento de um conjunto de novos conceitos. Fala-se cada vez mais de participação, de inovação social, empowerment. Isso trouxe, naturalmente, mudanças ao nível da intervenção da luta contra a Pobreza. Na sua opinião quais foram as maiores mudanças? Quer em termos positivos, quer em termos negativos? Também acredito que hajam muitos retrocessos, pois parece que cada vez mais... a meu ver, cada vez mais há mais evolução, mais inovação na intervenção, mas depois parece que nos distanciamos mais da erradicação da Pobreza.

e: eu subscrevo aquilo que dizia. He... portanto são necessárias, de facto, políticas, medidas, para a erradicação da pobreza. São necessárias, de facto, essas políticas. Por vezes, e fazendo uma leitura daquilo que tem acontecido, eu penso que olhando aos investimentos que têm sido feitos e aos resultados. Claro que os resultados são sempre muito morosos. Não é de um momento para o outro que se vêem os efeitos, mas de qualquer maneira eu penso que não tem havido de facto um sucesso significativo. He... os lucros, digamos assim, na eliminação da pobreza têm sido pouco significativos. Porquê? Eu penso que... eu acredito mais, digamos assim, nesta... no apoio a estas organização. E isto, estamos a falar da realidade portuguesa. A realidade europeia, fora de Portugal, é um bocado diferente da realidade portuguesa. A realidade portuguesa tem sido caracterizada, essencialmente, naquilo que falamos... a luta contra a pobreza, heee... tem sido caracterizada por 3 grandes componentes. É a componente Estado que tem, normalmente, optado mais por uma... subsidiação das pessoas, he... e apoio a estas instituições. São estas instituições com a sua actividade de prevenção, e com as outras que também dizia de alguma opção que se vai verificando por reactivação de algumas actividades económicas, e também por... destino a dar a equipamentos. E também, particularmente, nestes últimos tempos, nestes dois anos de crise acentuada, com o alargamento da sua actividade a não utentes para remediação de situações precárias. E depois temos uma outra componente que é muito, muito ligada à Igreja Católica. Aliás, muitas das nossas instituições também são da Igreja Católica. Mas há uma terceira componente, como eu dizia, particularmente ditada pela Igreja Católica, que é a da resposta imediata, espontânea a situações difíceis. Pronto, uma resposta não tipificada, não institucionalizada, mas persistente. Com o apoio, particularmente, pelos mais carenciados, via vicentinos e grupos congéneres.

A...as políticas, digamos assim, com a chancela Europeia, de luta contra a pobreza, parece-me que têm beneficiado mais alguma... por um lado tem sido interessante, na medida em que põem como prioridade a luta contra a Pobreza e portanto não considera a pobreza como, digamos, uma situação eterna e irremediável. E, por isso, trazem para a ordem do dia, de facto, não apenas uma possibilidade, mas como uma

obrigação, uma possibilidade de diminuir, e atenuar, de facto, a pobreza. Mas parece-me que, às vezes, digamos, isto tem beneficiado mais, digamos, heeee... Algumas heee... mais o aparato do que o acto. E, por isso, tem-se gasto, de facto, bastante no aparato, muito, e no acto, de facto, pouco. É a crítica que eu faço. E julgo que às vezes... e quando eu digo que tem-se gasto mais no aparato do que no acto é que, não é com a proliferação de novas medidas, sem fazer a avaliação das anteriores. É importante que não se avance com uma nova medida sem se ter feito a avaliação da medida anterior. E penso que não tem sido, de facto, feito isso. E, por isso, estamos sempre numa espécie de experimentalismo que fica caro, não é? E é inconsequente.

E: e perde-se às vezes acções que foram bastante ricas, bastante inovadoras, que estão mais do que experimentadas, não é? São boas práticas e perdem-se muitas vezes nesta espera...

e: É. É a grande crítica que eu faço.

E: uma vez que tem esta visão... a CNIS é uma confederação de IPSS, como é que avalia a acção das IPSS ao longo deste tempo? Acha que elas têm conseguido, de certa forma, impor, entre aspas, esta cultura de solidariedade, estes princípios, estes valores... Há algum impacto ao nível da opinião pública?

e: Começa a haver algum impacto. Eu penso que estas instituições, até um bocado pelo seu génesis, heee... e também por um conjunto de circunstâncias passadas, viveram... Não são novas, portanto, houve um aumento significativo de instituições do género, ali fins dos anos 70, década de 80. Há instituições com uma história muito antiga. Temos Misericórdias com 500 anos e há instituições centenárias, mas o grande *boom* de respostas, de instituições, foi de facto fins dos anos 70, princípios dos anos 80. Mas viveram sempre, digamos, num certo silêncio. É uma resposta de proximidade e não uma resposta de visibilidade. He... ultimamente tem havido... e também não meu mérito, mas de quem tem estado ao longo dos anos na CNIS, tem havido uma chamada de atenção para a importância deste sector e destas instituições, que têm um forte domínio neste sector, e penso que, neste momento, de facto, já há um reconhecimento, uma visibilidade, não digo suficientes, mas (barulho) E é, basta ver, e nem toda a gente tem consciência disto, olhando para os dados, por exemplo, publicados pela Carta Social, e é, de facto, indesmentível tudo o que lá vem, e que, neste momento 71,6% das respostas sociais neste país, são suportadas e dinamizadas por estas instituições. Na área da infância e para a infância, juventude, idosos, pessoas com deficiência e, então aí é quase tudo por estas instituições. Até há uns 4 anos, e até por um certo debate ideológico, pareceu claro que havia uma certa contrariação deste sector para... portanto, o Estado queria assumir algumas responsabilidades e alguma actividade nesta área. E apesar do Estado estar a reivindicar um certo domínio nesta intervenção, vimos, por exemplo, e comparando ainda com dados da Carta Social de 2006 para 2007, enquanto que em 2006 o volume das respostas sociais implementadas pelas IPSS era 70,3% em 2007 passou para 71,6%, aumentou, 1,3%, o que significa que é imparável e irreversível o domínio destas instituições nas respostas sociais. E qual é a grande vantagem? Por um lado, eu penso que enfatizam, contribuem, previnem a pobreza... diminuem e erradicam também, directa e indirectamente, na medida em que, com as respostas sociais estão a dar, a possibilitar,

melhores perspectivas de vida para muitas crianças, uma melhor qualidade de vida para muitos idosos e para deficientes etc. E depois os próprios dirigentes destas instituições, que são todos voluntários, e que são muitos, acabam também por eles próprios beneficiarem com a dedicação a esta actividade, na medida em que têm uma razão para viver, uma razão para dar e, portanto, isto dá-lhes uma melhor qualidade de vida, não financeiramente, mas também a qualidade de vida não se define apenas pela questão financeira. E depois também há um outro contributo importante, estes 71,6% significam que temos como utentes destas instituições cerca de 600 mil pessoas. E depois... e 200 mil trabalhadores. Ora estes trabalhadores e, particularmente pessoas, heee... e neste tempo de crise isso nota-se, pessoas que vão para o desemprego no mercado habitual de trabalho e são absorvidas por este sector, pessoas já com 40 anos e mais, muitas mulheres que teriam mais dificuldade de emprego nos outros sectores, eu penso que isto também é, digamos um factor importante para atenuar a pobreza de um estrato social bastante forte. Há aqui, portanto, uma beneficiação directa e indirecta de muitas pessoas. E depois há um aspecto também, nós estamos a ver muitas destas instituições... eu vejo, por exemplo, a cidade do Porto, hhhh... tendo como exemplo a cidade do Porto. A cidade do Porto tem neste momento 20%, uns dizem 18 outros 20%, mas entre 18 a 20% da sua população vive em bairros sociais, em bairros com evidentes dificuldades. Agora, se nós formos a ver, comparar o que se passa, comparando o Porto com Lisboa, parece que no Porto há muita mais paz, há mais harmonia do que Lisboa. Porquê? Claro que há várias leituras, como é evidente, mas com certeza, uma componente muito importante é a de uma presença muito forte destas instituições nestes bairros. A maior dos trabalhadores dessas instituições são exactamente desses bairros sociais, os utentes são também desses bairros sociais e, portanto, há por um lado uma visão com simpatia destas instituições e há uma beneficiação directa destas populações por acção destas instituições, e, portanto, claro não vivemos na paz dos anjos, mas penso que aqui podemos, de facto, ver, concretamente, a acção destas instituições nestes bairros.

E: Realmente a maior parte das respostas sociais estão nas mãos das IPSS, mas esta relação com o Estado é complicada. Elas detêm muitas funções, assumem muitas responsabilidades que o próprio Estado passou para elas, mas depois há as outras dificuldades todas, as dificuldades financeiras, recursos humanos e tudo isso afecta, também, a intervenção que elas fazem.

e: Eu penso que... claro que também a reflexão não foi feita, suficientemente feita no passado e, portanto, tem de ser aprofundada. Nós ouvimos e ainda estamos a ouvir às vezes em alguns espaços, alguns sectores ligados a este sector solidário, as pessoas a dizerem que estão a fazer aquilo que compete ao Estado. Ora, se... não é tendo este discurso - de que estão a fazer aquilo que compete ao Estado - então levando isto até às últimas consequências o Estado tem de chamar a si, de facto, as respostas sociais. Ora, eu não considero que as pessoas estejam a fazer aquilo que compete ao Estado. As pessoas estão a fazer aquilo que lhes compete a elas próprias como cidadãs, como construtoras de uma comunidade. Não é o Estado que é o construtor da comunidade. O Estado detém meios e apoia para que a comunidade seja construída por todos. Tutela, coordena, com certeza. Mas a causa comum é uma construção de todos. Eu

penso que... mas o discurso não tem sido suficientemente feito. Como não era feito ainda não há um aprofundamento, até às últimas consequências, do princípio da subsidiariedade. Eu penso que, melhor responde quem está mais perto. Mais perto no afecto, mais perto na presença. E quem está distante... pronto, está distante. Tem mais dificuldade. O Estado... eu diria que o Estado funciona bem quando não está tão perto que abafe, nem tão longe que não se veja. Portanto, nestas situações... por exemplo, na área da educação com crianças, creches, etc, e não apenas nestas áreas, quem melhor é que pode favorecer uma boa educação das crianças? A comunidade, com as suas organizações, recreativas, desportivas, sociais, religiosas, culturais. É quem melhor ajuda ao desenvolvimento integral da criança. Evidentemente primeiro a família, mas a família não pode fazer tudo e, portanto, a comunidade. E, por isso, é que há o princípio da subsidiariedade: primeiro a família, comunidade e depois é que vamos partir para longe. Ora, eu penso que a reflexão não tem sido feita e vemos, por exemplo, a questão he... quando falamos de proximidade vem logo o discurso: mas próximo também são as Autarquias. Certo! As Autarquias também são próximas, mas são Estado local. E portanto, as autarquias têm a responsabilidade que lhes compete: favorecer a actividade da comunidade, apoiar e disponibilizar meios, suprir quando a comunidade não tem, promover uma certa coordenação. Estas são as responsabilidades das autarquias e aqui vemos que às vezes há uma certa confusão, portanto, com o Estado local ou central a assumir responsabilidades que não lhes compete e a abandonar competências que tem. Se à comunidade for reconhecida competências e a comunidade as assumir, e ao Estado obrigações e competências e as assumir... se houver uma relação estável, equilibrada, entre comunidade e Estado, tudo funciona bem. O que tem havido, de facto, é algum atropelo. E tem havido algum atropelo, exactamente nesta linha daquilo que punha, hee... atropelo quando se fala também de financiamento.

É evidente que estas instituições precisam do apoio do erário público, de financiamentos públicos, mas também podem elas, por que são já um... têm uma actividade económica na realidade já muito forte, mas também podem começar a gerar actividades, promover actividades para auto-financiamento. E isso provoca também (...) nessa comunidade em geral. Eu penso que a reflexão não tem sido feita. Por vezes ainda ouvimos dizer porque são instituições de solidariedade não podem gerar excedentes. Os excedentes... lucros é que não são distribuídos, não há lucros, digamos assim, para distribuir pelos seus dirigentes. Agora excedentes, desde que sejam exactamente para novos investimentos, para suprir folgas pontuais... são necessários. E, promovendo actividade económica, estão a auto-financiar-se e exactamente estão a gerar riqueza. E porque é um sector solidário geram uma riqueza que distribuem, partilham. Eu penso que a reflexão não tem sido suficiente, mas claro que... também não sou agora por estar a dizer isto que estou a encontrar a solução última. Precisamos de muitos contributos, de debate, de reflexão e de crescer.

E: O que é que nos espera o futuro? Para as IPSS, para a luta contra a pobreza?

e: hee... eu vou ter um discurso fora do tempo, fora de moda. Quer dizer nesse aspecto, quando me fazem uma pergunta do género, e eu estou habituado, todos os dias me fazem perguntas, e estão logo à espera que eu diga que isto está mau e que o

futuro é negro. Não, é evidente que não está bem, mas eu tenho esperança, de facto, nisto. O importante é que, de facto, nós por um lado, assumamos... eu vou sempre dizendo que, enquanto houverem três espíritos na comunidade portuguesa, e se esses espíritos forem de facto apoiados e assumidos há futuro para a comunidade portuguesa. E esses espíritos são, o espírito de cidadania, ou o exercício de cidadania, o espírito de solidariedade, ou o exercício de solidariedade, o espírito de caridade ou o exercício de caridade. E eu penso que a comunidade portuguesa, melhor até do que outras, comparando com o contexto que nos rodeia, o europeu, heee.... Vemos noutras comunidades um espírito de cidadania, um exercício de cidadania talvez mais forte do que em Portugal, mas eu penso que o exercício de solidariedade e de caridade são eminentemente, não exclusivamente portugueses, mas estão muito, muito enraizados no povo português. E, portanto se nós a este espírito, o exercício de solidariedade, e o exercício de caridade associarmos e incentivarmos o exercício de cidadania há futuro. Eu estou confiante. Agora, isto não é por um decreto, nem é por um Estado que... se assume. É de facto por uma cultura de valores, por uma cultura de cidadania. É por isso, e, portanto, temos de provocar, de facto, o encontro, o debate e a reflexão.

E – Muito obrigada. Terminou a entrevista....

Entrevista 2

Nome: Susana Branco (Gabinete de Cooperação Estratégica de Acção Social)

Entidade: União das Misericórdias

Data: 4 de Agosto de 2009

Hora: 15h

Entrevistador (E): Vamos começar então por fazer uma pequena contextualização sobre o trabalho que a União das Misericórdias tem desenvolvido ao longo destes anos na luta contra a pobreza.

Entrevistado (e): ora bem a União das Misericórdias (UM) como organização de cúpula o que faz é um trabalho junto das 398 Misericórdias do Continente e Ilhas. Ah... nós como organização de cúpula somos parceiros, ou comissários, se quiser, numa série de grupos que, ao nível do pacto, trabalham especificamente para essa área. A título de exemplo a Comissão Nacional para os Sem-abrigo, por exemplo, e outros tipos de projecto. Portanto, nós somos uns dos parceiros neste tipo de projecto e fazemos a divulgação e o trabalho junto das Misericórdias e das associadas. Mais especificamente em termos de trabalho, e aqui entre a questão do 3º sector, ou então da tal cultura do social, efectivamente as Misericórdias são a maior rede do país, em termos de rede. Há mais IPSS, mas a funcionar em rede somos a maior rede e nós temos muitas dificuldades ao nível de projectos de luta contra a pobreza, porquê? Porque são projectos esporádicos e temporalmente definidos. O que, se considerarmos as características dos fenómenos sociais é fácil percebermos que é completamente impossível termos resultados com projectos de 2 anos. Não é? Ah... e então o que é que temos? Temos determinado número de Misericórdias que em determinadas zonas do país, e isto está muito relacionado com as assimetrias sócio-demográficas, por exemplo, temos um grande grupo de Misericórdias no Alentejo que trabalham ao nível dos programas alimentares, contra a fome a carenciados a quem distribuem alimentação. São programas problemáticos. São programas difíceis de pôr em prática porque cada vez mais há mais exigências, por exemplo, ao nível do transporte dos alimentos e há pouco financiamento para isso. Depois temos mais ao nível da Beira Interior, temos grande parte das Misericórdias que fazem apoio directo, mas sem qualquer protocolo com o Estado, ou seja, são tudo actividades... estas do Alentejo não, mas estas da Beira Interior e do Norte do país, das aldeias mais longe e mais isoladas em termos de idosos, é tudo feito com a boa vontade das Misericórdias sem o menor apoio do Estado. Não há protocolo para isso. Ah... estou a pensar... naturalmente a missão e a visão das Misericórdias, e pelas 14 obras das Misericórdias, as espirituais... não sei se sabe (...) as Misericórdias, naturalmente, em termos de acção social direccionam-se muito, bastante ou quase sempre, para a população mais carenciada. E com outra característica, em cada terra há uma Misericórdia, às vezes até há duas, não é? A Misericórdia de Cucujães, a Misericórdia de Freixo Espada-a-Cinta, quer dizer, em termos de localidade muitas vezes é o único suporte. Às vezes as Misericórdias, outras vezes o Centro Paroquial. Mas os Centros Paroquiais não fazem parte aqui da União. Isso faz com que as Misericórdias se encontrem a apoiar (*barulho externo*) (...) várias gerações da mesma família. Estamos a falar em alguns casos de pobreza extrema. Há famílias inteiras que vão alimentar-se à Misericórdia.

E: Tem-se acentuado nestes últimos tempos?

e: Tem. Tem-se acentuado nos últimos tempos. Tem sido noticiado. Há uma Misericórdia, que por acaso, só para sairmos do âmbito da simetria regional, do isolamento. A Misericórdia do Barreiro, que é uma Misericórdia urbana, triplicou as refeições nos últimos 6 meses. Triplicou. E estamos a falar do Barreiro que é uma zona muito industrializada e muito urbana. Os refeitórios sociais tiveram muita procura e pelo país todo. Já estamos a afastar-nos um bocadinho ...

E: não...

e: heee.... Nesta questão da luta contra a pobreza, nós temos Misericórdias, não todas como é óbvio, mas temos Misericórdias com o espírito e com a necessidade de fazerem projectos novos. Só que a criação de novas respostas sociais em Portugal, é muito difícil. É difícil. Aliás nem é preciso ir para as novas respostas. Nós temos respostas que já existem há dezenas de anos e que ainda não têm enquadramento legal para o terceiro sector, como é o caso das respostas para os portadores de deficiência. Não têm nenhum enquadramento legal. Ah... e não só. Há várias respostas novas que não têm: as casas-abrigo, por exemplo.

E: Eu aqui fazia a ponte também... porque há bocado falava se tinha havido ou não mudanças. Se calhar houve muitas mudanças, mais negativas. Podia falar um pouco que mudanças...

e: Ehhh... estamos só a falar dos projectos de luta contra a pobreza?

E: Sim, incide em particular nesta questão da luta contra a pobreza.

e: Então se estamos a falar nos projectos de luta contra a pobreza, isto é perigoso, porque eu acho... isto é a opinião da União...quer dizer... seguramente deste secretariado é capaz de ser. Vou-lhe dar um exemplo, o Complemento Solidário para Idosos, não é... Você tem razão, fala-se muito mais no assunto nos últimos tempos, e nós pensamos: isto é uma iniciativa boa. Ora bem... o Complemento Solidário para Idosos, do levantamento que nós fizemos, não obstante o Governo dizer que atingiu num sei quantos milhares de idosos, há muita gente que não pode recorrer a ele. E não pode recorrer porquê? Porque o CSI em ultima análise, quando os filhos não querem compartilhar também, tem de se por os filhos em Tribunal. Ok, vamos então aqui há questão cultural. Mas quem é que põe os filhos em Tribunal. Quem é que com 50, 70, 80 anos põe os filhos em Tribunal. Isto é muito complicado. Eu acho que se fala mais, mas eu acho que se continua a falhar sempre pelo mesmo. E acho que tem a ver com a conjuntura do país. Porque há pouco falava-se que se fala muito mais em reinserção, em integração, em inclusão, não é? A pobreza é só o fenómeno mais visível da exclusão. É só uma forma de exclusão, não é? A mais visível. O que eu acho é que temos de apostar em medidas ao nível da prevenção primária. Isso, são medidas politicamente não satisfatórias. Que não têm resultados a curto prazo. E enquanto não se fizer uma coisa, que eu acho que foi feita em Espanha há muitos anos atrás, com impacto, antes dos Governos mudarem, que é, independentemente do Governo há um projecto que vai continuar. Porque há um projecto que não tem continuidade. No fim de 2 anos, acabam os projectos...

E: mandam os técnicos para a rua...

e: mandam os técnicos para a rua. Ficamos cheios de conclusões, analisamos, não sei o quê. Mas o trabalho de campo, o trabalho com as famílias, isso tudo falha. E eu acho que andamos sempre nisto. Depois vem mais, não sei quanto dinheiro da Europa e daqui a 2 anos fazemos mais um projecto de 2 anos, depois termina e lá concorremos para outro, e vamos para outro... ahhh... e vamos andando aqui assim neste limbo. Vamos andando nisto. Agora, eu também concordo que se fale... eu também acho que as mudanças não foram todas negativas. Eu acho que há mudanças negativas também, mas acho que há uma maior preocupação, até porque nós temos obrigações ao nível da União Europeia para cumprir e sair disto.

Ao nível dos idosos, ou seja, aquela percentagem grande que está no limiar da pobreza, seguramente a maioria está nos lares das Misericórdias. Mas aí temos acordos de cooperação e trabalhamos com o Estado. O resto dos projectos não. Tirando aqui o da ajuda alimentar a carenciados, que está mais no Alentejo e em algumas zonas do país... eu estou a olhar para o mapa para ver se me lembro... é mais no Alentejo...

E: São as Misericórdias no país?

e: Sim.

E: É um mapa bastante completo, cobre o país todo.

e: É verdade, e açores e madeira. Os outros projectos de apoio, mesmo o dos sem-abrigo, são projectos muito difíceis, muito difíceis de conseguir acordos, ajudas, apoios, de contabilizar. Há agora uma nova Estratégia para os Sem-Abrigo que até foi anunciada. Nós fizemos parte dessa comissão, trabalhamos bastante nesse grupo. Temos Misericórdias como a do Porto, a de Setúbal, que trabalham muito com essa população. E aí na Estratégia conseguimos colocar a prevenção primária para ver se não desistem dela. E integrar uma série de entidades que não podem ser dissolvidas nestas matérias. Quando falamos de sem-abrigo, temos que falar de centros de emprego, e temos que falar de centros de desintoxicação, temos de falar de instituições de saúde mental. Os fenómenos sociais são plurifacetados, não é? E a realidade social é única e una, não é? Não podemos dizer agora... não dá. Agora, o que eu acho é que continua a faltar a perspectiva de futuro. E a perspectiva de futuro, daquilo que eu acho, esta é a minha opinião, é ao nível da prevenção e isso é muito difícil mesmo porque as medidas são muito pouco políticas. É o que eu acho. Agora, é um fenómeno com muitos mais olhos em cima, a comunicação social está muito mais atenta, claro, também acho que sim, mas acho que há muito trabalho pela frente.

E: O que é que falta fazer?

e: Falta criar a mentalidade que este fenómeno, como uma série deles se combate logo nas famílias e na escola. É uma coisa que infelizmente não se vê. Nem num lado, nem no outro. Conseguimos assistir este ano a algumas medidas pró-natalidade, muito poucas, mas o facto é que quando a gente vai para a área da educação, e também da área social, há um total desinvestimento no nosso país numa educação séria. Um total. Eu conheço crianças que do 5 para o 6º ano passaram com sete negativas e passaram. E esse total desinvestimento vai fazer pessoas, vai tornar uma população pouco coesa, pouco cultural, pouco motivada para o trabalho e para outro tipo de iniciativas e eu acho que isso é uma das áreas onde nós mais falhamos. Nós não podemos ter

emprego qualificado para pessoas que têm o 9º ano ou que tiram uma equivalência como a gente vê nos jornais em três meses ou em três dias. É complicado. E falar de exclusão sem colocar as políticas de emprego ao barulho é difícil. E falar de políticas de emprego, sem falar de educação e habilitação para tal também é impossível. E em alguns países, na Suécia e na Irlanda demoraram uma década só a investir em estrada, também são importantes mas, não só em estradas, mas como efectivamente em educação, nas escolas, nos apoios directos às famílias. Lá está a tal prevenção primária. Nós distribuimos o Magalhães que é vendido na feira da ladra (risos).

E: Ai é?

e: É. E por acaso este fim-de-semana nas notícias, os jornalistas estavam a noticiar que o Magalhães já tinha chegado aos Açores e que um dia depois já estava a ser vendido nas ruas.

E: Como é que avalia o trabalho das Misericórdias ao longo do tempo?

e: As misericórdias têm mais delegações como sabe.

E: Sofreram obrigatoriamente uma evolução, não é? Aquela do carenciado, de dar a comidinha... Apesar de ainda se manter, não é? Aquela visão mais assistencialista, digamos assim, acho que também sofreram uma evolução.

e: Eu acho que sim, não obstante de ainda haver muito trabalho por fazer. Em 398 misericórdias em garanto-lhe que dificilmente encontrará duas iguais em dimensão, em política, em visão. Em missão sim, serão todas iguais. Acontece é que já vamos tendo misericórdias ao nível de uma gestão de economia social, em que se entende que o futuro da misericórdia é sustentável se for suficientemente equilibrado. E isso significa que a nossa visão assistencialista tem de mudar, não ser mais uma visão técnica, tinha de ser uma visão com princípio, meio e fim. Mas tivemos que entender que se até aqui e que se há 100 ou há 120 anos atrás as misericórdias tinham um grande (...) e muitos recursos, não é, porque as pessoas davam. Agora não.

E: Julguei que mantinha um bocado ...

e: Não. Cada vez menos. Cada vez menos. Portanto, ... e isso tem sido um trabalho aqui bastante grande. Alias aqui o nosso gabinete de acção Social, chama-se Gabinete de Cooperação Estratégica de Acção Social. É a dificuldade disto. É manter a missão, porque nos queremos mantê-la, queremos continuar a ir para aquela estrada, mas temos que ter cá os responsáveis, porque o Estado e as pessoas dão dinheiro, dão bens... e temos feito um grande trabalho nessa mentalização. Estamos a dar formação às chefias em economia social e estamos a tentar criar estratégias... E estamos a conseguir. E ainda bem... para mantermos a missão.

E: É a qualidade. Agora fala-se muito em qualidade.

e: Sim a qualidade. Ainda é um processo que está no início. Há misericórdias que já se certificaram. Poucas. Nós tivemos aqui um problema com os manuais da qualidade do Instituto da Segurança Social que atentavam, ligeiramente ou bastante contra a nossa missão, mas ficou agora resolvida, há duas semanas no novo protocolo para 2008 e vamos avançar nos processos da qualidade que vão ser revistos. Mas também percebemos que não é errado, isso foi a parte mais difícil disso tudo, e também está

ligado com a questão da luta contra a pobreza. A nossa visão assistencialista tinha que ser sociológica, tinha que ser uma abordagem sociológica. E depressa percebemos que não basta todos os dias dar orientação, é preciso ter um técnico acompanhar o caso para tentar fazer a tal inclusão. Mas não só. Também percebemos que não é errado, e mais porque estão espalhadas nas terras todas, que o utente a pagar determinada comparticipação porque tem, porque pode e porque quer ir para a misericórdia da terra, pode ter cinco ou seis a pagar nada. E isso não é errado. E isso foi uma das coisas que levamos aqui algum tempo a mudar.

E: É preciso fazer compreender, mesmo à própria população, porquê que aquele paga mas aquele não.

e: Mas infelizmente, pelos piores motivos, em alguns sítios foi fácil de perceber porque saltou logo à vista. Começaram pela primeira vez aparecer nas misericórdias com graves problemas de estrutura económico-financeira, com enormes dividas porque a população que recolheu era precisamente do extremo do nível da pobreza e depois o dinheiro não chegava para pagar as férias do pessoal e para nada. Então, tivemos que investir aqui bastante nesta área para nos mantermos. Mas eu acho que sim, que há algumas mudanças acho que há bastantes mudanças até. As próprias mesas administrativas já têm um ou outro elemento dentro da área da economia e com um dinamismo grande e dispostas para os tipos de projectos para sair da normalidade. Para pensar em novas respostas sociais ma com imensos entraves pelo lado do governo.

E: É precisamente essa a minha próxima questão. A vossa relação com o estado porque realmente não há dinheiro mas ao mesmo tempo o Estado como tem mais responsabilidades também dá ao nível deste sector, não é? Onde é que ficamos? Fazemos um trabalho mas com pouco dinheiro, um trabalho fraco. Há certas pessoas que costumam dizer que o trabalho ao nível do social é um trabalho para os pobres e um trabalho pobre, não é?

e: Eu acho que isso tem de mudar. Nós aqui no gabinete, e isto só vai servir para o seu trabalho, nós temos uma divisão. Temos as misericórdias de grande dimensão, média e pequena dimensão. A diferença é enorme. Em termos de misericórdias de grande dimensão que algumas são exemplo daquilo que temos no país em termos de técnicas, de qualidade nós temos muitas dificuldades em termos das misericórdias mais pequenas, muitas mesmas. A relação com o estado é uma relação de cooperação. Mas isso é o paradigma que está a mudar ligeiramente porque até aqui ... por causa da evolução do terceiro sector, depois dos anos 70. Deve conhecer a história deduzo eu. O estado sempre achou que o Terceiro sector era um prolongamento das suas (...), não é verdade. E se há muitas Ips que tem acordos de gestão, ou seja, os equipamentos são do Estado e a gestão. Nas Misericórdias o património é todo nosso, são 510 anos de investimento, nós não somos o prolongamento do Estado. Nós somos parceiros e trabalhamos com eles. E isto é uma grande coisa que temos estado aqui em grande guerra suada. Nestes últimos dois anos..., esta mesa, este secretariado nacional em que a União está no 3º mandato, e nestes últimos três anos isto foi uma das maiores guerras que tivemos. Foi dizer às misericórdias que os técnicos da Segurança Social não podem entrar pelas portas dentro aos gritos, não. Mas eu acho que conseguimos aqui ... os protocolos de 2008/2009 são prova de um trabalho mais

agilizado. Eu acho que o próprio estado não estava habituado, mesmo pela parte da própria União das Misericórdias a ver trabalho técnico de qualidade. Só que viram que as coisas mudaram.

E: Lá está, está ali um parceiro, não está...

e: Exactamente. Felizmente mudou e está a mudar. E isso também obrigou as misericórdias a olhar para nós com outros olhos, não é? E isso teve a ver com mudança, com o secretariado, quem estava antes, quem está agora, desempenhou um papel importante. Mas era um papel mais mediático, um papel mais ligado á igreja. Agora temos um secretariado muito mais tecnicista e as misericórdias precisam disso. Precisam de qualidade. Precisam de pensar no futuro para persistirem. Costumamos dizer que se estamos cá há 510 anos o que nos vai matar agora. Mas acredite que se é para nos matar agora, é agora mesmo. Nós tínhamos que mudar, nós tínhamos que mudar.

E: Acha que este afastamento da igreja foi importante?

e: Nunca houve afastamento da igreja. Houve foi confusão por parte da opinião pública porque as misericórdias são de igreja. A nossa visão, a nossa missão e a nossa estrutura é fundamentada nos valores da igreja mas nós não somos da igreja. Os centros paroquiais são da igreja católica, nós não. Nós somos organizações de fiéis das terras, nós não somos da igreja. Daí que esteja a guerra implantada. E nós isso, queremos deixar claro. Nós somos de igreja, somos católicos, mas não somos da igreja.

E: e isso é importante

e: Isso muda tudo... isso muda tudo. E quando eu digo que muda tudo, repito, nós continuamos com as Igrejas e o nosso culto é o católico, isso indiscutivelmente. E conseguimos praticar os valores... e lá está a missão das Misericórdias. O que nos permite também sair dessa visão pura assistencialista e fazer um trabalho sociologicamente mais técnico em termos de acção social. Eu acho que é isso que o terceiro sector precisa e é só por isso que o Estado nos começou a considerar como parceiros efectivamente. Apesar do Estado precisar muito de nós, deixemo-nos de coisas. A verdade é essa.

E: claro.

e: a verdade é esta. O Estado tem 5 ou 6% dos lugares privados neste país inteiro. O resto é tudo terceiro sector. Das 3 mil... IPSS.

E: O que é que nos espera o futuro? Quer da parte da União e das várias Misericórdias. Quer da luta contra a Pobreza. Como é que perspectiva o futuro?

e: Eu vou-lhe dizer a dificuldade disto. A dificuldade é: quando em termos sociais as coisas estão negras, que é o caso, nós temos o dobro dos utentes para atender. Os dos protocolos e aqueles que a gente atende sem ninguém saber. Os que vão lá comer, a quem a gente não pergunta o nome e os que damos roupa e não queremos saber. Heee... aqueles que vão para a creche e a gente não pede mensalidade porque sabemos que a família está toda desempregada. Portanto temos esta dificuldade.

Quando está tudo negro cá fora nós temos mais trabalho. E isto é uma dificuldade de irmos organizando este cenário. Mas em termos de futuro espera-se... em termos daquilo que são as Misericórdias, um esclarecimento urgente da opinião pública do que somos. Ou do que já fomos e do que somos agora, que eu acho que é importante. Mas acima de tudo na reafirmação dos valores da nossa missão. Nós queremos continuar a existir para atender as pessoas que estão no limiar da pobreza. Se para isso precisarmos de ter um ou dois quartos com pessoas que podem pagar consideramos legítimo. Nós chamamos a isso equidade institucional. E é esta a perspectiva.

O futuro... tem graça, ainda esta semana falavam aqui os técnicos dos gabinetes, com o Dr. Lemos e com o pessoal do secretariado... nós tivemos aqui quase 3 anos de mudança... a mudar e a mostrar que nós estamos cá... a União. E agora vamos entrar no novo modelo. E o novo modelo é, nós agora vamos começar a tentar a trabalhar as novas respostas sociais, a continuar a implementar a qualidade nas outras que já começamos o ano passado e a criar novas respostas sociais. Essas novas respostas sociais serão todas na área da deficiência e na área dos projectos contra a exclusão. Vamos ter o apoio do Estado, ou não?! Não sabemos, mas...

E: ...mas estão cá para trabalhar independentemente disso.

e: concerteza. Até porque isso é o espírito da Misericórdias... e há muita pobreza. Como nós apanhamos as zonas todas urbanas, e as zonas todas desertificadas e do interior, temos de tudo. Temos a tal pobreza escondida dos recém desempregados da classe média que os mandam mails a dizer que não têm o que comer e precisam de emprego...que nós direccionamos mais para as Misericórdias aqui do litoral. Mas depois temos aquela pobreza do interior que nós não sabemos. Quem sabe é o Provedor da terra, porque passa na casa e vê toda a gente com fome. E aí não vale a pena estar á espera dos serviços da segurança social para fazer protocolo nenhum. Aí normalmente a Misericórdia actua. O que depois, em alguns casos extremos dá os disparates, não é? Porque nós depois chegamos lá e percebemos que não dá para continuar a fazer aquilo. Que aquilo até é bem feito, mas temos de enveredar pelos outros dois lados. E os outros dois lados são: sim, vamos dar assistência imediata, mas vamos tentar encaminhar para não haver reincidência do fenómeno. E aqui nós temos, somos parceiros do Governo, isto é responsabilidade do Governo (...) temos de trabalhar juntos. Eu acho que está aí um grande futuro.

E: E a intervenção na luta contra a Pobreza? Temos aí o ano 2010. Passaram-se 10 anos desde a Estratégia de Lisboa, o que é que vem depois.

e: Eu espero que depois venha o tal pacto para a prevenção primária. Para um investimento ao nível dos principais agentes de socialização que desapareceu totalmente: a escola, a família. É essencial. Eu acho que a nossa política de acção social, nomeadamente, os projectos de luta contra a pobreza, foram sempre projectos que incidiram sobre os casos já efectivos. E diria: é necessário, as pessoas precisam de apoio? É. Mas falta o resto. O fenómeno em si, percebe?! E nós estamos sempre a pôr pensos rápidos no fenómeno. Nós temos de ir ás origens. Temos de pegar nos miúdos, na escola, na educação, na família. E isso, repito...

E: fica caro meter técnicos no terreno?!

e: muito caro. Meter técnicos no terreno. E são medidas, politicamente, como são o caso da Irlanda e da Suécia. No caso da Irlanda só 7 anos depois é que se começaram a ver os primeiros resultados do investimento ao nível da escola. A Suécia só 12 anos depois é que viu o investimento ao nível da educação, também.... E dirá, o que é que as Misericórdias têm a ver com isto? Nós vamos ter cada vez mais pessoas excluídas e havemos de ter, infelizmente, na minha opinião, que a continuarmos assim, num futuro próximos vamos ter outro tipo de exclusão, que é dos indivíduos licenciados portugueses. Que chegaram a uma licenciatura depois de passarem com 7 negativas e de não sei quantos, naquele percurso escolar que nós agora conhecemos e que depois com a movimentação de pessoas na Europa vão ser claramente ultrapassados por espanhóis, alemães, franceses, britânicos, etc, etc, etc.

Temos agora a situação do próprio mestrado, não é. Findos 3 anos as pessoas já podem tirar o seu mestrado... Eu sou do tempo da licenciatura dos 5 anos e da monografia de rua.

E: pois, eu também.

e: eu agora recebo estagiários com 3 anos que não conseguem escrever um parágrafo sem dar um erro. Nós vamos pagar esta factura muito cara e os nossos fenómenos de exclusão vão ser cada vez mais extensos. Aliás, já estão a ser.

E. Isto agora só para dar o meu contributo também porque esse era o outro lado do meu estudo que não vou abordar. Mas, muitas destas pessoas são pessoas que vão trabalhar, entre aspas, porque estamos a falar também dos futuros técnicos da área social, que vão trabalhar com estes fenómenos e não sabem como vão trabalhar com eles.

e: Claro. É mesmo.

Eu ao fim de semana vejo os telejornais e todos os fins-de-semana há um telejornal qualquer que me marca. Não sei se viu a grande reportagem desta semana?

E: não vi.

e: ou os perdidos e achados, não sei o nome. Desculpe lá isto está a ficar gravado. E falavam do quê? Foram buscar uma entrevista que fizeram há 9 anos atrás de 6 miúdos num colégio de reinserção social do Ministério da Justiça. Por isso estamos a falar de pobreza extrema. E era 6 e na altura estavam num colégio de reinserção, eram delinquentes, assaltavam, etc. Foram buscá-los 9 anos depois. Não viu?

E: não vi.

e: São todos delinquentes. Já são adultos. São todos bandidos do pior, os que sobreviveram, porque os outros morreram. Ah... há um que eles conseguem entrevistar, que na altura, há 9 anos atrás, no centro educativo, tinha entrado para o centro educativo com a 4ª classe. Depois do centro educativo ainda passou não sei quantos anos para maturiza-lo e hoje tem exactamente a 4ª classe que tinha há 10 anos atrás. Ou seja, o nosso sistema que supostamente devia funcionar para a inclusão... não, não funciona para a inclusão. E essa reportagem chamou-me a atenção.

Agora as Misericórdias vão continuar dentro da sua missão e... vão continuar a assistir pessoas e a dar alimentação, por muito que muitas vezes o Estado ache muito mal,

porque não as consegue contabilizar, os números. Mas na *santa terrinha* isso não interessa, não é. Mas também estamos a apostar num lado muito técnico que é essencial e as Misericórdias estão a aderir muito bem.

E: Muito obrigada.

Entrevista 3

Nome: Miguel Torres (Presidente)

Entidade: ANIMAR

Data: 17 de Agosto de 2009

Hora: 10h30

Entrevistador (E): contextualização do trabalho da Animar, em particular nas questões do social e da luta contra a pobreza.

Entrevistado (e): A Animar tem uma actividade muito vasta. É uma organização de rede que tem sobretudo uma preocupação muito grande de criação de mecanismos de trabalho para as suas próprias organizações. Ou seja, não tem como principal objectivo uma intervenção directa no terreno, tem sobretudo o objectivo de criar condições para que as suas associadas, as organizações que trabalham na área da economia social ou o Terceiro sector (há vários nomes que hoje em dia se utilizam) possam possuir ferramentas para melhorar a sua intervenção. E pretende ser também um espaço de experimentação dessas mesmas ferramentas. E portanto, tem tido um percurso sobretudo baseado neste princípio de criação de mecanismos de comunicação entre as organizações. Nos últimos tempos tem feito algumas experiencias de projectos no terreno sempre na lógica de serem quase sempre como laboratórios onde as instituições que fazem parte da organização possam por em pratica alguns dos seus projectos, alguns mecanismos dos seus trabalhos e que possam partilhar com outros elementos da organização. E, portanto, eu diria que não tem uma grande pratica de intervenção no terreno, tem sobretudo uma grande pratica de comunicação e de partilha de informação entre organizações que têm uma pratica de intervenção no terreno. É sobretudo uma organização preocupada com a visibilidade e com a possibilidade de transmitir essas informações, porque de facto nós sabemos (aliás todos nós sabemos) que há um conjunto muito vasto de organizações do país a trabalhar, um conjunto de experiências muito válidas a serem feitas nesta área, há uma invisibilidade muito grande eu é a comunicação dos resultados destas intervenções. Há uma grande, eu não diria incapacidade, mas há uma grande falta de partilha de informação e de partilha de mecanismos de gestão e mecanismos de implementação de projectos que poderia permitir a todos trabalhar em conjunto e melhorar a nossa intervenção. Naturalmente, que muitos dos erros que a sede faz num projecto especifico faz com que numa situação seguinte outros já não os cometam. E portanto, essa partilha da informação e dos mecanismos é para nós seguramente neste momento um elemento –chave no trabalho da Animar. Ou seja, que nós sejamos capazes de sintetizar, entre os nossos associados em primeira instância, aquilo que está a ser feito e partilhar como é que podem ser encontradas soluções para determinados desafios que nos vão aparecendo. E portanto, é um trabalho sobretudo, nesta lógica da comunicação, da partilha da informação e da criação de plataformas que permitem esta partilha. No caso por exemplo de outros projectos que temos com alguns parceiros, também vamos tendo esta lógica de criação de plataformas com outras organizações de cúpula, como a REAPN, por exemplo. FNGIS, como a Caritas em que tivemos um projecto no âmbito da Iniciativa EQUAL de ensino à distância. Estamos agora a fazer

um projecto de criação de mecanismos de gestão para as organizações do terceiro sector, em parceria com a caritas e com as IPSS e com uma série de organizações e vamos tentando criar aqui mecanismos que nos permitam de facto criar essas plataformas de comunicação e partilha de informação sobretudo. De facto é ainda que pensamos que possa estar alguma da chave para uma real valorização do trabalho que está a ser feito e que nos parece a nós que é seguramente muito desvalorizado. Assim, em termos históricos na área social, eu não diria que a Animar tem um histórico, eu diria que a Animar tem um histórico neste trabalho em rede e nesta criação de mecanismos que permitam uma maior disseminação da informação e uma maior partilha dessa informação. Agora, obviamente que estamos muito atentos aquilo que vai sendo feito e vamos tentando também fazer algumas experiências. Temos neste momento pela primeira vez, um projecto de intervenção local, que estamos a fazer com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, somos a entidade executora do Contrato Local de Desenvolvimento Social, na freguesia de Vila Longa em que estamos pela primeira vez a territorializar uma nossa intervenção num território, neste caso o território é onde esta a sede da Animar. Mas sempre na mesma lógica, ou seja, nós não pretendemos fazer aqui mais um CDLS, mas pretendemos fazer um CDLS que possa beber da experiência que os nossos associados vão tendo, porque há muitos dos nossos associados que tem esses contratos espalhados pelo país, e que possa beber dessa experiência e que possa ser um laboratório de experimentação, laboratório para recolher informação de boas práticas. Sempre nesta lógica da comunicação e partilha da informação.

E: E no seguimento, da imagem que tem do trabalho dessas organizações e desse trabalho em rede, e no caso específico da luta contra a pobreza, acha que tem havido mudanças ao longo deste tempo, negativas, positivas... Qual é a sua opinião?

e: O que eu acho, sobretudo, é que apesar, de como eu disse no início, de haver invisivelmente a criação de novos mecanismos, a criação de uma nova visibilidade desses mecanismos, de facto o que falta é haver uma clara aposta na luta contra a pobreza, ou seja, parece uma coisa muito pela rama, uma coisa que nos é “vendida” como um conjunto de soluções mas depois a aposta nessas soluções não é feita. De facto não são criados mecanismos para que as organizações possam ter uma intervenção continuada, não é pensada a sustentabilidade desse projecto, ou seja, é sempre na lógica das intervenções (...) é criado um momento de intervenção e depois apaga-se. Não é pensada uma continuidade dessa intervenção. E portanto, eu acho que falta claramente uma intervenção, falta claramente uma aposta ..., o pensar nisso como uma aposta estratégica de longo prazo e sem os constrangimentos da lógica de intervenção política, ou seja, não há uma aposta política. Há a criação dos mecanismos, há um conjunto de projectos de intervenção que foram criados mas são esporádicos, não são sustentáveis, não são feitas apostas claras. Agora há um conjunto muito grande de pessoas que estão a fazer projectos muito importantes e projectos de muita, muita valia e que depois por essa contingência por não haver essa aposta estratégica acaba por ser engolido por esta máquina que mais pensa mais na lógica de Do que das intervenções estratégicas e sérias. E que é isso que falta claramente nesta área de trabalho.

E: acha que isso também tem muito a ver com a relação que o Estado tem tido ao longo deste tempo com as organizações do terreno? É quase esta relação de passar a responsabilidade para as organizações mas depois também não lhes dá os meios para eles assumirem essas responsabilidades

e: Essa é uma das lutas mais importantes da Animar neste momento que é de facto a clarificação da relação do Estado com essas organizações porque de facto ela não existe., ou seja, há uma enormíssima desresponsabilização por parte do estado e há esse empurrar de soluções, empurrar de intervenções para as organizações mas não há consequente criação de mecanismos que elas aconteçam e não há sobretudo também, por parte do próprio Estado, a criação de alguém que faça a regulação. Nós estamos a falar de organizações que trabalham áreas diversas como a cultura, a assistência social, o desporto... áreas tão diversas. E qualquer uma dessas organizações não sabe quem é o seu interlocutor sobre o Estado. Portanto, o estado tem de criar aqui mecanismos de aproximação a estas organizações e que saiba criar uma rede de relações com elas. E de facto isso é para nós um elemento-chave neste momento, porque de facto isso sentimos que há uma grande falta de comunicação com o Estado, há uma grande falta de responsabilização por parte do Estado, de assumir de responsabilização por parte do Estado e há sobretudo a falta de criação de mecanismos de comunicação. E é essa é uma das lutas que estamos a travar mais intensamente neste momento porque o próprio estado está numa fase...., também esta fase eleitoral não é muito propícia para isto, mas estava a pensar criar uma estrutura de colaboração com as organizações do terceiro Sector tendo por base o Instituto António Sérgio, mas que entretanto agora com o processo eleitoral foi

E: E mudando se calhar a cor politica como será?

e: Pode não ser nada. Pode acabar por aqui. Foram colocadas à mesa um conjunto de organizações muito vasto, desde a Animar, as Misericórdias, a União das IPSS's, as cooperativas, uma série de organizações. Todos nós demos pareceres e opiniões sobre o funcionamento desta estrutura. Fizemos grandes discussões sobre ela, mas entretanto com este processo eleitoral que ela vai ficar. E de facto achamos que isto é um elemento central para a continuidade deste trabalho. Para a continuidade e para a realidade dessa aposta estratégica nessa área de intervenção porque é isso que falta fazer. Porque dizer-se que é tudo muito importante é uma coisa, criar mecanismos para que essa aposta seja efectiva é outra. E é esse passo que falta dar.

E: Exactamente e como disse à pouco... se formos ver existem tantas experiências boas que depois se perdem no tempo e que depois se repetem mais tarde porque já foram experimentadas, já foram mais que experimentadas

e: E o que acontece é que as pessoas não sabem que o vizinho do lado já fez uma coisa semelhante e que por essa ou aquela circunstância falhou ou deu certo e essa partilha da informação é absolutamente essencial. Quando nós lidamos com um sector que tem poucos recursos, ou fazemos uma boa aplicação desses recursos e para fazermos uma boa aplicação temos de conhecer muito bem todos os mecanismos se não é um desperdício terrível. E esse elemento é absolutamente essencial para uma boa intervenção e para a qualidade de intervenção das nossas organizações.

E: E na sua opinião como é que tem sido o trabalho das organizações ao longo deste tempo? A intervenção? Acha que elas têm contribuído para esta cultura, digamos assim, do social, para o desenvolvimento de um espírito de solidariedade, de promoção até do bem comum, de cidadania...

e: eu acho que as organizações têm feito um trabalho absolutamente incrível de gerir o inexistente. Eu acho que as organizações têm demonstrado essa capacidade. Nós lidamos com o nada, não é? Nós não temos recursos, não temos pessoas. E sem esses recursos e essas pessoas nós temos uma grande capacidade inventiva que nos permite, de facto melhorar, em muitos casos as condições de vida para os quais trabalhamos. Portanto, temos demonstrado capacidade de boa gestão que também não é valorizada.

E: Por acaso essa ideia de gerir o inexistente é interessante

e: Mas é exactamente isso, porque nós gerimos o nada. Nós não temos dinheiro, nós não temos pessoas, não temos instalações, não temos equipamentos, não temos nada e conseguimos de facto do nada criar porque nós temos uma grande capacidade de imaginação. Nós temos uma grande capacidade de imaginação, uma grande capacidade de trabalho e temos uma grande generosidade para com os outros e acho que isso não tem sido de forma nenhuma valorizado. E de facto as organizações têm feito um trabalho incrível e falta fazer aqui ainda... nós fizemos um exercício no âmbito de um projecto Equal sobre isso falta fazer até uma certa contabilização ao nível da produção, se queremos falar em termos mais economistas deste país, o que significa este sector em termos da produção economia. Quantas pessoas é que trabalham neste sector? Quantos postos de trabalho é que foram criados? Que capacidade de gerar riqueza que este próprio sector também vai criando? Ou seja falta medir isto e penso que para as organizações é muito importante que seja feito porque temos de ter a capacidade de demonstrar a nossa capacidade de gerar produto. Agora eu acho que o trabalho que estas organizações têm feito é extraordinário. Agora, as organizações estão num momento, fruto da não aposta estratégica, fruto de viverem em função de projectos pontuais foram empurradas para um coisa ás tantas acabam por estar mais preocupadas na sua própria sobrevivência do que no trabalho para aqueles que trabalham. Porque como estão a viver numa lógica de financiamento pontual, numa lógica de projectos pontuais acabam por estar sempre á procura dos próprios mecanismos para a sua sobrevivência muito mais do que procurar a boa intervenção no terreno. Isso é fruto dessa falta de condições estratégicas, dessa falta de pensamento estratégico para este sector. Agora acho que é absolutamente extraordinário e há exemplos absolutamente extraordinários de trabalhos feitos por esse país fora. É obvio que nem tudo é bom, naturalmente, mas a esmagadora maioria é um caso de um voluntarismo absolutamente inigualável.

E: Pois mas lá está, a luta contra a pobreza acaba por perder um pouco com essas preocupações internas que as organizações vão tendo cada vez mais ...

e: Claro e imagine uma organização como a misericórdia, tem 20 ou 30 funcionários e que está a fazer um trabalho de luta contra a pobreza, às tantas vê o seu projecto a extinguir-se e a sua principal preocupação é acabar, é criar condições para manter os postos de trabalho, não é? Mais do que criar condições para a sua intervenção ou para

o apoio às populações para quem trabalha é criar condições para manter postos de trabalho. E acaba por ser quase um sistema autoflagico (?) em que as organizações acabam por estar alimentar-se a si próprias, mais preocupadas do que para quem trabalham. E isto acaba... isto na nossa perspectiva acaba com a qualidade da intervenção, arruína a qualidade da intervenção, naturalmente, porque é altamente castrador de tudo aquilo que a gente possa vir a fazer.

E: E depois aquilo que sai para a sociedade civil... A imagem de que se está sempre a fazer o mesmo e do que se está a fazer não tem efeitos nenhuns e isso também provoca na opinião pública, digamos assim, de que parece que andamos aqui a ganhar... aquelas frases que toda a gente conhece. Anda tudo aqui a ganhar dinheiro mas os pobres continuam pobres e sabe-se lá o esforço que as organizações estão a fazer para fazerem o pouco trabalho que fazem

e: Exactamente. Exactamente. Eu acho que isso é um elemento fundamental mas que estamos todos enterrados.

E: E agora com a crise...

e: Pois, agora com a crise ou com a desculpa da crise, mais uma desculpa da crise do que com a crise porque de facto a crise foi uma desculpa muito óptima para acabar com algumas coisas, para deixar de apoiar alguns projectos e para tudo isso. Por isso acho que foi mais a desculpa da crise do que a crise. Não vejo que a crise tenha sido muito diferente para aqueles que já eram tão pobres. Mas de facto é muito diferente para aqueles que tinham algumas expectativas de criar, de ter condições para fazer esse trabalho.

E: O que é que nos espera o futuro? Porque temos aí o ano 2010, passou 10 anos desde a famosa Estratégia de Lisboa, tínhamos uma serie de etapas que tínhamos de cumprir. Temos também aí os objectivos do milénio que apontam logo 2015, o que é que nos espera o futuro quer para a luta contra a pobreza, quer para as ONG's?

e: Eu acho que o futuro espera-nos ...eu acho que temos que diferenciar aí duas coisas: o futuro na perspectiva das organizações em si o futuro espera-nos aquilo que a gente tem feito até aqui, ou seja, que é uma enorme carga de trabalhos, digamos assim. Ou seja, uma grande capacidade de trabalho, uma grande capacidade de entrega aos projectos, uma grande capacidade de entrega à população para a qual trabalhamos, uma capacidade de inventar o inexistente (como dizíamos à bocado) ... agora esta capacidade será tanto ou mais eficaz enquanto houver mecanismos de aposta estratégica como falamos à bocado. Ou seja, ou criamos de facto aqui mecanismos para que as organizações sintam que têm um futuro nesta área de trabalho e que tenham um futuro continuado, e que tenham um projecto com sustentabilidade para dar continuidade ao trabalho que têm estado a fazer, acaba por ser uma aposta muito ... é demasiado desgastante, não é? ou seja, nós estarmos aqui continuamente a trabalhar nesta área, continuamente só a pensar como é que a gente vai sobreviver amanhã, sem termos capacidade de pensar a 3, a 4 ou 5 anos e como é que vamos perspectivar a nossa intervenção a 3, 4 ou 5 anos, então é dramático. Estarmos continuamente a construir amanhã sem termos as bases criadas e sem termos ... e

acho que falta a criação desse mecanismo estratégico, falta a criação desse mecanismo de comunicação das organizações....

E: O financiamento

e: Pois, eu acho que o financiamento...eu diria que a chave não está tanto no financiamento mas nas regras desse financiamento e está mais sobre a própria comunicação entre o Estado e estas organizações. Eu acho que a questão não é a falta do dinheiro é a boa aplicação desse dinheiro e o bom conhecimento das regras sobre aplicação desse dinheiro. Porque de facto nós desperdiçamos imenso dinheiro nos últimos anos com algumas falhas de comunicação. e eu acho que, de facto, é sobretudo essa aposta nós temos definitivamente de deixar de ter esta conversa de que a economia solidária, o terceiro sector é uma coisa muito interessante e muito importante para passar a um pensamento mais efectivo de que de facto temos de apostar nisto. Do ponto de vista das organizações, temos de ter a capacidade de demonstrar a pertinência da nossa actuação. Também é uma coisa que a gente muitas vezes esquece-se, na sofrêgão da intervenção acabamos por não comunicar aos outros, não sermos de comunicar aos outros aquilo que estamos a fazer e a importância daquilo que estamos a fazer. E acho que as organizações têm que urgentemente serem capazes de demonstrarem que a sua intervenção tem estes impactos ou aqueles impactos, que o próprio sector tem este conjunto de gente a trabalhar, que gera este tipo de produto, que gera este tipo de riqueza, este conjunto de postos de trabalho. Eu acho que temos claramente apostar nesta...

E: Valorização

e: Na valorização do nosso próprio trabalho porque muitas vezes também nós próprios nos esquecemos de valorizar. E esquecemo-nos de comunicar para o exterior, aquilo que estamos a fazer. Por isso, temos que muito rapidamente pensar em demonstrar a pertinência.

E: E muitas vezes também há o quase esconder, esconder do vizinho...

e: É mas isso é a lógica da capelinha como dizem os sociólogos e que funciona muitas vezes e que infelizmente ainda funciona muitas vezes e que é precisamente isso que nós queremos contrariar com esta lógica do trabalho em rede e da partilha da informação e da partilha dos mecanismos de gestão e da boa gestão. Porque de facto nós também temos de pensar que aos sermos organismos financiados por linhas públicas temos uma responsabilidade da boa gestão, temos de ser capazes de demonstrar que gerimos bem, que aplicamos bem o dinheiro que nos é entregue. Mas temos que ser capazes de passar isso para os outros, não é? Temos de ser capazes de demonstrar o que estamos a fazer e porquê que estamos a fazer e como é que estamos a fazer e de partilhar essa informação. Acho que isso é um elemento absolutamente chave para a construção do nosso futuro de trabalho porque senão será absolutamente impossível continuar na lógica...fechado, de capelinhas não creio que seja possível porque de facto não ...

E: Já foi assim durante muito tempo.

e: Já foi assim demasiado tempo, demasiado tempo e temos de ser capazes de construir em conjunto com os outros, não é? e pensar mais além do que o nosso

próprio umbigo, e pensar mais além do que a nossa projecção pessoal e pensar mais além do que a nossa própria imagem e pensar mais nas populações em que nos trabalhamos e nas nossas próprias organizações.

E: Acha que a tendência para a pobreza é para agravar? Ou para realmente conseguirmos reduzir um pouco esta situação?

e: É assim, neste momento não vejo como é que a gente a consegue reduzir ...

E: Temos aí as estatísticas que dizem que neste momento nós passamos para 18% taxa de pobreza...

e: É, eu não creio que seja possível reduzir a manter-se as condições. Não acho que haja sequer uma aposta em reduzir. Fala-se muito nisso mas de facto a criação de mecanismos para que isso aconteça, não existe. Não me parece que seja possível isso e aí cabe-nos a nós....

E: Demonstrar que isso não está a ser feito.

e: Demonstrar que isso não está a ser feito. E demonstrar que aposta noutra tipo de coisas, de mecanismos é possível. A questão da economia solidária, a questão... a demonstração desses mecanismos e dessas alternativas cabe-nos a nós e nós não estamos a ser capazes de o fazer também. E aí voltamos a falar da questão da comunicação para o exterior, ou seja, como é que nós partilhamos estes mecanismos, como é que nós passamos aos outros que há outras alternativas num período de falhanço daquilo que era o nosso modelo de construção económica, como é que nós demonstramos que há um modelo alternativo baseado na solidariedade, baseado na partilha, baseado na partilha de recursos e de informação. Isso cabe-nos a nós fazer, não é? E de facto, às vezes pela lógica da capelinha é difícil demonstrar. Nós falamos muito em trabalho em rede mas depois, de facto, muito poucos de nós sabemos o que é de facto trabalhar em rede, o que é de facto partilhar informação. Há sempre uma tendência para guardar alguma, nem que seja um bocadinho que nos possa ser útil a seguir.

E: isso, quase dentro das organizações também sabemos disso, às vezes há tantos avanços e de um momento para o outro nós perguntamos como é que é possível... Nós já avançamos essa fase

e: É porque há sempre um bocadinho da informação que a gente não partilha, há sempre alguma coisa que a gente guarda para nós que nos vai ser de salvaguarda para determinada altura, que a gente vai precisar não sei para quê. Mas de facto essa pertinência, eu acho que falta, demonstrar esse modelo alternativo de desenvolvimento. E eu acho que aí temos uma grande responsabilidade, uma grande responsabilidade. Há aí gente a escrever coisas muito boas sobre isso nesta altura, há gente a dizer coisas muito boas sobre isto nesta altura, agora como é que nos conseguimos passar isso para o exterior é difícil. Também é difícil encontrar parceiros que nos ajude nesta divulgação, nem sempre interessa divulgar bem esse modelo. Mas de facto eu acho que isso é um modelo fundamental para a gente conseguir de facto reduzir a pobreza. Agora para reduzirmos a pobreza nós temos de definir que esse é o nosso objectivo fundamental. E isso é que falta fazer. É dizer meus amigos o nosso objectivo é reduzir os pobres e isso falta fazer. Esta afirmação clara que falta fazer e

não meramente demagógica. Agora se eu acredito que vai diminuir, não sei. Sinceramente, não vejo que haja esse sentimento por parte do estado, não vejo que haja esse investimento. Vejo que há um grande número de organizações a trabalhar, concerteza que vão fazendo o seu trabalho, mas sistémico não creio que esteja a ser feito nada.

Entrevista 4

Nome: Maria de Lurdes Bandeira (Responsável pela Acção Social)

Entidade: Santa Casa da Misericórdia do Porto

Data: 18 de Setembro de 2009

(Nota: esta entrevista não foi realizada directamente. A entrevistada preferiu responder às questões via email.)

Vou tentar dar o meu contributo da melhor maneira possível.

Esta abordagem resulta da experiência do terreno não decorre de literatura ou investigação sobre os temas propostos.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto no âmbito da sua secular intervenção ao nível do apoio aos mais carenciados e que se traduz no cumprimento das 14 obras da Misericórdia tem dado um efectivo contributo ao nível do 3º sector nomeadamente com o funcionamento de respostas sociais que há data da sua criação constituem sempre uma resposta inovadora e ajustada às necessidades da sociedade são disso exemplo a Casa da Rua - D. Lopo de Almeida de apoio aos sem-abrigo ou a Casa de S. António – Casa de Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência.

A Misericórdia disponibiliza um conjunto de serviços e de respostas em áreas como a Educação, Deficiência, 3ª Idade, Crianças e Jovens, Mulheres em Risco, Sem Abrigo, Acção Social, Programa Especial de Realojamento (Habitação), Saúde, Cuidados Continuados...que de facto garantem a satisfação de necessidades a uma franja da população que sem estes apoios viam os seus direitos, mesmos os mais básicos por satisfazer.

Efectivamente as dificuldades são muitas pois quando uma IPSS não desiste de assumir a sua responsabilidade de enquanto sociedade civil contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos reduzindo os níveis de pobreza da sua comunidade de referência, tem um duplo desafio, para além de intervir no campo de social por si só desafiante complexo e em constante evolução, não tem o apoio do Estado que apesar de formalizar compromissos, nomeadamente os financeiros não os adequa às reais necessidades por exemplo as suas participações para funcionamento das respostas sociais não respeitam o custo médio real por cliente.

As exigências são muitas, segurança, qualidade, formação profissional etc, nas respostas, completamente de acordo e meios para adaptar os espaços etc às constantes alterações de legislação? Têm que ser as entidades a providenciar os meios necessários.

Os Programas que são colocados ao dispor para financiamento de novos Projectos por vezes exigem que na fase de candidatura seja feito investimento elevado, apenas para cumprir com requisitos de candidatura que por si só desanimam e levam á inércia.

As instituições que constituem o 3º sector também deveriam ser mais activas, para serem mais inovadoras. Uma parceria efectiva um trabalho em rede dinâmico e eficaz poderia conduzir a uma melhor rentabilização de recursos a um permanente e actualizado diagnóstico de necessidades e a uma não reprodução de apoios aos mesmos beneficiários.

O cumprimento de responsabilidades por parte de todos os parceiros envolvidos em Medidas como o RSI poderia tornar esta medida social útil no entanto conduz muitas vezes á manutenção da subsidio-dependencia incompreensível na actual conjuntura sócio-economica.

Os desafios para o futuro são muitos, logo me surge a questão quem serão os novos pobres? Os existentes continuam a reprodução do ciclo da pobreza a estes teremos que juntar todos aqueles que não consigam acompanhar as mudanças impostas pelo sector económico. Parece-me desde logo que poderão ser muitos e de diferentes origens ou condições, pensando apenas em percursos de vida. Que valores estarão subjacentes á intervenção nomeadamente dos Técnicos com intervenção na área social e muitas outras dúvidas me preocupam, será que, a criação de respostas institucionais chegam? Como será a Política Social se ainda não sabemos como produzir riqueza ...

Enfim espero que possa ser de alguma forma útil este meu desabafo feito muito a correr e ao deslizar do teclado.

Entrevista 5

Nome: Maria do Céu Brandão (Directora de Serviços Sociais)

Entidade: Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso (ASAS)

Data: 30 de Setembro de 2009

Hora: 09:30h

Entrevistador (E): Começo por lhe pedir uma pequena contextualização da intervenção da ASAS ao longo deste tempo, na área do social, na área da luta contra a pobreza. Perceber como é que a ASAS tem funcionado? Que tipo de acções desenvolve?

Entrevistado (e): ok. Eu vou-lhe dar uma brochurazinha, ainda não tem?

E: não. Não tenho.

e: Esta brochurazinha é uma apresentação muito sucinta do que é a ASAS, quais são os principais valores, qual é a sua missão, as principais valências, as principais áreas operacionais a que a ASAS se dedica. Já fica a ter uma ideia do que é a ASAS e do que é que a ASAS faz.

A ASAS é uma instituição muito recente, tem cerca de 15 anos e meio de existência. Portanto nasceu já na nova era das políticas sociais, já com uma forma muito diferente de pensar o social e de trabalhar no social. E quando um grupo de pessoas se juntou para constituir a ASAS hmmm, no início da década de 90, obviamente que fizeram aquilo que, no meu entender, tem de ser feito. É assim, fez-se um Diagnóstico social do concelho. Viu-se quais eram as problemáticas sem cobertura e começou a intervenção um pouco pela área da infância e juventude, nomeadamente, o acolhimento institucional. Portanto, a nossa primeira valência foi um CAT, um centro de acolhimento temporário para crianças em situação de perigo, dos 0 aos 6 anos de idade. Isto porque era a resposta premente que a Segurança Social queria ver implementada. Mas isto não era bem o objectivo que os associados fundadores criam para a instituição. Queriam uma instituição que interviesse de forma mais ampla na área do social e que, como era uma instituição jovem, que criasse nome, que se implementasse e que contribuísse de facto para o desenvolvimento local, e não era com um catezinho para 20 meninos que os fundadores achavam e a primeira equipa técnica consideravam que iriam crescer, implementar-se de forma a fazerem a diferença no tratar das políticas sociais locais. E então uma segunda valência que nós tivemos que implementar, logo um ano depois do CAT, foi um gabinete de acção social. O gabinete de acção social tinha, àquela época, como missão, era quase como um observatório social. Portanto, o gabinete tem como principal missão apoiar a população desfavorecida do concelho independentemente do tipo de problemática que tenha. Ahhh...podemos procurar, procurar informação para ter o melhor encaminhamento e até em algumas problemáticas, eventualmente, encontrar respostas dentro do próprio gabinete.

Trabalhando desta forma pensamos nós que iríamos conseguir ter uma ideia, mais ou menos aproximada quais eram as principais problemáticas sociais do concelho, quais eram as principais causas dessas problemáticas e conseguir contribuir de forma útil no

trabalho social que se faz no concelho. Ahhhh... portanto, ao longo dos anos este trabalho do gabinete acabou por se desvirtuar um bocadinho. Já não é assim tanto um observatório, como inicialmente nós gostaríamos que fosse. Ainda é, mas acabou por seguir uma vertente muito de apoio à aplicação de alguns instrumentos de política social para a população mais desfavorecida. Falo, nomeadamente, do RSI. Rendimento mínimo e posteriormente rendimento social de inserção. Isto porquê? Sobretudo nestes últimos tempos, porque o número de pedidos é de tal forma avultado e elevado que todos os parceiros ficam com imensos processos na carteira e, portanto, é um volume de trabalho tal que ocupa muito dos técnicos nesta parte do trabalho, sobrando-lhes muito pouco tempo para uma análise reflexiva das causas que levam a estas situações e a propor projectos novos.

Embora isso também se faça, neste momento não é a principal ocupação, a principal missão do gabinete. Portanto, é assim, a ASAS sempre teve muito esta preocupação. E desde o primeiro momento... entretanto cresceu, tem neste momento uma série de valências, ahhhh, mas desde logo e desde o primeiro ano, dos primeiros anos, ahhhh, como qualquer instituição nova, há a vida de aprender e de crescer (risos), procurou informação em todos os organismos, oficiais e não oficiais, fez alguns projectos, candidatou-se a alguns projectos, ahhhh....

E: de âmbito europeu?

e: exactamente. Candidatou-se a alguns projectos. Alguns até muito interessantes. E no âmbito destes projectos...ahhh... um dos nossos primeiros projectos, ahhh... onde apareceram esses novos conceitos, participação da população na construção e gestão dos próprios processos. As parcerias, começava-se a ouvir falar de parcerias e nós fizemos um projecto muito interessante... pioneiro no concelho de Santo Tirso que foi tentar... tentar não, foi mesmo estabelecer-se uma rede de parceria efectiva no concelho. E fizemos uma coisa que na altura se chamou espaço de debate. Ahhh...reunimos todas as instituições do concelho e aquilo que para nós era óbvio, que estávamos a começar a nossa carreira naquela altura, que as instituições têm de se conhecer e têm de saber como se podem articular umas com as outras. Verificamos que não acontecia e nós novatos, acabados de chegar ao mundo do trabalho e a Santo Tirso até conheciamos melhor as instituições individualmente do que pessoas que já trabalhavam aqui há muitos anos, instituições já muito antigas. Portanto, foi um trabalho muito, muito interessante, feito à luz desse projecto. Um trabalho muito interessante, pois quase todas as instituições aderiram. As principais instituições que trabalham na área social aderiram. Ficamos a conhecer-nos uns aos outros e passamos a estabelecer relações de parceria entre quase todos. De alguma forma esse projecto, esse grupo de trabalho, serviu como facilitador para as redes de parceria que anos mais tarde vieram a ser obrigatórias, entre outras, não é. Falo das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens onde de facto tem de haver uma parceria muito forte das várias entidades que trabalham na área da infância e juventude. Portanto, têm de se sentar à mesma mesa, em comissões restritas e alargadas, têm de se entender, não é? Têm de interiorizar procedimentos, têm de se entender, porque estão a fazer trabalho muito sério em prol da defesa dos direitos dos miúdos. E antes de promover os direitos está a afastá-los das causas, das situações de maus-tratos. Foi também nesse

âmbito... no fundo também foi facilitador quando teve de se constituir a rede social. Portanto as instituições já se conheciam... já estavam habituadas a trabalhar...

E: o background já estava todo feito, não é?

e: a trabalhar em conjunto e... entretanto é assim, o desenvolver depois estas acções não foi tão complicado como porventura foi noutros concelhos que, embora muito incipiente, esta prática de trabalho já estava instituída aqui no concelho. Ah... portanto, procuramos também sempre fazer um bocadinho isto. Somos associados da rede europeia anti-pobreza desde o nascimento da rede... somos mais ou menos da mesma altura. Portanto ficamos também logo associados da União das IPSS, ah... e fizemos logo protocolos com Universidades. Portanto, é assim, para além do trabalho de terreno, nós tentamos unir-nos a instituições estratégicas que tivessem os mesmo princípios e trabalhassem de forma muito similar com a nossa, para trazer conhecimento e obviamente para partilhar o nosso modesto conhecimento que é o do terreno ao longo do tempo. Ahhh, isto por um lado. Em termos de estratégia a ASAS sempre se preocupou muito em estabelecer parcerias úteis. E quando falo de úteis, falo de úteis para ambas as partes. Para a ASAS e também... uma parceria só é saudável se for assim... se a outra parte também... uma lógica de dar e de receber.

Depois a ASAS na vertente operacional foi crescendo, primeiro com o centro de acolhimento, depois com o gabinete de acção social, depois fizemos um projecto para a construção de um centro comunitário que existe na Trofa. Agora é com concelho de Santo Tirso e Trofa, dantes era só Santo Tirso. Foi para nós importante intervir na outra ponta do concelho, muito desprovida de serviços de apoio social. Todos os serviços se centravam na cidade de Santo Tirso e a Trofa ficava um bocadinho distante e as pessoas ficavam um bocadinho isoladas. Sobretudo relativamente às instituições de apoio social. Portanto, fizemos uma delegação do gabinete lá para apoiar a população daquela parte do concelho e depois fizemos uma candidatura para um centro comunitário.

Depois nasceu o outro CAT. O que nós tínhamos primeiro era dos 0 aos 6. Depois surgiu a necessidade de ter um para meninos dos 6 aos 12. Nasceu o outro CAT. E depois os CAT mostraram-nos o quê? Que trabalhar com as crianças sem trabalhar com as famílias não dava resultado, porque os miúdos ficavam eternamente institucionalizados. Eternamente não, mas muito mais do que aquilo que é aconselhado. Portanto fizemos um projecto ao Ser Criança, com um projecto com 3 grandes vertentes: educação parental para pais com miúdos em situação de perigo, institucionalizados e não institucionalizados; uma vertente de apoio a grávidas, e isto também mais a nível de educação parental e apoio psico-social de modo a que os bebés delas não fossem bebés de risco. E depois uma vertente de intervenção precoce para trabalhar com meninos com atraso no desenvolvimento. O projecto foi muito, muito interessante, os resultados foram muito interessantes. Depois nós solicitamos que o projecto tivesse continuidade numa valência em género de resposta social. Naquele ano estavam a nascer os CAFAP, centros de aconselhamento parental, e entretanto constituímos um CAFAP já não com as 3 vertentes, mas apenas com a vertente da educação/formação parental. Neste momento temos dois CAFAP. Um em Santo Tirso e outro na Trofa.

Neste momento, em termos de respostas sociais, é mais ou menos isto que temos. É isto que temos. É isto não... porque inauguramos um Julho um terceiro centro de acolhimento que é a Casa do Sol que vai funcionar em Vila das Aves. Ainda não está em funcionamento. Vai entrar em funcionamento quando a Segurança Social disponibilizar a verba do acordo. Eles disseram que seria agora durante o mês de Outubro. Vamos ver se é ou se não é. Portanto, temos 3 centros de acolhimento, dois CAFAP, 1 centro comunitário e 1 Gabinete de acção social.

E: Falou que entrou quando a ASAS... foi criada, digamos assim, numa fase como tinha dito de novas políticas sociais, nova forma de intervir. Durante este tempo acha que tem havido mudanças? Houve mudanças na área da intervenção na luta contra a pobreza? Mudanças positivas, mudanças negativas?

e: Mudanças, é assim, mudanças houve, concerteza. Se calhar não foram mudanças tão significativas, ou tão estruturais como aquelas que existiram antes da ASAS existir, não é?! Porque no final dos anos 80, com os projectos de luta contra a pobreza houve uma forma de trabalhar completamente diferente, e eu acho que isso foi um grande marco no trabalho da luta contra a pobreza. Nós quando começamos... é assim quando nós começamos a trabalhar, já começamos... quer dizer, quando a ASAS existiu... Eu digo quando nós começamos a trabalhar porque eu sou a primeira assistente social da casa...

E: então realmente é mesmo nós.

e: exactamente. Quando nós começamos... e é assim, eu estudei isso tudo na Universidade, não é?! Para mim não era nada de novo. Para mim, novo, era participar nas reuniões. Eu ia para a União ou a Rede e ouvia falar os dirigentes das instituições. E isso, para mim, metia-me imensa confusão. E eu chegava aqui e dizia à minha Direcção e às minhas colegas, que nós éramos um mundo completamente à parte, porque eles entendiam o social de uma forma completamente diferente da que nós entendíamos. Eles eram extremamente protectores com a população com que trabalhavam. Uma protecção que até sufoca. Na minha opinião. Não se trabalhava para a autonomização das pessoas, não se trabalhava para capacitar as pessoas para serem cidadãos de plenos direitos, para conhecerem os seus direitos, para conhecerem os seus deveres. Não se lhes davam instrumentos para que eles lutassem por si sós, para tentarem mudar a situação em que estavam a viver. Não. Era tudo uma protecção que me metia imensa confusão.

E: asfixiava...

e: eu penso que era mesmo esse o termo. E portanto é assim, nós como trabalhávamos numa lógica diferente, não é?! Em vez de dar o peixe tentava-se ensinar a pescar, com tudo o que isso implica. É um trabalho muito mais demorado, extremamente frustrante, não é?!

E: não é tão visível à primeira vista.

e: não é tão visível à primeira vista, porque é assim, somos apesar de tudo, somos dois mundos diferentes em contacto, não é?! Nós temos um quadro de referências, um quadro cultural e uma linguagem completamente diferente dos nossos utilizadores. E

eu acho que os técnicos têm de estar muito preparados para entenderem, para não desvalorizarem aquilo que são os valores e a cultura dos seus destinatários, dos seus utilizadores. Mas às vezes nós quase que nos sentimos em planetas diferentes. Ah... a forma de falar, por exemplo, é uma forma de falar diferente. Por muito acessível que uma pessoa pensa que está a ser...o interlocutor pode não estar a entender nada do que nós dizemos. Isto aconteceu-me a mim, particularmente inúmeras vezes. Eu pensava que estava a ser clara, que estava a ser objectiva e depois percebia que as pessoas não entenderam nada daquilo que eu disse. Entretanto ainda saíram mais confusas e as coisas em vez de caminharem para a frente, às vezes não caminhavam ou então até andavam para trás. Portanto, é assim, os técnicos também têm de estar preparados e eu não acho que nós estivéssemos muito preparados à data...ehh... para percebermos bem a população com que trabalhávamos e para trabalhar com eles de uma forma em que eles participassem efectivamente. Mas fazíamos a tentativa, não é. Tentávamos e jamais fazíamos as coisas pelas pessoas. Tentávamos passar-lhes conhecimentos. Tentávamos passar-lhes algumas estratégias de como lidar com os assuntos, mas já mais pensaríamos tentar resolver as coisas pelas próprias pessoas. É assim, nós entramos um bocadinho já nesta lógica de trabalho. He.... De lá para cá, não acho que haja mudanças significativas em termos conceptuais. Acho, é que com o tempo, estes conceitos que eram extremamente inovadores à época e que não eram entendidos, ou não eram assimilados. Percebia-se qual era o conceito, mas depois não era traduzido para a prática, se está cada vez mais a trazer para a prática de trabalho. Embora em algumas coisas seja mais fácil do que outras, mas hoje tenta-se trabalhar sobre essa perspectiva. Agora é assim, não existiu outro marco como existiu nos anos 80, não é? Não considero que tenha havido. Agora o que é que aconteceu? De há uns anos a esta parte entramos numa crise fortíssima, não é? Que levou... eu acho que levou um bocadinho à instrumentalização de algumas políticas. E portanto, neste momento, as solicitações de apoio por precariedade económica, são tantas e tantas que eu acho que os técnicos deixaram de pensar... entre aspas... para preencherem requerimentos, porque há X dias para aquele requerimento. E mesmo agora, em termos governamentais, as coisas são colocadas com metas. Tem X dias para se completar o processo e outros X dias para se dar seguimento, depois é tudo muito com metas muito concretas. Os números entraram no social. Essa é uma diferença. É uma diferença que entretanto se estabeleceu, não é? Há o marco dos números. De há 4 ou 5 anos a esta parte os números entraram no social. Os resultados objectivos entraram no social. E esta é uma mudança que a nós, os técnicos do social, nos está a custar muito a adaptar, não é?

E: claro.

e: Porque nós temos um trabalho, cujos resultados não se conseguem medir objectivamente. E entretanto, começam-nos a exigir números, a exigir resultados com números. E esta mudança provocou algumas confusões e algum mal-estar junto dos técnicos. Que ainda hoje lhes custa a perceber, que o trabalho tem de ter resultados, não é? E que tem de gerar impacto, porque senão estamos a trabalhar para aquecer...

E: por isso é que eu há bocado falava nos processos, porque realmente hoje em dia... não é a primeira pessoa que fala nisso, mas é uma verdade, é um dos grandes problemas. Há determinada meta, as pessoas têm de atingir

determinado número, e isso realmente dá uma grande visibilidade... falar de percentagens disto, percentagens daquilo...as pessoas captam isso, mas se formos ver em termos efectivos...

e: em termos de qualidade, em termos subjectivos, perdem-se algumas coisas. Portanto, enquanto um técnico tem X% dos 300 ou 400 processos, que tem timings muito apertados para dar resposta aos processos, enquanto está a fazer aquilo, enquanto está sentado a fazer uma entrevista com uma pessoa, é assim, o tempo que tem para aquela pessoa é um tempo limitado. Ao dia tem de fazer X, ao mês tem de fazer X, é tudo feito com este tipo de indicadores. Portanto, um técnico sabe exactamente qual é o trabalho que tem de fazer ao dia. E se quer cumprir com objectivos, porque depois vai ser avaliado, não tem disponibilidade para estar uma hora a ouvir aquela pessoa, que era a hora que era necessária para perceber exactamente a causa das coisas, para não se ficar na superficialidade, para chegar à profundidade das coisas. Ahhhh... para fazer um melhor diagnóstico, para depois traçar um plano de apoio efectivo para aquela pessoa. Agora não, é tudo tipificado e quantificado. E isso, nos técnicos directos, que trabalham directamente com a população mais desfavorecida e carenciada, é um obstáculo. Eu acho que há uma perda de qualidade nos serviços. Acho que o trabalho tem de ser medido, eu, isso acho indiscutível, mas o estabelecimento de algumas metas acaba por fazer perder alguma qualidade no trabalho. Portanto, e nós técnicos sociais não estávamos habituados a trabalhar com números e a aceitação disto levou o seu tempo. Não foi fácil. Hoje eu acho que as pessoas já interiorizaram que tem mesmo de ser assim. Mas com grande desgaste para os técnicos. Desgaste e descontentamento. Alguns técnicos não se sentem muito bem, porque acham, efectivamente, que o seu trabalho está a perder qualidade. Estão a trabalhar para estatísticas. E quando as coisas são assim, estou a trabalhar para estatísticas e tenho mesmo de trabalhar, porque senão sou prejudicada, porque a minha avaliação de desempenho assenta em números. Em resultados numéricos. E há pequenas coisas que não se conseguem, que são grandes vitórias, mas que não se conseguem traduzir para números, ahhh, portanto alguns técnicos andam um bocadinho desalentados e um bocadinho perdidos. Embora depois chegue-se de facto à resignação, é para fazer, é para fazer, e não há muito para discutir. Eu acho que para alguns técnicos que trabalham em algumas áreas, nomeadamente, com o rendimento social de inserção, e que passaram por estas fases e sentem, particularmente, estas dificuldades. Portanto, nesta fase de crise... é assim, eu acho que em termos de orientações governamentais, que depois orientam o trabalho das instituições e, por sua vez, dos técnicos, que houve... no fundo é assim, dar-se ou valorizar-se mais programas como o rendimento social de inserção, se calhar em detrimento de outros programas que poderiam, em termos de desenvolvimento local, poderiam ser mais interessantes ou mais importantes. Mas de facto, é assim, nós temos um problema gravíssimo em Portugal a nível de pobreza, a que temos, de facto, de dar uma prioridade. Quando as pessoas estão a passar fome, há que lhes dar pão para comer, não é? Portanto, de alguma forma entendo, que neste momento se priorizem muito medidas como o RSI, e depois coisas que já se deviam ter priorizado há muito tempo. Não percebo porque é que ainda hoje se fala que isso é um grande apoio a incentivo, quando não é apoio a incentivo nenhum. Quando se vai esmiuçar as coisas, não passa muito por (...), não é? Coisas é assim, apoio às famílias, mas que apoio a famílias é

este?! Apoio a famílias mais carenciadas, com muitos filhos, famílias monoparentais, e depois vai-se ver esse apoio e esse apoio é muito pouco, não é? É assim, conciliação família trabalho, é assim, não há. A família é muito desprotegida, porque quem manda é o mundo do trabalho e em termos legais não há um apoio efectivo, não há uma protecção efectiva às famílias. Não é por subir 10% a prestação familiar, que se traduz num apoio às famílias. É louvável... é louvável não... é assim, é um direito que as pessoas têm. Estamos muito longe dos nossos parceiros europeus em termos daquilo que é o nosso ordenado mínimo nacional, e muito daquilo que são as nossas prestações familiares, em termos do que são as nossas reformas. Estamos muito longe daquilo que é a média europeia. Acho que temos de fazer este caminhar. Eu acho que esta caminhada já devia ter sido feita há muito tempo e não esperar pelos tempos de crise. Porque agora nos tempos de crise, quaisquer 20€ num orçamento de uma família é considerado muito bom. E quando não é mais do que aquilo que é obrigação do Estado. Acho que o Estado também distribui muito mal a riqueza que tem, não é?! É assim, aperta os contribuintes faltosos individuais, mas não aperta as grandes empresas. E depois dizem que se toda a gente contribuísse com as suas responsabilidades, pagasse os seus impostos, Portugal podia não ter dívida pública. E eu pergunto porque é que caem em cima de pessoas como eu e de outras como eu, se por acaso num ano não pagássemos os nossos impostos... nós nem temos hipóteses, é assim, pagamos um balúrdio, uma verdadeira afronta. Verdadeiramente uma verdadeira afronta aquilo que são os descontos da classe média. Ahhh... é por isso que temos uma classe média a empobrecer rapidamente, não é?! Porque no nosso país protege-se os ricos em detrimento dos médios e faz-se muito ruído sobre aquilo que é o apoio à população desfavorecida que quando se vai traduzir na prática não é assim tão grande apoio quanto isso. Não é tão grande quanto isso... ahhhh... portanto, é assim, estamos aqui todos para trabalhar para uma minoria enriquecida, e esta minoria é intocável. Até se pode descobrir n coisas sobre a pessoa A, B ou C. O que acontece à pessoa A, B ou C? Não acontece nada... os processos são arrastados, são arrastados até que caem no esquecimento. Portanto, eu acho que não pode haver grande contentamento social numa sociedade estruturada desta forma.

E: claro... isto até é uma *pescadinha de rabo na boca*, porque depois discute-se...ahhh...eu estou a descontar imenso para aquele que recebe o rendimento mínimo e não faz nada... é um discurso que acaba por colar.

e: esses são discursos populistas que caem... que a maior parte da população diz de facto... é assim, quem não é interessado pela área social, interessado por estas coisas, geralmente, é assim, aceita muito bem esse discurso, não é?! Há realmente muita gente que faz esse discurso, que não consegue desmontar. E é assim, é muito difícil fazer perceber isso às pessoas. A fatia do orçamento de Estado que vai para o RSI é uma fatia insignificante...

E: se calhar o que aquela família recebe...

e: e o que aquela família recebe não é o dinheiro que se ouve dizer que recebe, porque depois ouve-se muita coisa, são os 700€, mas depois há prestações insignificantes de 50€. E manter-se aquela insignificância é muito importante para aquela pessoa, porque é tão pobre, que aqueles 50€, aqueles 20€, que lhe falta para chegar ao patamar que ele recebe, o patamar mínimo de cento e tal euros, ou 200€,

uma coisa do género, eu acho isso... eu acho que vivemos num país miserável. Tão miserável, que a prestação de RSI é desse nível. Sabe quanto é em França?

E: Não.

e: é o equivalente aos ordenados mínimos... portanto é assim... não temos condições orçamentais para mais, se calhar não temos, mas se o país fosse gerido de outra forma se calhar teríamos. Portanto, é assim, também depende muito para onde estão viradas as prioridades. As prioridades não estão certamente na população mais desfavorecida do nosso país. Portanto fazem-se algumas coisas... eu até nem duvidava muito que se fizessem por imposição. Porque estamos na comunidade europeia e algumas coisas são porque têm de ser e não há forma de as discutir. Mas depois, é assim, nós somos o país em que as transferências sociais são as que menos impacto tem na redução da pobreza, quer dizer.... Ahh... aquilo que se faz, é assim, faz-se muito mas sem impacto nenhum. Os resultados, traduzindo, não têm... na prática, na prática cada vez somos mais pobres, não é?! Cada vez trabalhamos mais na área social, cada vez temos mais clientes na área social, nomeadamente o RSI cada vez tem mais clientes e as pessoas continuam a ser pobres. Não conseguem sair...

E: alguma coisa está mal...

e: alguma coisa está mal, falando em termos monetários, já para não entrarmos nas outras dimensões. Ahh... é assim, alguma coisa.... Tem de ter mudanças estruturais muito mais fortes do que aquelas que estão implementadas. Além do mais, eu sinto nitidamente que nós somos um país que trabalha para as estatísticas... Nitidamente, não é. E em todos os domínios é assim um bocadinho decepcionante achar que nós estamos a contribuir para o desenvolvimento do país, estamos a contribuir para apresentar estatísticas que não fiquem muito mal no *ranking* europeu. Mas que isto não traduz benefícios reais para a população com que trabalhamos. E basta vermos o exemplo das Novas Oportunidades e todos nós temos o 12º ano. Mas nós temos colaboradores com o 12ºano feito nas Novas Oportunidades e vou-lhe dizer o que é que eles sabem... ou seja, nada. Analfabetos funcionais. Isto é o 12º ano. E a mim entristece-me um bocadinho trabalhar... é assim, que o meu contributo se traduza nisto, não é. Portanto.... E nós temos esta linha de pensamento dentro da ASAS, porque nós somos uma instituição inquieta, que nunca está bem, que acha sempre que pode fazer melhor, que acha sempre... que tende sempre a ver a causa das coisas, nunca aceitar explicações com muita facilidade. Perceber sempre porque é que aquilo é assim, porque é que não se poderá fazer de maneira diferente, que resultados efectivos é que têm as nossas acções, não é só daquilo que é muito bonito dizer, mas no que é que aquilo se traduz efectivamente de ganho para cada pessoa que procura os nossos serviços. Portanto, nós não nos contentamos, não é. Não nos contentamos, no total dizemos: a instituição no total acompanha cerca de 1500 pessoas, entre miúdos e graúdos. Isto para nós não é nada. O que queremos saber é, o que é que estas 1500 pessoas ganham pelo facto de estarem a usufruir de um trabalho, de um serviço nosso. E o nosso trabalho é feito muito nesta base. Daí às vezes também entrarmos em algum choque, entre aspas, quando em algumas áreas dizemos, nós não concordamos... e nós mudamos de metodologia de trabalho quando nos provarem que estamos a fazer mal.

E: por acaso era essa uma das minhas questões. Como é a relação com o Estado, com a tutela? Eu acho que cada vez mais passa responsabilidades para as Organizações do terceiro sector, mas depois também não se lhes dá, ou melhor exige-se-lhes coisas que se calhar em termos sociais, estava a falar dos números e de cumprir prazos, montantes e assim, que depois não tem um impacto efectivo, neste caso, na redução da pobreza. Não tem um impacto efectivo nas questões sociais. Depois também não se dá muitos apoios em termos financeiros, ou se calhar não se devia dar. Não sei. Como é que tem sido esta relação com o Estado?

e: tem sido uma luta diária. Às vezes bem sucedida, outras vezes não tão bem sucedida. Mas nós temos uma boa relação com a tutela. Sempre tivemos e continuamos a ter uma boa relação. Somos daquelas instituições que, eu acho que a tutela reconhece o nosso trabalho. Pelo menos em algumas áreas, não diria que em todas as áreas, mas em algumas áreas, como a infância e a juventude, nós somos para o Centro Distrital do Porto uma instituição de referência quer no acolhimento, quer no trabalho de educação parental. E isso ajuda-nos muito. O facto do nosso trabalho ser reconhecido acaba por ser um factor facilitador nesta relação com o Estado.

Como lhe disse é assim, desde a génese da ASAS que nós procuramos parceiros estratégicos. E as nossas relações com o Estado não se resumem ao Centro Distrital... também temos relacionamentos, não tão próximos obviamente, mas também temos contactos e relacionamentos com o Ministério, com a Secretaria de Estado e com o Instituto de Segurança Social central. E o facto de termos esta preocupação de que a ASAS fosse conhecida por todos aqueles que têm poderes de decisão na área social – foi uma opção estratégica da ASAS – com a qual nós esperamos colher alguns frutos. Depois também temos uma relação muito franca com a tutela, isto é, não dizemos sim, ámen, sim, amén, a tudo o que é política. Conseguimos perfeitamente discernir entre aquilo que é para fazer e não adianta muito discutir... ahhh, é assim, não adianta muito discutir, mas adianta dar as nossas opiniões e os nossos pontos de vista, que têm sido sempre respeitados. E nisto nós temos de convir que são sempre respeitados. Ahhh... embora haja matérias, é assim, as coisas estão programadas daquela forma e são para fazer daquela forma. Mas, por exemplo, na área da infância e juventude, como em tudo, entraram os números, no acolhimento temporário. E então há medidas como... mas o discurso da própria tutela no último ano está a mudar um bocadinho, então introduziram-se números como, é preciso desinstitucionalizar 25% dos meninos. Isto está tudo muito mau, as instituições não têm projectos de vida definidos para os meninos, há que ter 100% dos projectos de vida definidos. Há muitas crianças em instituição, há que desinstitucionalizar 25%, mas eu gostava de perceber é de onde é que saem estes números. Mas levantaram-se estas metas e estas metas são para cumprir. Por exemplo, isso foi uma coisa que nós nunca permitimos. Os períodos de permanência são extremamente longos, têm de ser reduzidos. E nós começamos a ouvir este discurso de há alguns anos a esta parte. Nós sempre trabalhamos... e como eles exigem que se trabalhe desta forma, portanto, nós não tivemos que adequar metodologias, nós não nos vimos atrapalhados como algumas instituições se viram. Os nossos processos seguiam uma cadeia que estava pensada, estruturada, com instrumentos metodológicos daquilo que eles depois vieram a adoptar nos manuais e a

difundir nas instituições todas. Todos os nossos meninos tinham projectos de vida definidos, todos os nossos processos eram conhecidos ou do tribunal ou da CPCJ, portanto, havia instituições em que isso não acontecia. Portanto, havia meninos de facto, tivemos meninos e ainda temos com tempos de permanência muito grandes, mas que não se deve a nenhuma falha do trabalho da instituição. E a instituição consegue provar isso, não é. Consegue provar que se aquele menino ainda está na instituição há um motivo, há uma razão. E muitas vezes o motivo e a razão está do lado da própria SS. Eles é que não fizeram o trabalho deles. Nós temos meninos com confiança para a adopção que não são adoptados. Nós não somos agência de adopção, é a SS. Portanto, se há falha de alguém é do trabalho deles. Agora eu não vou permitir e nisto nós sempre fomos claros e nós temos esta frontalidade. Eu não vou permitir que uma criança saia da ASAS para outra instituição porque alguém falhou no trabalho que fez com aquela criança. E certamente não foi a ASAS que falhou. E portanto, é assim, nós de facto importamo-nos com o impacto do nosso trabalho nas pessoas e queremos que o impacto não seja um impacto negativo. Portanto, se aquela criança já teve o passado traumático que a levou à retirada da família, e o momento da retirada da família e a entrada na instituição é extremamente marcante para a criança e pode ser muito mau. Se ela já se adaptou a um contexto institucional, se ela tem amigos entre os pares e referências entre os adultos, eu vou provocar mais um corte só porque alguém diz que não pode estar na instituição mais X tempo?! É a pergunta que eu coloco. Mas que Estado protector é este. Que Estado é que diz que em primeiro lugar está o interesse superior da criança quando depois o sistema permite isto. Aos miúdos da ASAS isso não acontece. Noutras instituições acontece. Nem que estejam cá há 10 anos e se tiverem de estar 10 anos, estão 10 anos. Nós provamos que fizemos o nosso trabalho. Agora eu não vou permitir que ande a saltar de instituição para instituição só para cumprir um número. Só que depois nas estatísticas diz que o tempo de permanência não ultrapassa X. É assim, isso a mim não me diz nada. Esses números a nós não nos dizem nada e nós sempre tivemos esta frontalidade de apresentar as coisas desta forma. E olhe que com a nossa instituição não mexeram.

E: Mas conseguem transmitir um pouco esta mensagem para as outras organizações?

e: conseguimos. Nós fazemos umas reuniões mensais de centros de acolhimento temporário do distrito do Porto, onde partilhamos este tipo de experiências.

E: porque é importante que não seja apenas a ASAS a dizer e a demonstrar isto...

e: ultimamente já se assiste ao discurso... no início a tutela era extremamente inflexível. Neste momento já se assiste a um discurso mais flexível nesta área. Porque de início tínhamos de conhecer muito bem, de facto temos de reconhecer que existiam muitos miúdos institucionalizados, quando não tinham idade para estarem institucionalizados. Foi feito um trabalho que de facto tinha de ser feito. É assim, alguém também tem de chamar à razão as pessoas. Quem está no poder tem de chamar à razão. Tem de dizer, desculpa, mas na prática estas coisas... ou pelo menos na minha instituição não acontece. Não acontece na minha e se calhar também não acontece em outra, outra e outra. Se calhar a intervenção prioritária deve ser junto das instituições, como foi, que não cumprem com estes requisitos. Agora as

instituições da última geração já não trabalham com uma metodologia muito diferente do que trabalhavam nos lares. Portanto as coisas são diferentes. E depois eu acho que... as leis são muito boas, está tudo bem no papel, mas na prática, na prática não se defendem os direitos das pessoas como se deveria defender. Acho que o próprio sistema, da forma como ele está montado tem imensas falhas, ahhh..., e que permitem sobretudo, na área da infância e juventude, nós não temos um Estado protector das crianças. Temos um Estado que evolui imenso, sobretudo nos últimos 15 anos e de facto, é assim, a mudança é brutal em termos de qualidade. Um trabalho com muita mais qualidade. Com uma tentativa já das várias áreas se articularem, o que não é fácil. As escolas não é fácil, o tribunal não é fácil, a saúde não é fácil. Mas estão-se a fazer tentativas e até com bons resultados. Mas o sistema ainda não é protector. Porque se fosse um sistema protector não permitiria que 20% das crianças vivessem em pobreza, não permitia que houvessem crianças com confianças judiciais, que vivem nas instituições e que nunca vão sair. Não permitia que se cometessem abusos pelas famílias como se cometem, que ainda há, maus-tratos. Ahhh... ainda acontecem, não é?! E depois assistimos a um discurso de prevalência na família assustador. Quando quem conhece a realidade... assustador. Ninguém tem dúvida que a família é o suporte emocional de um crescimento saudável, mas uma família que é estruturada e não podemos meter todas as famílias no mesmo saco. Quando nós sabíamos que a maior parte dos maus-tratos acontece no seio da família. E também não entendo a apologia das famílias de acolhimento, porque é assim, se a família biológica já não é família, já tem os seus quês... e é assim, também sabemos que quando procuramos estudos procuramos aqueles que mais nos convêm. Porque também há resultados e investigações com resultados sobre famílias de acolhimento, sobretudo nos Estados Unidos, que não falam nada bem a favor das famílias de acolhimento. Eu ontem fiquei estupefacta quando vi... acho que já nada me espanta.... Um miúdo de 14 anos que viveu 4 anos dentro de um armário numa família nos Estados Unidos. Uma família com 6 filhos, ou com 7, já não percebi muito bem, eu acho que lhe vão tirar os outros 6 filhos, por isso ele devia ser o 7º filho. Um puto que viveu entre os 10 e os 14 anos dentro de um armário, torturado pela mãe e pelo namorado da mãe, com imensas cicatrizes no corpo todo...e os outros 6 miúdos a assistir aquilo tudo?!

(...) E ninguém deu falta de uma criança de 10 anos?! Onde está a comunidade, onde estão os serviços, onde está a escola? A mim incomoda-me o discurso da apologia da família quando nos mass media cada dia vem uma notícia mais chocante do que a outra. (...) tem vindo a lume histórias de uma barbaridade que nós achamos impensável nos dias de hoje quando temos os sistemas de protecção que temos. Mas eles acontecem, nos sistemas mais bem montados. Portanto, que o sistema falha, falha e que o nosso também falha. Mas se não forem os agentes que está na comunidade a trabalharem perto das famílias e dos jovens. A alertarem a tutela que o sistema falha e que é preciso aprimorar o sistema, não vão ser os senhores que estão no gabinete, por muito que desçam ao terreno, pontualmente, não é?! Que não passam pelas dificuldades que nós passamos, não vêem as coisas que nós vemos, portanto, temos de ser nós. E é assim, a ASAS tem feito o seu papel junto de todos os seus interlocutores, nomeadamente, junto da tutela.

E: quais são as maiores dificuldades que sentem?

e: da tutela?

E: da Tutela e mesmo ao nível da intervenção.

e: da intervenção.... Imensas dificuldades. Não é fácil trabalhar com a população com quem trabalhamos, começa por aí. É desgastante e os resultados nem sempre são compensadores para nós, não é. É assim, nós achamo-lo individualmente, porque, é assim, a realização pessoal e profissional também é o que nos move, é muito daquilo que nos move. E a primeira dificuldade começa logo com o trabalho com os nossos destinatários. É um trabalho difícil, é um trabalho moroso, que não apresenta resultados que nós achávamos que, é assim, o nosso investimento não tem o devido retorno. Tem algum retorno e nós já ficamos satisfeitos com isso, mas, primeira dificuldade pode começar logo por aí. Depois com algumas instituições da comunidade é extremamente difícil trabalhar. As escolas foram um meio extremamente complicado. Acho que fizemos um trabalho, que já temos alguma relação facilitada. Com os tribunais, igualmente. Já temos uma relação facilitada, mas, é assim, também depende muito do agente, do juiz, do professor. Há um trabalho muito grande que a instituição já fez e que, portanto, hoje já um parceiro em igualdade. Quer na escola, quer no tribunal, quer na área da saúde, são os três parceiros mais difíceis. Mas também depende do agente. Isto é um trabalho continuado para a casa, não é!! Também tem essa dificuldade. Não temos dificuldade no estabelecimento de parcerias, mas temos esta dificuldade. Os relacionamentos com o poder local é outra dificuldade, porque tem políticas divergentes daquelas que estão no poder. O local em termos de estabelecimentos de parcerias e apoios, é assim, flutuam em conformidade.... Eu acho que isto é uma coisa horrível. Não devia ser, não é, mas é o que acontece. Na prática é aquilo que acontece, portanto, acaba por ser facilitador ou não. Dependendo de qual é o partido que representa a comunidade e se a Direcção... não é a Direcção (...) porque a Direcção, nós somos uma instituição laica, sem nenhuma opção política e religiosa ou o que quer que seja. Mas as pessoas que compõem o quadro da Direcção são pessoas que têm uma vida para além da ASAS, não é?! E na sua vida para além da ASAS têm as suas filiações... de futebol, de política, do que quer que seja, não é?! E, portanto, se estas filiações, são filiações que são contrárias à do poder local, os relacionamentos são cordiais, mas o estabelecimento de parcerias efectivas são dificultadas. Portanto, é outro entrave. E depois também é um entrave muito grande, é a forma como as políticas na área social estão definidas. Ou as coisas cabem dentro daquele programa ou então não há apoio. Quando às vezes temos dificuldades, temos problemas, temos um conjunto de pessoas com que trabalhar, mas não cabe aqui, não cabe aqui, não cabe aqui... cabe a onde? Não cabe em sítio nenhum. Não cabe em sítio nenhum... não há apoio financeiro. E sem apoio financeiro não se consegue trabalhar. Uma instituição como a nossa, as instituições particulares, uma fatia muito significativa do seu orçamento vem dos acordos de cooperação. A outra fatia mais pequena vem dos associados, vem de iniciativas que promove, vem do conjunto das outras coisas, mas o quadro contratado é contratado para fazer determinado tipo de acções, portanto... Se para se iniciar um novo projecto, para se iniciar uma nova resposta que vá de facto de encontra aquilo que achamos que são as necessidades das pessoas que nos procuram, ou cabem dentro de uma resposta tipificada ou então não cabem. E isto

também dificulta... não há grande espaço para a inovação. Aliás não há espaço nenhum, não é.

E: a inovação é relativa.

e: Não. A inovação... exactamente... é assim, dentro daquilo que existe temos de ser inovadores. Primeiro já ninguém inventa a roda, pois a roda já está inventada, não é... mas às vezes sente-se que se podia fazer coisas de maneira diferente. Que se poderiam fazer outras coisas... e às vezes as comunidades têm problemas grandes, por exemplo, as comunidades neste momento, de há uns anos a esta parte e tem vindo a alertar e pouco se fez para o problema crescente que é dos jovens com 12 e 13 anos até aos 16 anos que estão na escolaridade obrigatória, mas que não vão à escola. É um problema real e efectivo. Não adianta dizer que a escolaridade é obrigatória até aos 16 anos, que agora vai passar até ao 12º. Isso é letra. Isso é letra de lei. Na realidade é que uma parte significativa dos jovens, não tenho os números, mas são impressionantes, que uma parte significativa dos jovens abandona a escola aos 12 e 13 anos com a 4ª classe feita. Ainda a semana passada estive num encontro de reflexão no Porto onde estava o Director do Centro de Emprego, de um dos centros de emprego do Porto, onde ele dizia que tinha inscritos no centro de emprego dele 159 jovens. Se não estou em erro. 159 jovens analfabetos funcionais. E o que é que vai ser feito destes jovens?

E: Estes números é que são significativos.

e: exacto. Estes números é que são os importantes. Eu perguntei ao senhor: o que é que faz com esses jovens? Porque em termos de medidas políticas não tem nada. Ele não os pode encaminhar para sítio nenhum. Alguns deles ainda não têm a idade legal, outros não têm o 6º ano e nunca vão ter. Portanto faz o quê? Não é um número significativo para que se faça alguma coisa? Agora, só porque eles não encaixam... deixa-se à deriva? E quais são as consequências de se deixar à deriva? Eu acho que aos nossos técnicos falta muito esta perspectiva e falta muito este agarrar de situações. Eu não acredito, ou custa-me a acreditar que ele, enquanto director do centro de emprego, agarrasse nestes números e fosse a onde tivesse de ir e dissesse eu preciso de fazer alguma coisa com estes jovens. Se ele assumisse estes jovens como jovens dele... é assim, eu enquanto técnico, o centro de emprego enquanto centro de emprego tem aqui uma palavra muito importante a dizer daquilo que vai ser o futuro profissional destes jovens e aquilo que vai ser o futuro profissional que determina a inclusão social, ou a exclusão. Quer dizer, o que é que lhes resta? Se calhar até são jovens... resta-lhes o tráfico e coisas do género, não é? Pois se não têm alternativas?

E: depois queixamo-nos dos números da criminalidade.

e: depois queixamo-nos dos outros números. Eu acho que também da parte dos técnicos, se calhar há muito conformismo. E dizer, se calhar não vale a pena. Não vale a pena... mas eu acho que se for insistente e persistente que se consegue sempre alguma coisa. Quanto mais não seja, deixar a dúvida na cabeça de quem acha que está muito certo que as coisas não são assim. Números como estes são importantes. Eu fiquei estupefacta. É centena e meia de jovens... de uma parte da cidade. (...) nós também temos de pensar numa lógica diferente. Não na lógica dos números. A lógica dos números interessa a outros. Nós temos de interiorizar essa lógica dos números, trabalhar para as estatísticas, mas temos de ver o que está por trás e não ser... não

ficar com aquele sentimento de impotência, “eu não faço nada porque não vale a pena”. Nós na ASAS não temos essa cultura. Tentamos sempre... pode não ter resultados imediatos, mas não deixamos de dizer a quem achamos que tem de ter conhecimento daquilo que é a nossa opinião e a nossa perspectiva. Porque a nossa conjugada com outra pode ser que leve a algum lado. E se ninguém falar, estamos mal. Porque quem determina as coisas acha que está sempre tudo muito bem. E não está, não é. Na óptica da ASAS ainda há muito para fazer.

E: o que é que nos espera o futuro?

e: não sei... eu acho que... não sei muito bem, mas estamos num ponto de viragem.

E: vem aí o ano 2010.

e: exacto...as instituições particulares são seculares no nosso país. Têm uma tradição fortíssima no apoio à população desfavorecida. Um papel em que o Estado, ou não quis assumir ou conseguiu assumir com essa actividade que as instituições conseguem. É um sector que está a ganhar terreno, cada vez mais importante, cada vez se impõe mais. Onde o papel do seu contributo é cada vez mais reconhecido. Apresenta números muito importantes. Sobretudo em época de crise. O número de trabalhadores que o sector tem a trabalhar é significativo. A mobilização que as Instituições também conseguem gerar também são significativas. Porque é Estado não consegue mobilizar as instituições da sociedade como uma instituição da comunidade consegue, não é. Consegue mobilizar para junto de si, um conjunto grande, quer de outras instituições, quer os cidadãos individualmente, quer empresas... Este trabalho é um trabalho que se for uma instituição pública a fazê-lo não consegue juntar a si tantas energias. Estamos também a assistir, pelo menos é o que me parece, uma intervenção cada vez maior na vida das instituições. É assim, as instituições particulares fazem a sua gestão, mas é uma gestão cada vez mais orientada. E temo até que alguns dirigentes até achem que não dirigem nada. Porque quem dirige é a Segurança Social. As imposições são tantas, não é... de quem são os beneficiários e de quem pode ser e pode não ser. As apresentações dos mapas estatísticos que se tem de fazer mensalmente. Em algumas respostas é para além das estatísticas. É o controle de quem é os utilizadores. Tem de se preencher uma ficha de caracterização do utilizador e isso deixa muito pouco espaço de manobra para uma instituição. Impõe um quadro de pessoal. Portanto aquele acordo não é um acordo em que ambas as partes dão e recebem em igualdade de circunstâncias. É um acordo directivo. Eu dou-te dinheiro se tu fizeres isto desta forma. Até agora era dá-me o dinheiro para fazer isto e agora é eu dou-te o dinheiro para fazeres isto desta maneira. Ou fazes desta maneira e atinges estes resultados ou então nós não damos. E eu temo que nesta lógica, eu dou-te isto para fazeres isto desta maneira e atingires estes resultados, que ajam muitas instituições que não se vão adaptar. E portanto vai ser a “morte”, entre aspas de algumas instituições. Algumas não vão estar preparadas para trabalhar segundo esta lógica e vão acabar por deixar de aparecer, até porque começa a haver exigências de certificação de qualidade, e os acordos de cooperação vão ser discriminados em conformidade de discriminação positiva para quem tem esta certificação de qualidade ou não. Quando chegar esta certificação de qualidade as instituições têm de funcionar de uma forma completamente diferente. E começamos com tudo não é. Desde o espaço físico que tem de se enquadrar em determinado tipo de perfil, depois há um conjunto de licenças

que é preciso ter e que não se tem. Até à forma de gestão e à gestão no seu todo. A gestão financeira, a gestão de recursos humanos... são grandes, grandes, mudanças. A maior parte das instituições se calhar não está preparada para enfrentar. Há instituições que funcionaram muito na base do (cassete terminou) (...) de uma gestão profissionalizada. Como é o caso da ASAS. A ASAS tem uma gestão profissionalizada porque a ASAS tem uma direcção que define assuntos estratégicos, que define o rumo da instituição. Para onde vai. Mas temos uma direcção técnica e a direcção técnica no dia-a-dia é que dirige, entre aspas, é que orienta. Desta direcção técnica até houve a preocupação, que eu acho que foi uma mais-valia para a ASAS, uma direcção técnica na área social e uma direcção técnica na área financeira. Portanto os primeiros técnicos da Associação foram economistas e um técnico de serviço social. Portanto são 2 sabores que há 15 anos... há poucos anos atrás a Segurança Social que aprovava os acordos não queria considerar o economista porque achava que não é um técnico da área social, imprescindível para as respostas sociais que tem. Hoje já não coloca essa dificuldade, esse obstáculo, porque hoje sabe que para a gestão é fundamental. Mas ainda há pouquíssimos anos atrás se discutia porque o economista entra ou não entra, faz o quê na vossa instituição. É incrível que uma instituição particular tenha um tipo de perspectiva diferente e mais avançada que o próprio órgão de tutela que vem agora... quando vê que nos modelos de gestão é necessário... que a gestão de uma IPSS se faz com os mesmos esforços de qualquer empresa e que portanto, deve ter técnicos com conhecimentos nessas áreas. Portanto, é neste nível, eu acho que nem todas as instituições estão preparadas para isto. Até porque em muitas instituições quem orienta e quem decide é a Direcção. Que são pessoas, sem desprimor nenhum para as pessoas, são pessoas de boa vontade. Estão ali a dar o seu tempo, mas estão ali todo o dia, são elas que gerem de facto, são elas que gerem os recursos humanos, são elas que gerem tudo. Estão ali para gerir a casa e que gerem de uma forma muito diferente de quem tem conhecimentos. E muitas das vezes os técnicos não conseguem fazer-se ouvir pelas direcções e acabam por entrar ... ou se rendem ou se vão embora. Ainda temos muito disto no nosso país. Temos instituições onde têm uma mobilidade de técnicos muito grande... tem de ter técnicos porque a Segurança Social obriga. Portanto, a mobilidade é grande porque os técnicos sentem-se ali completamente ultrapassados. Não estão ali a fazer nada de facto e até nem concordam com algumas das medidas implementadas e então cansam-se e vão-se embora. E temos outras em que os técnicos se renderam, são completamente amorfos, são mais um no quadro dos recursos humanos, e não estão ali para dar um contributo real...uma boa gestão da valência que pense na perspectiva dos utilizadores e para que, no fundo, se cumpra aquilo que eu acho que se deve cumprir, independentemente de quem seja o utilizador, é dotar esse utilizador de ferramentas, de estratégias, de ser ele próprio a ultrapassar a dificuldade que tem. Seja ela qual for, de que natureza for. É assim, não podemos ser nós a fazer pelos outros. Não podemos ser nós a proteger. Não podemos ser nós a achar que somos os melhores e que só debaixo da nossa asa é que eles estão bem e quando estão dentro da instituição estão bem e portanto deixa-os estar. Eu colaborei em regime de part-time com uma instituição durante algum tempo, de apoio aos deficientes, em que tratava-se os jovens e adultos deficientes como se fossem crianças de 3 anos e quando eu lhes dizia estas pessoas... eles tratavam por meninos, os nossos meninos, a pessoas de 30 e 40 anos. Eu chamava-os pelos nomes. É

uma pessoa, um cidadão. E aquele cidadão tinha direito. Tinha direito ao trabalho, por exemplo. É assim, tem de se descobrir qual é a vocação...tem de se fazer o trabalho individualizado e depois tem de se descobrir o que é que faz as pessoas felizes. Todos nós sabemos fazer alguma coisa que nos preenche, que nos realiza, que nos faz felizes. Agora tratar homens e mulheres como meninos para mim é completamente descabido. Ter um programa como se tem para os meninos do infantário, vai à piscina, vai ao hipismo, até podem ser coisas interessantes, como o hipismo. Mas aquele programa não é para homens e mulheres. A instituição ainda está a diminuir mais, aqueles que já se sentem diminuídos. Não está a potencializar nada. Eu estive lá em assessoria à Direcção, porque a Direcção queria instituir uma nova forma de trabalhar. Obviamente, tudo o que eu disse não foi interiorizado e como não foi interiorizado eu tive de sair. Para mim a primeira questão era esta. E era esta, porquê? Quem é que constituiu a associação? Os pais daqueles homens e mulheres que lá estavam. Portanto, são os nossos filhos e os nossos filhos queremos debaixo das nossas asas. Portanto aquilo era a continuidade da casa. Instituíram-se na instituição políticas que não tinham nada a ver, era a continuação da casa. E depois as pessoas passavam lá todo o dia, é que mandavam em tudo, queriam dirigir tudo, sem nenhum conhecimento de gestão de recursos humanos. A gestão de recursos humanos era péssima. As pessoas andavam sempre zangadas umas com as outras... é assim, deixem o trabalho para quem sabe trabalhar. Uma coisa é trabalho, outra coisa é estar em casa, não é. Se os homens e as mulheres estão na instituição é para tirarem algum proveito, alguma rentabilidade do facto de estarem lá. Se não estavam em casa. Não é por cuidar de um filho deficiente é muito exigente que eu o vou pôr numa instituição e depois quero que a instituição trabalhe como se trabalha na minha casa. E nós ainda temos muitas instituições particulares que nascem, que são geridas por pais, em que as Direcções são pais, que nasceram das necessidades dos pais, que se uniram, constituíram uma associação e passaram a ser os dirigentes. Pessoas com muita boa vontade, mas sem conhecimentos técnicos. E, portanto, estas instituições eu acredito que não estão preparadas para o que aí vem e que não vão sobreviver ao que aí vem. O que é que eu penso? Que vai haver uma separação entre instituições. Muitas delas vão cair pelo caminho, se calhar com alguma perda...

E: é normal. Têm trabalho feito...

e: exactamente, têm trabalho feito. Eu acho que é uma pena muito grande ficarem pelo caminho... acho que deviam ter feito a tentativa de se adaptarem. Porque tudo cresce, tudo muda, tudo evolui. Mas muitas destas instituições não estão preparadas para o que hoje se exige e para o que no futuro se vai exigir ainda mais. E sem o apoio do Estado não vão conseguir sobreviver. Toda a gente sabe por experiência própria, não é? Porque é assim, não é só pelos fundos que se consegue captar da comunidade, sejam eles através de que meios forem, que as instituições conseguem sobreviver. Portanto, se calhar, se calhar e eu ponho algumas reticências, se calhar vamos ter menos instituições, mas com um trabalho maior e de qualidade. Pelo menos é isso que eu espero.

Primeiro é assim, eu também acho que o Estado não está muito interessado em ficar com...

E: com uma crise social nas mãos.

e: com uma crise social e com esta problemática toda nas mãos. Porque nem sequer tem *know how*, não é. E são serviços extremamente caros onde as instituições particulares assumem uma fatia importante do orçamento, parecendo que não. E sem as instituições não chega à comunidade. Porque as instituições vão buscar recursos a algum sítio. E as comunidades unem mais esforços, mais rapidamente, para se juntarem a uma instituição como a ASAS, por exemplo, do que se juntar a uma Segurança Social. Vamos juntar esforços, vamos fazer uma iniciativa de não sei o quê, vamos contribuir não sei quê... para a Segurança Social, ou para um equipamento que é da Segurança Social?! Não, as pessoas pensam, a Segurança Social não precisa de dinheiro... Não vamos mobilizar esforços para apoiar uma instituição do Estado. Depois nem sabemos se o dinheiro fica aqui. A lógica da capelinha, não é. Se o dinheiro fica aqui no nosso concelho ou se vai para outro concelho qualquer. A Segurança Social é uma instituição nacional, não é. Portanto... a mobilização e o contributo da comunidade certamente seria diferente. E eu acho que isto é um recurso que todos nós reconhecemos como muito importante, e que não há nenhum Governo que o vá destruir. Vai tentar é profissionalizar. Que é isso que está a fazer, neste momento. Que eu acho que é um trabalho que tinha de ser feito. Não conheço muitas instituições, mas conheço algumas e precisam de facto que alguém lhe desse um abanão e dissesse isto já não é aceitável nos dias de hoje. Mas não vai conseguir de todo extinguir, nem eu acho que seja esse o objectivo. Portanto, esperemos que o futuro seja auspicioso.

Entrevista 6

Nome: Pe. Manuel J. Rocha (Presidente)
Entidade: Centro Social e Paroquial da Vera Cruz
Data: 12 de Outubro de 2009
Hora: 10:30h

Entrevistador (E): gostaria que me falasse um pouco do trabalho que a o Centro Social tem desenvolvido ao longo deste tempo, ao nível do social, ao nível da luta contra a pobreza.

Entrevistado (e): talvez uma imagem, se quiser, um pouco primeira, do centro social. Aquilo que ele é hoje e, depois podemos falar mais um bocadinho. O centro social e paroquial surgiu, como surgiram muitos outros, da necessidade destas gentes da beira-mar, que tanto como se sabe da história, surgiu há 36 anos. Portanto, já tem uma historiazinha. As gentes da beira-mar não tinham onde deixar os filhos, foi por aí que começou. O centro começou para guardar os filhos daqueles que não podiam guardá-los durante o tempo de trabalho... começa por aí. E foi desenvolvendo como normalmente todos os centros sociais foram desenvolvendo. As 3 valências normais, não é? Primeiro, guardar os meninos mais pequenos. Depois os jardins, depois passou para a creche e depois nasce o ATL. Criou estas 3 valências e foi respondendo, arranjando espaços. Espaços físicos. Foram difíceis porque a paróquia, em si mesma esta zona da paróquia, é uma zona pobre, mas é uma zona remediada. (telefone a tocar) sobretudo a zona da beira-mar. Era a zona que vivia das marinhas, do sal, do peixe. O sal foi praticamente caindo e as pessoas tiveram de procurar outro tipo de empregos e, portanto, os que foram ficando, e foi aí... não havia assim grandes espaços e então a Câmara... primeiro um particular, depois a Câmara foi cedendo espaços e depois um protocolo. Daí por diante foi tentando responder a esta parte social, mas repare, como quando a gente se mete numa coisa talvez vai encontrando mais respostas, daquilo que é a cultura do social, não é, a gente vai vendo... mas agora temos os meninos. Agora temos alguns meninos que não respondem bem, normalmente, como os meninos normais. Porquê? Porque também as famílias dos meninos não respondem da mesma forma. Mas isto... é um ciclo que se vai andando e então, julgo que em 97, surge os primeiros imigrantes que vêm para aqui e que o Centro Social começa a apoiar desde a primeira hora. Primeiro com roupas, com banhos, com atendimento, depois com uma escolinha para aulas. Depois a instituição cria o CLAI. Os centros locais de atendimento. O primeiro de Aveiro é no Centro Social e Paroquial de Vera Cruz, numa loja alugada na avenida nova. Do CLAI passa-se para o CLAI, não é, o CLAI de 2ª geração de onde vieram toda esta cultura dos imigrantes, que passa desde o atendimento, primeiro, à comida, à roupa, a essas coisas. Passa depois para o que estão agora, de entendê-los, num sentido de ajudá-los a desenvolver a sua própria cultura dentro desta cultura que é a nossa. E depois a legalização, que ainda está hoje por aí. E depois, agora com a mudança que houve dos CLAIs para os NLIS... Portanto, todo este projecto de emprego, de atendimento, reunião de famílias. Portanto, o centro social abre-se a esta realidade nova. Que hoje não é apenas dos imigrantes que vinham de leste, hoje é da integração das minorias étnicas, como se diz por aí. Fomos dos primeiros parceiros de uma Associação de

imigrantes multiraciais. Somos parceiros da Amizade, hoje estão aí, demos a mão e eles agora estão autónomos. É uma associação que funciona com imigrantes de todos... desde o Brasil, a África, aos Ucrrianos, aos não sei quantos... estão todos. E portanto, esta diversidade passa para aí desde 97. (...) Depois logo a seguir aparecem estas famílias um pouco destruídas, e com isso os CAFAP, os centros de aconselhamento. A parental surge por aí, e o CSPVC cria um projecto, cria um CAFAP. E hoje esse CAFAP continua, tem duas técnicas, estão ligados à protecção de menores, por um lado, a nível da segurança social. Estão ligadas a famílias, até mais de 40 famílias, que elas atendem, que elas aconselham. Famílias, filhos de famílias, que tem por detrás depois as próprias famílias. E, portanto, o CS, repare, tem aquelas valências normais, vira-se para os imigrantes e continua com o projecto dos imigrantes, encontra estas famílias e tem um CAFAP também.

Depois do CAFAP criam-se empresas, em relação à formação... eram daquelas empresas, 70, 80 e tal e eram aquelas empresas que se criavam, chamámo-lhes, o *pelorinho*, que era uma coisa de limpeza, de costura...hoje praticamente acabaram. Mantemos a empresa da limpeza, porque nos é útil a nós... mas à partida hoje não vamos por aí. Mas criamos esse tipo de empresas, primeiro. Depois, já estou dentro disto nessa altura... 2000, 2001 viramo-nos para a violência doméstica. Desde 2000 que o CS pensou nisso, pensou dar uma resposta... em 2001 tentamos adquirir uma casa, reconstruir uma casa, e faz a casa ver a “vida”.

E: A casa abrigo.

e: a casa abrigo. Portanto, que se dedica a acolher as mulheres vítimas de violência doméstica, com os filhos... repare, nós fizemos um círculo, se quiser, temos um espaço para a gente pequena, tínhamos empresa que podia proporcionar, ajudar a criar emprego, quer da parte dos imigrantes, quer da parte destas empresazitas. Tínhamos sítio onde estas mulheres pudessem deixar os filhos e, portanto, fechamos um pouco... pensamos nós que tínhamos fechado o círculo...

E: Mas não fecharam?

e: Não fechamos. Portanto, partimos dessa casa, da bela vida, para projectos novos que foram aparecendo em relação, por exemplo, às toxicodependências, e entramos o ano passado para um projecto em parceria para alternativas que desenvolvem ao fim-de-semana, sobretudo em relação à prevenção da toxicodependência. E portanto, estamos nessa parte desde o ano passado. Estende-se...inauguramos mais uma creche, com um PARES e pronto, vamos criando e tentando responder da melhor maneira àquilo que vão sendo os problemas sociais que vão aparecendo. Ahhh... nesta zona da cidade, a nível da cidade inteira, somos, eu julgo, um centro já com muito peso, com muitas responsabilidades também e que procura estar atento aos novos desafios. Ao problema da igualdade, ao problema da violência, ao da toxicodependência. Ao problema deste abuso dos menores. E portanto, estes problemas mais emergentes, que estão por aí, que são todos os dias notícias dos jornais. O centro social, primeiro, não pode fugir a eles, porque é centro social, não é...está metido dentro disto. E, por outro lado, sentimos a necessidade também de actuar e estar atentos a isso. Portanto, é assim a nível genérico, aquilo que é um centro social hoje que tem 100 empregados.

Mais ou menos um, tem cem empregados. Agora aumentamos com a nova creche. Portanto, já é mais do que uma média empresa.

E: Intervêm ao nível do concelho?

e: Nós somos ao nível da cidade, mas a intervenção é ao nível do concelho. As crianças vêm daí, os pais vêm de fora trabalhar para aqui, os meninos vêm de fora, da freguesia. Mas é mais ao nível do concelho. A não ser a casa...como sabe a direcção das casas é oculta, embora seja oculta relativamente. Quando lá estão telefonam aos amigos...mas pronto, publicamente é oculta. Particularmente, todos sabem que ela existe.

E: e quais são as principais dificuldades que têm sentido.

e: olhe minha menina... há dois tipos de dificuldade, por aquilo que eu vejo.

Primeiro, a dificuldade... há muitos projectos, muitos projectos. Portanto, o Governo lança montes de projectos e esses projectos, que são positivos, há uma novidade tremenda de projectos que têm de responder àquilo que é, que são os problemas que a sociedade vai criando. Mas o primeiro é que nem sempre estes projectos têm, se quiser, a dotação económica, os apoios que, por exemplo, as instituições neste momento precisam. Porque os projectos têm todos uma comparticipação, uns mais outros menos, mas há sempre uma parte nossa. E um projecto destes dá sempre para nós, 20, 25% da nossa parte. Ora bem, nós não temos, se as creches e os jardins e os ATL's estão como estão, e os jardins irão ficar se calhar, o 5º ano vai embora, o pré-escolar vai indo, quer dizer, onde é que nós instituições temos a tal margem dos 20% ou dos 25% para colocarmos em todos os projectos, para respondermos a isto?! Portanto, a parte económica é, em primeiro lugar, é uma das dificuldades. A segunda dificuldade, e tem a ver com uma coisa que falamos à pouco, que é, é fácil, o Governo faz isto com o intuito de depois, cada centro, cada projecto, nós temos a obrigação de...temos de a trabalhar... as empresas, a tal responsabilidade social que a empresa tem, faz parte, não é, das empresas... que as câmaras, as juntas de freguesia, nós estamos, somos parceiros, estamos em rede com todos os organismos, mas no concreto do dia-a-dia, as empresas dizem, «mas nós não temos dinheiro». No concreto, têm todos boa vontade, agora nós não temos. A Câmara Municipal, a de Aveiro, é público, não é, está como está. A nossa Junta diz, não, nós também não temos porque a Câmara não os dá. E, portanto, não é muito fácil depois o envolvimento das empresas. Eu reconheço e tenho de dizer publicamente que, apesar de tudo, nós não temos razão de queixa. Na construção da creche nova, por exemplo, tivemos várias empresas que nos apoiaram muito. Honra lhe seja feita. Mas, assim, uma empresa que diga, não, a nossa responsabilidade social, nós todos os anos nós vamos dar-lhes um cheque de 10 mil euros, 5 mil euros...

E: um apoio contínuo não é?

e: isto é complicado. Sabe, da nossa creche, de onde é que tivemos e continuamos a ter? De gente anónima, aqui da Paróquia. Que me diz, sabe (...) tome lá estes 20€, é para a sua creche. Olhe estes 5€, é para a creche. E temos também a Paróquia. A paróquia em si mesma, o Centro Social é uma instituição da Paróquia da Vera Cruz, mas a paróquia em si mesma, respondeu e continua a responder. Claro que é

obrigação, mas continua a responder e isso é para nós uma base de uma certa segurança. Aquilo que a gente falava, esta mentalidade... social, joga... todos têm muita vontade, todos nós. Num caso concreto, o voluntariado. Hoje diz-se por aí, o voluntariado... sim senhor.... Nós precisamos de 2 ou 3 professores para nos ajudarem na parte do ATL. Não era dar explicações, pois eles não dão explicações, mas era estarem, se calhar no ATL, em vez de estarem...estes meninos queriam uma coisa, aqueles outra, para dividirmos mais... e era preciso alguns voluntários que se... pois é difícil de encontrar. Ouça, são gente que está reformada, mas umas porque têm os netos, têm a Universidade Sénior, têm a piscina, têm a hidromassagem, têm também o seu espaço, muito interessante e muito bonito, de encontro à tarde e volta de uma chávena de chá ou coisa parecida... portanto, todos nós estamos ocupados de mais para que este voluntariado... Há por aí gente boa, que se dedica muito, mas ainda não temos, se calhar, e talvez seja uma das medidas que o Governo devia tomar, era nós fomentarmos o voluntariado, mas darmos algumas coisas. Impulsionarmos as pessoas...

E: é a velha questão... aí já não seria voluntariado

e: é, mas repare, reconhecer que esta pessoa que é voluntária tem direito a não sei quê...por exemplo, os dadores de sangue... vão dar o sangue. Chegam ao hospital e têm lá o estacionamento.... Vão ao (...) e a entrada é gratuita...são coisitas que não ofendem ninguém, mas premeiam a persistência de uma gente. Ora bem, estas bolsas de voluntariado, que em outros países são muito protegidas, são... eu julgo que é um incentivo. Também acho que ao nível do social, as medidas públicas, acho que também podia criar e incentivar. Não é dizer assim, há mas depois já não são voluntários. Não. Acho que o reconhecimento é interessante.

E: quais são para si, as principais mudanças que tem havido no campo da luta contra a pobreza?

Eu acho que a própria Vera Cruz foi-se adaptando e respondendo aos vários problemas que foram surgindo, àquilo que era prioritário a determinada altura.

e: aqui na paróquia, e não só na paróquia, na freguesia, se quiser assim..., neste caso coincide uma coisa com a outra. Tanto a Igreja sempre teve esta... a Igreja em si mesma... esta valência, este partilhar... faz parte não é, da estrutura da Igreja. Não é Igreja se não tiver caridade não é? É fácil amar a Deus que não se vê, é complicado amar o irmão que se vê. A história da Igreja está cheia de gente que vem fazendo. Nesta altura, aquilo que está mais desenvolvido nesta parte, são os grupos vicentinos. S. Vicente de Paulo e os grupos Caritas. Depois há as congregações religiosas, nós temos aqui as que vão todos os dias, de casa em casa, não levam muito, mas vão limpar... Também temos outras instituições, que não sendo da Igreja, também partilham desta preocupação. Temos o Centro Comunitário Vera Cruz, que também está atento aos casos de pobreza. Portanto, e nós fomos trabalhando um pouco em rede. Nós juntamo-nos todos. Este ano ainda não, mas juntamos o Centro Comunitária, a junta de freguesia, os nossos Vicentinos, as Irmãs e fomos aqui, o nosso Centro Social, e aqui estivemos a ver os casos, os problemas, como é que se pode responder. Surgiram algumas propostas, iniciativas, que depois na concretização são

mais difíceis de fazer. Nós reunimos, tomamos consciência delas, do que é importante, este trabalho assim em conjunto, mas depois em termos de propostas concretas há problemas sociais que nos ultrapassam. Por exemplo, problemas de habitação. A gente pode ajudar a pôr um telhado, a gente pode ajudar com um cabaz, todos os 15 dias os Vicentinos distribuem a comida que vem do Banco Alimentar... todos os 15 dias...o Centro Comunitário atenderá também os que vão por lá, portanto isso nós podemos fazer, agora ter uma cultura, se quiser, em que todos pudéssemos tentar responder depois disto, também ainda não temos. Portanto é uma ilusão. Temos os casos sociais concretos, temos um caso aí, que é um caso de pobreza, não, é de miséria... eu penso que é um atentado à saúde pública, concreto, que já avisamos as autoridades, já avisamos a polícia, já avisamos o Centro de Saúde, já escrevemos uma carta com aviso de recepção ao centro de saúde. E não nos disse nada até agora. É um caso gritante, gritante. Já contactamos a Câmara Municipal. Já lá fui, quase não se entra lá, com os Vicentinos levar o cabaz de comida, e só porque a pessoa não quer sair, se calhar não tem vontade suficiente para dizer que quer sair, ou capacidade para entender o que está ali... é um caso de saúde... e até hoje não fizemos nada. Ele continua lá, velho, no meio dos ratos.

E: Não fizeram, mas lá está conseguiram também...

e: fomos dinamizando, mas agora o que é que nos resta mais, não temos poder de ir mais para diante. O que é que vamos fazer mais?! Quer dizer, se a polícia não manda, se o centro de saúde não diz, vamos aonde? Depois ao nível de habitação, há cá também na Vera Cruz, há ali dois focos, pelo menos, onde se é preciso actuar. Dois. Estão apontados, são do conhecimento das instituições, particulares e públicos, são do conhecimento. Ainda não tivemos coragem para apontar, talvez também porque não temos capacidade para... depois como é que a gente faz?! Não temos dinheiro para alojar as pessoas, portanto, tudo isto são depois conjunto de problemas um pouco complicados. Mas pronto. Mas estes problemas concretos da nossa freguesia estão apontados. Portanto, nós tivemos isto, este trabalho em rede requer aval e o trabalho vale por isso. Portanto, este trabalho todo. Quando se trata de pobreza, não há católicos ou não católicos. Não há cristãos ou não cristãos. Somos gente. São pessoas que estão lá, e somos gente daqui a tentar dar uma mão. Portanto não há. Não estamos a ver se somos ou não somos. Somos todos e vamos todos. Esta unidade, esta rede, trabalho em rede como se diz, penso que tem sido interessante. Vamos ver se nós recomeçamos este ano. Agora houve novas eleições, a Junta ficou como estava, a Câmara ficou como estava, portanto, vamos ver se nos vamos voltar a este trabalho em rede e se respondemos a mais alguma coisa. Mas penso que, a solução hoje, nós somos pequeninos demais para problemas tão complexos. E, então, só o trabalho em rede. Só uns com os outros, católicos ou não, uns com os outros dar-mos as mãozinhas e tentarmos resolver. Porque há outra coisa ainda que hoje se fala muito, mas dá a impressão que só falamos muito. E são dois perigos: um particular, nós falamos todos daquilo que se chama a pobreza envergonhada. Que é uma realidade que existe por aí. Agora, por ser envergonhada, é silenciosa, não é.... Não se sabe. É preciso estar muito atento, temos grandes parangonas de pobreza envergonhada. Mas envergonhada não é de parangonas, é silenciosa todos os dias.

E: às vezes só a comunidade é que conhece.

e: só o vizinho. Só a filha que anda com a outra filha. E é preciso estarmos muito atentos. Porque por mais programas que nós façamos... E aqui só um parênteses, às vezes faz uma impressão só os programas que apresentamos. Faz-me impressão, sem ofender ninguém, porque são técnicos concerteza cheios de capacidades e tudo isso, às vezes é mais para criar empregos propriamente do que para trabalho. Porque é fácil, e agora voltamos à questão, é fácil agilizar esquemas na minha secretária. É fácil eu ter objectivos, estratégias para... daí a passar para a realidade. Quer dizer, não se adequa muitas vezes o programa, que é bonito, que é interessante, ao passar para baixo para a realidade. Os nossos técnicos às vezes, eles que me desculpem, mas às vezes é mais uma questão de emprego do que a realidade mesmo de contacto directo com as pessoas. Honra seja feita a muitos que nós conhecemos... você conhece, eu conheço, que *dão o corpinho*. Que sentem, que sofrem. Conheço alguns que vão para casa a chorar com este caso, aquele ou aquele. É sinal que vivem aquilo, que sentem aquilo. Mas há outros que eu penso que são mais empregos do que outra coisa. Com tudo aquilo que às vezes o emprego pode trazer, sabe. Porque é o amigo, a amiga, o do partido, e mais não sei quantos. E sabe que nós somos todos muito bons, mas facilmente somos tentados.

E: o ser humano é muito complicado. E como é que tem sido... lá está fala nos programas e que temos programas muito bonitos, mas depois em termos de aplicabilidade falham a muitos níveis. Eu acho que isto também tem muito a ver com a relação com o Estado. Aquilo que nós temos assistido, o Estado passa muitas responsabilidades para as entidades locais, mas depois parece que também não as ouve. Porque são as entidades locais que mais conhecem estas realidades, que percebem, se calhar de imediato, que determinado programa não se aplica ali, mas têm dificuldades em chegar lá e em fazerem-se ouvir. É complicada esta relação? Acha que está a melhorar?

e: daquilo que eu me apercebo...

E: lá está, vocês fazem um trabalho próximo, mas depois não conseguem partir daí... o tal trabalho de lobby, de mobilizar aquelas entidades...para depois, não, então, vamos nós resolver o problema. Vocês denunciaram e então juntamo-nos convosco, que plano é que podemos desenvolver para resolver esta situação.

e: voltamos àquele caso concreto... está ali. Estas entidades particulares, e sem ofensa para as públicas, mas eu penso que as entidades particulares fazem muito com pouco. Nós vestimos a camisola...

E: Até quando?

e: não estamos sujeitos ao horário. Já cumpri o meu horário, está resolvido o problema. Às vezes levo o problema para casa. Às vezes fico ali e não contabilizo mais uma hora ou duas...Eu penso que o particular gere os menos recursos que tem, eu penso que os gere melhor, consegue resultados tão bons, ou melhores, porque vestimos a camisola de outra forma. E, por isso, às vezes não joga uma coisa com a outra, não é. Porque, a nível do Estado, eu não tenho nada... até hoje, com o Estado, os programas que lança, as coisas que faz... mas é uma coisa muito mais pessoal,

sem desprimor para os funcionários públicos (não quero que ponha lá essas coisas), mas é uma mentalidade de funcionário público. Entro às 9, pico o meu cartão, fico até às 12, tenho o meu intervalo, acabou às 4h30, pico o meu cartão, está resolvido. O que fiz, fiz, o que não fiz, fica para amanhã, porque as pessoas esperam. Essa não é a mentalidade das IPSS. É outra. Haverá aqui também mentalidade de funcionário público entre os nossos funcionários, mas muitos deles vestem mesmo a camisola. Muitos deles sentem mesmo isto, sofrem com estas coisas, levam por diante. Eu vi agora com a construção da nossa creche. Houve gente que andou ali dia, noite, trabalhou, fez... acho que se fosse uma creche do Estado tínhamos gastado muito mais dinheiro e não teria ficado tão bonita, se calhar, como aquela. Foi uma espécie de comunhão, se quiser, com tanta gente que esteve por ali. Agora, nestes programas novos que vêm do Estado, aqueles que estão por aí, o Estado tem proposto, podem não se adaptar, como a gente falou á pouco, à realidade, mas em termos das obrigações que tem eu penso que vai cumprindo. É o que me parece, que vai cumprindo. A nível da gestão pública das coisas, embora vendo de outra forma, um pouco mais alheados, um pouco mais como emprego do que outra coisa, mas penso... também não podemos dizer que é tudo errado.

E: de certa forma houve uma evolução.

e: houve uma evolução, sem dúvida nenhuma. Até na tentativa de uma certa transparência, de uma maior transparência. Já não digo ao nível dos empregos... depois joga um bocado ao lado... mas houve, houve. Houve mais respostas, julgo eu. Respostas mais adequadas e com uma vontade de mais transparência. Isso, temos de reconhecer.

E: há mais inovação?

e: há. Há mais respostas. Ao que elas vão responder depois, a isso é que já não sei dizer mesmo e se elas respondem mesmo. Quer dizer, há propostas muito bonitas que depois no terreno não dão... fico-me pelo meu emprego, portanto, sou uma técnica, ou técnico, fico-me pelos programas que são coisas muito lindas, um pouco de show off. Há muitas, mas ao nível de problemas desta gente mais pequena, depois não chego lá, se calhar. Mas apresento X famílias, e faço um power point bonito, com fotografias dos meninos... eu já vi uma apresentação ou outra dessas que depois eu sabia que no terreno as coisas funcionaram muito mal. O que é... é que o show off tinha de ser, porque era necessário que fosse. Também podemos cair nestas tentações, não é? Também podemos cair. Eu chamo-lhe apenas tentações, porque felizmente não são o normal. Não são. Há gente muito boa, há programas muito bons, há coisas muito boas, mas também há destas tentações. E às vezes nós vivemos um pouco disso, não é. Do aparato, em vez das coisas concretas.

E: como é que vê o futuro? Quer o futuro do trabalho das Organizações, quer do futuro da luta contra a Pobreza? O que é que nos espera? Temos aí o ano 2010...

e: o futuro a Deus pertence...

E: ...mas se nós não dermos uma ajudinha...

e: é. Eu julgo que já houve uma certa...Não se apercebeu de uma certa guerra, se calhar, destas instituições, de fazerem concorrência às empresas. De lhe tirarem alguns lugares. Já estávamos nós a ser empregadores também. Fazer competição...

E: não sei se será competição, mas realmente as entidades de economia social são importantes para o emprego.

e: concerteza... mas nós não queremos competir com ninguém. Agora é evidente que temos de ter o mínimo de bases também e somos responsáveis e tão produtivos como são os outros. O futuro... é uma coisa muito bonita... eu julgo que nós temos de estar atentos às realidades sociais. Portanto, qualquer IPSS que tenha definido as suas respostas e que tenha ficado por aí, penso que não vai muito longe. Isso tem duas coisas, a 1ª é o perigo, é engordar de tal maneira que depois somos incontrolláveis. E não podemos ter a tentação de engordar. Porque temos sempre recursos limitados. A gestão tem de ser muito rigorosa e não engordarmos demais. A sandália não ir além do pé do sapateiro. Não pode ir mais. Este é o perigo. O outro perigo seria continuarmos sempre no nosso jardim, no berçário, na creche e no ATL. O ATL acabou e morreu e nós acabamos o ATL. Nós vamos ficar com o quê depois. Portanto, esta atenção às novas realidades sociais, penso que é importante. E exige da nossa parte criatividade, atenção e criatividade. Não sei se hoje, por exemplo, nós... hoje fala-se muito da 3ª idade, dos centros de dia, dos lares... eu não defendo muito os lares, não sou assim um amante dos lares...ahhh, dos passantes. Aqui na cidade, por exemplo, é um dos problemas que nós temos e não temos respostas para eles. Chegam-me aqui à paróquia às 8, 9 da noite e eu vou fazer-lhes o quê?! Não tenho onde os por a dormir. Não tenho uma cantina, já lhes dei de jantar, já fui comprar o bilhete de comboio, os outros ficam aqui no banco e os outros vão para aí não sei para onde.

E: Aqui em Aveiro não há albergues...

e: não. Ainda não. Há apenas a Caritas que tem uma camarata para dormirem, mas normalmente está cheia. Têm 9 camas, mas às vezes está cheia. E às 6 horas fecha. E aparecem mais à noite e vamos para onde? Ainda não temos grandes respostas para isso. Então, criatividade e não sei se nós já pensamos nisso por exemplo, eu vou-lhe dizer... não em primeira mão, mas será em segunda, que não estamos fora de pensar numa creche, embora pequena, nocturna. Porque há gente que trabalha por turnos e não tem onde deixar os filhos. E Aveiro é uma cidade em que há muitos casais que estão cá sozinhos, não têm avós, não têm pais, não têm familiares mais directos e como é que se faz. E nós... estamos... não pomos de lado, não temos ainda nenhum estudo feito, mas não pomos de lado a hipótese de pensarmos nisso. É claro que isto tem de ter regras porque os pais têm de ter os filhos. Não há cá educações assim tipo socializantes, como era em Israel (?) onde os filhos são retirados dos pais, só comem, porque os pais têm de descansar. Não é isso. Nós queremos que os filhos estejam com, agora neste momento para responder aos problemas de trabalho que temos hoje, pois desta forma a obrigação de estar atentos e de tentar, se nós pudermos responder estamos cá para isso. Somos social por causa disso, não é.

E: Consegue financiamento para essa iniciativa?

e: eu penso que isso, somos capazes de conseguir.

E: é que parece que estas ideias mais inovadoras depois são difíceis de se fazer, de passar a mensagem

e: não sei se isto está previsto ao nível dos programas oficiais, dos textos oficiais, mas eu julgo que não haveria ninguém que fosse capaz de dizer que não. É claro que é uma creche que tem custos e custos elevados. Agora, se é um problema, se nós somos social para responder, como é que faz. Vamos tentar. Não se falava aqui em casas para mulheres vítimas de violência. Mas sentiu-se que era um problema, nós tínhamos capacidade já de acolhimento, de empresa, de lugar para os filhos, porque não se nós podemos desenvolver?! Agora temos de ver que estes projectos todos não trazem dinheiro. E nós somos um centro social à rasca. Percebe. Que faz as contabilidades todas e vai sempre ver onde pode ir buscar porque não temos. E eu sei que há centros sociais que mantiveram as respostas que são oficiais sem mais problemas nenhuns, sem mais incentivos nenhuns, sem mais inovações nenhuma e têm muito dinheiro. E nós vivemos à rasca. Percebe? Agora é uma aposta. Sem engordarmos demasiado, mas ao mesmo tempo tentamos estar na linha da resposta aos problemas sociais. Quer dizer que nesse aspecto também, também fizemos uma creditação de formação. Somos acreditados pelo INOFOR. Fazemos alguns cursos de formação, tipo EFA's e coisas assim. Entramos por aí também. Por isso é que não temos dinheiro. Mas vamos tentando responder, esperamos.

E: e a pobreza e a exclusão, está para piorar, melhorar? Temos metas estabelecidas para 2010, temos metas estabelecidas para 2015 (ODM) e temos um manancial de respostas...

e: diminuir ou aumentar, eu acho que a gente não pode dizer isso. Depende do conceito. Aparecem várias formas de pobreza e de exclusão... cada vez mais aparecem diferentes.

E: é uma realidade que vai mudando

e: exactamente. Depende de que público-alvo é que estamos a falar. Se é daquelas mulheres que são vítimas de violência doméstica, que são postas de lado, que são não sei o quê... a gente pode ter número. Agora da tal envergonhada, por exemplo, como é que a gente faz. Nós conhecemos, um caso, outro caso, de professores... aqui formados. E como é que a gente sabe. Haverá mais por aí que nós não temos nem noção. Porque às vezes até esta pobreza envergonhada, que tem os seus motivos e as suas razões, a nível do social, as pessoas aparecem, compram...para aqui... até que isto estoura, o cartão deixou de funcionar, agora é um jogo. Nós não sabemos. A gente sabe a pobreza, não tem casa...estas formas de pobreza hoje, estes caminhos sinuosos, nós não temos a noção dele. A sociedade, é como os lixos, se calhar, a gente vai gerando... a gente vai... aparecem os outros lixos já não podemos pôr. Há sempre mais. Há medida que vamos evoluindo, vamos deixando rastros. E os rastros são os lixos que vamos deixando e que também são pessoas. Depende das situações concretas, portanto eles vão sendo sempre diferentes. O que importa, julgo eu, que devemos nos forçar todos um bocado, Igrejas ou não, públicos e privados, é estarmos atentos e obviar o máximo estas situações. Obviar o máximo. Agora, nós não conseguiremos. Acho que só no céu. Diz Deus nosso senhor, que pobres sempre os tereis. Isto não é uma crise de realidade. É uma realidade. Faz parte da nossa vida, faz parte do ser humano. Portanto, pobres nós sempre os vamos ter e mesmo que acabassem os

pobres economicamente, isto diz o Papa Bento XVI, a caridade tem sempre lugar. E é a isto que temos de estar atentos.

Entrevista 7

Nome: Jorge Alves (Presidente)

Entidade: Associação Integrar

Data: 28 de Outubro de 2009

Hora: 10:30h

Entrevistador (E): Pode fazer uma contextualização do trabalho da Associação Integrar ao longo deste tempo?

Entrevistado (e): A Associação tem 15 anos e é claramente, uma associação, uma IPSS que quando nasceu foi exactamente vocacionada para combater a exclusão social e a pobreza em áreas muito específicas. Os sócios fundadores eram na altura, e ainda hoje são pessoas ligadas ao combate à pobreza e à exclusão e com profissões nessa área e quando é lançada não é para criar respostas tradicionais porque essas já existiam e não se justificava estar a criar mais uma associação para criar mais respostas idênticas as que já existiam na cidade de Coimbra. Era para dar respostas diferentes, respostas para populações a quem mais ninguém dava resposta, metodologias que mais ninguém utilizava e este foi sempre um dos princípios assumidos desde a fundação da instituição e que se mantém ao fim destes 15 anos.

E: E faz uma avaliação positiva? Tem sido uma intervenção inovadora?

e: Sim eu penso que sim. Ao longo destes 15 anos demos respostas a áreas que mais ninguém trabalhava aqui na região: as crianças de rua, fomos nós que começamos também a trabalhar com a população cigana que existia em Coimbra, o que é hoje o antigo parque do Rio do Mondego e que era um laranjal e em que existiam dezenas de famílias. Ao nível das equipas de rua, também fomos a primeira instituição a ter equipas de rua também relacionadas a apoiar os sem-abrigo, que é uma moda quer para as instituições/IPSS quer para as instituições oficiais e isso é bom sinal. É sinal que essa problemática está na ordem do dia. Acho que nós ao longo desses 15 anos conseguimos marcar, conseguimos intervir em áreas que estavam a descoberto e mantivemos a postura que em locais onde, hoje onde já há instituições a intervir, nós não aceitamos intervir porque entendemos que a área social não é uma área comercial. Ou seja, não é uma área em que se deva andar a fazer concorrência a ninguém. Respeitamos os outros e exigimos que nos respeitem. E em termos metodológicos, acho que a instituição sempre desenvolveu metodologias fora do tradicional, nomeadamente investiu muito naquilo que é aposta no desenvolvimento de competências pessoais e sociais aos mais vários níveis. E portanto, temos procurado fazer alguma reflexão escrita pelas várias áreas onde intervêm, criando modelos e afinando modelos, quer a nível interno como para serem divulgados para as outras instituições. Penso que nesse âmbito temos feito alguma escola quer na forma como intervimos quer em termos de metodologias.

E: Quais são as principais mudanças que apontam nesta área, no combate à pobreza e à exclusão social, mudanças positivas e mudanças negativas?

e: Eu penso que nos últimos anos há uma maior relevância, e isso acontece desde o terceiro governo anterior até agora ao actual governo, foram logo postas uma série de

questões sociais que não eram importantes do ponto de vista do discurso político. Portanto, elas começaram a ganhar relevância e isso foi positivo e começaram a aparecer verbas para essas intervenções. O grande problema é que as estruturas da segurança social ainda estão muito ingénuas, ingénuas quer dizer muito agarradas àquilo que é tradicional. O típico é o apoio domiciliário, o apoio aos idosos, os ATL's, as creches... e tudo o que fuja a este tipo de intervenções, normalmente são questões que têm de ser muito discutidas, muito pensadas. São muito difíceis de conseguir apoios nos centros regionais, aquilo que são cooperação atípica. Não se percebe como o apoio, por exemplo aos sem-abrigo, à população de rua ainda não é uma cooperação típica porque é uma problemática que existe, é uma problemática perfeitamente assumida no contexto do discurso político nacional e no contexto da intervenção da segurança social, mas continua a ser uma resposta atípica, ou seja, se é atípica não está definida e não estando definida significa que não é normalizada, não é padronizada. E portanto não há possibilidades de acordos com a segurança social, têm que ser negociados caso a caso, um a um, muito bem fundamentados, dependendo muito das perspectivas dos técnicos de acompanhamento das áreas. E portanto isso levanta problemas delicadíssimos em termos de gestão das próprias instituições como a nossa porque nós não temos nenhum acordo típico, e dificilmente teremos porque não estamos vocacionados para criar nenhum serviço de apoio domiciliário ou ATL. E portanto, os ATL que nós criamos são espaços para aqueles muitos que não vão aos tradicionais. E apesar destas problemáticas sociais estarem na ordem do dia, continua haver muita dificuldade em conseguir negociar apoios porque ainda não passaram daquilo que é cooperação atípica para aquilo que é típico, quando passarem é muito mais fácil de negociar. Depois, claramente há instituições como a Integrar que não se revê naquilo que faz a Confederação das IPSS's. A intervenção das IPSS's é claramente controlada e dominada pela Igreja católica. A igreja católica..., os centros sociais e paroquiais... os seus presidentes são quase todos padres da freguesia, muitos deles é gente nova já com outra perspectiva do que deve ser a intervenção social e ainda bem porque vai mudar aquela questão típica de que há populações que apoiam aqueles que fazem parte da nossa congregação cristã, vai ter que mudar. E assim negocia-se actualizações para os acordos típicos, onde as organizações da igreja estão, mas depois as equipas de rua recebem participações da segurança social durante quase 12 anos. Mas é assim, há muitas instituições, algumas da igreja, a Caritas de Coimbra por exemplo, tem uma equipa de rua mas não se percebe porquê que a Confederação não negocia esta questão. Dá tanta importância à questão dos ATL's, quando há deficiência de acordos para esta área. E portanto, a associação Integrar é sócia apenas porque é aquela coisa, recebe-se umas informações e tal, porque são aquelas coisas. Fui uma vez à assembleia nacional e jurei nunca mais porque aquilo parecia uma assembleia-geral de qualquer coisa que não tem muito a ver com a realidade das IPSS's. E há muitos dirigentes que pensam como eu mas depois não têm como para fazer uma decisão porque nestas coisas nós também somos muitos dramáticos nessas coisas, quando alguém pensa de maneira diferente ou quando um conjunto de pessoas vêm de maneira diferente as coisas, depois pensam que estão a dividir. E eu que sou dirigente acabo por ver um bocado disso.

E: De certa forma, acha que prejudica o peso que as ONG's têm ao nível local e mesmo ao nível do lobby junto do governo?

e: Prejudica, prejudica claramente porque acaba por funcionar como um lobby com algum peso de uma instituição ou outra a fazer isoladamente. As coisas tinham outra dimensão se a própria União das IPSS's assumisse claramente que há uma ou duas respostas que começam a ter tanto peso como têm as valências tradicionais. Apesar de em termos de políticas sociais elas terem uma grande importância, depois não são tidas nos acordos típicos.

E: E para além destas, que tipo de dificuldades têm sentido ao nível do vosso trabalho?

e: Fundamentalmente o facto das estruturas do ensino superior nas áreas sociais não fazerem formações específicas. Formam assistentes sociais, formam psicólogos, formam-se animadores mas formam-se de uma forma muito generalista. E portanto, depois com o processo de Bolonha e com as reformulações das licenciaturas, os estágios são cada vez mais curtos...E quando vêm fazer o estágio têm que cumprir as regras normais para quando um dia exercerem actividade profissional. Por isso, 5 dias por semana, x horas por semana e portanto não vale a pena formar animadores, educadores socioculturais para fazer animação de ATL ou festa de aniversário porque não vai ser essa a realidade que vão encontrar. Os centros de ATL com horário a tempo inteiro tem tendência a reduzir, vão começar a fechar. E o que aparece, aparecem as outras respostas sociais, com população toxicodependente, com população sem-abrigo e se olharem para o currículo deles não vêem nenhuma cadeira específica. Lá está, acabam por chegar às instituições e as instituições têm que lhe dar formação em contexto de trabalho com os recursos da própria instituição e não da faculdade que os formou. Algumas faculdades optaram por especializações, mas depois é assim as especializações são muito interessantes permite dar formação mais específica mas depois não há muita articulação entre as faculdades e o terreno, com as instituições que trabalham no terreno. Há um enorme desfasamento e por isso há dificuldades em recrutar pessoal. É assim, há muito pessoal para recrutar, mas não é fácil recrutar pessoal que já tenha alguma formação específica que permita não perder muito tempo a formar. E portanto, esses é um dos grandes handicaps que temos e depois as pessoas muitas vezes... há uma grande percentagem de técnicos que fazem formação na área social mas que não fazem a licenciatura porque é um trabalho de gabinete. Ora aqui o trabalho é tudo menos de gabinete, não é um horário das 9h às 17h30, há horário à noite e isso acaba por ser problemático. Ao longo dos anos temos formado muita gente que tem passado por aqui e muitos técnicos trabalham para instituições do Estado e que funciona como formação em contexto de trabalho e isso é positivo para nós.

E: E tem a ver com aquilo que eu disse com a própria mobilização da sociedade civil, da criação de uma consciência social e da solidariedade. Eu estava ali a ler no vosso boletim, no seu prefácio, digamos assim (...) em que apelava à participação, em que a participação foi fraca. O que é que falha? Eu não estou a falar apenas desta situação porque eu acho que é um problema geral de todas as organizações principalmente aquelas que trabalham muito próximas da sociedade, mas ainda é difícil passar esta mensagem de que é necessário participar todas as pessoas que têm de envolver na luta contra a pobreza.

e: Da minha parte é assim: contrariamente àquilo que a maior parte das pessoas diz, eu acho que a população portuguesa é pouco solidária. É pouco solidária porque é assim: aquilo que é o contexto de ser solidário em Portugal é dar dinheiro a quem nos pede no meio da rua, é no Natal oferecermos brinquedos aos miúdos que não têm nada, é ser bombeiro voluntário e eu tenho sérias dúvidas que os bombeiros voluntários tenham alguma coisa de solidariedade porque alguns ganham e não ganham tão pouco quanto isso; é estar ligado a algumas instituições de apoio da igreja católica dando algumas roupas e alguns cabazes de Natal a uma série de pobres da paróquia. E pela altura do Natal recebem da Junta da Freguesia, recebem da Câmara Municipal, da Santa Casa, recebem dos governos civis e portanto, de repente têm 8 cabazes de natal e acabam por se estragar. E portanto, eu acho que uma coisa é o espírito solidário e o povo português tem esse espírito solidário, mas depois não tem uma atitude solidária. Uma atitude solidária é exactamente participar activamente naquilo que é o trabalho das instituições. O voluntariado nas IPSS é razoavelmente muito reduzido, é muito grande nos bombeiros porque faz parte do imaginário. Quando perguntamos o que quer ser, quase todos querem ser bombeiros e muita gente acaba por ir para os bombeiros, primeiro porque é uma actividade muito interessante, depois é uma actividade com valorização social, combatem incêndios na frente de combate mas depois não temos as instituições com pessoas disponíveis para darem algumas horas de trabalho. Basta andarmos uns Quilómetros para cima, para Inglaterra onde faz parte do espírito ser voluntário na minha instituição, é quase uma obrigação. Quase todos têm um x números de horas por semana que dedicam a uma instituição da sua zona, exercendo o trabalho de voluntariado. Fazem $\frac{3}{4}$ horas por semana, seja ao fim-de-semana ou à noite. Cá é ao contrário ou querem fazer voluntariado para ganharem currículo ou têm um objectivo específico e não é nada solidário, é uma atitude mais interessada mas depois isso não faz parte da tradição de hoje. Não se vê, por exemplo nos concursos para a Administração Pública, a valorizarem o trabalho voluntário, se tivessem um ano de voluntário tinha um x peso no concurso, se tiveram dois anos tem um peso y... A nossa solidariedade passa muito por aí e não convém ser à nossa porta porque se resolvem montar um espaço de apoio a toxicodependentes isso não tem lógica nenhuma porque isto aqui não é o espaço adequado para cá estar. E portanto, se for na rua de trás já não há problema porque já não é a minha rua. A nossa instituição teve muitas situações dessas, na altura quando abrimos o apoio para os sem-abrigo, havia aqui na rua do Brasil, eles nunca tinham causado nenhum problema e houve um movimento que fizeram, um abaixo-assinado para que a instituição saísse dali porque aquele ambiente fazia mal à vizinhança. E o senhor era o senhor onde nós comprávamos a carne, nós pagávamos ali tudo direitinho. Ele ganhava com a instituição mas ao mesmo tempo liderava um movimento para que nós saíssemos dali. Lá está, o senhor era simpático quando não era na sua rua. Por isso, eu sou muito crítico em relação a essa questão da solidariedade. E repare que muitos dos nossos responsáveis, se olharmos para os currículos deles não têm... a passagem normalmente deles, a experiência voluntária é essencialmente nas instituições de futebol porque tem outro tipo de poder e dão outro tipo de projecção. Há pouca gente com experiência de voluntariado nas instituições de solidariedade social.

E: E temos as direcções que a maior parte deles até são voluntários, mas...

e: Mas é uma percentagem muito pequena, em relação àquilo que na minha opinião deveria ser.

E: Acha que isto também se prende com aquela ideia de que nós não temos de nos preocupar, quem tem de se preocupar é o Estado, são eles que têm de resolver os problemas?

e: Também um pouco, também um pouco mas acho que fundamentalmente tem muito a ver com ... o trabalho de director nas instituições cria responsabilidades e, portanto, as IPSS's são tratadas claramente como empresas do ponto de vista fiscal, do ponto de vista administrativo. Enquanto, que se as IPSS's não cumprirem as obrigações fiscais os dirigentes são responsáveis. Mas entretanto, vimos o que se passa no futebol e não vejo nenhum dirigente metido num 31 por ser dirigente desportivo e devem milhares de contos... Se isso acontecer numa IPSS's, as finanças passado um mês... a Assembleia da Republica antes de eu ter ido de férias teve o bom senso de avançar com essa proposta, só mesmo pessoas que nunca passaram por nenhuma instituição é que... Há anos que existia este regime e foi preciso exactamente um professor da área fiscal que fez parte da intervenção da PIDE e que já foi ministro das Finanças ter dito que isso era a maior aberração que podia existir que é a questão das IPSS's. As IPSS's só podiam pedir o reembolso do IVA a que tinham direito ou pedir os 0,5% do IRS, uma coisa ou outra. Tinham que optar. Nos clubes de futebol não vejo nada disso, até vejo é distribuir o dinheiro dos jogos sociais da Santa Casa de Misericórdia. E portanto, só nesta área é que isso acontece e, portanto acabaram com isso e já é possível receber as duas coisas.

E: Que avaliação faz do trabalho das ONG's?

e: Há trabalho muito interessante de várias áreas. Há muitas instituições a trabalhar e a fazer um bom trabalho. Falta na minha opinião cooperação, uma inter-relação maior. Nalguns casos a segurança social já começa a tomar essa iniciativa. A Câmara nesse aspecto não tem essa postura, a câmara em muitas situações aparece a concorrer com as instituições. E, por outro lado, em termos de instituições falta algum trabalho em conjunto, um trabalho interligado. Começamos há dois com trabalho dessa natureza, mas depois acabou por ficar um pouco parado por causa da mudança do Presidente da Caritas, era uma pessoa com essa perspectiva e começamos a dar alguns passos nesse sentido, mas passado algum tempo foi transferido para outro sítio e o trabalho ficou um bocado parado. Há aqui trabalho que feito em conjunto traria vantagens a todos. É diferente se for uma instituição a reivindicar ou se estiverem 5, 6, 7 ou 8. Mas isso passa necessariamente por se perceber que se cada um der alguma coisa, todos ganham com isso. E aqui entra a cooperação inter-institucional, que não existe muito.

E: Como é que vê o futuro do trabalho das ONG's, o futuro do combate à pobreza? O que é que nos espera?

e: Acho que passa muito por ... É assim, acho que esta situação de crise acentua..., não há governo nenhum, seja de que quadrante político for que possa ignorar o acentuar de problemas de desigualdades sociais. Agora tem muito a ver com as políticas sociais que se querem colocar em vigor. Uma coisa é anunciar medidas outra coisa é disponibilizar meios para essas políticas sociais e a questão está mais nos meios do que propriamente nas políticas. É assim, as instituições não têm a vida facilitada,

pelo contrário, cada vez é mais difícil arranjar dirigentes porque ninguém está para perder o seu tempo livre a trabalhar em prol dos outros. Esse é um grande receio e uma grande dificuldade em arranjar dirigentes. E depois os meios não são muitos e depois isso obriga a gestões muito apertadas. Muitas vezes há que ter alguma imaginação onde possa ir buscar outras fontes de receita mas também não é fácil. As próprias empresas também estão a produzir menos e as receitas também não estão tão disponíveis para apoiarem. E depois é mais difícil porque estamos em Coimbra. Mas também é assim, é muito mais fácil conseguir apoios em Lisboa ou no Porto porque facilmente arranja meia dúzia de artistas daqueles conhecidos que se disponibilizam para apoiar a instituição porque a vantagem é: essa figura acaba por conseguir apoios do mecenato. Essa é uma das vantagens das instituições de Lisboa, mesmo o que as instituições fazem cá não têm tanto impacto. Mesmo a própria comunicação social de âmbito nacional dá mais destaque a uma reportagem ali na Baixa de Lisboa do que uma reportagem do que se passa aqui em Coimbra. Esse é um dos problemas. É assim: realmente tem que se ver quais são os meios que temos disponíveis. Os fundos comunitários são interessantes mas ... é assim funciona tudo por reembolso e portanto, parte-se do pressuposto que as instituições têm que ter dinheiro para adiantar e vão buscar o dinheiro onde? Não é fácil. Parece um discurso muito fácil por parte dos programas operacionais... Mas por exemplo, dizem que temos que pagar os formadores. Para isso temos que adiantar dinheiro. No regulamento diz que as instituições têm que ter capacidade financeira para pagar adiantado aos formadores. Mas vão buscar a capacidade financeira onde? É muito fácil para quem está nos programas ocupacionais mas é um discurso sem lógica porque não tem sustentabilidade.

E: É a parte mais difícil?

e: Sim, é a parte mais difícil e por isso é que tem de haver mais imaginação para conseguir angariar apoios para...

E: Vêm aí o ano 2010 e passaram 10 anos desde a Estratégia de Lisboa e o que é que nos espera realmente o pós-2010?

e: Quando a Estratégia de Lisboa de combate à pobreza foi definida a Europa nunca pensou que se passasse por uma crise tão acentuada e a questão é que hoje a realidade social é completamente diferente porque esta nova envolvente de novos focos de pobreza não tem nada a ver com a pobreza tradicional mais associada à exclusão. Há 10 anos atrás a exclusão era mais associada a problemas sociais e hoje está relacionada com situações de desemprego. Há famílias em que o pai está desempregado, a mãe está desempregada e, portanto, onde vivem do subsídio de desemprego e do rendimento social de inserção. E portanto, são novos focos de pobreza que não tem a ver com a pobreza tradicional e, portanto, as respostas não devem ser as mesmas e depois o discurso ideológico da esquerda das políticas sociais continua a ser um discurso muito orientado de combate à exclusão. O problema é que não é a exclusão de há 10 anos atrás e depois há os outros discursos que consideram que há uma cambada de malandros que não querem ir trabalhar e se não querem trabalhar temos de cortar as prestações sociais. E ignoram os problemas sociais que existem que são fruto exactamente dos excessos do capitalismo que acontecerem durante anos e pagam essa factura porque é assim, nós temos muitos patrões e poucos empresários.

Ainda há muitos patrões que pensam que se eu puder pagar 200 euros, não pago 300. Por isso, eu acho que a Estratégia de Lisboa há muito que deveria ter sido adaptada. Agora eu penso que nenhum dirigente europeu pensou que fosse bater à porta uma crise social com taxas de desemprego tão elevadas e que ia afectar todos os países, mesmo aqueles em que a taxas de desemprego eram tradicionalmente baixíssimas, quase residuais. Por isso, é necessário rever a Estratégia de Lisboa até porque disponibiliza e obriga os países membros, a comunidade europeia adoptar problemas específicos para o combate a essas novas formas de pobreza. Essa é a grande vantagem. E eu penso que isso vai ter que entrar na agenda. O desemprego vai continuar a existir, continuam a fechar empresas. É uma realidade que vai continuar a persistir e acho que no próximo ano há necessidade de rever a estratégia de combate à pobreza a nível europeu.

Entrevista 8

Nome: Eugénio da Fonseca (Presidente)

Entidade: CARITAS Portuguesa

Data: 10 de Novembro de 2009

Hora: 11:30h

Entrevistador (E): (explicação do objectivo do estudo – não gravado)

Entrevistado (e): eu acho que faz muito bem deixar a interrogação embora depois no trabalho ela não venha a ter uma resposta definida, porque de facto tem de ser uma resposta em aberto. Porque a evolução da sociedade obriga a isso. Mas eu julgo que logo a primeira interrogação é essa. É que, dado que está em aberto o conceito que se tem do que é efectivamente ser pobre, ahhh...isso condiciona um bocadinho também qualquer acção mais sistémica relativamente à luta contra a pobreza. Sabemos já que ser pobre é estar privado de bens. Todavia os actores sociais na luta contra a pobreza, nem todos têm a mesma percepção deste conceito e muitos têm sobre ele alguns preconceitos que dificultam essa luta. Desde os que têm consciência de que a luta é uma luta justa e que tem de ser travada porque a batalha pode-se vencer. Há aqueles que consideram que não vale a pena que lutemos só na perspectiva de irmos a administrando a coisa para que não haja tanta perturbação social.

E: uma crise social

e: e, portanto, mantendo o estado da coisa. Mas não estão à partida, crenças que seja possível, a erradicação da pobreza. Isto determina muito. E é mesmo, no campo das ONG's há esta tensão entre os que acham e sonham que vale a pena lutar porque é possível acabar e aqueles que acham que não porque...ahhh... a sociedade está assim estruturada e é inevitável. Depois também na própria motivação para a acção, alguns têm a consciência de que ser pobre é estar numa situação de injustiça porque se viola um direito. E eu julgo que aqui há uma evolução feita muito interessante. E ela é muito recente. A que está a colocar a questão da pobreza ao nível dos direitos, do atentado aos direitos humanos. Isto pode ser um bom caminho. Penso que pode ser uma estrada para se começar a percorrer. Sinto a dificuldade, até no diálogo que tenho tido com alguns políticos, em Portugal aceitou-se isso, em termos da Assembleia da República, não é... agora o problema é que, para ser considerado violação do direito tem que haver uma medida, depois, punitiva de quem viola o direito. Porque senão é apenas uma formulação teórica, muito boa de boas intenções, mas se não houver um regime depois legal que penalize quem viola. Mas quem viola estes direitos é uma entidade tão abstracta que há dificuldade em haver uma penalização nesse sentido, porque em última análise seria o próprio Estado a sentar-se no banco dos réus. Portanto, é reconhecido um direito, óptimo, mas ainda há um caminho grande a fazer na concretização deste direito. Por outro lado, há pessoas que consideram que a razão da pobreza está nos próprios pobres. Está nos próprios pobres. Só são pobres porque assim querem. Este preconceito é terrível. Porque ele não está só ao nível de estratos culturais mais baixos. Está ao nível de alguns pensadores políticos que têm condições para criarem condições estruturantes para terminarem a pobreza e isto preocupa-me. Por isso, a luta contra a pobreza ainda se confunde na luta contra os pobres. E esta

dialéctica tem sido muito difícil para se conseguir alcançar objectivos razoáveis em todo o trabalho que se tem feito. É muito trabalho, pouco... não digo pouco, digo... os efeitos não são proporcionais ao volume de trabalho, porque têm estes preconceitos. Portanto, há aqui um trabalho de consciência social a ser feito, com estratégias muito específicas porque não podem ser generalizadas. Porque uma estratégia é para um político diferente daquela que é para... Depois também em termos da consciência social é um fenómeno interessante que os maiores adversários... ou melhor, os que mais veiculam estes preconceitos relativamente à pobreza não estar erradicada porque os pobres assim o querem, não fazem nada para sair dela, por vezes são os próprios pobres. São os próprios pobres. Nós muitas vezes vemos que as tensões existem... quer dizer... digladiam-se os pobres. Nesta lógica: o outro não merece, eu é que mereço. Quando se põe o mentiroso ligado ao clientelismo, e às mentiras e aos oportunismos, de facto os próprios pobres... E depois dá muito jeito aos fazedores de opinião, aproveitarem esta circunstância. Portanto, eu parto deste pressuposto para dizer que, apesar da evolução... eu concordo que há uma evolução social, uma corrente social, mobilizadora e mobilizada para a luta contra a pobreza, mas que ainda não produziu os efeitos na ordem da grandeza dessa mobilização, por causa de alguns... de alguns constrangimentos. Há outro constrangimento, que é muito nosso, muito português, que é o desenrascar. Estamos muito mobilizados para acudir às situações pontuais. Isto também está muitas vezes naqueles que deveriam ter, e têm, obrigações pelas questões de governo, que assumiram, de serem os reguladores. Eu muitas vezes me confronto com políticos quando procuro denunciar situações de pobreza e exclusão... já me aconteceu várias vezes, pessoas que têm instrumentos para a resolução destes problemas, que são estruturantes muitas vezes, dizerem-me: mas diga-me lá onde estão essas situações que nós vamos lá resolver. E isso atravessa todas as mesmas organizações, quer dizer... dada a emergência dos problemas, dada a premência na sua solução, porque são muitas vezes necessidades básicas, que não podem esperar, nós gastamos muitas energias a resolver situações pontuais. E como isto é muito frequente, gera-se muitas vezes a babilónia, não é. Quer dizer, cada um caça com o instrumento que tem e aqui, portanto, para além do desenrascanço, que é um bocadinho nosso, isto depois leva a uma coisa que já é má em termos do trabalho social, que é a desarticulação das acções. E apesar de se terem criado mecanismos para obviar esta desarticulação, eles depois, quando surgem esses mecanismos, eles ficam contaminados por outro problema que o país tem. Eu estou a referir-me sempre ao mecanismo que foi criado, que tem na sua génese a preocupação de fazer evoluir a consciência social e o trabalho social, a partir da articulação e também dos actores em presença, sejam da sociedade civil, sejam, do Estado. Simplesmente eu acho que as redes sociais não estão a cumprir nada do seu papel. Não estão a atingir os objectivos para os quais nasceram, porquê?! Porque em vez de ser uma instância informal de participação, criou-se uma instância formal, mais um departamento oficial, carregado de burocracias desnecessárias em que se sentam só alguns, porque depois só se sentam aqueles que têm capacidades organizativas para responderem às burocracias... e ficam de fora todos os outros, que são muito importantes, que, apesar de na sua estrutura organizativa não serem tão fortes, mas têm um enraizamento no tecido social muito grande, sobretudo ao nível da proximidade. Nós podemos dizer que são organizações, algumas de base quase

informal, mas que são decisivas para determinadas etapas da solução dos problemas. E portanto, continuamos a enfermar desses problemas de desarticulação. Então eu digo, que falta ainda um grande caminho a percorrer para que a sociedade civil, seja efectivamente um movimento social global na luta contra a pobreza. Ela é um movimento, mas muito espartilhado.

E: mas nesta evolução... apontou várias dificuldades, e mudanças, algumas delas negativas e em termos positivos? E quando eu digo em termos positivos é porque eu acho que depois as ONG's também têm um papel muito importante...

e: a questão do aspecto político cresceu o número de instituições e diversificou-se bastante a sua área de intervenção. Deixou-se de afunilar a pobreza apenas no conceito da privação de bens materiais e hoje ela atravessa áreas tão importantes para a sua recuperação como a educação, a cultura, em termos gerais, a saúde e mesmo a dimensão ecológica em termos da sustentabilidade da vida das pessoas. E quando eu digo na saúde, não é na prestação de cuidados, porque isso sempre houve. Somos históricos nisso, as Misericórdias... eu digo é na consciência da prevenção para os cuidados de saúde. E aí não estávamos tão comprometidos e passou a haver maior envolvimento. Esse é um aspecto que considero positivo. E, portanto, que permitiu uma malha mais extensa no país de organizações e, portanto, se essa malha é mais extensa é fácil estar próximo e ver com mais antecedência a realidade e procurar respostas. Depois outra vantagem é que esta consciência social tem sido limada, tem sido purificada porque tanto os dirigentes dessas mesmas instituições por força das que emergiram das novas, começou a ter consciência mais vincada da necessidade de formação. No social, não é só necessário fazer o bem, mas tem de se fazer bem o bem que se faz. E, portanto, esta metodologia está a entrar nos dirigentes. Nas instituições mais tradicionais, alguma dificuldade, mas nas novas instituições, está cheio de gente com uma mentalidade diferente, até com níveis de formação a partida diferentes, veio a ajudar a tomar consciência. E nota-se...

E: ... uma diversidade também de áreas dentro das instituições.

E: exacto, portanto, tem sido posto, em alguns casos pela inércia, mas isso não tem mal nenhum, tem sido posto uma relação de maior cooperação entre as áreas técnicas das instituições e as áreas directivas. Havia ali às vezes uma desconfiança, até um virar de costas e depois criavam-se formas de autoritarismo que não deixavam evoluir a acção. Agora, a formação, a consciência da necessidade de formação é outra... e esta consciência da necessidade de formação levou a outra coisa que também me parece que está a dar passos muito interessantes, que é na capacitação da organização no seu todo para a acção que desenvolve. A partir até da necessidade de se aceitar a certificação de determinadas áreas de intervenção. Às vezes há aqui algumas dificuldades. Porque quem define os critérios de certificação por vezes não são pessoas que estejam muito enraizadas na realidade e há um desajuste entre, aquilo que deveria ser e aquilo que é possível ser. E muitas vezes até se prende com os recursos financeiros, porque a certificação também tem alguns custos e ... temos dificuldade. Eu acho que esta, a formação vem criar novas exigências, positivas, exigências que apontam para a maior qualificação da prestação dos serviços, mas depois, teoricamente, define-se a qualidade desses serviços desconhecendo a base e há depois

aqui situações que se poderiam evitar. Por outro lado também acho que esta consciência social ahh... tem como positivo, teve a sua disseminação de chegar, para além de chegar a territórios não abrangidos, de chegar a pessoas que tinham muita dificuldade em encontrar soluções para os seus problemas nas instituições tradicionais. Que estavam mais vocacionadas para a dimensão assistencial e há pessoas que entram em situação de pobreza, que não estão preparadas, nem querem, ter como resposta única a assistência. Querem apontar para a superação. Nós encontramos uma designação que me parece um bocadinho... ambígua, que é a história dos novos pobres. Eu acho que novos pobres sempre houve, portanto, eu acho é que hoje a pobreza encarna num novo perfil de pessoas. Eu até, na actual situação que estamos a viver, tenho relutância em... pôr logo o rótulo de novos pobres a pessoas que só estão circunstancialmente privadas de bens. Eu sei que a designação aponta para o perfil novo, mas depois na acção em concreto não se tem feito tanto quanto o necessário para atender a esses perfis novos.

E: pois... a intervenção ainda não mudou muito...

e: Não mudou em face da consciência que se tem. Portanto, há uma consciência, essa existe, de que há um novo paradigma de pobreza, mas ficou-se apenas por aí e não se mudando os métodos tanto quanto se deveria. Depois outra situação que me parece importante, que não é assim tão vincada, mas que alguns já caminham nesse sentido, e estou convicto que outros que estão a resistir terão inevitavelmente de seguir por aqui, que é o encontrar meios para a sustentabilidade das próprias organizações. E eu refiro isto porque isto é muito importante e depois entronca com uma coisa muito, muito indispensável que é a autonomia e a identidade das próprias instituições. Neste momento muito se tem feito, eu não digo tudo se tem feito, muito se tem feito, não sei se a maior parte, tenho dúvidas que seja a maior parte, com financiamento externo. Neste caso público. Mas hoje já há uma dinâmica de muitos actores sociais, pela força que assumiram, heee... da sua responsabilidade social, ehhe... não como...mas como uma obrigação de cidadania... elas próprias estão a caminhar para gerar fontes de recursos próprios. E isto também leva à própria interacção com a comunidade em que estão inseridas. E eu julgo que foi esta necessidade que levou a aparecer uma nova consciência social, sobre a qual eu também tenho algumas dúvidas, mas considero que fica à partida, que é a chamada responsabilidade social das empresas. Portanto, por força... eu julgo que não foi tanto por consciência dos próprios, mas por frequência e interpelação das organizações, que o mundo da economia, o mundo empresarial, sentiu necessidade de também começar a ter maior consciência social e vem para o social, pois também este mundo, que é um mundo muito importante, que apenas se limitava a dar donativos, mas agora adquiriu uma consciência de um envolvimento que vai para além da prestação (...) Tenho outras reservas quanto a isto...

E: isto é um bocado aquela ideia de que todos nós temos de estar envolvidos...

e: sim... agora, alguns estão com uma consciência mais límpida da... outros estão também com outros interesses que não apenas... eu não tem muito interesse para o seu trabalho, mas eu às vezes fico muito apreensivo com a criação de certas Fundações. Que me parece um bocadinho abusivo. Embora tenha lá na sua génese o social, mas penso que a preocupação é de outra ordem. Bem, de qualquer das formas

considero muito importante que viesse para este sector. Isto até pode criar uma revolução... que é a da mudança do paradigma económico que está a orientar a nossa vida em sociedade e que tem sido gerador de pobreza. Portanto, se esta consciência social passar para o domínio da economia... temos caminhos mais abertos para mudar paradigmas. O sistema económico que nos orienta. E aqui eu vejo que há uma grande potencialidade, na medida que isto se for hee... Agora, isto passa pela consciencialização dos novos empreendedores. E as escolas, a academia aqui tem uma enorme responsabilidade. Então, refiro também como positivo a acção da academia. Começaram a proliferar, não só os cursos, mas até... as temáticas desses cursos. A própria academia se abriu na diversificação de propostas de estudo perante a realidade social que era complexa, mas que a academia teve muito tempo para afunilarem determinadas áreas, não é. E, e aqui há um factor que me parece muito importante. É que da academia vão sair os futuros fazedores de opinião e se esta dinâmica, se esta espiral, for bem conseguida nós vamos ter depois uma disseminação maior e mais pluridisciplinar na sociedade. Por outro lado, a outro nível, não tanto no académico mais elevado, mas na instrução, na formação académica inicial, também se nota uma maior consciência. Introduziu-se uma coisa nas escolas que à partida era um bocadinho mal compreendida, mas a minha experiência esta a dizer-me que está bem encaminhada em vários sentidos e também neste, que é de levar os moços, sobretudo do ensino secundário, a partir das áreas projecto, canalizarem-se muito para esta área. E nós, na nossa experiência de terreno temos tido acções muito interessantes, a partir da área de projecto que até depois deixam nos sujeitos a vontade de continuar naquela área de atenção aos outros. E isso tem reflexos, por exemplo, depois nas organizações académicas que existem dentro das próprias universidades para o trabalho social. E é frequente, por exemplo, no verão, na interrupção das actividades escolares, aparecer gente a dizer eu quero fazer alguma coisa, aqui ou lá fora. Portanto, por outro lado, essa consciência social veio fazer nascer em muitos cidadãos esta responsabilidade de que o estarem em sociedade passa não por cuidarem dos próprios interesses, mas também cuidarem dos interesses dos outros. E aí tem havido uma dinâmica de voluntariado muito interessante. E o voluntariado também está numa reestruturação em termos organizativos muito interessante...ahhh, com preocupações da formação do seu voluntariado, com preocupações de reconhecimento dos direitos dos próprios voluntários. Eu julgo também que é um bom caminho para fazer crescer de forma estruturante essa consciência. Agora, temos de ter, eu volto a outro surgimento, eu julgo que para o seu trabalho... temos que arranjar mecanismos porque facilmente dada a nossa condição genética, nós podemos... se não é orientado com objectivos muito precisos, e julgo que aí o Estado tem uma responsabilidade de dinamização e de regulação muito... de isto se tornar quase como uma moda. Porque a sensação que eu às vezes tenho é que qualquer coisa hoje que se faça que não tenha lá pelo meio um cheirinho de alguma coisa de fazer bem aos pobres...desvaloriza. Portanto, para ficarmos bem na fotografia...

E: desvirtua-se...

e: e eu noto isso às vezes quando em determinados programas, lá para o meio, aparece difusamente uma ideia de...às vezes a gente pergunta, o que é que aquilo quer dizer... as pessoas puseram nomes nas palavras e isto corre o risco de ser uma moda.

E se entrar nesta dinâmica, não de uma consciência assumida com responsabilidade, mas apenas num verniz, ele estoura e depois vai ser muito difícil recuperar.

E: Vai cobrindo, cobrindo, mas...

e: mas estoura, depois estoura porque bate e, portanto, este é um perigo que se corre. E eu tenho às vezes muito medo de que... isso ninguém pode medir porque é da consciência de cada um, mas temos de criar condições para que as pessoas filtrem, um na sua própria consciência as suas motivações. Porque se se torna moda, cai-se no descrédito e depois vem sempre uma coisa adversa. Vem sempre uma coisa adversa. Eu isto parece-me que é preciso providenciar... com peso e medida. E para quê? Apostando mais em acções estruturantes do que acções conjunturais. E aí... há muitas instituições que têm consciência disso. Que procuram acções que mexam na estrutura...embora há sempre esta tensão na emergência do quotidiano e o prosseguimento sereno das atitudes estruturantes. Ahhh...mas a maior parte das pessoas contenta-se com as acções pontuais. Eu digo que apesar de haver, e volto outra vez a um problema inicial que também é preciso cuidar dele, não tenho dúvidas que por força do movimento associativo, do crescendo de instituições nesta área, eu não digo que ainda temos uma sociedade com uma cultura solidária. Não digo. Não sou capaz de dizer isso. Ah... porque vejo muitas vezes obrigações... aquilo que já vi, já vi, laivos daquilo que pode ser uma sociedade portuguesa verdadeiramente solidária, mas é em circunstâncias pontuais em que toda a gente se mobiliza em volta daquela situação, não é. Ahhh... mas isso tem sido pontual. Cai a situação, esmorece... digamos esse dinamismo social. E basta ver, nós estamos a entrar numa época em que vamos ser bombardeados por tudo o que é acções... e depois a partir de 2 janeiro as coisas começam até 26 de Dezembro. Portanto, esta é a percepção que eu tenho.

E: Como é que sente, uma vez que a CARITAS tem um trabalho de longa data nesta área, como é que sente esta relação com o Estado? Há bocado disse, que até por força das instituições, as empresas também se tem aberto ao social. As instituições também recorrem a novos fundos. Tentam não se prender tanto aos fundos do Estado.

e: é uma relação muito ambígua.

E: depois o Estado também confere às instituições algumas responsabilidades que não deviam de ser delas, deviam ser do Estado.

e: pois... essa... vamos lá ver, essa é uma relação muito ambígua. Se todos... lá vamos de volta ao problema, se todos entendêssemos de verdade os conceitos talvez esclarecêssemos, porque há aí um conceito básico, também não há papel nenhum que hoje não seja escrito que não tenha lá a palavra, que é a subsidiariedade. Que, depois na prática, ninguém sabe como é que aplica, ninguém sabe ou ninguém quer aplicá-la porque ela traz exigências para ambas as partes que a têm de por em prática. E portanto, eu ainda acho, eu acho que está por definir, ainda ninguém conseguiu porque quando se tenta fazer esse trabalho ele fica logo envenenado por interesses de ambas as partes. Qual é efectivamente o papel do Estado e qual é o papel da sociedade civil. Eu já lhe disse aqui mais de uma vez duas coisas que eu acho que o Estado deve de fazer que é: dinamizar e regular. Há coisas que o Estado terá mesmo de fazer, mas julgo que não será a grande parte dessas coisas. ...well (?) dizia com muito interesse

que o Estado é pequeno demais para fazer grandes coisas e grande demais para ir ao encontro das pequenas. Portanto, agora como é que isso se traduz. Traduz-se, isto traduz-se em ambiguidades para ambas as partes. A sociedade civil quando lhe interessa muitas vezes reivindicar o seu posto leva o Estado ao extremo de ele não ser necessário para nada. O Estado quando lhe interessa utilizar as instituições, utiliza-as, mas sempre com a preocupação de não perder a rédea da coisa. E, porque no meio de isto tudo há recursos financeiros, as relações muitas vezes são relações de amor ódio. E muitas das nossas instituições perdem autonomia no fazer porque estão altamente condicionadas pelas directivas do Estado. E logo a parceria que se faz com o Estado é uma parceria desigual. E neste Estado quero incluir já as Autarquias. Porque é exactamente a mesma coisa, até... com outros problemas mais acrescentados aos do Estado central. E é desigual porquê? É desigual porque ou fazem aquilo que eu quero ou nós não damos. E eu já me confrontei muitas vezes e já confrontei políticos, ahh... teoricamente estamos à mesa e a crítica que se faz é que estamos todos a fazer o mesmo, todos a fazer o mesmo, ninguém inova, ta, ta, ta... quando alguma instituição se atreve a propor qualquer coisa nova tem de se ir aos cardápios ver se está lá qualquer coisa... se não estiver não é objecto de contratualização porque não está lá. Tem de primeiro de estar no livro. Depois, o Estado procura assumir a sua função de regulador, muitas vezes criando normas. Que são normas que ele próprio ditou sem fazer qualquer ligação com a prática e que depois são pouco exequíveis. E então há aqui uma constante tensão entre a sociedade civil nas suas organizações e o Estado. Portanto, é uma relação desigual. Não é uma relação de parceria, mas de domínio. Embora leve o rótulo de parceiros. Muitas vezes uma relação que torna a acção das próprias instituições porque condiciona a sua criatividade. E depois uma acção que leva a que o Estado exerça domínio, poder, sobre as próprias instituições, ahh... que não lhe compete ter. E como tem armas, às vezes até demolidoras, tem feito, não tem contribuído muito, e volto á questão inicial, para que esta malha social organizada seja mais (...) porque há cidadãos que até não se importariam de dar mais tempo do seu tempo à causa dos outros, à luta contra a pobreza, mas quando vê os embaraços em que muitos dos seus concidadãos ficam, até por coisas sem sentido, não querem assumir esses ónus. Portanto, a relação está aqui entre a defesa que as instituições têm de fazer da sua identidade, da sua autonomia e o Estado regulador, fiscalizador, que tem que o ser, não é. E dinamizador. E, portanto... as instituições têm andado mais na maré das determinações do Estado do que propriamente na força da sua criatividade. Porque tem a ver com a sua sustentabilidade. Até mesmo ao nível, a gente vê, por exemplo, se formos a um PNAI, tudo aquilo foi visado pelo Estado, com uma participação muito residual das Organizações. E digo residual, para não dizer que já vinha tudo feito, era só para ser posto na panela. As sugestões que nós damos (...) e aquilo é uma manta de retalhos de coisas que os diferentes Ministérios fazem. E depois são eles que determinam a afectação dos recursos e as instituições depois inventam acções para poderem ter acesso aos recursos. Muitas vezes nem eram essas as acções que as instituições previam como necessárias. Mas para se manterem vivas, se manterem dinâmicas, elas têm depois entrar nessas acções. E aqui temos um dos constrangimentos nesta luta que todos devemos travar contra a pobreza.

E: O que é que nos espera o futuro?

e: bom.

E: ao nível da intervenção das organizações e ao nível da luta contra a pobreza?

e: vão ser, nos próximos tempos desafios muito grandes e penso até que serão desafios que passam por tensões e conflitos abertos, heee... muito sérios. O Estado sabe que não pode transferir para as instituições determinadas competências que tem, não só porque não compete às instituições desenvolvê-las, como não há condições para as fazer. E ele vai transferir para as Autarquias. As chamadas transferências de competências que já estão a acontecer em alguns lados. E eu, por aquilo que eu vou conhecendo da visão da maioria dos nossos autarcas, isto é mau, vai ser mau, porque aquilo que eu... referi atribuindo ao governo central, isto posto depois no plano local é muito mais sério. Porque há aqui depois relações que se podem personalizar de forma mais estreita do que existe na relação com o Estado. E como sabemos, portanto, o governo central, como os autarcas de x em x anos têm de prestar contas e, portanto, tem de ir a votos e tem por isso de chamar a si, sobretudo o louro dos sucessos, daquilo que é bom. Eu por exemplo acho muita piada, eu vejo muitas autarquias interessadas em determinadas áreas de intervenção social, mas nunca as vejo interessadas em gerir lares de idosos e ... centros de toxicodependentes e de SIDA. Vejo-os é muito interessados na extensão do horário escolar, infantários, creches, agora também querem as creches, etc. Bom, isto também é paradigmático porque a gente sabe que os outros não votam. Bem, de qualquer das formas, daquilo que já vai sendo a experiência da rede social, receio que esta transferência de competências seja ainda mais um ponto de conflito. Vai ser difícil. Por um lado. Por outro lado, ainda há um caminho a percorrer, ainda um caminho muito grande a percorrer, por parte de muitos actores sociais, em perceberem que estamos em mudança. E estão a resistir, ingloriamente, a essa mudança. Heee... e estas resistências já trazem, e vão trazer cada vez mais, alguns conflitos. E portanto, eu julgo que o grande desafio está na preservação da autonomia das instituições. Para essa autonomia as instituições têm de encontrar meios próprios e seguros de sobrevivência. Aqui, há um problema a resolver, que é o problema no sector privado, quer dizer, no sector solidário, porque o sector privado pode ser o lucrativo. No sector solidário, a confluência entre o lucrativo e o não lucrativo. Porque fala-se hoje em economia social. E a economia social é a fonte para a sobrevivência das instituições, mas ela passa pelo mercado... o mercado tem regras. Não se pode pedir ao mercado que ceda nessas... à economia social em detrimento da outra economia lucrativa, porque seria também uma concorrência desleal. Como é que isto se conjuga tudo? E depois, onde está a fronteira entre o lucrativo e o não lucrativo? Porque hoje atribui-se às instituições de solidariedade esta matriz não lucrativa... mas ela se amanhã entrar na linha da produção para arranjar meios de sobrevivência, sei lá, explorar uma bomba de gasolina...em que esfera é que isto entra? E este conflito já existe. Elas para arranjarem meios próprios, as cotizações dos associados isso é só para haver um vínculo com outras pessoas porque isso não dá nada, não é... ahhh...depois as instituições, também é só a questão da luta contra a pobreza deviam estar para os mais pobres, mas eu também não creio que estejam exclusivamente para os mais pobres. Eu digo que estão preferencialmente para os mais pobres, mas não estão exclusivamente para os mais

pobres. Por duas razões. A primeira, e aquela que para mim me é mais cara é porque elas próprias seriam lugares de segregação social. E, em segundo lugar, seria ainda mais perigosa a sua sustentabilidade. Portanto, ainda se vai equilibrando a coisa porque as instituições têm chamado diferenciação positiva. Aqueles que podem pagar pagam para aqueles que não podem pagar. Mas mesmo assim é muito insuficiente o que está a acontecer. Porque também há pais que preferem nesse caso por os filhos nos colégios de nome de elite por causa da tal integração. Porque estando numa caritas, a caritas está conotado como pobres e então não quero muito... e se é para pagar muito aí prefiro ir pagar noutra entidade que tem nome na praça. Portanto, este é um grande desafio. Depois, eu acho que outro grande desafio passa por pôr em prática a criatividade que se tem. Porque tem sido muito abafada essa criatividade. E, portanto, se temos sustentabilidade há condições para sermos mais criativos... embora mesmo aí o Estado possa sempre dizer alguma coisa. De qualquer das formas há maior autonomia para essa criatividade. Eu acho que o grande mal que se tem tido na luta contra a pobreza, tem sido não tornar viáveis ideias que, a partir de estudos de realidade, experiências feitas, caminhos apontados, não se tem viabilizado essas respostas.

E: e que estão mais que comprovadas de que funcionam bem...

e: nós aqui até temos uma coisa que eu acho estranhíssima... se vai depois algum dirigente, governo, a um encontro qualquer internacional e que ouviu lá um par seu a contar uma coisa e traz para aqui, e às vezes copia as coisas, as coisas mais absurdas e não aproveitou as mais-valias da experiência activa e reflexiva das pessoas que aqui estão. Eu já vi muita coisa bonita a ser abafada. E que se se conseguiu experimentar por fundos extraordinários, mas acabando esses fundos, acabaram as ideias. Quando passa para a relação de cooperação há muita coisa que no âmbito da luta contra a pobreza, projectos de luta contra a pobreza, acções de fundos comunitários, se desenharam e que eram para 3 anos, acabou o financiamento já não tiveram continuidade. Valia a pena um dia fazer uma história sobre tudo o que morreu. Tudo o que foi sepultado.

E: e isso até nos próprios programas que financiam...

e: exacto.

E: por exemplo, eu acho o Equal até positivo... tinha uma terceira fase que era de sustentabilidade do que se criou e agora olhamos para o POPH em que...

e: totalmente de costas voltadas...e deixou para trás tudo o que se fez... deixou para trás. Esqueceu-se simplesmente do que se estava a fazer. Isso é um mal, isso é um mal crónico. E portanto, nós temos que ir para a inovação. Porque já nem os pobres acreditam nas nossas acções. Nem nós próprios acreditamos... malhamos, malhamos, malhamos em ferro frio e não dá. E, portanto, facilmente se cai na tal história depois que eu dizia inicialmente, não vale a pena. Eu estou convencido de que por tudo o que se conhece, por tudo... só não se acaba com a pobreza porque não há vontade política para o fazer. Não há vontade política para se fazer isso. Terminar com a pobreza absoluta. Estamos a falar disso, não é...E, portanto, eu acho que o futuro que nos espera é enfrentarmos a sustentabilidade das nossas instituições em ordem a uma

maior autonomia. Ahhh... fazendo isto no meio de muita tensão e porque esta tensão exige muita informação, exige muito conhecimento, capacitação, outro desafio é redobrar ainda mais esforços na formação dos nossos agentes, profissionais e dos nossos dirigentes. Dos nossos dirigentes. Porque aqui, e sendo eu dirigente, eu reconheço que há aqui uma parte muito fragilizada que é a das Direcções. Sobretudo das instituições mais centenárias. Que se refugiaram na sua história e na sua história sempre foi assim e o sempre foi assim, inquina muita coisa. E digo mais, se não formos por aí, vamos fragilizar muito daquilo que construímos. Eu não digo aniquilar, porque não é possível. Porque depois também... eu estou a falar da relação Estado/instituições, mas depois também temos de falar da relação privado/lucrativo com o solidário. E há outro tipo de relação que também obriga, porque o lucrativo tem na perspectiva o lucro, não é, e, por exemplo, o que está a acontecer neste momento com jardins-de-infância, com creches, em que há lucrativo que já tem ao sábado, ao domingo e, portanto, o que importa é a satisfação das necessidades que os pais têm. Podem até não ser necessidades, mas são necessidades que eles criaram para o bem-estar disposto, e as instituições não correspondem aí porque a sua matriz é outra. Mas isto, temos que resolver. Já viu que algumas instituições deixaram de fechar às 6 e passaram a fechar às 8... para se adaptarem a este problema que hoje as famílias têm, que é da sua relação e da família e do nível laboral, não é. Portanto, eu não digo que aniquile, porque não é possível... isso não é possível. Mesmo que passemos por momentos difíceis, este sector solidário vai ter sempre a sua força social. E por aí passa... porque o lucrativo nunca se vai interessar pelos pobres. Porque aí não tem receita, como os políticos não têm votos. Assim sendo, das duas uma, ou a gente caminha pela... aceitando aquilo que já estamos a ver e procurando enfrentar, ou então se pomos a cabeça debaixo da areia é aquilo que muitos fazem. Quando a tirarmos já os outros vão à frente e nós ficamos para trás.

E. agora só para terminar fazia-lhe a pergunta pela qual normalmente começo as entrevistas, se podia fazer uma pequena contextualização do trabalho da caritas. Eu sei que é complicado, pois é muito trabalho...

e. eu depois até lhe vou dar... tenho alguns relatórios. A caritas em primeiro lugar é uma instituição eclesial. Eu costumo dizer que é um serviço da conferência episcopal, aqui a caritas portuguesa. E nas dioceses é um serviço do Bispo. Quem preside à caritas, neste caso aqui, é a conferência episcopal que mandata sempre um Bispo para acompanhar directamente a caritas. E na diocese é o bispo diocesano. Eu digo isto porque isto tem uma matriz própria que não deixa depois de ter alguns constrangimentos. Portanto, aqui a caritas portuguesa até determinada altura era caritas nacional, efectivamente perdeu esse estatuto nacional quando e bem se deram a autonomia às caritas diocesanas. Portanto, cada caritas diocesana é autónoma, depende do seu bispo. A caritas portuguesa é a união de todas as caritas. Nós aqui temos a função de as apoiar. E de fazer o papel que é transversal a todas, nomeadamente, as relações internacionais, a resposta a emergências globais, e também temos aqui algum papel em proporcionar formação que depois as próprias caritas diocesanas disseminam. A caritas tem uma vantagem que me parece que é única. É que está disseminada pelo país inteiro. Nós podemos dizer que directa ou indirectamente, porque muitas vezes esse trabalho é feito pelas conferências vicentinas, que tem uma

relação diferente, que é um estatuto diferente na Igreja, da caritas, elas são associações de fiéis. Elas são autónomas dos bispos. No sentido de que se o bispo não quiser lá a conferência vicentina, não quer, mas eles não deixam de existir. Um bispo não pode deixar de ter a caritas porque é um serviço, portanto, há uma dependência directa com o bispo, enquanto, que, com as conferências é indirecta. Nós aqui optamos por não haver uma conferência e portanto nós estamos em todas as paróquias. Directa ou indirectamente. A realidade paróquia é uma realidade micro, muito micro. Está nas aldeias mais recônditas. O que eu quero dizer é que em termos do tecido social, a caritas, directa ou indirectamente está em todo o lado. Isso é uma mais-valia que ela tem. Portanto, esta autonomia das caritas diocesanas permitiu-lhes, portanto, maior liberdade para a acção. Mas depois também há um pequenino risco de cada uma caminhar depois pelo seu pé, esquecendo a solidariedade interna da caritas. Também digo que não há problema nenhum neste país que a caritas não toque. Umas mais do que outras, mas não há problemática que exista neste país que uma caritas não toque. Ahhh... e, portanto, de todas elas seremos mais fraquinhos na deficiência mental, mas mesmo assim... há caritas que têm essa vertente. Depois, esta... (...) centros de noite. Vou mais atrás, os centros de dia chegaram a Portugal pela mão da caritas. Os centros de dia para idosos. Nasceram na Europa, depois estas relações que nós temos com a caritas Europa, nos anos 70. E agora surgiram há poucos anos e eu já estive nessa luta, e até para certificar daquilo que lhe disse há pouco, os centros de noite. O primeiro centro de noite que surgiu foi na caritas de Vila Viçosa, que é uma caritas paroquial, e eu... a senhora desesperou com aquilo porque estava numa zona em que havia muitos montes com idosos isolados, elas levavam as refeições aos idosos nesses montes, quilómetros de distância... por interesses económicos a caritas perguntou se as pessoas não queriam ir para lares. Perceberam que não, que não queriam. Queriam ficar ali no seu espaço. E então aí surgiu, nós vamos buscá-los e eles vêm e dormem aqui. E surgiu a ideia dos centros de noite. E foi uma luta. Eu já como presidente da caritas portuguesa tive nessa luta. A segurança social não queria reconhecer aquilo, não queria reconhecer aquilo. Eu cheguei a levar lá um secretário de Estado para inaugurar uma coisa para ver se vinculava, mas depois a base não queria fazer acordo, porque havia essa coisa... para um centro de noite entendia-se que não era necessário ter um técnico de serviço social. Para quê? Se o técnico de serviço social do centro de dia podia acompanhar?! Ali o centro de noite era só para dormir, bastava ter pessoas devidamente preparadas que soubessem fazer um pequeno almoço...mas tinha que ter logo um gabinete de um técnico... essas coisas logo se vê. E como não tinha lá um técnico de serviço social, e a gente também... para fazer o quê, para fazer o quê. Porque aquela caritas tinha uma outra valência, mas não tinha técnicos... e andou-se nesta guerra. Andou-se neste guerra, porque como não estava lá nos tais livrinhos, ahhh... agora, assumiu-se os centros de noite, porque teve-se de se mostrar à Europa, na formação do quadro comunitário há uma coisa... elevou-se os centros de noite como novidade e agora é que parece que estragaram tudo, porque agora parece que há aí centros de noite que são lares camuflados. Tem o lar de um lado, o centro de dia do outro. Estão durante o dia no centro e à noite vão dormir, mas aquilo é tudo a mesma coisa, às vezes é só atravessar um alpendre. Bem isto para dizer que não há problemática nenhuma, que... Como é que as caritas sobrevivem? Muitas delas têm acordos com o Estado, mas para a vertente de apoio às famílias carenciadas, aquele

apoio de rendas de casa em atraso, alimentação, cuidados de, saúde, pagamentos de materiais escolares, electricidade, água, etc isso o Estado não comparticipa com nada. Pelo contrário. Isso, fazemos através de donativos que recebemos. De iniciativas, de campanhas que vamos fazendo, sendo uma certa que é o peditório anual, na própria semana caritas e no dia da caritas, ahhh... os católicos que vão à missa, aquela colecta que se faz na altura da missa, esse dinheiro reverte a favor das caritas diocesanas. Esse é um problema, é que nós temos um orçamento autónomo, elas têm o seu... nós vivemos apenas do arrendamento de um prédio que temos ali em Benfica...e depois temos das campanhas internacionais que fazemos, para combater calamidades, tsunamis, etc. Nós ficamos com 5% dessas campanhas para despesas administrativas. Como nós não temos, nessas zonas de emergência, pessoas nossas, como há lá caritas, nós confiamos na caritas e depois ... vamos é lá verificar (...telefone...) quer dizer nós vivemos praticamente desse... Depois, em termos de financiamentos é isto. Acções, é o que pode imaginar. E este contacto com as famílias directamente faz-se nas paróquias. Nós temos algumas fragilidades que estamos a tentar colmatar. Que é por exemplo, estas pessoas, e então quando se desce ao grupo, que não é uma instituição, é algumas pessoas na paróquia, algumas com idade avançada, há aqui muitas fragilidades. Nós temos dificuldade em fazer aceitar que não basta dar aos pobres, é preciso conhecer a realidade. E a sistematização da informação que as pessoas vão recolhendo nesse ambiente, que é uma riqueza de um manancial que está por explorar, tem sido uma das nossas dificuldades. Estamos a tentar colmatar. Nós temos o chamado núcleo de observação social. Neste momento está a funcionar há praticamente dois anos, reduz-se apenas a 4 ou 5 pessoas que estão muito enraizados no terreno, mas que também são teóricos, nomeadamente o Mário Caldeira Dias... foi director do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e agora é director da Faculdade de Economia da Lusíada e também professor do ISEG. O Acácio Catarino, é o Alberto Churro, sou eu...e nós o que é que temos feito, nesta fase, a partir daqueles conhecimentos que vamos tendo, temos interpelado o Governo, com propostas. E mesmo para a crise, algumas das propostas que o Governo indicou foram indicadas por nós. Vamos fazendo isto por carta, por reuniões que vamos tendo. É o lobby. Agora estamos já na fase, e ainda agora acabei de receber um, isto tem de passar muito também pela organização das pessoas, de procurar que os registos que as pessoas vão fazendo nas paróquias, dos casos, das causas, do número de pessoas, da habilitação das pessoas, que nos vá chegando. E, portanto, como não podíamos chegar às 4000 mil de uma vez, era impossível, porque elas não estão mentalizadas para isso, então escolhemos, por dioceses escolhemos 5 paróquias. De acordo que uma seja mais rural, outra mais urbana, outra mais industrial e nós agora estamos a recolher esses dados. Isto começou em Setembro do ano passado, estamos agora a receber em Outubro os de Setembro...e vamos assim aos poucos por aproximação fazendo, porque faltava... por exemplo, se em perguntar quantas pessoas a caritas assiste por ano, não sei. Não sei. Quantas...

E: problemáticas associadas...

e: também não sei. Só sei que fazem tudo. A quantos fazem, as causas das pessoas, não sei. Nem sei quantos voluntários a caritas tem. Porque, como isto passa pela autonomia das dioceses, eu tenho de vencer a primeira barreira que a da diocese

aderir. E depois, da diocese aderir, é que... às vezes também tem de se convencer e eu tenho ouvido caritas... e são muito díspares. Na mobilização, na dinâmica, na interacção, etc. Nós procuramos então fazer estas acções de interacção social, a partir da percepção que vamos tendo. Mas ainda pouco se sabe de números objectivos, de números reais. Este é um grande desafio que temos de vencer. Agora, temos caminhado muito é na formação. Se for à nossa página vê lá acções mesmo. Nós temos, nós temos... um centro de recursos que pode ver as problemáticas todas que nós abordamos. E o centro de recursos é uma forma até de disseminar todo o conhecimento que temos pelas caritas diocesanas. Basicamente a caritas privilegia muito o atendimento de proximidade. Aí temos apostado muito. Estamos efectivamente numa óptica da luta contra a pobreza... fugindo da fixação apenas no assistencial, e por isso temos muitas caritas já a trabalhar pelo menos 3 áreas que nós consideramos essenciais: a assistência, a promoção e o desenvolvimento sócio-cultural. A intervenção social, aquela que é feita ao nível local, depois embora fique depois para a caritas portuguesa a de maior amplitude, a de maior estrutura.

E: obrigada.

Entrevista 9

Nome: Pe. Agostinho Jardim Moreira (Presidente)

Entidade: REAPN

Data: 17 de Dezembro de 2009

Hora: 16:00h

Entrevistador (E): O Sr. Pe. Jardim podia fazer a contextualização do trabalho da REAPN ao longo destes anos?

Entrevistado (e): A Rede, como sabe, nasce num contexto de adesão, ou de criação da União Europeia, na altura Comunidade Económica Europeia, ahhh...na altura era presidente da Comissão Jacques Delors, que vivia e defendia valores cristãos. Ele reconhece que, de facto, na construção da Europa que se começa a desenhar, praticamente falta muita coisa. Para poder ter uma noção mais ou menos ajustada da problemática que domina em cada país membro e quais são as situações e as causas das bolsas de pobreza e o que é que as origina. Dentro disto surge a vontade de Jacques Delors de construir um Organismo que possa representar, não só cada país membro, mas que possa sugerir e apresentar à comissão europeia os elementos e os diagnósticos necessários para poder influenciar quaisquer processos legais e político-sociais. É aqui que nasce a ideia de construir uma rede, que na altura, pelo menos muitos dos representantes dos membros da comunidade europeia não tínhamos consciência do que se pretendia. A rede, portanto, começa por tentar perceber o que é que se pretende, com os desejos de Bruxelas e começamos também a tentar contactar com a realidade nacional no sentido de ir percebendo quais são as circunstâncias e quais são de facto as manifestações de pobreza que existem e as suas causas. Porque de início, começamos por tentar olhar e constatar os choques que na altura nem se reflectiam, dos ricos e dos pobres, dos edifícios e das barracas. Tudo vivia numa grande convivência pacífica. E na altura isso era muito mais vulgar de admitir que ser pobre era uma realidade normal. Também na cidade. Bom, qual foram portanto os dois grandes objectivos da rede. Primeiro foi que a rede tomasse consciência da sua missão. Começasse a ter um papel de diagnóstico junto das instituições para começar também a estudar e a ver as suas causas. Esta é a primeira. E depois, era ver de facto como é que se pode lutar contra a pobreza. E tentar colocar a pobreza como uma das preocupações sociais e políticas. O que não foi nada fácil e não sei se ainda é. E não é, não é fácil ainda que a pobreza seja admitida e constatada como o resultado da injustiça estrutural de um país. E portanto, as suas causas multifacetadas ou multidimensionais. A verdade é que a rede como era um organismo incipiente e sem grandes dados para se impor à partida achei que uma maneira de nos irmos implantando era irmos trabalhando na base com conhecimento, ir consolidando as instituições e as problemáticas e ir, pela investigação, apresentar causas, propostas em ordem a soluções das assimetrias da sociedade portuguesa. Foi lentamente colocada toda a parte digamos mais científica do que era a rede. Fomos lentamente percebendo o que seria uma rede. E na medida em que fomos também percebendo o que era uma rede, também fomos implantando e expandindo em cada distrito. Foi lento e foi preciso vários anos junto do poder político para perceber também a estrutura que a rede devia ter. Estamos no Porto porque na altura eu fui incumbido de implementar a

rede em Portugal e eu não ia sair do porto deixando as minhas tarefas básicas de compromisso pessoal. E portanto, adquirimos a sede nacional no porto. Fomos lentamente expandindo e conforme também foi os vários Governos, foram compreendendo esta possibilidade, e esta possibilidade de influência também foi sendo feita de Bruxelas sobre os Comissários e os Comissariados de luta contra a Pobreza, porque foi por aí que as coisas se consolidaram, foi que a União através dos Comissários foram impelindo e pressionando os Governos, neste caso o Governo português para que desse apoio suficiente à rede para ela poder ter os instrumentos e os meios necessários para se poder desenvolver. Creio que isso foi lento e como sabe neste momento ainda não completamos a tarefa de uma uniformização dos valores em todos os distritos. Portanto, quer dizer que a parte institucional tem sido lenta. Lenta porque os vários Governos não têm querido sentir a pobreza como um problema suficientemente sério e provocador às políticas nacionais, de modo que 2 milhões de portugueses parece, e a injustiça de 2 milhões de portugueses não tem tirado o sono aos nossos políticos. Portanto, é um assunto que fica para trás e que se vai tratando na medida em que também se vai pressionando as instâncias para que dêem atenção a isto. A verdade é que nos vários distritos, a sua diversidade, que naturalmente depois se manifesta. Primeiro há a realidade concreta das instituições que ainda estão muito delas mais assentes numa acção social assistencialista do que na intervenção para ir de encontro às causas que provocam essas bolsas de pobreza, e a marginalização das pessoas. Portanto, há aqui toda uma mentalidade que vem de trás, assistencialista, se calhar também com uma falsa visão da caridade que anda depois à mistura. E portanto temos tido a dificuldade de passar a mensagem aos directores das instituições da importância que é lutar contra a pobreza e não mantê-la ou perpetuá-la. Que é, eu penso, o que muito acontece na dedução, ou na lógica de uma política social assistencialista. Penso que a rede apostou em caminhos e opções, penso que válidas e penso que até hoje não nos arrependemos delas, parecem-me certas, de manter os princípios básicos, de diagnóstico, de estudo, da formação, da informação e do lobby. Penso que isso nos tem dado segurança, consistência e credibilidade. Ahhh.. a verdade é que as instituições que carecem de técnicos suficientes, essas...então, bom, vão ouvindo, vão participando numa atitude mais passiva ainda que tenham a consciência de que precisam de mudar, mas falta-lhes a capacidade de mudança.

E: mas acha que, de alguma forma, as instituições em geral têm tido um papel inovador no combate à pobreza?

e: uma parte, que me parece que não é a maior, vamos admitir, um terço, se calhar, não tenho dados objectivos, mas daquilo que eu conheço, dos nossos associados e pelo número de IPSS que existem, penso que, um terço poderá estar sensibilizada para esta causa. Penso também que é verdade que estão sensibilizadas as instituições mais capazes, muitas delas, as mais capazes, que também se tornam nos seus meios instituições de referência para as instituições mais débeis, mais pequenas. E portanto, a influência ao redor delas torna-se também mais normal. Penso que a capacidade da rede fazer um trabalho sério, eficaz e volumoso, de actividades em todos os distritos e da participação das Universidades, dos professores e técnicos superiores levou a que se reconhecesse que o trabalho da rede é um trabalho credível. E perceber que sem este trabalho credível não é fácil fazer a mudança, não tem conhecimento para onde e

porquê mudar. A consciência de que a mudança é positiva é preciso ter razões para isso. Penso que a área da formação que se tem vindo a desenvolver em todo o país, tem sido uma das causas principais de que... capacitam muitas instituições e também abrindo-se à mudança. E portanto, á participação e ao trabalho em rede. Penso que há aqui dois sectores, duas vertentes que se cruzam. A primeira é a vertente da planificação. Penso que as instituições começaram a perceber que não tinham a formação, que não tinham a consciência do que é que haviam de fazer nas suas instituições para alterar a sua instituição em ordem a que ela servisse mais e melhor os seus utentes... clientes. Isto, penso que é bastante notório. A outra vertente é que a razão da pobreza se vai implementando e tomando consciência de que as pessoas não são pobres por destino, nem por opção. Mas que esta pobreza resulta de políticas económicas e sociais do país. E nessa medida penso que se começou a criar uma consciência mais aberta e global da luta contra a pobreza que felizmente passou já os âmbitos da rede e dos seus núcleos. Claro que as crises vieram agudizar o problema. Entretanto os políticos também assumiram esta causa e a sociedade civil e penso que neste momento estamos perante uma situação em que a rede, porque assumiu esse papel e continua a assumir, de uma forma credível e a intervenção que faz, que é de facto uma instituição de referência no país para a orientação das políticas neste momento. Ahhh... penso que a rede está a ser muito solicitada pela credibilidade que lhe é atribuída e que começamos a ver que certamente as nossas capacidades também começam a ter alguns limites para responder a estes desafios. Temos tido a dimensão ou a capacidade de irmos para as candidaturas de projectos de grande envergadura que têm criado no país, penso eu, perspectivas culturais e políticas, mentalidade política e social, que vão alterando também a postura das instituições frente à pobreza e à política social.

E: tendo em conta também toda a experiência do Pe. Jardim no combate contra a pobreza e, de certa forma, esta perspectiva que tem, por um lado pela REAPN, que tem uma perspectiva mais global do país e, por outro lado, por estas Organizações daqui que lhe dá uma perspectiva mais local. Que mudanças é que aponta quer positivas, quer negativas, do combate à pobreza ao longo destes anos. Estamos mais próximos de erradicar o fenómeno? Não?

e: eu penso que, na medida em que o fenómeno se torna mais...heee...conhecido e se torna uma realidade mais próxima das pessoas, nessa medida também se encontram algumas respostas capazes. E penso que nessa medida muita da pobreza absoluta foi vencida. Penso que já não temos muita pobreza absoluta. O rendimento de inserção vai colmatando essa área. Claro que agora com estes problemas do desemprego também pode...influenciar as famílias, não tendo depois a capacidade económica para poder manter o estatuto... enfim, familiar digna. Mas sabemos que a pobreza em Portugal, essencialmente, se coloca em 3 vertentes, faixas etárias. A primeira é das crianças. Sabemos que em Portugal, entre os 0 e os 7 anos, 23% das crianças são pobres e penso que é um sector que o poder político tem vindo a querer colmatar com a criação de creches e também com os jardins-de-infância, mas eu duvido que seja o suficiente para resolver o problema porque ninguém é pobre sozinho. Uma criança não é pobre sozinha, tem atrás de si uma família ou a sua ausência. E portanto, se não

se cuida do problema familiar da criança penso que, grande parte do esforço vai ficar perdido e, que vamos ter uma geração, a curto e médio prazo, muito fora dos trâmites sociais e da sua inserção na vida activa, na comunidade. A outra grande faixa etária, são os idosos. Claro que os idosos já têm parte do seu trajecto existencial percorrido. O problema então é outro. É um problema dos direitos humanos. É um problema de dignidade humano, é o problema de poder viver o resto dos seus dias com dignidade e com legitimidade, ou em grupo, ou família, de qualquer forma. E portanto, esta é outra grande fatia da pobreza em Portugal que a política social deste Governo não tem tido capacidade para resolver. Depois penso que também que as respostas são de tal maneira exigentes e absorventes que não há tanta gente quanto isso com a capacidade para assumir não só a construção, mas também a manutenção dos lares de 3ª idade. Então vemos que, também segundo a filosofia portuguesa baseada na imitação americana, se encaminha para a privatização deste sector, claro que só vai ser atingido pelo sector privado quem tem dinheiro. Os outros que não têm dinheiro vão ter de ficar ou à espera de vez para um lar da segurança social ou ficar em casa. Claro que era de todo preferível que ficassem em casa, mas a sociedade que temos, a diminuição das pessoas de família e o abandono a que muitos idosos são votados, temos de encontrar alternativas para que estas pessoas não sejam esquecidas e abandonadas na sua velhice. Temos o 3º sector, que são os pobres que trabalham, ou os trabalhadores que não têm um ordenado suficiente, um ordenado capaz, de poder responder às exigências que a família lhe põe. Sabemos que isso, portanto, não é a maior fatia numérica de pobres, mas é uma fatia importante, pois são estes ou muitos destas pessoas que sustentam as famílias e portanto, se não ganham ou ganham mal, quer dizer que as famílias e os filhos vão sofrer as consequências. Por outro lado, também é verdade que é geralmente entre os pobres, e os pobres trabalhadores, que há o maior número de crianças. Sabemos que na Europa 66% dos indivíduos não têm filhos e depois 50% dos casados divorciam-se e, depois temos uma outra faixa de crianças que nascem das relações de facto e depois vêm as crianças que nascem de relações de adolescentes e, portanto, mães solteiras, monoparentais e que cria todo um desequilíbrio depois na vida familiar porque as mulheres não têm capacidade de estar em casa e no trabalho. Têm de ter alguma coisa. Creio que esta consciência e esta transparência da realidade já analisado leva a que as pessoas comecem a pensar na situação, na problemática da sociedade portuguesa de outra maneira e que a forma capitalista que vinha de trás, de explorar os funcionários e, quando não lhes convinha, passar as obrigações ou os encargos para a sociedade civil, isto começa a merecer um outro tratamento. Penso que esta consciência se começa a alargar, e a assumir a responsabilidade social das empresas. O que no início da rede era inimaginável dizer uma coisa assim, isso era quase ser condenado como o maior dos comunistas contra o patronato, não é. Os tempos mudaram e hoje a gente já vai dizendo estas coisas com certa tranquilidade. Portanto, penso que a visão colectiva vai dando conta que a pobreza é uma situação em que muitos vivem e caíram e que a culpa não é deles. Por isso, penso que começa a haver uma consciência mais colectiva que temos de ir ao encontro da solução desta gente, destes problemas. O que me parece positivo. Simplesmente creio que não estão a aparecer vozes e organizações suficientemente com peso, com peso credível para serem ouvidas. E neste momento, não queria ser injusto com ninguém, mas penso que

esta área está a ser muito limitada ao parecer e ao pronunciamento da rede. O que me parece pena que assim seja.

E: e relativamente às organizações propriamente ditas e á relação com o próprio Estado. Á bocado disse que a luta contra a pobreza continua a estar em segundo plano, ou em terceiro, mas relativamente à relação do Estado com as Organizações parece que vão passando cada vez mais responsabilidades para as organizações. E agora também há uma preocupação com a questão da qualidade, e até aí tudo bem, que as organizações se qualifiquem e que os serviços que prestam sejam cada vez melhores, mas depois parece que o Estado também não dá as condições suficientes para as organizações desenvolverem o seu trabalho em pleno e nas melhores condições. Acha que esta relação está a acentuar-se, é uma relação benéfica, não? Deveria ser assim, ou não?

e: eu acho que as instituições começam a ter dificuldade em manter a qualidade com as receitas que têm. As receitas não lhes possibilitam avançar na qualidade, pois têm mais encargos. Tanto quando venho a saber, eu pelo menos parece que este Governo começa a estar sensível a uma actualização do vencimento dos técnicos das IPSS de forma, a que, lentamente, os técnicos tenham qualidade para manterem as instituições. De outra forma, o que vai acontecer é que as instituições sem rendimentos, sem capacidade económica, terá problemas e até poderá vir a encerrar. Portanto, penso que esta problemática se coloca necessariamente ao Governo que é, de pelo menos, ter e perceber que os vencimentos dos funcionários das instituições deverão ser equiparados aos da função pública. Ainda que esta equiparação vá sendo feita progressivamente.

E: e isso é importante. Os técnicos conseguem ter um bom rendimento também se conseguem aguentar melhor nas organizações onde trabalham, ter um trabalho mais contínuo...

e: e as Organizações podem ter qualidade, senão não têm.

E: uma última pergunta. O que é que nos espera o futuro? Na luta contra a pobreza? No trabalho das Organizações?

e: assim de repente posso dizer duas coisas. Primeiro vejo que o papel da rede se vai multiplicar. Ou melhor que a sociedade civil e política começam a esperar de nós aquilo que (... interrupção do telefone) tenho as minhas dúvidas que a rede (... interrupção do telefone) tenho as minhas reservas pessoais...

E: fica macrocéfala...

e: fica macrocéfala, acho que depois isto para ser governado precisa de um corpo de gente disponível e autónomo, o que me parece que isso pode desvirtuar um organismo como a rede. Portanto, acho que não devemos assumir as funções que neste caso concreto português, estão a ser transferidas para as autarquias e a rede não as deve assumir. A outra é que dada a situação da crise e, portanto, necessariamente a diminuição de entrada de verbas nas instituições é possível que algumas passem a sofrer bastante. É possível que algumas venham a desaparecer pela incapacidade de poderem sobreviver nessas circunstâncias.

E: e relativamente à luta contra a pobreza propriamente dita?

e: a luta contra a pobreza... vou tendo a consciência que muita gente, grande parte da população portuguesa vai ter de baixar o nível de vida que tem, porque não vai ter dinheiro para o manter. E, portanto, as pessoas vão ter de ser muito mais poupadas e este poupado se calhar também vai atingir os pobres, porque muitos deles, eu não falei á bocado, são os endividados. Nesta medida em que devemos caminhar para uma sociedade mais homogénea.

E: e mais implicada?

e: mais implicada porque toda a gente sabe que de um momento para o outro pode cair na mesma situação. E portanto, começam a ver os familiares a ficarem de mãos a abanar e os filhos de mãos a abanar e vamos ver como isto é. E não vê por onde sai o coelho, não é. Penso que isto é um bocado complicado e penso que há um factor que nisto tudo tem sempre... eu disse a primeira vez, isto, foi há 2 anos, eu sei que estava na praça vermelha em Moscovo e fui entrevistado. Foi quanto ao aumento dos géneros alimentares. Eu disse que o Governo Português, sozinho não, mas com os outros Governos, e com a Comunidade Europeia, devia controlar os preços. Disseram que isto era uma loucura minha, que era uma falta de senso, que era impossível. Mas já percebemos que começam a ter esse cuidado e penso que certamente vários países vão ter de intervir mesmo por causa da produção e dos preços alimentares para não cairmos numa situação extrema em que a fome comece a gerar conflitos.

E: cairmos numa situação de pobreza extrema

e: podemos cair. Se não tivermos políticas que venham em socorro de tudo isto podemos cair em situação de pobreza extrema e como estamos já aí a ver. Não tanto quanto a imprensa o diz, penso eu, felizmente, que a sopa e o pão, as refeições que se dão não são tanto fruto da pobreza ou da crise actual, mas são da pobreza que vinha de trás. Já era pré-existente. Porque, eu não consigo dizer com verdade que tenha sido esta crise que tenha levado a problemas de fome. Pode ser algum número residual, penso eu, mas o que é mais grave, no meu entender, é que as famílias de um modo geral passaram a ter alimentação mais pobre. É aí que está. E isso vai ser certamente mais notório, como acontece neste momento em países, vou falar apenas de um, da Rússia. Que sendo como está, a nível familiar come-se muito mal. E come muito á base de legumes, etc, porque é o que tem.

E: pronto, ficaria por aqui...